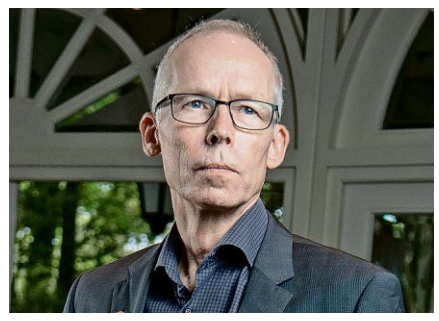
Clima
Para Johan Rockstöm, mundo vive 'momento muito sombrio, se considerarmos os riscos climáticos' A18



Oriente Médio
EUA suspendem temporariamente operação para escoltar navios comerciais no Estreito de Ormuz A15

Protagonismo feminino
'Uma mulher sentada [no conselho de uma empresa] muda a dinâmica', diz Luiza Helena Trajano A2

Quarta-feira, 6 de maio de 2026
Ano 27 | Número 6497 | R$ 7,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Dólar se aproxima de R$ 4,90 e acumula queda de 10,5% no ano

Câmbio Petróleo caro, juro alto e enfraquecimento global da moeda americana valorizam real; BC fará operação equivalente a comprar dólar no mercado futuro

Arthur Cagliari
De São Paulo

O dólar voltou a cair ontem, fechando próximo de R$ 4,90, num cenário em que investidores estrangeiros e locais têm apostado na valorização do real em relação à moeda dos EUA. A divisa americana recuou 1,12%, para R$ 4,9121, a menor cotação desde fevereiro de 2024. No ano, o dólar cai 10,51%. Nas últimas semanas, a moeda brasileira tem se beneficiado do petróleo mais caro, resultado do conflito no Oriente Médio, porque o país é um exportador líquido da commodity. Além disso, os juros altos atraem capital estrangeiro, que aproveita a diferença entre as taxas internas e externas. Como pano de fundo, há a diversificação de recursos dos EUA para outros países.

Antes da guerra dos EUA e de Israel contra o Irã, o real se beneficiava da dinâmica global de enfraquecimento do dólar. Com o aumento da aversão ao risco devido a questões geopolíticas, o real chegou a perder espaço, mas logo recuperou terreno. "Vimos que, a partir do conflito em diante, os preços de commodities voltaram a ficar relevantes para a formação de preço do real", diz Victor Scalet, estrategista da XP. Segundo ele, a moeda brasileira está num momento bastante positivo. "Se o conflito geopolítico se resolve, o apetite por risco beneficia emergentes e, por consequência, o real; se o cenário conflituoso se arrasta por mais tempo, mantendo os preços de petróleo em alta, ainda que haja risco global maior, o real se beneficia por conta da exportação brasileira de energia."

Divulgada ontem, a ata da reunião da semana passada do Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou a cautela do Banco Central com as incertezas no cenário externo, o que pode levar a um ciclo mais modesto de redução da Selic. Com isso, os juros devem seguir bastante altos.

Para completar, a emissão de títulos no exterior pelo Tesouro também irriga o mercado local com dólares. Essas operações somam US$ 10,4 bilhões neste ano, e boa parte deste volume já pode ter sido trazida ao país, segundo analistas. Diante da valorização do real, mais intensa que a de outras moedas, o BC anunciou no fim dos negócios de ontem um leilão de swap cambial reverso, de US$ 500 milhões. A operação, marcada para hoje, equivale a uma compra de dólares no mercado futuro, o que não ocorria desde novembro de 2016. A medida tende a contribuir para frear a queda do dólar. **Página C1**

Dino decide que CVM fique com taxa de fiscalização

Victoria Netto
Do Rio

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou que a arrecadação da taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de cerca de R$ 1,3 bilhão por ano, seja destinada à autarquia. A decisão prevê que seja descontada apenas a parcela de Desvinculação de Receitas da União, mecanismo que permite ao governo federal usar até 30% das receitas de impostos e taxas que seriam originalmente destinadas a áreas ou órgãos específicos. Na liminar, o ministro exigiu que o governo apresente, em 20 dias úteis, um plano operacional de emergência da atividade fiscalizatória para o exercício de 2026 e que se manifeste sobre a falta de membros no colegiado da CVM. Atualmente, a autarquia trabalha com apenas dois de seus cinco diretores. **Página C8**

Acordo do GPA com credores corta mais de R$ 2 bi da dívida

Adriana Mattos
De São Paulo

O GPA, dono da rede Pão de Açúcar, concluiu a renegociação de sua dívida relativa a seu processo de recuperação extrajudicial, com adesão de 57% dos créditos não operacionais e um deságio de 54% no passivo. O **Valor** já havia antecipado que o "haircut" (a redução do débito) negociado estava em 50%. Dos R$ 4,53 bilhões em dívidas sujeitas ao plano, deve haver corte de mais de R$ 2 bilhões no endividamento e serem emitidos R$ 2,5 bilhões em duas séries de debêntures da empresa, sendo R$ 1 bilhão em conversão de passivos em ações. "O prazo médio de vencimentos sobe de 2,1 anos para 6,4 anos, e o custo médio se reduz de CDI mais 1,8% ao ano para CDI mais 0,5%", diz Alexandre Santoro, presidente do GPA. A ação da rede subiu 8,8% ontem, em meio a informações de que um acordo estaria perto de ser fechado. **Página B3**

Destaque

Itaú lucra R$ 12,28 bi no 1º tri
O Itaú Unibanco registrou lucro de R$ 12,28 bilhões no 1º trimestre, avanço de 10,4% frente ao mesmo período de 2025. A margem com clientes, indicativa das operações de crédito, ficou em R$ 31,5 bilhões, alta de 4,5% em um ano, e o retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE) encerrou o período em 24,8%. As projeções para o ano foram mantidas. **C6**

Indicadores

Ibovespa	5/mai/26	0,62 %	R$ 26,3 bi
Selic (meta)	5/mai/26	14,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	5/mai/26	14,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	5/mai/26	4,9236/4,9242	
Dólar comercial (mercado)	5/mai/26	4,9115/4,9121	
Dólar turismo (mercado)	5/mai/26	4,9317/5,1117	
Euro comercial (BC)	5/mai/26	5,7636/5,7648	
Euro comercial (mercado)	5/mai/26	5,7442/5,7448	
Euro turismo (mercado)	5/mai/26	5,8121/5,9921	

7 898937 880054

Mercado publicitário

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Primeira mulher a assumir a presidência do Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário (Cenp), Melissa Vogel destaca como prioridades a consolidação de normas-padrão, o desenvolvimento do guia de marketing de influência e o Guia Cenp de Mensuração Cross Media, lançado ontem. "O mercado é muito dinâmico; à medida que se transforma, exige que a gente [a entidade] se transforme junto." Pág. B10

Reserva global de petróleo recua em ritmo recorde

Financial Times

As reservas globais de petróleo diminuíram em ritmo recorde em abril por causa da guerra no Oriente Médio. Com isso, o fornecimento fica mais pressionado e aumenta o risco de nova alta acentuada nos preços antes da temporada de viagens de verão no Hemisfério Norte. Os estoques de petróleo bruto caíram em quase 200 milhões de barris, ou 6,6 milhões de barris por dia, estima a S&P Global Energy, mesmo com os preços mais altos provocando colapso na demanda de cerca de 5 milhões de barris por dia, a maior queda já registrada fora do período da pandemia. "Está muito acima do normal", disse Jim Burkhard, chefe de pesquisa de petróleo bruto da S&P.

De acordo com o Goldman Sachs, os estoques globais de petróleo estão se aproximando do nível mais baixo em oito anos. No total, o mercado perdeu 1 bilhão de barris de petróleo bruto em razão do conflito, e, embora a demanda esteja caindo, ela vem sendo "ultrapassada pela perda de oferta", afirmou Burkhard. **Página A15**

Enter vira primeiro 'unicórnio' de IA da AL

Guilherme Guerra
De São Paulo

Na disputa das startups de inteligência artificial (IA), a brasileira Enter fechou captação de R$ 500 milhões, sendo avaliada em R$ 6,4 bilhões, mais de três vezes o valor da última rodada, há um ano. A "legaltech" fundada e presidida pelo advogado Mateus Costa-Ribeiro, de 25 anos, tornou-se o primeiro "unicórnio" de IA da América Latina, por ter uma avaliação de mercado de pelo menos US$ 1 bilhão.

A rodada partiu do movimento de um de seus acionistas, o Founders Fund — o fundo de Peter Thiel, que tinha liderado a série A em 2025, elevou a aposta. A série B marca a entrada da Kaszek e da Ribbit Capital, investidores de Mercado Livre e Nubank. "O Brasil é o país que mais tem processos judiciais no mundo", diz o CEO. A Enter aplica IA em ações de consumidores contra as empresas clientes e está avançando no segmento trabalhista. **Página B1**

Desafios do futuro

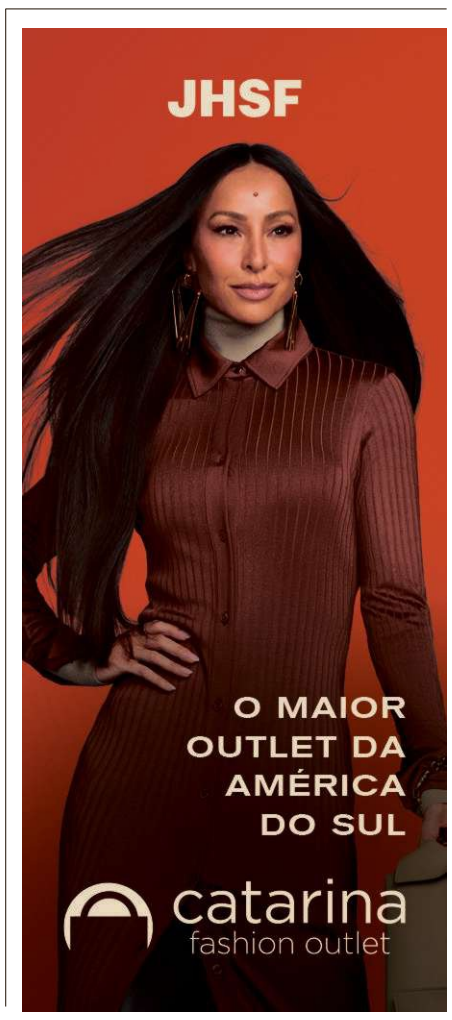
EOIN NOONAN/SPORTSFILE/GETTY IMAGES

O Center for Tomorrow, organização sem fins lucrativos comandada pelo britânico Dex Hunter-Torricke, quer levar os dilemas da tecnologia, em especial da inteligência artificial, para o centro do debate público. Para ele, a maior parte dos desafios do futuro são "sociais, com soluções sociais". Pág. B8

Governo estuda crédito para adimplentes

Giordanna Neves, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta
De Brasília

O governo federal avalia novas políticas de crédito para públicos além dos contemplados pelo novo Desenrola, como pessoas altamente endividadas, mas ainda adimplentes, disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, ao **Valor**. "Isso é importante para também não gerar um incentivo" à inadimplência, afirmou. Segundo Ceron, o governo também estuda lançar uma linha de crédito voltada a motoristas de aplicativo para a aquisição de carros. **Página C5**



Ines249

Trump, tarifaço e a nova lei das terras raras

Lu Aiko Otta

Aguardada pelo lado brasileiro para esta quinta-feira, depois de haver ficado em suspenso durante semanas por causa da guerra no Irã, a reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o mandatário dos Estados Unidos, Donald Trump, ocorre sob sombra de um possível novo tarifaço, por causa de supostas práticas desleais do Brasil, em temas que vão de Pix a desmatamento. O Brasil é investigado com base na Seção 301 da Lei do Comércio, o que pode resultar em tarifas adicionais.

Por outro lado, Lula tem em mãos o trunfo das terras raras, que são no momento o maior ponto de interesse dos Estados Unidos no Brasil.

O brasileiro chegará ao diálogo sem uma definição firme sobre como o país vai se posicionar nesse tema. No seu entorno há quem defenda uma política nacionalista e a criação da estatal Terrabras. Mas também há os que querem criar condições para atrair investimentos estrangeiros — o que, por sua vez, esbarra nas limitações das contas públicas apertadas.

Para piorar, o tema subiu aos palanques. Opositores de Lula como os pré-candidatos à Presidência Flávio Bolsonaro e Ronaldo Caiado defendem um alinhamento aos Estados Unidos.

Em meio a divisões no governo e no Congresso, a política brasileira para terras raras começa a ganhar contornos. A Câmara dos Deputados pode votar nesta quarta-feira o Projeto de Lei 2.780/2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Será apreciado o relatório do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que foi recebido com um misto de aprovação e preocupação pelo setor privado.

Os pontos que agradaram às empresas são os que estabelecem mecanismos de incentivo ao investimento. A proposta cria um fundo garantidor de R$ 2 bilhões para operações de crédito relacionadas ao setor e institui créditos financeiros às empresas no valor total de R$ 1 bilhão por ano de 2030 a 2034.

Esses créditos serão maiores conforme o grau de processamento do mineral aqui.

Além disso, o relatório permite que empresas do setor se financiem com a emissão de debêntures incentivadas e debêntures de infraestrutura. Podem também utilizar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi). Jardim disse que queria estender a elas o uso dos incentivos da Lei do Bem, relacionada a tecnologia, mas recuou após diálogos com o Ministério da Fazenda sobre a questão fiscal.

Um ponto que causa preocupação nas empresas são os poderes dados ao Conselho Especial de Minerais Críticos e Estratégicos, a ser criado pela lei. O colegiado avaliará previamente "mudanças de controle societário, participação relevante ou influência significativa de pessoas jurídicas estrangeiras em empresas detentoras de direitos minerários dos minerais e contratos, acordos ou parcerias internacionais que envolvam fornecimento dos minerais críticos e estratégicos".

Chamou a atenção do diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Pablo Cesário, o inciso I do artigo 8º, que coloca o "estabelecimento de parâmetros, condicionantes, requisitos técnicos ou compromissos de agregação de valor vinculados à exportação" como instrumentos para atingir os objetivos da política. "Dá uma carta branca para o governo dizer qualquer coisa", comentou. "É uma aplicação tão ampla que pode ser inaplicável."

O mesmo dispositivo abre espaço para a cobrança do Imposto de Exportação, outro ponto que era acompanhado com preocupação pelas empresas.

À coluna o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, disse que o texto elaborado por Jardim avança na direção desejada. "A ideia de industrialização e defesa do interesse nacional estão presentes."

Os incentivos que agradaram ao setor privado vão demandar mais discussão, segundo informou ao **Valor** o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron. Há um diálogo com o Congresso para definir qual o limite para se fazer algo positivo para o setor de minerais críticos sem prejudicar a economia como um todo, disse.

"Tudo que não tem compensação nos preocupa", afirmou, referindo-se à ampliação de renúncias tributárias. "Claro que aqui tem uma importância estratégica para o país de diferentes dimensões, então não dá para colocar na mesma caixinha de outras discussões, mas também tem que ter cuidado e razoabilidade."

Um negociador que atuou no caso do tarifaço avalia que as terras raras são um tema com "enorme potencial" para aprofundar a agenda de cooperação entre os dois países. O fato de possuir a segunda maior reserva do planeta de um produto essencial para a indústria moderna, a tecnologia, a transformação energética e a indústria de defesa "aumenta o capital estratégico do Brasil numa agenda geopolítica"

O encontro com Trump será uma oportunidade para Lula fazer funcionar sua química. Para ajudar a evitar um novo tarifaço e para lançar bases para uma cooperação no processamento das terras raras.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Conjuntura Situação é levada por associação a vice-presidente Geraldo Alckmin; rede Assaí diz que problema afeta um quarto dos empregados

Onda de dívidas 'zera' salário de trabalhadores, alertam empresas

Adriana Mattos
De São Paulo

Trabalhadores estão ficando sem salário nenhum ao fim do mês devido a um excesso de descontos sobre os ganhos como reflexo, em parte, de empréstimos obtidos por meio da modalidade do consignado — outros descontos acabam também afetando o ganho final dos funcionários.

O tema foi debatido na segunda-feira por representantes do setor do atacado com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em reunião realizada na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em São Paulo.

Em abril, um a cada quatro colaboradores do Assaí ficou com o salário zerado no contracheque por causa do que a rede chamou de um "empilhamento" de dívidas, que cresceu depois que o governo lançou, em março de 2025, um modelo de crédito consignado privado.

A informação foi repassada pelo presidente do conselho da Associação Brasileira dos Atacadistas de Autosserviços (Abaas), Belmiro Gomes, para Alckmin. Outros associados presentes no encontro, de diferentes setores da economia, segundo apurou o **Valor**, também alertaram para uma onda de "holerites zerados" em suas empresas impulsionada pelo mesmo motivo. Gomes também é presidente da rede de atacarejo Assaí.

Na cadeia de atacarejo, são 22,1 mil empregados com salários zerados em abril, de um total de cerca de 90 mil colaboradores, segundo o material apresentado na reunião.

> Baixa renda está sendo alvejada por múltiplos vetores de extração de renda, diz associação

Acontece que os bancos ficam com os recursos dos consignados nas contas dos trabalhadores quando o salário é recebido mensalmente, mas além disso, há diversos descontos em folha — como vale refeição, vale transporte, plano de saúde e odontológico — e todos esses abatimentos, além de outros empréstimos pessoais descontados diretamente em conta bancária, estariam zerando os salários.

Por meio desse programa de consignado, qualquer trabalhador com carteira assinada pode fazer um empréstimo nesse modelo.

O trabalhador vê a melhor opção nos bancos, recebe ofertas e escolhe a instituição, que envia as informações do empréstimo aos empregadores. Em 12 meses, foram concedidos R$ 131 bilhões com juros médios ao mês de 4,48% — a taxa de juros básica da economia ao ano está em 14,5%.

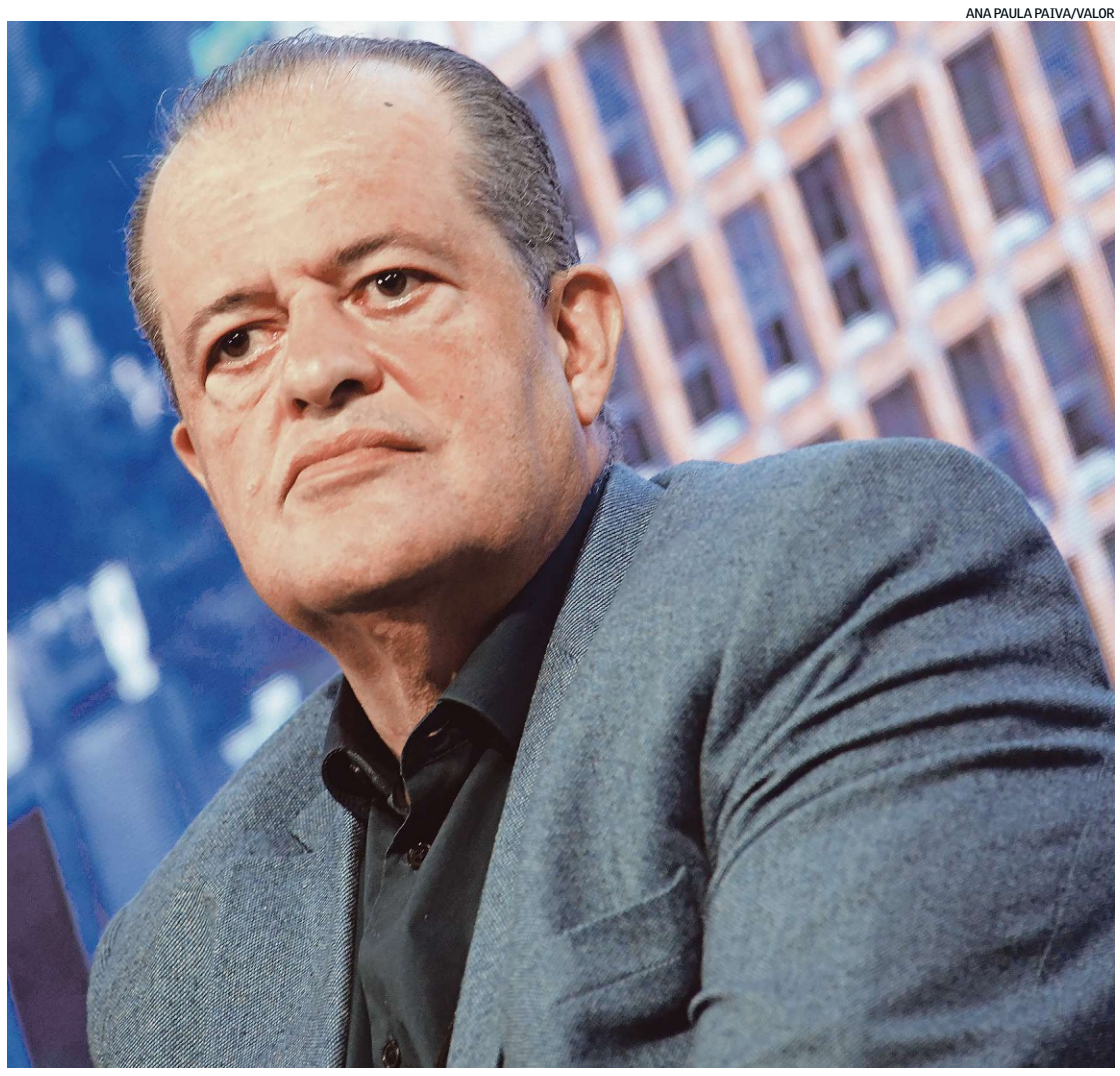
"O programa trocou dívida cara por mais barata, mas, em parte dos casos, o que se viu foi só um amontoado de dívidas, com mais empréstimos novos se somando a velhos financiamentos nas folhas de pagamentos dos funcionários", diz uma pessoa a par da reunião.

A soma total de valores devidos pelas pessoas físicas no país alcançou R$ 4,5 trilhões em fevereiro, uma alta de 40% desde 2023, posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo o Banco Central (BC). Além disso, o total de pessoas inadimplentes no mesmo período cresceu de 70 milhões para 81,7 milhões, segundo a Serasa.

"O problema é cultural e atinge a baixa renda em múltiplas frentes simultâneas", diz o material elaborado pela Associação Brasileira dos Atacadistas de Autosserviços e entregue a Alckmin.

Na lista de negócios citados pela associação como nocivos estão as bets, rifas on-line, sorteios e premiações por SMS pago, redes sociais como cassino e loterias. "O brasileiro de baixa renda está sendo alvejado por múltiplos vetores de extração de renda e a política focada só em bets é insuficiente", diz o material entregue a Alckmin. Na segunda-feira (4), o governo lançou a segunda edição do programa Desenrola para tentar reduzir a pressão do endividamento sobre a população.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Belmiro Gomes, do Assaí Atacadista: alerta ao governo para situação de endividamento dos trabalhadores

Projeto mira protagonismo feminino e conexão profissional

Rafaela Zampolli
De São Paulo

O Grupo Mulheres do Brasil, em parceria com o Magazine Luiza, anunciou ontem (5) a primeira edição do Summit Mulheres nas Profissões, iniciativa que propõe conexão entre profissionais de diferentes setores, além de incentivar o networking, a inclusão e o protagonismo feminino.

Com expectativa de reunir cerca de 7 mil participantes, o evento ambiciona ser o maior da categoria no país. A proposta é articular empresas, lideranças e a sociedade civil em torno do propósito de preparar mulheres para novas posições de trabalho. O evento será realizado nos dias 4 e 5 de agosto, no Expo Center Norte. Interessadas podem se inscrever pelo Sympla.

"Já estive em várias cadeiras de conselho em que só existia eu de mulher. Uma mulher sentada [no conselho] muda a dinâmica. Eu vejo a diferença que faz", afirmou Luiza Helena Trajano, presidente do conselho do Magalu e fundadora do Grupo Mulheres do Brasil. "Eu estou muito cansada de diagnósticos. Todo mundo sabe o que precisa na educação, o que precisa em 'tudo'. Então, a gente partiu para alguma coisa [concreta]."

Para Trajano, a inserção das mulheres no mercado de trabalho segue baixa, sobretudo em cargos de maior remuneração. "Este é um espaço a ser ocupado."

Ela contou ainda que o grupo nasceu da união de 40 mulheres e hoje soma mais de 140 mil, o que evidencia a capacidade do movimento feminino. "É uma força muito grande em torno do objetivo. Então pensamos em um evento para poder selar este momento."

Entre os temas em destaque, estão empreendedorismo, tecnologia, futuro do trabalho, saúde, desenvolvimento pessoal e profissional. O summit é voltado para empreendedoras, executivas, mulheres em transição de carreira, estudantes e profissionais que queiram ampliar conexões, trocar experiências e acessar oportunidades de crescimento profissional.

O encontro terá mais de cem palestrantes distribuídas em dez arenas temáticas, assim como mentorias, workshops, exposições e ativações, e contará com uma área dedicada a expositores e startups voltada à geração de negócios, inovação e networking. A programação inclui ainda um palco para rodadas de negócios, lounge de investidores, estúdios de vídeo e podcast para produção de conteúdo, além de salas destinadas a reuniões e negociações.

O evento também terá estrutura de acolhimento, com espaço kids monitorado, berçário, fraldário e área de amamentação.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

AB InBev **B4**
Agibank **C6**
Ambev **B4**
American Tower **B4**
Andbank **C6**
Apex Capital **C4**
Assaí **A2, B5, B12**
Atacadão **B5**
Atlântica Hospitais **B3**
Banco ABC **B5**
Banco BMG **C2**
Banco do Brasil **B5**
BNDES **A2**
Bradesco **B3**
Bradesco Saúde **B3**
BTG **B3**
Carrefour **B5**
Cemig **B5**
Cengage **B10**
Chery **B2**
Citi **B3**
Copel **B5**
Coteminas **B5**
Croma **B3**
Editora Globo **A10**
Einstein **B3**
Elsevier **B10**
Embraer **A6, B1, B4**
Engie **B5**
Enter AI **B1**
Eve **B1**
Ferrari **B2**
Fleury **B3**
Founders Fund **B1**
Grupo Santa **B3**
Hachette **B10**
Heineken **B4**
I-Systems **B4**
Iguatemi **B1**
IHS Brasil **B4**
Itaú **B3**
Itaú BBA **B3, B4**
Itaú Unibanco **C4, C6**
J.P. Morgan Asset Management **C2**
JBS **B5**
Kaszek **B1**
Kincaid Mendes Vianna Advogados **A7**
Latam **B4**
LCA **B12**
Louis Dreyfus Company **B5**
LVMH **B10**
M&G Investments **C1**
Macmillan **B10**
Magazine Luiza **A2**
Marfrig **B5**
Mater Dei **B3**
McGraw Hill **B10**
MedService **B3**
Meta **B10**
Meu Doutor **B3**
Nielsen **B12**
NielsenIQ **B5**
Nissan **B2**
Odontoprev **B3**
Oi **B5**
Orizon **B3**
Rede D'Or **B3**
Ribbit Capital **B1**
Safra **B5**
Serasa **A2**
Shell **A10**
Sicredi Asset **C4**
Tenda **B5**
TIM **B4**
XP **B4, C1**

O Valor informa, analisa e contextualiza as notícias que realmente importam. Acesse valor.globo.com

BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A - BANCO SICOOB

CNPJ: 02.038.232/0001-64

NIRE Nº 5330000552-4

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL

1 – Data, Horário e Local: 16 de maio de 2024, às 09:13 (nove horas e treze minutos), na sede do Banco Sicoob, situada no SIG – Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, nº 2.080, em Brasília/DF (CEP 70610-460). 2 – Convocação: Edital publicado no Valor Econômico, em suas edições de 08, 09 e 10 de maio (páginas B4, B8 e B4, respectivamente). 3 – Mesa Dirigente: Presidente, Sr. Miguel Ferreira de Oliveira, e Secretária, Dra. Luciana Oliveira Nascimento. 4 – Instalação: o Sr. Presidente comunicou: I – que está arquivado no Banco Sicoob o Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob, de 11/2/2020, detentores de 100% (cem por cento) do capital votante e que, nesse acordo, se adotou o voto em bloco; II – que se encontra sobre a mesa a ata da 25ª Reunião Prévia das Cooperativas Centrais filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob, realizada nesta data), a cujo Coordenador, como de lei e estabelecido no Acordo, foi outorgado mandato para proferir o voto em nome dos respectivos participantes; e III – que, atendidos os requisitos legais, estava instalada, com o quórum máximo, a Assembleia Geral. 5 – Sumário dos Assuntos Tratados e das Deliberações Tomadas: I. Eleger conselheiro de administração para ocupar cargo vago, observada a regra do Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob. As Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob elegem, para ocupar cargo vago no Conselho de Administração, com mandato até a posse daqueles que forem eleitos pela AGO de 2026: • JEAN RODRIGUES, brasileiro, casado, nascido em 03/06/1977, advogado, residente na rua Pica Pau, nº 1333, Centro, Arapongas/PR, CEP 86700-100, portador da cédula de identidade OAB nº 44136/PR e CPF nº 246.084.508-16. II. Outros assuntos de interesse da Assembleia. Não houve discussão sobre outros assuntos. 6 – Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, que, tendo sido lida e aprovada por unanimidade, sem qualquer ressalva ou restrição, foi por todos assinada. Brasília, 16 de maio de 2024. Miguel Ferreira de Oliveira. Presidente. Luciana Oliveira Nascimento. Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal Certifico registro sob o nº 2577954 em 30/07/2024 da Empresa BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A., CNPJ 02038232000164 e protocolo DFE2400145207 - 30/07/2024. Autenticação: 89E230D38CC75A858BB9A6A79764EF6F38CDA266. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 24/101.688-6 e o código de segurança 5UeR Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/07/2024 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.

EXTRATO DA ATA DA 118ª (CENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. – BANCO SICOOB

Data: 20/2/2025, às 11h30 Local: Brasília/DF e Videoconferência. Presidente do Conselho de Administração e Coordenador: Miguel Ferreira de Oliveira. Secretário(a): Samara Stephanne Pinto Alves. Atendidas todas as formalidades legais, o Sr. Presidente do Conselho iniciou a reunião verificando o quórum de instalação e registrando a presença da totalidade (14) dos conselheiros de administração. 1. Destituição do Diretor Financeiro e Administrativo. A) Em razão das novas exigências requeridas para o perfil do titular da Diretoria Financeira e Administrativa do CCS, o colegiado, por unanimidade, aprovou destituir, em 28/2/2025, o diretor Sr. Fernando Vicente Netto. B) Avançar com as tratativas para seleção de candidatos e agendamento das entrevistas, de forma que a eleição, por este colegiado, possa ocorrer nos próximos meses. Enquanto não concluído o processo seletivo, as atribuições e responsabilidades do diretor serão exercidas conforme fixado pelo Diretor-presidente, nos termos do art. 33, inciso III do Estatuto Social do Banco Sicoob. Nada mais havendo a apreciar, foi encerrada a reunião, cuja ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos presentes. Confere com o original ao qual nos reportamos [que foi assinado pelos conselheiros Miguel Ferreira de Oliveira; Aifa Naomi Uehara de Paula; Bento Venturim; Carlos Augusto de Macedo Chiaraba; Clidenor Gomes Filho; Felipe Magalhães Bastos; Ivo Confere com o original ao qual nos reportamos [que foi assinado pelos conselheiros Miguel Ferreira de Oliveira; Aifa Naomi Uehara de Paula; Bento Venturim; Carlos Augusto de Macedo Chiaraba; Clidenor Gomes Filho; Felipe Magalhães Bastos; Ivo Azevedo de Brito; Jean Rodrigues; João Batista Bartoli de Noronha; José Evaldo Campos; Luiz Gonzaga Viana Lage; Marcelo Martins; Oberdan Pandolfi Ermita e Rui Schneider da Silva]. Miguel Ferreira de Oliveira Presidente do Conselho de Administração e Coordenador. Samara Stephanne Pinto Alves Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal Certifico registro sob o nº 2741339 em 18/03/2025 da Empresa BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A., CNPJ 02038232000164 e protocolo DFN2535903229 - 18/03/2025. Autenticação: 484C9A6FCFB6B378ECD592D8A2275AFF3929AC64. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 25/042.478-9 e o código de segurança 0AwZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/03/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.

EXTRATO DA ATA DA 124ª (CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. – BANCO SICOOB

Data: 12/5/2025, às 14h. Local: Brasília/DF e Videoconferência.Presidente do Conselho de Administração e Coordenador: Miguel Ferreira de Oliveira. Secretário(a): Samara Stephanne Pinto Alves. Atendidas todas as formalidades legais, o Sr. Presidente do Conselho iniciou a reunião verificando o quórum de instalação e registrando a presença da totalidade (14) dos conselheiros de administração. 1. Eleição de Diretor Executivo do Banco Sicoob. O colegiado, por unanimidade, elegeu o seguinte integrante como Diretor do Banco Sicoob, com mandato até março/2026, para coincidir com o mandato da atual Diretoria Executiva do CCS, cuja posse se dará após aprovação do nome do eleito pelo Banco Central do Brasil: o Sr. Janderson de Miranda Facchin, brasileiro, casado, bancário, nascido em 12/6/1975, residente e domiciliado à Rua Felipe dos Santos, 760 - Lourdes (Apto. 2602, Torre 2), Belo Horizonte/MG, CEP 30.180-160, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-24.130.618 (SSP/MG) e inscrito no CPF sob o nº 147.909.068 92. Nada mais havendo a apreciar, foi encerrada a reunião, cuja ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos presentes. Confere com o original ao qual nos reportamos [que foi assinado pelos conselheiros Miguel Ferreira de Oliveira; Aifa Naomi Uehara de Paula; Bento Venturim; Carlos Augusto de Macedo Chiaraba; Clidenor Gomes Filho; Felipe Magalhães Bastos; Ivo Azevedo de Brito; Jean Rodrigues; João Batista Bartoli de Noronha; José Evaldo Campos; Luiz Gonzaga Viana Lage; Marcelo Martins; Oberdan Pandolfi Ermita e Rui Schneider da Silva]. Miguel Ferreira de Oliveira Presidente do Conselho de Administração e Coordenador. Samara Stephanne Pinto Alves Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal Certifico registro sob o nº 2794740 em 01/07/2025 da Empresa BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A., CNPJ 02038232000164 e protocolo DFN2522098042 - 30/06/2025. Autenticação: 367FED91568228DA86E0B24FE7343805CC8D7F2. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 25/097.024-4 e o código de segurança Mf7f Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/07/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL

1 – Data, Horário e Local: 20 de agosto de 2025, às 09:30 (nove horas e trinta minutos), na sede do Banco Sicoob [situada no SIG – Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, nº 2.080, em Brasília/DF (CEP 70610-460)], e virtualmente. 2 – Convocação: Edital publicado no Valor Econômico, em suas edições de 11, 12 e 13 de agosto (página E2 em todas as datas). 3 – Mesa Dirigente: Presidente, Sr. Miguel Ferreira de Oliveira, e Secretária, Dra. Luciana Oliveira Nascimento. 4 – Instalação: o Sr. Presidente comunicou: I – que está arquivado no Banco Sicoob o Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob, de 11/2/2020, detentores de 100% (cem por cento) do capital votante e que, nesse acordo, se adotou o voto em bloco; II – que se encontra sobre a mesa a ata da Reunião Prévia das Cooperativas Centrais filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob, realizadas em 20/08/2025, às 08:00 (oito horas), a cujo Coordenador, como de lei e estabelecido no Acordo, foi outorgado mandato para proferir o voto em nome dos respectivos participantes; e III – que, atendidos os requisitos legais, estava instalada, com o quórum máximo, a Assembleia Geral. 5 – Sumário dos Assuntos Tratados e das Deliberações Tomadas: 1) Alterar o objeto social do Banco Sicoob, previsto no "caput" do art. 3º do Estatuto Social. As Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob, considerando a deliberação tomada em sua Reunião Prévia, aprovaram, por unanimidade, alterar o objeto social do Banco Sicoob, descrito no "caput" do art. 3º do Estatuto Social, passando tal artigo a viger com a seguinte redação: Art. 3º O Banco terá por objeto o exercício de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, com ênfase naquelas pertinentes à carteira comercial e à carteira de crédito imobiliário; à prestação dos serviços bancários necessários à consecução de suas atividades em todas as modalidades autorizadas ou que lhe venham a ser permitidas, a terceiros e, em especial, às cooperativas de crédito; à intermediação financeira; à emissão e ao credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões, entre outras atividades próprias das instituições financeiras. 2) Atualizar o valor do capital social do Banco no "caput" do art. 5º do Estatuto Social. As Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob, considerando a deliberação tomada em sua Reunião Prévia, aprovaram, por unanimidade, atualizar o valor do capital social do Banco, descrito no art. 5º, "caput", do Estatuto Social, passando tal artigo a viger com a seguinte redação: Art. 5º O capital social do Banco, inteiramente subscrito e integralizado, é de R$ 4.705.820.880,35 (quatro bilhões, setecentos e cinco milhões, oitocentos e vinte mil, oitocentos e oitenta reais e trinto e cinco centavos), no total de 2.213.936.235 (dois bilhões, duzentos e treze milhões, Brasília/DF, 20 de agosto de 2025. Miguel Ferreira de Oliveira Presidente e Coordenador das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob. Luciana Oliveira Nascimento Secretária.

ESTATUTO SOCIAL DO BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. – BANCO SICOOB

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO Art. 1º O BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. – BANCO SICOOB, pessoa jurídica de direito privado, é constituído sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede, foro e administração no SIG – Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 06, número 2.080, Brasília/DF – CEP 70610-460, e será regido por este Estatuto e pela legislação aplicável. Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá abrir, manter e extinguir agências, escritórios e quaisquer outras dependências, onde convier aos interesses sociais, respeitada a disciplina normativa própria. Art. 2º O prazo de duração do Banco será indeterminado. CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL Art. 3º O Banco terá por objeto o exercício de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, com ênfase naquelas pertinentes à carteira comercial e à carteira de crédito imobiliário; à prestação dos serviços bancários necessários à consecução de suas atividades em todas as modalidades autorizadas ou que lhe venham a ser permitidas, a terceiros e, em especial, às cooperativas de crédito; à intermediação financeira; à emissão e ao credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões, entre outras atividades próprias das instituições financeiras. § 1º Poderá o Banco participar de outras sociedades, observadas as disposições específicas emanadas das autoridades competentes. § 2º Poderá o Banco, também, prestar garantias em favor de terceiros, na forma da regulamentação em vigor. § 3º As cooperativas centrais e singulares integrantes do Sicoob, cujos estatutos sociais prevejam idêntica responsabilidade, respondem, na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, pelas obrigações contraídas pelo Banco perante o BNDES e a Finame, perdurando esta responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou Finame, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão. CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB) Art. 4º O Banco integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). § 1º O Sicoob é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade. § 2º Além do Banco, o Sicoob também é integrado: I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais; II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais); III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação); IV. pelas demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema. TÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES Art. 5º O capital social do Banco, inteiramente subscrito e integralizado, é de R$ 4.705.820.880,35 (quatro bilhões, setecentos e cinco milhões, oitocentos e vinte mil, oitocentos e oitenta reais e trinto e cinco centavos), no total de 2.213.936.235 (dois bilhões, duzentos e treze milhões, novecentos e trinta e seis mil, duzentos e trinta e cinco) ações, dividido em 1.113.043.269 (um bilhão, cento e treze milhões, quarenta e três mil, duzentos e sessenta e nove) ações ordinárias e 1.100.892.966 (um bilhão, cem milhões, oitocentos e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e seis) ações preferenciais, ambas representadas na forma escritural e sem valor nominal. § 1º Não será permitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa. § 2º Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. § 3º As ações preferenciais, sem direito a voto, adquirirão o exercício desse direito, nos termos da lei, se, no prazo máximo de 3 (três) exercícios consecutivos, a assembleia geral não declarar o pagamento dos dividendos. Nesta hipótese, as ações preferenciais terão direito a voto em igualdade de condições com as ações ordinárias, até que a companhia volte a pagar dividendos. § 4º Às ações preferenciais fica assegurado, após a destinação ao fundo de reserva legal: I. prioridade na distribuição de dividendos obrigatórios, não cumulativos, equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme previsto no art. 14, II; se a Assembleia Geral Ordinária deliberar pelo pagamento de dividendos, além do previsto no inciso I, prioridade na distribuição: a) de dividendos mínimos anuais, não cumulativos – até o limite de 105% (cento e cinco por cento) da remuneração, no mesmo exercício social, do CDI (Certificados de Depósito Interbancário, divulgado pela Cetip S.A.), incidente sobre o capital social médio referente às ações preferenciais no mesmo exercício social –, dentro dos quais estarão incluídos os dividendos obrigatórios previstos no inciso I; ou b) do saldo remanescente, verificado após a distribuição dos dividendos obrigatórios, em igualdade de condições com as ações ordinárias; III. direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas do Banco, inclusive nos casos de valorização ou reavaliação do ativo imobilizado; IV. preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação no capital social, por eventual liquidação do Banco, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação no capital social. O saldo restante do reembolso será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais; V. no seu conjunto, direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, na forma do disposto no § 1º do art. 36 deste Estatuto. § 5º As ações escriturais não terão emissão de certificados e poderão ser depositadas neste Banco, ou em outra instituição depositária, a critério da Administração, em conta própria de depósito dessas ações em nome dos respectivos titulares, correndo os custos à conta do Banco. Art. 6º O Banco poderá, independente de reforma estatutária e por deliberação do Conselho de Administração, nas condições determinadas como disposto nos parágrafos 1º e 2º seguintes, aumentar o Capital Social até o limite de R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e preferenciais, ambas escriturais e sem valor nominal, assegurada aos acionistas a preferência na subscrição do aumento de capital, na proporção do número das ações que possuírem de cada espécie, como de lei, e obedecido o disposto a seguir. § 1º As condições para emissão das ações dentro do limite autorizado, em especial sua quantidade e o valor a ser subscrito, serão fixadas de forma adequada às disponibilidades financeiras dos subscritores, em especial quando a subscrição for em dinheiro na forma integral ou parcial. § 2º Nesses casos, a fim de efetivar o aumento do capital social, competirá ainda ao Conselho de Administração sua respectiva homologação, depois de verificada a subscrição feita e esgotado o período de subscrição. Art. 7º O Banco, em face da legislação a que está submetido, é constituído sob o controle acionário de cooperativas centrais de crédito, que devem deter, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias. Art. 8º Os acionistas têm direito de preferência na subscrição de aumentos do capital social, na proporção da espécie e classe de ações que possuírem e sempre no universo que cada espécie e classe de ação representarem. Esse direito deverá ser exercido, sob pena de decadência, no prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, fixado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração que aprovar o aumento, conforme o caso, e observado o disposto no art. 5º deste Estatuto. Art. 9º É permitida a cessão do direito de preferência no âmbito de cada espécie e classe de ação emitida pelo Banco. Art. 10. O Banco, por deliberação da Diretoria Executiva, existindo saldo das reservas de lucros ou de outras reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social, poderá adquirir suas próprias ações, que, enquanto não alienadas, não terão direito a voto e nem a dividendos, nos termos da lei. TÍTULO III DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS E DESTINAÇÃO E/OU CONSTITUIÇÃO DAS RESERVAS Art. 11. O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se no último dia de cada ano. Art. 12. Serão levantados balanços semestrais no último dia de junho e dezembro de cada ano, facultando-se à Diretoria Executiva determinar o levantamento de balanços de menor periodicidade, inclusive mensais. Art. 13. Do resultado do exercício serão feitas as seguintes deduções: I. compensação de prejuízos de exercícios anteriores, porventura existentes; II. provisão para pagamento do imposto sobre a renda. Art. 14. O lucro líquido verificado terá a seguinte destinação: I. 5% (cinco por cento) serão destinados ao fundo de reserva legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que o referido fundo atinja o valor correspondente, no mínimo, a 20% (vinte por cento) do capital social realizado; II. 5% (cinco por cento), no mínimo, para dividendos aos acionistas; III. o saldo remanescente terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral, atendendo às normas legais e estatutárias aplicáveis. TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS Art. 15. A estrutura de governança corporativa do Banco é composta pelos seguintes órgãos sociais: I. Assembleia Geral; II. Conselho de Administração; III. Diretoria Executiva; IV. Conselho Fiscal. § 1º O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada e tem como missão fixar a orientação geral dos negócios, por meio da definição de atribuições estratégicas, normativas e de supervisão da gestão executiva, não exercendo funções operacionais ou executivas. § 2º À Diretoria Executiva, em seu formato de Colegiado e de diretores executivos individualmente considerados, tendo por fim a realização dos objetivos sociais do Banco, compete sua administração geral, a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, sua representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, o cumprimento das orientações de políticas administrativas e de negócios, definidas pelo Conselho de Administração, a condução das operações e dos serviços das áreas sob sua responsabilidade, com observância dos limites fixados neste Estatuto, nos normativos internos, e pelo Conselho de Administração. § 3º O Conselho Fiscal não será permanente, atuando somente nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem a sua instalação. CAPÍTULO II DAS ASSEMBLEIAS GERAIS Art. 16. A Assembleia Geral de Acionistas será convocada por deliberação do Conselho de Administração, sendo o respectivo edital assinado pelo seu Presidente na forma do disposto no art. 28, I, deste Estatuto; ou, nas hipóteses previstas em lei, pelo Conselho Fiscal, quando instalado, por grupo de acionistas ou por acionista isoladamente. § 1º Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração do Banco, ou, na sua ausência, por seu substituto, assistido pelo responsável pela área jurídica do Banco e por um secretário de sua escolha. § 2º Anualmente, até o trigésimo dia do mês de abril, reunir-se-á a Assembleia Geral Ordinária, para cumprimento das disposições legais. § 3º Nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, não se admitirá na pauta da Assembleia a inclusão de assuntos gerais, a qual deverá tratar exclusivamente do objeto declarado nos editais de convocação. § 4º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei, não se computando os votos em branco. § 5º O anúncio da primeira convocação da Assembleia Geral será publicado com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, sendo o prazo contado da publicação do primeiro anúncio: em caso de não realização da Assembleia, o anúncio da segunda convocação será publicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, salvo nos demais casos que têm regulação legal específica. § 6º Até um mês antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administrção, pelo seu Presidente, por anúncios publicados na forma legal, deve comunicar que se encontram à disposição dos acionistas o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo, as demonstrações financeiras, os respectivos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, quando instalado, e demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia. Será dispensada a publicação dos anúncios, quando os documentos referidos forem publicados até 1 (um) mês da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária. § 7º Os anúncios devem indicar o local ou locais onde os acionistas terão acesso a esses documentos, podendo deles obter cópias. § 8º Às Assembleias Gerais Ordinárias e às Extraordinárias deverá estar presente um dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, e, às Assembleias Gerais Ordinárias, o auditor independente. § 9º As atas da Assembleia Geral devem ser lavradas de forma sumária, com o relato dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e as transcrições apenas das deliberações tomadas, observadas as disposições legais. CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SEÇÃO I DAS NORMAS COMUNS AOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO, DO MANDATO E DA PERDA DO CARGO Art. 17. As condições de ocupação, as questões relacionadas à inelegibilidade e ao mandato dos membros dos órgãos de administração do Banco seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, devendo ser observadas também as seguintes condições para ocupação e exercício do cargo: I. ser pessoa natural e ter reputação ilibada; II.ser residente no País, nos casos de diretor

Ines249

BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A - BANCO SICOOB
CNPJ: 02.038.232/0001-64
NIRE Nº 5330000552-4

executivo ou de conselheiro fiscal; III. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; IV. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio administrador nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários; V. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas; VI. não estar declarado falido ou insolvente; VII. não ter controlado ou administrado, nos 2 (dois) anos que antecedem a eleição, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial; VIII. não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado ou cujas finalidades sejam colidentes com as do Banco, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e naquelas que tiverem interesse conflitante com a sociedade. No último caso, a Assembleia Geral poderá dispensar essa condição; IX. não ocupar cargo no Conselho Fiscal do Sicoob Confederação ou ser parente dos conselheiros fiscais até o 2° (segundo) grau, em linha reta ou colateral; X. não estar enquadrado nos casos de inelegibilidade previstos neste Estatuto Social; XI. dispor de capacidade técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada pela formação acadêmica, experiência profissional ou outros quesitos julgados relevantes; XII. estar alinhado com os valores da organização e com o respectivo Pacto de Ética; XIII. estar aderente à política de sucessão de administradores. Parágrafo único. Excepcionalmente, nos casos de eleitos que não atendam ao disposto nas alíneas V, VI e VII, o Banco Central do Brasil poderá analisar a situação individual dos pretendentes, com vistas a avaliar a possibilidade de aceitar a homologação de seus nomes. Art. 18. Os membros dos órgãos de administração serão investidos em seus cargos mediante termos de posse lavrados no respectivo livro de atas e seus mandatos findam-se com a investidura dos novos membros ou pela vacância dos cargos. Art. 19. Perderá o cargo: I. salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho de Administração que deixar de comparecer, sem justificativa prévia, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco reuniões ordinárias alternadas durante o prazo do mandato; II. o membro da Diretoria Executiva que se afastar do cargo, sem autorização, por mais de 30 (trinta) dias; III. o membro do Conselho de Administração ou da Diretoria que, a qualquer momento, ou em qualquer outra instituição fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, perder a sua condição de elegibilidade ou for inabilitado em processo administrativo sancionador, em primeira instância administrativa. SUBSEÇÃO II DA REMUNERAÇÃO Art. 20. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração será fixada, anualmente, pela Assembleia Geral Ordinária. Parágrafo único. Aos conselheiros de administração será assegurado o ressarcimento das despesas de locomoção, estada e alimentação justificadas pelos deslocamentos para participação em reuniões. SUBSEÇÃO III DO CONFLITO DE INTERESSES Art. 21. É vedado aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva intervir em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o Banco, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhes cientificá-los de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, a natureza e a extensão de seu interesse. Parágrafo único. Do mesmo modo, a esses administradores é também vedado intervir no estudo, deferimento, controle ou liquidação de qualquer operação em que, direta ou indiretamente, sejam interessadas sociedades de que detenham o controle ou a participação superior a 10% (dez por cento) do capital social. Esse impedimento se aplica, ainda, quando se tratar de empresa na qual esses administradores tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura no Banco. SEÇÃO II DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES Art. 22. Os órgãos de administração devem, no âmbito das respectivas atribuições, observar as seguintes regras de segregação de funções: I. as unidades responsáveis por funções de contadoria, controladoria, controles internos e análise ou gestão de riscos não podem ficar sob a supervisão direta de diretor executivo responsável por atividades de negociação, excetuando-se unidades responsáveis por recuperação de créditos; II. os administradores ou quaisquer titulares de cargos ou funções, que tenham sob sua responsabilidade a administração de recursos próprios do Banco, não podem administrar recursos de terceiros, nem ter sob sua supervisão empresa subsidiária ou controlada de Banco responsável por essa atividade. SEÇÃO III DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DAS AUSÊNCIAS, IMPEDIMENTOS, AFASTAMENTOS E VACÂNCIA DOS CARGOS Art. 23. O Conselho de Administração será composto por até 14 (conselheiros) conselheiros, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, os quais deverão, necessariamente, ser ocupantes de cargo eletivo em Cooperativa Central de Crédito. § 1º O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria de seus integrantes. § 2º Os membros do Conselho de Administração poderão ser reeleitos, sendo que o prazo de gestão se estenderá até a investidura dos novos conselheiros eleitos. § 3º Na vacância, impedimento ou afastamento definitivo do Presidente do Conselho de Administração, será realizada eleição do novo Presidente na primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir. § 4º Nas ausências ou impedimentos ocasionais do Presidente do Conselho de Administração, ele será substituído temporariamente por um dos conselheiros, conforme escolha do próprio colegiado. Nas ausências ou afastamentos ocasionais de qualquer conselheiro, a respectiva justificativa deverá ser apresentada ao Presidente do Conselho. § 5º Nos casos de vacância, impedimento ou afastamento definitivos de qualquer conselheiro, ele será substituído, na Assembleia Geral seguinte, mantida a origem da respectiva indicação e escolha, para completar o mandato do substituído. § 6º Na hipótese de ocorrer a vacância da maioria dos cargos, será convocada nova Assembleia Geral para proceder a nova eleição do Conselho de Administração. SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Art. 24 As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente e realizadas na forma estabelecida em seu Regimento Interno, com a presença mínima da maioria de seus membros, da seguinte forma: as ordinárias, a cada mês; e as extraordinárias, quando convocadas a exclusivo critério de seu Presidente, ou, em casos excepcionais, a pedido fundamentado da maioria de seus membros. § 1º A reunião extraordinária, solicitada na forma do "caput" e desde que aprovada, será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, nos sete dias seguintes ao pedido e, se esgotado o prazo sem manifestação do Presidente, qualquer Conselheiro poderá fazê-la, sendo que, na hipótese de não aprovação pelo Presidente do Conselho, será o pedido de convocação submetido ao plenário do Conselho de Administração, nos sete dias seguintes, para decisão por maioria de seus membros. § 2º O Conselho de Administração delibera por maioria de votos dos presentes. § 3º As decisões das reuniões do Conselho de Administração, tomadas na forma estabelecida neste Estatuto, serão consignadas em atas pelo seu Secretário, escolhido pelo seu Presidente. SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 25. Constituem atribuições do Conselho de Administração, além da competência definida em lei e nos normativos internos. I.fixar a orientação geral dos negócios; II. aprovar: : a) próprio regimento interno; b) o o planejamento estratégico (trianual) e os planos/projetos anuais, bem como acompanhar sua execução; c) o orçamento anual, bem como as revisões sugeridas; d) as políticas sistêmicas e internas, bem como as normas internas de sua competência; e) as regras operacionais de funcionamento, bem como as atribuições dos Comitês de Auditoria, de Remuneração, de Riscos, respeitada a legislação e regulamentação em vigor; f) a nomeação, designação, exoneração ou a dispensa do chefe da atividade de auditoria interna, bem como a comunicação ao Banco Central do Brasil; g) o regulamento específico para a atividade de auditoria interna, bem como o plano anual e o relatório anual de auditoria interna; h) o relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação do Ouvidor, apresentado ao final de cada semestre, contendo informações sobre medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e de rotinas, em decorrência das reclamações recebidas. III. autorizar: a) a realização de investimentos do Banco na forma de imobilizações em valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do seu Patrimônio de Referência; b) a criação de subsidiária integral e a participação em outras sociedades pelo Banco, bem como a alienação de sua participação; c) a celebração de contratos que envolvam obrigações para o Banco de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do seu Patrimônio de Referência, excetuadas as operações realizadas no âmbito do mercado financeiro ou envolvendo fontes oficiais de recursos, observadas as alçadas fixadas no Estatuto Social; d) a aquisição e a alienação de imóveis e a respectiva constituição de ônus reais, bem como a alienação fiduciária de coisa imóvel, com escopo de garantia. IV. deliberar sobre: a) distribuição de dividendos do Banco inferiores ou superiores ao obrigatório previsto no art. 14, II, bem como de dividendos intermediários, assim destinados à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; b) pagamento de juros sobre capital próprio; c) relatórios dos sistemas de controles internos; d) alienação das próprias ações adquiridas conforme a lei e o Estatuto Social; e) os relatórios do Comitê de Auditoria e o anual emitido pela Auditoria Interna; f) o relatório do Comitê de Riscos; g) o relatório do Comitê de Remuneração; h) a convocação de Assembleia Geral; i) a prestação de serviços a outras entidades, mediante consulta prévia às centrais acionistas que tiverem interesse específico no assunto. V. aumentar o capital social do Banco até o limite autorizado e homologar o respectivo aumento, obedecidos os termos e condições constantes do Estatuto Social; VI. escolher e destituir os auditores independentes, após recomendação do Comitê de Auditoria, e analisar todo os relatórios disponibilizados; VII. decidir sobre: a) a criação, a extinção e o funcionamento de comitês no âmbito do próprio Conselho de Administração, aprovando os instrumentos normativos específicos; b) as medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e de rotinas propostas pela Ouvidoria, em decorrência de reclamações recebidas. VIII. nomear e destituir, em determinadas situações que apresentem maior complexidade técnica específica, auditores e consultores especiais contratados "pro-tempore", com capacitação técnica compatível com cada caso concreto, para atuarem como auxiliares do titular da Auditoria Interna ou do Comitê de Auditoria; IX. manifestar-se sobre o relatório da Administração e as demonstrações contábeis revisadas pelo Comitê de Auditoria; X. assegurar e prover, para fins de auditoria interna: a) a independência e a efetividade da atividade de auditoria interna; b) os meios necessários para que a atividade de auditoria interna seja exercida adequadamente; c) a informação tempestiva aos responsáveis pela atividade de auditoria interna da ocorrência de qualquer mudança material na estratégia, nas políticas e nos processos de gestão de riscos da instituição. XI. assegurar a observância, pela instituição, das normas e procedimentos aplicáveis à atividade de auditoria interna; XII. realizar acompanhamento periódico das empresas ligadas, controladas e fundação patrocinada; XIII. avaliar, anualmente, seu desempenho e definir sua sistemática de trabalho; XIV. definir plano de sucessão do Diretor-presidente e dos demais diretores; XV. zelar pelo cumprimento das boas práticas de Governança Corporativa; XVI. aprovar o Pacto de Ética e monitorar as medidas adotadas pela Comissão de Ética na gestão deste documento; XVII. buscar aprimoramento constante das suas competências. Art. 26. Em relação à Diretoria Executiva, compete ao Conselho de Administração: I. II. III. fixar as metas de desempenho; estabelecer as diretrizes a serem seguidas na eleição e na destituição de representantes em outras sociedades; estabelecer as diretrizes a serem seguidas nas Assembleias Gerais ou Reuniões de Sócios promovidas pelas sociedades controladas ou coligadas; IV. eleger e destituir a Diretoria Executiva, por maioria dos votos dos presentes; V. eleger e destituir o Diretor-presidente, conforme Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas à Confederação e Acionistas do Banco; VI. acompanhar e fiscalizar os atos de gestão dos diretores executivos; VII. examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; VIII. solicitar informações aos diretores executivos sobre os contratos celebrados ou em via de celebração e de quaisquer outros atos; IX. disciplinar a concessão aos integrantes da Diretoria Executiva de licença anual remunerada; X. autorizar e estabelecer as orientações a serem seguidas pelos diretores executivos na participação em acordos de acionistas em outras sociedades; XI. monitorar as decisões da Diretoria Executiva relacionadas ao apetite e à tolerância ao risco da instituição; XII. avaliar, anualmente, o desempenho da Diretoria Executiva. Art. 27. Compete ao Conselho de Administração para fins do gerenciamento de riscos e do gerenciamento de capital: I. fixar os níveis de apetite por riscos da instituição na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e revisá-los, com o auxílio do Comitê de Riscos, da Diretoria Executiva e do Diretor de Riscos e Controles; II. aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual: a) as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos; b) as estratégias de gerenciamento de capital; c) o programa de testes de estresse, indicando as diretrizes a serem seguidas e aprovando os cenários; d) o plano de contingência de liquidez; e) o plano de capital; f) o plano de contingência de capital. III. assegurar a aderência do Banco às políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos; IV. assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital; V. aprovar alterações significativas, em decorrência dos riscos listados abaixo, nas estratégias da instituição, bem como em seus sistemas, rotinas e procedimentos: a) novos produtos e serviços; b) modificações relevantes em produtos ou serviços existentes; c) mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da instituição; d)estratégias de proteção (hedge) e iniciativas de assunção de riscos;e) reorganizações societárias significativas; f)alteração nas perspectivas macroeconômicas. VI. autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS; VII. promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição; VIII. assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma independente, objetiva e efetiva; IX. garantir que a estrutura remuneratória adotada pela instituição não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS; X. assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez; XI. aprovar a nomeação ou destituição do Diretor de Riscos e Controles e do Diretor responsável pelo gerenciamento de capital. Art. 28. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração: I. II. III. convocar, por deliberação do Conselho, e dirigir os trabalhos das Assembleias Gerais, podendo apresentar propostas para sua deliberação; convocar e presidir as reuniões do Conselho, com voto de qualidade em caso de empate nas votações; atribuir funções especiais a qualquer dos integrantes do Conselho; IV. implantar as sistemáticas de trabalho do Conselho; V. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Conselho Fiscal, quando instalado, bem como encaminhar os documentos requisitados, diretamente ou por meio da Área de Governança Corporativa; VI. coordenar e supervisionar as atividades dos demais conselheiros de administração; VII. atribuir responsabilidades e prazos; VIII. assegurar que os conselheiros recebam informações completas e tempestivas para o exercício dos seus mandatos; IX. conduzir e monitorar o processo de avaliação do Conselho; X. convocar, nas reuniões do Conselho ou fora delas, os Diretores para esclarecerem assuntos afetos à respectiva área de cada um, bem como valer-se de profissionais externos para assessoramento técnico em questões específicas. Art. 29. Compete ao conselheiro de administração informar aos demais conselheiros sobre quaisquer outros conselhos dos quais faça parte e sobre mudança significativa em sua ocupação principal. SEÇÃO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DAS REUNIÕES Art. 30. A Administração do Banco será de competência da Diretoria Executiva, no seu formato de Colegiado da Diretoria Executiva, composta por no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, por 7 (sete) diretores executivos, sendo um deles o Diretor-presidente do Banco e os demais não tendo designação específica, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. § 1º O Colegiado da Diretoria Executiva será formado pelos diretores executivos, incluído o Diretor-presidente. § 2º Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração deverá eleger substituto para completar o respectivo mandato. Art. 31. A Diretoria Executiva, no seu formato de Colegiado, reunir-se-á, sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-presidente ou da maioria de seus membros e, em ambos os casos, instalar-se-á com a presença obrigatória da maioria de seus integrantes, obedecido o disposto no Parágrafo único seguinte. Parágrafo único. As deliberações do Colegiado da Diretoria Executiva serão tomadas, no mínimo, pela maioria de sua composição, incluído necessariamente o Diretor presidente, que terá o voto de qualidade. SUBSEÇÃO I DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA Art. 32. São ainda atribuições específicas do Colegiado da Diretoria Executiva: I. submeter à deliberação do Conselho de Administração, por intermédio do Diretor presidente do Banco, propostas concernentes às matérias constantes do art. 25 deste Estatuto e de competência daquele órgão; I. fazer executar as políticas de negócios, as estratégias, as diretrizes e aprovar o orçamento geral do Banco; II. distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ou do Conselho de Administração, nos termos da lei vigente; III. decidir sobre a organização interna do Banco, a estrutura administrativa das Diretoria Executivas e a criação, extinção e o funcionamento de comitês no âmbito da Diretoria Executiva e demais áreas administrativas do Banco; IV. fixar as alçadas do próprio Colegiado da Diretoria Executiva, de cada Diretoria Executiva, dos comitês e de cada área administrativa; V. decidir sobre situações não compreendidas nas atribuições de outro órgão da administração e sobre casos extraordinários; VI. fixar os critérios básicos de administração de pessoal, decidir sobre as admissões, promoções e demissões dos funcionários e definir o quadro de pessoal e a política salarial; VII. opinar sobre a emissão de ações e apresentar ao Conselho de Administração proposta de aumento de capital; VIII. conceder licença anual remunerada de 30 (trinta) dias a seus próprios membros, bem como designar o Diretor que deve substituir, temporária e cumulativamente, outro integrante do Colegiado, inclusive o Diretor-presidente, observado o disposto no art. 26, inciso IX; IX. estipular normas internas, definindo as atribuições, organizações e competências dos diferentes setores da empresa; X. estabelecer as normas gerais reguladoras dos convênios, contratos e outros instrumentos a serem firmados com as cooperativas centrais e singulares de crédito e demais instituições financeiras e comerciais; XI. coordenar e fiscalizar a escrituração dos livros societários e as transferências de ações; XII. aprovar e revisar, no mínimo anualmente, as políticas e as estratégias para o gerenciamento dos riscos operacional, de mercado e de crédito do Banco, e submetê-las à aprovação final do Conselho de Administração; XIII. submeter ao Conselho de Administração e à Auditoria Externa os relatórios dos sistemas de controles internos do Banco; XIV. constituir ônus reais sobre bens móveis, bens fungíveis, títulos de crédito e direitos em geral, bem como as respectivas alienação e cessão fiduciárias com escopo de garantia, e prestar garantias a obrigações de terceiros; XV. submeter à aprovação do Conselho de Administração as políticas e procedimentos internos destinados a prevenir a utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto em lei. Parágrafo único. As decisões do Colegiado da Diretoria Executiva obrigam toda a Diretoria Executiva. SUBSEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR-PRESIDENTE Art. 33. Incumbe especificamente ao Diretor-presidente: I. convocar e presidir as reuniões do Colegiado da Diretoria Executiva; II. propor ao Conselho de Administração o número de membros da Diretoria Executiva e indicar os nomes dos diretores a serem eleitos; III. designar as atribuições específicas de cada diretor executivo e conferir-lhes denominação; IV. supervisionar a atuação do Colegiado da Diretoria Executiva, dos diretores executivos e dos comitês e setores administrativos que estiverem sob sua supervisão direta; V. cumprir e fazer cumprir os preceitos legais e regulamentares pertinentes ao negócio bancário e às atividades do Banco, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho da Administração, deste Estatuto e do Regimento Interno da Diretoria Executiva. SUBSEÇÃO III DA REPRESENTAÇÃO DO BANCO Art. 34. Os atos de representação extrajudicial, ativa e passiva do Banco, que envolvam qualquer tipo de obrigação, responsabilidade ou exoneração, como transigir ou renunciar a direitos, serão sempre firmados por dois diretores executivos. § 1º A representação judicial e institucional compete ao Diretor-presidente, ou, na sua ausência, a Diretor por ele designado. §2º Na outorga de mandato judicial ou emissão de carta de preposição, a representação compete a quaisquer dois diretores executivos, devendo ser descritos os poderes conferidos ao mandatário. §3º Na outorga de mandato para atuação extrajudicial, devem ser consignados os poderes específicos e prazo de validade nos respectivos instrumentos. §4º Nos órgãos administrativos e operacionais, os documentos representativos de atribuições ordinárias, definidas no Regimento Interno da Diretoria Executiva, conterão obrigatoriamente dupla assinatura. SUBSEÇÃO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRETORES EXECUTIVOS Art. 35. Cabem a cada diretor executivo, além das atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral, por este Estatuto e pelo Regimento Interno da Diretoria Executiva, mais as seguintes, a serem exercidas nas áreas sob sua responsabilidade da estrutura organizacional: I. a administração dos serviços e a condução das operações e serviços das respectivas áreas, com observância dos limites fixados por este Estatuto, pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-presidente; II.supervisionar e coordenar as atividades das respectivas áreas; III. baixar instruções internas; IV. cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e do Regimento Interno da Diretoria Executiva, as decisões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Colegiado da Diretoria Executiva; V. prestar assessoria aos trabalhos do Diretor-presidente, nas questões pertinentes às respectivas atribuições. CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO DO CONSELHO FISCAL. Art. 36. O Conselho Fiscal do Banco, investido da competência prevista em lei, será instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto, e/ou preferencialistas que representem no mínimo 5% do capital subscrito e integralizado, sendo constituído por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas, ou não, residentes no país, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária. § 1º Na constituição do Conselho Fiscal, aos titulares

BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A - BANCO SICOOB

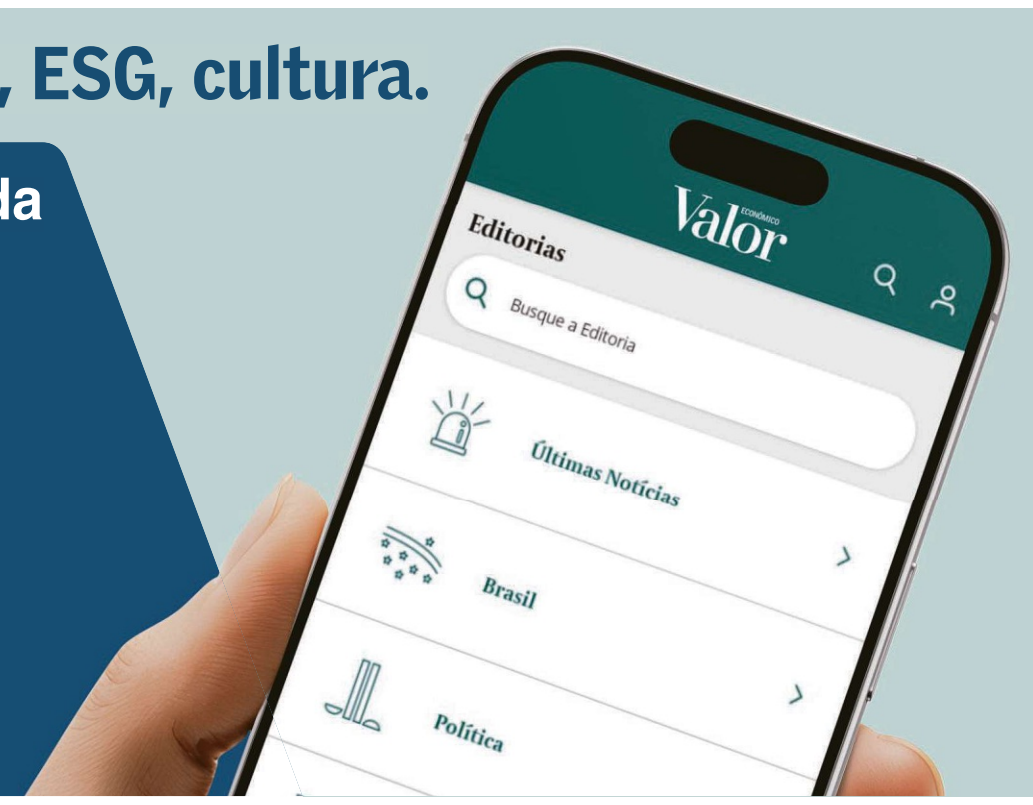
CNPJ: 02.038.232/0001-64

NIRE Nº 5330000552-4

de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, e com qualquer número de ações, será assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, um membro efetivo e respectivo suplente; o mesmo direito terão os acionistas minoritários, sob a condição de esses representarem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto. § 2º Aos demais acionistas com direito a voto, caberá eleger os membros efetivos e suplentes, que, em qualquer caso, serão em igual número ao dos eleitos nos termos do § 1º deste Artigo, mais um. § 3º Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, além dos impedidos por lei e das pessoas enumeradas no art. 41 deste Estatuto, também os membros de órgãos de administração e empregados do Banco, de empresa por ele controlada ou integrante do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador do próprio Banco. § 4º O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por votos favoráveis da maioria de seus membros em exercício. Por esse mesmo quórum, serão tomadas as demais deliberações. § 5º Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral que se realizará após a sua eleição, podendo ser reeleitos. § 6º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do próprio Conselho. SEÇÃO II DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL Art. 37. Nas vacâncias ou impedimentos definitivos, os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos pelos respectivos suplentes. Parágrafo único. Salvo motivo de força maior ou caso fortuito, perderá o cargo o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa prévia, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo do mandato. SEÇÃO III DAS REUNIÕES Art. 38. O Conselho Fiscal reunir-se-á na sede do Banco, com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros, por meio de convocação de seu Presidente, ordinariamente, uma vez por mês, ou extraordinariamente, sempre que julgado necessário por seu Presidente, a maioria de seus membros, no mínimo, ou por solicitação da Administração do Banco. § 1º Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração, convocadas para deliberação sobre os assuntos em que eles devam opinar, constantes dos incisos II, III e VII do Artigo 163 da Lei das Sociedades Anônimas. § 2º O Conselho Fiscal será representado por, pelo menos um de seus membros às reuniões da Assembleia Geral, respondendo aos pedidos de informações formulados pelos acionistas. § 3º O Conselho Fiscal, a pedido de seus membros, solicitará aos órgãos da Administração esclarecimentos ou informações necessárias ao exercício de sua função fiscalizadora, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais; e, aos auditores independentes, os mesmos esclarecimentos e a apuração de fatos específicos. SEÇÃO IV DA REMUNERAÇÃO Art. 39. A remuneração dos Conselheiros Fiscais será fixada pela Assembleia que os eleger e será assegurado o ressarcimento das despesas de locomoção, estada e alimentação justificadas pelos deslocamentos para participação em reuniões. CAPÍTULO V DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E DA DEFESA Art. 40. O Banco assegurará aos membros e ex-membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, por meio de advogados de seu quadro jurídico ou de advogados externos contratados, cuja escolha ficará a critério do Diretor-presidente, a assistência jurídica e a defesa em processos judiciais e administrativos, dentro dos prazos prescricionais legais e regulamentares, pela prática de atos durante o exercício de seus mandatos, salvo nos casos de atos delituosos e de ações movidas pelo próprio Banco e nos casos de dolo ou fraude contra o Banco ou seus Acionistas. CAPÍTULO VI IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES Art. 41. Além dos casos de inelegibilidade previstos em lei e em regulamentos, são ainda inelegíveis para os cargos da administração e do Conselho Fiscal do Banco: I. os que forem sócios, cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o 2º (segundo) grau, de membros estatutários ou de dirigentes de centrais ou cooperativas de crédito; II. os que estiverem inadimplentes com o Banco, ou que lhe tenham ocasionado prejuízo ainda não ressarcido; III. os que participarem de empresas em mora com o Banco; IV. os que forem sócios, ascendentes, descendentes, cônjuges ou parentes colaterais ou afins, até o 2º (segundo) grau, de membro integrante da Administração; V. exclusivamente para os cargos da Diretoria Executiva, são também inelegíveis os que participarem de órgãos administrativos, consultivos, fiscais e semelhantes de cooperativas de crédito ou que nelas exercerem funções gerenciais. Parágrafo único. Aos Diretores é vedado exercer funções diretivas em outras sociedades, sem expressa autorização do Conselho de Administração, excepcionando: I. o Sicoob Confederação; II. as empresas coligadas ou controladas pelo Banco; III. as entidades de previdência complementar multipatrocinadas ou patrocinadas pelo Banco; IV. os fundos ou fundações ligadas ao cooperativismo. Art. 42. Constituem hipóteses de vacância de cargo, além daquelas previstas no Artigo 19, deste Estatuto, mais as seguintes: I. a morte; II. a renúncia; III. a destituição; IV. o desligamento da cooperativa central que representa no Sicoob Confederação; V. o patrocínio, como parte ou procurador, de medida judicial contra o Sicoob Confederação, o Banco, empresa controlada, fundação patrocinada ou contra pessoa jurídica acionista, salvo aquelas que visem ao estrito exercício do próprio mandato; VI. a posterior inelegibilidade, nos termos da lei, de regulamentos e deste Estatuto. TÍTULO V DA AUDITORIA CAPÍTULO I DO COMITÊ DE AUDITORIA Art. 43. O Banco manterá um Comitê de Auditoria composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros titulares, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 5 (cinco) anos, podendo haver recondução, nos termos das demais normas da legislação pertinente. § 1º Os membros do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no seu livro de atas, estendendo-se o mandato até a posse dos seus substitutos. § 2º Além dos requisitos previstos na legislação e regulamentação em vigor, aplicam-se aos membros do Comitê de Auditoria as mesmas condições de elegibilidade fixadas no art.17 deste Estatuto. § 3º Também se aplicam aos membros do Comitê de Auditoria as mesmas normas aplicáveis aos Conselheiros de Administração e aos Diretores, contidas nos artigos 21, 40, 41 e 42 deste Estatuto. § 4º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral Ordinária e será assegurado, aos membros não integrantes da Diretoria Executiva, o ressarcimento das despesas de locomoção, estada e alimentação justificadas pelos deslocamentos para participação em reuniões. Art. 44. Além de outras atribuições previstas na legislação e regulamentação em vigor, compete ao Comitê de Auditoria: I. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais serão aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas; II. recomendar, ao Conselho de Administração, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como sua remuneração e a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; III. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis anuais e semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; IV. monitorar e avaliar a independência do auditor independente, bem como a efetividade das auditorias independentes e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banco, além de instrumentos normativos internos; V. avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelas auditorias independentes ou pela auditoria interna; VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de instrumentos normativos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; VII. recomendar, à Diretoria Executiva, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos no âmbito de suas atribuições; VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria Executiva, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria Executiva; X. reunir-se com o Conselho Fiscal, quando instalado, e com o Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XI. outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Banco Central do Brasil. Art. 45. O Banco poderá manter um Comitê de Auditoria único para cumprir as atribuições e responsabilidades previstas na legislação e regulamentação em vigor relativamente às instituições que compõem o seu conglomerado prudencial. CAPÍTULO II DA AUDITORIA INTERNA Art. 46. As atividades de Auditoria Interna do Banco serão exercidas por área de auditoria interna própria, subordinada ao Conselho de Administração. § 1º As atividades referidas no caput serão avaliadas pelo Comitê de Auditoria. § 2º À Auditoria Interna são asseguradas as condições necessárias para avaliação independente, contínua, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança corporativa da instituição. TÍTULO VI DO COMITÊ DE REMUNERAÇÃO Art. 47. O Banco manterá um Comitê de Remuneração composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros titulares, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, podendo haver recondução, os quais não farão jus à remuneração adicional, salvo se independentes. § 1º Além dos requisitos previstos na legislação e regulamentação em vigor, aplicam-se aos membros do Comitê de Remuneração as mesmas condições de elegibilidade fixadas no art. 17 deste Estatuto. § 2º A remuneração dos membros do Comitê de Remuneração será fixada pela Assembleia Geral Ordinária e será assegurado, aos membros não integrantes da Diretoria Executiva ou do quadro de empregados, o ressarcimento das despesas de locomoção, estada e alimentação justificadas pelos deslocamentos para participação em reuniões. Art. 48. Além de outras atribuições previstas na legislação e regulamentação em vigor, compete ao Comitê de Remuneração: I. elaborar a Política de Remuneração dos Administradores do Banco Sicoob, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; II. supervisionar a implementação e operacionalização da Política de Remuneração dos Administradores do Banco Sicoob; III. revisar anualmente a Política de Remuneração dos Administradores do Banco Sicoob, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; IV. propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76; V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a Política de Remuneração dos Administradores do Banco Sicoob; VI. analisar a Política de Remuneração dos Administradores do Banco Sicoob em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; VII. zelar para que a Política de Remuneração dos Administradores do Banco Sicoob esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada do Banco e com as normas do Conselho Monetário Nacional. Art. 49. O Banco poderá manter um Comitê de Remuneração único para cumprir as atribuições e responsabilidades previstas na legislação e regulamentação em vigor relativamente às instituições que compõem o seu conglomerado financeiro. TÍTULO XI DA LIQUIDAÇÃO Art. 50. O Banco entra em liquidação nos casos e pelo modo previsto em lei. TÍTULO XII DA OUVIDORIA Art. 51. O Banco manterá uma Ouvidoria destinada a atuar como canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, cooperativas e terceiros, usuários de seus produtos e serviços, assim como na mediação de conflitos, através das seguintes atribuições: I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; II. III. atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; informar ao Conselho de Administração a respeito das atividades de Ouvidoria. § 1º Para efeito deste Título, considera-se primário o atendimento habitual realizado em quaisquer pontos ou canais de atendimento, incluídos os correspondentes no País e o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) de que trata o Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008. § 2º As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; IV. manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores para solucioná-los; V. elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. § 3º O atendimento prestado pela Ouvidoria: I. deve ser identificado por meio de número de protocolo, o qual deve ser fornecido ao demandante; II. deve ser gravado, quando realizado por telefone, e, quando realizado por meio de documento escrito ou por meio eletrônico, arquivada a respectiva documentação; III. pode abranger: a) excepcionalmente, as demandas não recepcionadas inicialmente pelos canais de atendimento primário; b) as demandas encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras entidades públicas ou privadas. § 4º O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação. Art. 52. O Banco adotará, como critério para nomeação do titular da Ouvidoria, que o candidato possua aptidão e capacitação técnica para o cargo, comprovada previamente por exame de certificação, organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica e abrangendo temas relacionados à ética, aos direitos do consumidor e à mediação de conflitos, entre outros, como condições básicas inerentes ao cargo, além de possuir idoneidade moral e reputação ilibada. § 1º Será destituído o Ouvidor quando houver quebra de confiança, por inadequação ao cargo ou descumprimento de suas atribuições. § 2º O Ouvidor terá um mandato de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por iguais períodos, a critério do Colegiado da Diretoria Executiva do Banco. Art. 53. O Banco tem o compromisso expresso de: III. criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; II. assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. Art. 54. O Banco poderá manter um componente organizacional de ouvidoria único para compartilhamento e utilização dos serviços de ouvidoria pelas cooperativas de crédito do Sistema Sicoob, na forma da regulamentação vigente. TÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 55. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e as demais reuniões poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos aos ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor. Art. 56. Os documentos necessários ao relacionamento com as demais entidades do Sicoob poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor. Art. 57. Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei nº 6.404/76, ou diploma sucessor; pelas leis e regulamentos específicos sobre bancos comerciais e demais normas da legislação pertinente, e ainda por deliberação da Assembleia Geral nas matérias que lhe caibam livremente decidir. Art. 58. Qualquer controvérsia, litígio ou conflito (entre os acionistas ordinaristas e preferencialistas) decorrente ou relacionado a este Estatuto ou sua validade, sua interpretação, seu cumprimento ou sua execução será resolvido por arbitragem, em instância única e irrecorrível. Art. 59. A arbitragem será conduzida pela Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Distrito Federal, por três árbitros, cabendo a cada parte indicar um árbitro e respectivo suplente e, aos árbitros, a escolha de um terceiro e respectivo suplente para funcionar como Presidente do Tribunal Arbitral. Na hipótese de divergência, a indicação do terceiro árbitro caberá ao Presidente da Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Distrito Federal, cujo regulamento e normas regularão o processo de arbitragem. Art. 60. A arbitragem deverá ser conduzida, em português, segundo a lei brasileira e sem recurso à equidade, de acordo com o disposto na Lei 9.307/1996, sendo eleito o Foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF para condução da arbitragem. Art. 61. A decisão arbitral deverá ser dada por escrito e deverá especificar os fatos e a base legal para a decisão. O Juízo Arbitral deverá alocar entre a Parte vencedora e a Parte vencida, de acordo com o que for considerado justo e razoável pelo Juízo Arbitral, os custos e despesas relacionados à arbitragem, incluindo os honorários dos árbitros e suas despesas e honorários e eventuais despesas incorridas por peritos. Art. 62. A decisão arbitral será vinculativa e exequível contra as partes litigantes e poderá ser executada em qualquer juízo competente. Consolidação do Estatuto Social em 20 de agosto de 2025. Miguel Ferreira de Oliveira Presidente e Coordenador das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob. Luciana Oliveira Nascimento Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal Certifico registro sob o nº 2850092 em 22/10/2025 da Empresa BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A., CNPJ 02038232000164 e protocolo DFP2500226802 - 22/10/2025. Autenticação: F1C415674CFE904E26230E528EA649DC169F619. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 25/159.672-9 e o código de segurança PKWW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/10/2025 por Fabianne Raissa da Fonseca Secretária-Geral.

Política, economia, carreira, legislação, ESG, cultura.

No **Valor,** você encontra **cobertura aprofundada** de todas as **áreas que impactam o mercado e a sociedade.**



Valor ECONÔMICO

Acesse valor.globo.com

Ines249

Comércio exterior Apesar de bom desempenho de venda de aeronaves, saldo do setor tem novo recuo

Indústria da transformação vai na contramão e aprofunda déficit comercial

CELSO DONI/VALOR

Rafael Cagnin, do Iedi: efeito China nos carros elétricos é "grande desafio para o setor automobilístico brasileiro tanto interno como externamente"

Marta Watanabe
De São Paulo

Enquanto o superávit da balança comercial total do Brasil aumentou 47,6% no primeiro trimestre ante iguais meses de 2025, a balança da indústria de transformação acumulou déficit de US$ 19,7 bilhões, aprofundando em 1,2% o saldo negativo, na mesma comparação. As exportações de bens industriais subiram apenas 2,8%, menos da metade da taxa dos embarques totais, que cresceram 7,1%. E as importações de bens industriais cresceram em 2,3%, 1 ponto percentual acima das totais do país.

Os dados são do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), com base nos números da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic). O levantamento analisou o desempenho da balança da indústria de transformação considerando quatro níveis de intensidade tecnológica, conforme critério da OCDE: alta tecnologia, média-alta, média e média-baixa tecnologia.

O levantamento mostra que, apesar do bom desempenho da exportação de alguns setores, como o de aeronaves, que também apresentou queda de importações, houve aumento de desembarques de alguns ramos importantes, como veículos e indústria farmacêutica. O grupo de média-baixa tecnologia, porém, que costuma amortecer os déficits dos ramos de maior intensidade tecnológica, manteve superávit, mas com saldo menor do que igual período de 2025.

O déficit da balança da indústria de janeiro a março foi amenizado pelo bom desempenho da exportação dos ramos da alta tecnologia, mais precisamente de aeronaves, destaca Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi.

Os embarques brasileiros totais de bens industriais no primeiro trimestre de 2026 alcançaram US$ 43,9 bilhões, valor recorde em dólares correntes para o período, US$ 1,2 bilhão acima do que as vendas externas de iguais meses de 2025. O avanço na receita de exportação de aeronaves correspondeu a 59,6% desse crescimento.

Cagnin explica que os embarques da aviação têm certa volatilidade, porque são produtos de valor unitário elevado, que dependem do cronograma de entregas da grande fabricante brasileira do setor, a Embraer. O economista lembra também que há uma base de comparação relativamente baixa. No início de 2025, diz, já havia tensões comerciais importantes, com expectativa de como seria conduzida a política tarifária do presidente americano, Donald Trump. No decorrer do ano passado, porém, as aeronaves foram excluídas do tarifaço e acabaram "blindadas" da política tarifária mais gravosa de Trump. "Isso permitiu ao setor operar depois com relativa normalidade", avalia.

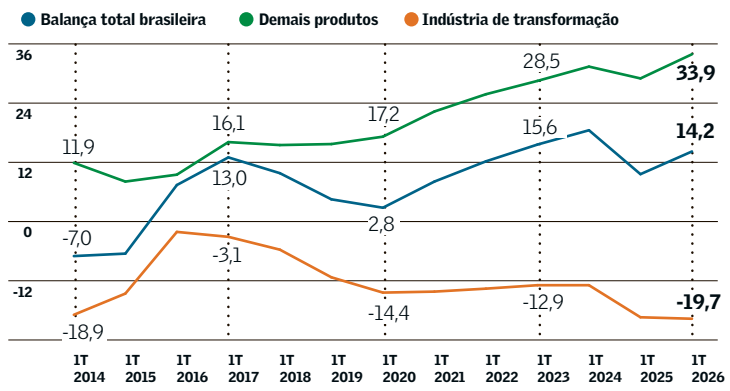
Além disso, diz Cagenin, no primeiro trimestre de 2026 houve uma ampliação da entrega de aviões pela Embraer, principalmente no ramo de aviação comercial. "Há uma fila [de entregas] em grandes fabricantes globais de aeronaves e a Embraer tem conseguido ampliar o market share nesse contexto. A empresa tem inovado, entrando cada vez mais no segmento de aviões de maior porte e com desempenho energético competitivo." A companhia também tem entrado no ramo de defesa e segurança, frente de demanda que vem crescendo, com o aumento de gastos militares no mundo inteiro, observa. "Embora seja apenas um trimestre, o período reflete essas estratégias de diversificação de portfólio da companhia nas últimas décadas."

Mesmo com o desempenho positivo das exportações de aeronaves, o levantamento do Iedi mostra que o grupo de alta tecnologia teve déficit comercial de US$ 11,4 bilhões no primeiro trimestre, mantendo o tradicional saldo negativo, ainda que com melhora ante o déficit de US$ 12,5 bilhões de iguais meses de 2025. Além da fabricação de aeronaves, integram a alta tecnologia a indústria farmacêutica e o complexo eletrônico. Esses dois ramos se destacaram pelo aumento das importações, com altas respectiva de 21,6% e 5,3% de janeiro a março ante iguais meses do ano passado. As importações do grupo, porém, recuaram 2,5%, também sob influência de aeronaves, cujos desembarques caíram 45,7% na mesma comparação.

Um destaque negativo, aponta Cagnin, vem da média-alta tecnologia. O grupo, composto por armas, veículos, máquinas e equipamentos e instrumentos de uso médico, entre outros, teve queda de 4% na exportação do primeiro trimestre ante igual período de 2025. Para o economista, o que chama mais a atenção é o desempenho das importações. No grupo, houve crescimento de 3,6%, mas puxado por automóveis, que subiram 23,6%.

> Grupo de média-baixa tecnologia manteve superávit, mas com saldo menor do que igual período de 2025

Déficit comercial na indústria
Saldos selecionados - US$ bilhões



Fonte: Comex Stat, com elaboração do Iedi

"É o efeito China, com carros elétricos, o que mostra um grande desafio para o setor automobilístico brasileiro tanto interno como externamente", diz Cagnin. A competitividade da indústria chinesa, observa, vai além do setor automobilístico. "O ganho de participação em manufaturados da China na América Latina é crescente, em boa medida deslocando a indústria brasileira não só porque produz os mesmos itens mas porque tem um dinamismo tecnológico que permite ocupar market share com produtos novos. Temos visto o movimento dos veículos de um ponto de vista mais de curto prazo, mas ele reflete uma transformação estrutural do mercado, uma pressão concorrencial com produtos inovadores muito fortes."

No conjunto, a média-alta tecnologia fechou o primeiro trimestre com déficit comercial de US$ 20,2 bilhões. O saldo negativo é tradicional no grupo, mas neste ano o déficit se aprofundou em 7,8% ante igual período de 2025.

O levantamento do Iedi dá destaque positivo ao desempenho dos bens da indústria de média tecnologia, cujas exportações cresceram 10,6%, impulsionadas pelo ramo da metalurgia, com alta de 15,3%. As importações do grupo também cresceram, mas a taxa bem menor, de 2,9%. O grupo fechou o primeiro trimestre com déficit de US$ 680 milhões, bem menor do que o saldo negativo de US$ 1,2 bilhão de igual período de 2025. O saldo negativo no início deste ano, porém, destaca o estudo, está sob influência da contabilização de plataformas de petróleo, que desde o ano passado distorcem certos trimestres. Desconsiderado o ramo de construção naval em que aparecem, aponta o levantamento, o saldo da indústria de média tecnologia foi superavitário em US$ 1,8 bilhão de janeiro a março. Além de metalurgia e construção de embarcações, integram a média tecnologia, entre outros, fabricação de borracha e plásticos e de produtos de minerais não metálicos.

Já a média-baixa tecnologia, diz Cagnin, teve destaque negativo. O grupo, tradicionalmente superavitário, costuma amortecer o déficit das faixas de maior intensidade tecnológica. Para o economista, há um déficit tecnológico de inovação em alguns ramos, que se refletem em déficits comerciais estruturais. "Principalmente em ramos maior intensidade tecnológica, salvo efetivamente as exceções, a exemplo da aeronáutica."

Quem usualmente segura um pouco esse déficit, destaca, é a média-baixa tecnologia, composta, entre outros, pelos ramos de vestuário, calçados, madeira, móveis, produtos de metal, derivados de petróleo e alimentos e bebidas. "Mas esse grupo vem tendo um desempenho muito morno, bem estável", avalia.

Pelo levantamento, as exportações da média-baixa tecnologia ficaram praticamente estáveis, com alta de 0,2% de janeiro a março de 2026 enquanto as importações cresceram 4,2%. A estabilidade das exportações, aponta o estudo, chama atenção. O grupo tradicionalmente apresenta balança fortemente superavitária devido aos ramos ligados ao processamento de commodities. Dentre os quatro grupos de intensidade tecnológica, foi o único com superávit comercial, de US$ 12,6 bilhões. O saldo, porém, foi 3,1% menor, sempre ante o primeiro trimestre de 2025.

Confiança do setor de comércio tem queda de 1% em abril, indica CNC

Alessandra Saraiva
Do Rio

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) caiu 1% em abril ante março, para 105,6 pontos, informou a organização na terça-feira (5). Na comparação com abril de 2025, o indicador subiu 2,9%. Para a CNC, a queda reflete ambiente de maior cautela no varejo nacional. Isso porque os próximos meses contam com série de incertezas, lembrou a entidade, como quadro internacional turbulento com a guerra no Irã e eleições.

Nos três tópicos usados para cálculo do Icec, dois apresentaram recuo, em abril ante março: casos das quedas em expectativas (-2,3%) e intenções de investimento (-0,9%). Já condições atuais mostrou expansão (1,1%), no mesmo período comparativo. Em relação a abril do ano passado, no entanto, os três tópicos tiveram alta, de 0,5%, de 2,4% e de 7,9%, respectivamente, em abril deste ano.

Segundo a CNC, o contexto macroeconômico ainda permite que um desempenho positivo do comércio. Ainda que a taxa básica de juros em patamar elevado implique condições de crédito mais restritivas, o consumo atual tem sustentação na renda real, pontuou a entidade. A combinação de desaceleração inflacionária e dinamismo do mercado de trabalho tem favorecido ganhos reais de salários e expansão da massa de rendimentos. Isso amplia capacidade de consumo das famílias, salientou a confederação. Nesse contexto, a melhora da renda corrente compensa o encarecimento do crédito, sustentando ao menos no curto prazo a demanda e a percepção atual dos empresários do comércio, concluiu a organização.

O mesmo tom favorável não foi registrado nas respostas relacionadas ao futuro. Para a CNC, ocorreu, "deterioração das expectativas" para os próximos meses.

O otimismo do empresariado, com o futuro, foi impactado por fatores geopolíticos e domésticos, diz a CNC. As tensões entre Estados Unidos e Irã elevaram preço internacional do petróleo e trouxeram pressão de preço nos combustíveis, causando incerteza sobre custo de produção, inflação e política monetária.

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, lembrou a capacidade de adaptação do empresariado brasileiro, frente as dificuldades. "O comércio brasileiro tem demonstrado uma resiliência notável, sustentada pela força do mercado de trabalho e pela recuperação da renda real", recordou Tadros. "Contudo, o momento exige cautela e serenidade", admitiu. "O aumento da incerteza externa e as pressões inflacionárias globais demandam um ambiente interno de previsibilidade e estabilidade", concluiu ele.

Catarina Carneiro, economista da confederação, destacou o contexto de ano eleitoral, como é o ano de 2026. Isso contribui para postura mais defensiva dos tomadores de decisão. "Decisões que envolvem custos rígidos, como a ampliação do quadro de pessoal, tendem a ser postergadas em momentos de incerteza", recordou ela.

A CNC informou ainda que, apesar do cenário, de menor confiança do varejo, não houve desajuste nos estoques, que seguem, em sua maioria, alinhados ao ritmo das vendas. De acordo com a confederação, em abril na ótica do Icec, 58,2% dos empresários avaliaram nível de estoques como adequado à demanda.

Liderada por famílias de menor renda, intenção de consumo sobe pelo 6º mês

Do Rio

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) subiu 1,2% em abril ante março, para 104,5 pontos, o sexto aumento consecutivo, segundo a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na comparação com abril de 2025, a alta foi de 3,1%.

A nova alta foi impulsionada pela melhora na avaliação de momento para aquisição de bens duráveis, como geladeira e fogão, mesmo em ambiente de crédito mais restritivo, com juros mais elevados, destacou a entidade.

Todos os sete tópicos usados para cálculo do ICF apresentaram expansão em abril ante março: emprego atual (0,8%), renda atual (1,3%), nível de consumo atual (0,3%), perspectiva de consumo (0,8%), acesso ao crédito (1,2 %), momento para duráveis (2,5%), e perspectiva profissional (2%).

Já na comparação com abril do ano passado, no entanto, cinco tópicos apresentaram expansão, em abril desse ano: consumo atual (3,2%), acesso ao crédito (9,4%), momento para duráveis (18,8%); renda atual (1,8%), e perspectiva de consumo (3%). Em contrapartida, foram observados recuos, em emprego atual (-0,3%) perspectiva profissional (-5,4%).

Ao explicar influência de maior interesse em compra por itens duráveis, os técnicos da CNC, na pesquisa, detalham que o desempenho ocorreu em contexto de menor pressão inflacionária sobre esse tipo de bem, o que tornou mais atrativa a intenção de consumo, desse tipo de item.

Outro aspecto que favoreceu itens duráveis mais baratos foi o câmbio, acrescentou também a CNC. Com a valorização do real frente ao dólar, produtos duráveis importados, influenciado pela cotação da moeda americana, se tornam menos caros.

A CNC informou ainda que o maior ímpeto de consumo em abril ocorreu tanto nas famílias de maior renda quanto nas de menor poder aquisitivo. Nos consumidores com até dez salários mínimos de renda mensal média, o ICF cresceu 3,7% e, nos com renda mensal média acima de dez salários mínimos a alta foi de 1,3%.

Um aspecto que pode ter contribuído para maior ímpeto de consumo entre famílias de menor renda é a trajetória da inflação, nessa faixa de renda, disse Catarina Carneiro, economista da CNC. "O INPC, que mede o consumo de [famílias com renda] de até cinco salários mínimos acumulou alta de 3,77% em 12 meses até março, ficando abaixo do IPCA geral para os outros públicos [de 4,14%]."

Além disso, a confederação detalhou ainda que o tópico "momento para compra de duráveis" mostrou resultado mais favorável na faixa de renda de menor poder aquisitivo. Entre as famílias de renda de até dez salários mínimos, esse tópico subiu 2,5% ante março com avanço de 21,5% ante abril do ano passado. Nas com renda superior a dez salários mínimos, houve altas menos intensas, de 2,1% ante março, e de 10,4% ante abril de 2025.

"Para que esse otimismo seja duradouro, é necessário mantermos o compromisso com o equilíbrio fiscal e a segurança jurídica, permitindo uma flexibilização do crédito que impulsione o setor terciário", acrescentou o presidente do sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros. "Esperamos que o 'Desenrola' seja a primeira das medidas por parte dos agentes públicos para devolver poder de compra ao consumidor brasileiro ", completou. *(AS)*

Judiciário Participações governamentais pagas pela indústria são vistas como contrapartida pela atividade nos locais onde é desenvolvida

Especialistas defendem uso de royalties para compensar impactos

Kariny Leal, Fábio Couto e Rafael Rosas
Do Rio

Na véspera do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da ação que começa a decidir nesta quarta-feira (6) se a lei que altera a distribuição dos royalties e participações especiais é constitucional, especialistas ouvidos pelo **Valor** reafirmam uma ideia que foi consagrada pelo próprio Supremo. Sob essa lógica, participações governamentais pagas pela indústria de petróleo são vistas como compensações pela atividade aos locais onde é desenvolvida. O STF julga a partir desta quarta-feira, 5, a possível inconstitucionalidade da Lei 12.734, de 2012, que prevê redistribuição dos recursos para Estados e municípios não produtores.

A lei foi aprovada pelo Congresso e sancionada com vetos pela então presidente Dilma Rousseff, mas uma liminar da ministra Cármen Lúcia, do STF, suspendeu os efeitos da medida e manteve a distribuição de royalties e de participações especiais, sobre grandes campos produtores, conforme Lei 9.478/97, a Lei do Petróleo.

Em 2025, royalties e participações especiais somaram R$ 92,423 bilhões. Do montante, R$ 62,161 bilhões foram repassados a título de royalties e R$ 30,262 bilhões, como participações especiais. Para 2026, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estima uma arrecadação total de R$ 125,495 bilhões.

O professor de economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Rodrigo Rodriguez avalia que o impasse está no entendimento do propósito dos royalties: "No mundo inteiro, o uso dos royalties é para compensar o impacto no local da produção. Devemos ter em mente que a produção de petróleo é uma atividade com tempo para terminar."

Pelos cálculos de Rodriguez, caso a transição prevista pela lei tivesse início em 2025, o Rio de Janeiro seria o Estado mais afetado em termos absolutos e relativos, com uma redução de R$ 7,78 bilhões na Receita Corrente Líquida (RCL), representando um recuo de 7,74%. O Espírito Santo aparece como segundo Estado mais impactado, com perda de R$ 394,15 milhões, ou 1,40% da RCL, seguido por Rio Grande do Norte, que teria perda de 0,46% da RCL, e Amazonas, com recuo de 0,39% da receita.

Outros Estados monitorados, como Sergipe, São Paulo, Bahia, Alagoas, Maranhão, Paraná e Ceará, apresentam impactos relativos mais modestos, todos inferiores a 0,20% da receita.

"Um dos caminhos é ter uma política mais adequada para aplicação dos royalties. Isso eliminaria a visão de que o royalty é uma benesse. É necessário delimitar para onde deve ir esse royalty e criar limitantes", afirma o professor.

> "No mundo inteiro, o uso dos royalties é para compensar o impacto no local da produção"
> *Rodrigo Rodriguez*

O advogado Alexandre Calmon, sócio do Costa Rodrigues Advogados, também aponta a tese constitucional de que royalty é indenização por potenciais riscos ambientais e sociais decorrentes do exercício de determinadas atividades potencialmente arriscadas. Na visão dele, ao deixar essa questão pendente por muito tempo, o STF causou politização de uma questão puramente técnica.

"Entendo que a natureza das participações especiais até poderia ser discutida ou mesmo um novo marco temporal discutido, implicando em eventual potencial redistribuição, mas royalties?", questionou Calmon.

Para Jeniffer Pires, sócia do Kincaid Mendes Vianna Advogados, o que está em jogo é qual ente federativo fica com a maior parte de uma das receitas mais relevantes do país, bem como quais os critérios para eventual redistribuição: "O modelo atual privilegia Estados e municípios produtores, sob o fundamento de que os royalties são uma compensação pelos impactos da atividade petrolífera que recaem sobre essas regiões, seja sob o aspecto ambiental ou de infraestrutura."

Segundo a especialista, é razoável que Estados produtores recebam mais, dado que os recursos servem para indenizar entes que suportam diretamente os impactos ambientais, sociais e de infraestrutura da atividade de exploração petrolífera. "O royalty tem como natureza jurídica a compensação financeira. Estados que não são produtores não sofrem os mesmos impactos com a atividade de exploração e produção de petróleo."

Na visão de Pires, a proposta de redistribuição implica que os Estados produtores continuariam arcando com os impactos, porém com menor participação nas receitas, o que enfraqueceria a lógica compensatória. "É possível ainda que, com a eventual aprovação, seja criado um precedente importante para outras receitas vinculadas à exploração de recursos naturais."

Paula Araújo, coordenadora do Programa Macrorregional de Caracterização de Rendas Petrolíferas (PMCRP), ressalta que a discussão no STF tende a ter como base uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomenda que sejam refeitos critérios para definição das linhas que delimitam os Estados produtores — principais parâmetros para distribuição das rendas do petróleo. O TCU considera que a definição desses limites estaria obsoleta, segundo Araújo. Os limites foram definidos pelo IBGE na década de 1980. "Se esse estudo fosse refeito, provavelmente haveria uma mudança significativa para quem se beneficia dos royalties", avalia.

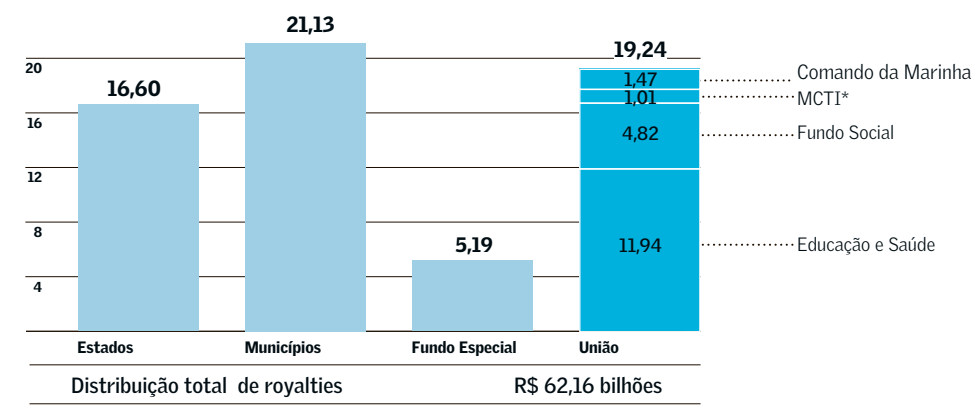
A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) critica a demora de 13 anos para que a liminar da ministra Carmen Lúcia fosse julgada pelo plenário do STF. Segundo o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, "o importante é [haver] o julgamento". A CNM defende a lei que redistribui os recursos para os Estados não produtores, e Ziulkoski ressalta que o rápido crescimento da produção de petróleo a partir do pré-sal trouxe a necessidade de mudança no destino das participações governamentais.

"O artigo 20 da Constituição diz que a riqueza do subsolo é de propriedade da União. Se é da União, é da nação brasileira, e não de um ou outro", diz Ziulkoski. A proposta da CNM é que haja uma modulação da decisão, com prazo de sete anos de transição.

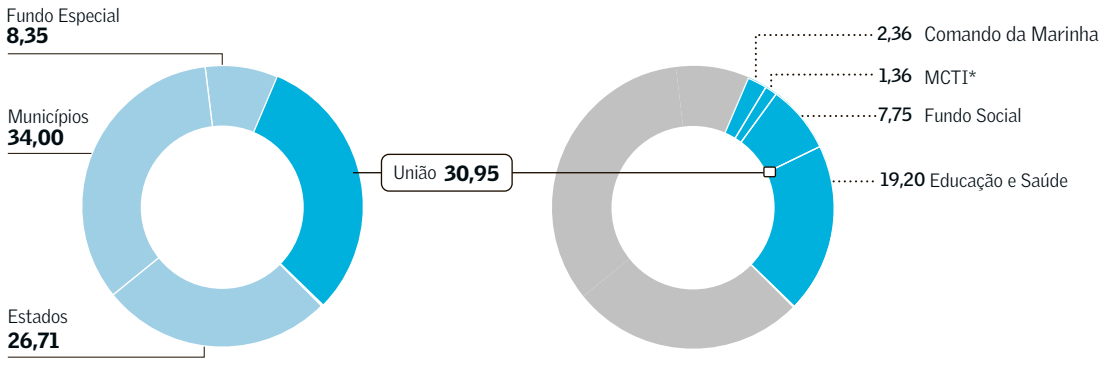
Como os recursos do petróleo foram distribuídos em 2025

Royalties e participações especiais foram pagos para compensar atividades de óleo e gás

Distribuição de royalties no Brasil em 2025 (em R$ bilhões)



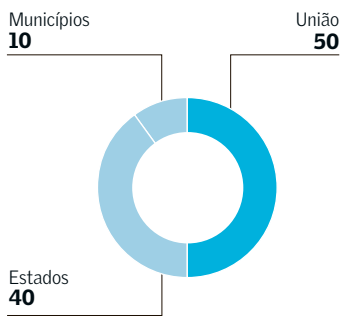
Distribuição de Royalties no Brasil em 2025 (em % sobre o total pago)



Distribuição das participações especiais em 2025 (em R$ bilhões)

	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
União	4,392	3,799	3,814	3,125
MMA**	0,053	0,034	0,040	0,029
MME***	0,215	0,136	0,161	0,118
Fundo Social	4,098	3,538	3,516	2,906
Educação	0,018	0,068	0,073	0,053
Saúde	0,006	0,022	0,024	0,017
Estados	3,514	3,040	3,051	2,500
Municípios	0,878	0,760	0,762	0,624
Total	**8,785**	**7,599**	**7,628**	**6,249**
Distribuição total de participações especiais				R$ 30,261 bilhões

Distribuição das participações especiais em 2025 (em %)



Fonte: ANP. *Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, **Ministério de Minas e Energia, ***Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Julgamento no Supremo deve durar mais que um dia

Giullia Colombo
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar nesta quarta-feira (6) as regras de distribuição dos royalties e participações especiais (PE) sobre a produção de petróleo e gás natural, 13 anos após as ações terem sido protocoladas na corte. Os ministros decidirão se uma lei de 2012, que estabeleceu mudanças nos percentuais das taxas governamentais destinadas aos entes federativos, é constitucional ou não.

A norma aumentou os repasses destinados a Estados não produtores de petróleo e reduziu os ganhos dos produtores. A regra, no entanto, não chegou a entrar em vigor, porque em 2013 a ministra Cármen Lúcia, relatora das ações, suspendeu a previsão em decisão liminar.

De lá para cá, outras ações sobre a partilha de royalties e a Participação Especial (PE) dos Estados foram protocoladas, mas não houve um desfecho em julgamento colegiado. Ao todo, cinco ações serão julgadas, quatro de relatoria de Cármen e uma de Luiz Fux. Elas foram ajuizadas por Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, pelo PL (quando ainda se chamava PR) e pela Associação Brasileira dos Municípios com Terminais Marítimos (Abramt).

O julgamento começará com a leitura do relatório dos casos e as sustentações orais das partes, seguidas das manifestações de ao menos 17 amici curiae (partes interessadas). Por causa disso, dificilmente o caso terá solução em um único dia e deve se estender para outra sessão.

Os autores das ações argumentam que a lei de 2012 pode causar prejuízos aos Estados e municípios produtores. Também defendem que os processos de produção exigem investimentos em infraestrutura e, por causa disso, os produtores estão sujeitos a impactos ambientais e socioeconômicos da atividade. Os repasses, portanto, seriam uma compensação.

Do outro lado, no entanto, Estados e entidades interessadas na ampliação da partilha defendem que os recursos naturais que possibilitam a produção do petróleo pertencem à União e, por isso, devem ser repartidos. Fazem parte dessa corrente a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e outros 19 Estados.

Ao analisar o caso em 2013, Cármen entendeu que a norma do ano anterior violava direitos adquiridos pelos Estados produtores e derrubou a mudança na distribuição prevista em lei. Na ocasião, ela argumentou que havia riscos inegáveis à segurança jurídica e financeira dos Estados e dos municípios.

> União perderia R$ 9 bilhões por ano em receita com legislação de 2012, estima AGU

Em 2023, quando o caso já estava pendente de julgamento há dez anos, as ações foram encaminhadas para o Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal) do Supremo, para a "tentativa de solução dialogada da controvérsia". Uma audiência de conciliação havia sido marcada para terça-feira (5), depois que o julgamento já havia sido agendado, mas foi desmarcada pela proximidade da análise.

Em manifestação enviada à corte na terça, a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu a inconstitucionalidade da lei de 2012, para garantir "o equilíbrio das relações federativas, evitando-se o colapso financeiro dos Estados e municípios produtores". Segundo o órgão, a União perderia R$ 9 bilhões por ano em receita.

A Lei dos Royalties de 2012 aumentou os repasses destinados a Estados não produtores de petróleo e reduziu os ganhos dos produtores. Como foi suspensa por liminar do STF, permanece válida a regra anterior, que estabelece que os recursos devem ser distribuídos aos entes federativos produtores ou com instalações ligadas à atividade (bases, portos e dutos).

O cálculo dos royalties é mensal, enquanto as participações especiais são uma compensação financeira extraordinária e trimestral. Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo, além de 29 municípios, recebem os recursos.

Hoje, Estados e municípios produtores recebem 30%. Outros 10% ficam com cidades com instalações de embarque e desembarque, enquanto o comando da Marinha recebe 20% e o Fundo Especial de Estados e Municípios fica com 10%.

A lei que será analisada pelo Supremo prevê que os Estados produtores recebam 20% dos royalties, enquanto os municípios produtores têm direito a 17%. Outros 3% vão para municípios afetados por operações de embarque e desembarque. O restante vai para fundos especiais de Estados, municípios e União. Pelas regras, a maior fatia desses fundos ficaria com cidades e Estados sem produção.

Como mostrou o **Valor**, o Rio é um dos maiores interessados na derrubada da norma. Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), dos R$ 92,4 bilhões arrecadados com royalties e PEs em 2025 no Brasil, o Estado, que é responsável por 84,6% da produção de petróleo e gás, recebeu R$ 24,8 bilhões. A quantia corresponde a 25% da receita corrente líquida (RCL) estadual. Em segundo lugar, está o Espírito Santo e, em terceiro, São Paulo.

Lula autoriza entrada do Rio no Propag

Camila Zarur
Do Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) autorizou nesta terça-feira (5) a saída do Rio de Janeiro do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e a adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados e do Distrito Federal (Propag). Com a mudança, a parcela mensal da dívida do Rio com a União cairá para cerca de R$ 113 milhões, com crescimento gradual ao longo de cinco anos.

A adesão ao novo programa de renegociação da dívida, com modelo mais vantajoso para os Estados. era uma das principais reivindicações do governo fluminense, que afirma que a maior parte do déficit fiscal do Estado, estimado em R$ 19 bilhões para este ano, se deve ao débito com a União.

Até o momento, a parcela que o Rio paga mensalmente da dívida é de R$ 490 milhões, valor que é menor do que o montante devido por causa de uma liminar do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). Sem a decisão, a parcela seria de cerca de R$ 1,14 bilhão por mês.

Até o início do ano, a dívida pública do Rio era de R$ 225 bilhões, dos quais R$ 193 bilhões eram com a União.

Aprovado no Congresso no ano passado, o Propag permite a ampliação do prazo de pagamento das dívidas dos Estados em até 30 anos e a redução dos encargos financeiros, ao mesmo tempo em que vincula os benefícios fiscais à ampliação de investimentos estratégicos em áreas essenciais para a população

Segundo o Palácio do Planalto, entre as contrapartidas para a adesão do Rio ao programa estão investimentos em educação profissional técnica de nível médio, fortalecimento das universidades estaduais e a expansão da infraestrutura para a universalização do ensino infantil e da educação em tempo integral.

O acordo prevê, ainda, ações estruturantes em saneamento, habitação, transportes, segurança pública e adaptação às mudanças climáticas.

Mistura maior de etanol pode gerar economia de R$ 1,8 bi

Folhapress

O aumento da mistura de etanol na gasolina, de 30% para 32%, previsto para ser chancelado nesta quinta-feira (7), vai permitir que as distribuidoras de combustível cortem a importação de 454 milhões de litros de gasolina no prazo de 180 dias, período em que vai vigorar a medida.

A estimativa faz parte de uma avaliação interna do Ministério de Minas e Energia. O volume equivale a uma redução de cerca de US$ 340 milhões na dependência externa, o equivalente a cerca de R$ 1,8 bilhão em importações que serão evitadas, considerando o preço de paridade de importação mais recente.

O plano do governo é elevar temporariamente o percentual de etanol anidro na gasolina, que hoje já é obrigatório, do chamado E30 para o E32, por um período inicial de seis meses, com possibilidade de prorrogação.

Ines249

Brasil e Estados Unidos: caminhos para uma nova agenda econômica e estratégica

Mudanças na política americana, transformações na economia global e novas prioridades geopolíticas vêm redefinindo a relação entre Brasil e Estados Unidos.

O **Summit Valor Brazil-USA** reúne autoridades, líderes empresariais e especialistas para discutir os rumos dessa parceria em temas centrais como comércio, investimentos, minerais críticos, transição energética e o papel do Brasil na América Latina.

O encontro também analisa os possíveis efeitos das eleições de meio de mandato nos Estados Unidos sobre a política externa, o ambiente de negócios e a cooperação bilateral.

Temas abordados

- Inside Washington: como o Congresso americano molda as relações com o Brasil
- Geopolítica em transição e o papel do Brasil
- Minerais críticos: parcerias estratégicas Brasil-EUA
- Investimento financeiro e fluxo de capital estrangeiro no Brasil
- Relações comerciais e investimentos Brasil-EUA na visão das empresas
- AI e competitividade global

Dia 13 de maio, às 7h (horário de Brasília), ao vivo.

Assista à transmissão do evento

Confira a programação em summitbrazilusa.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

PALESTRANTES CONFIRMADOS

Eduardo Leite
Governador, estado do Rio Grande do Sul

Abrão Neto
CEO, Amcham Brasil

Marco Hannappel
Presidente para a América Latina e Canadá, Philip Morris International

Joe Borelli
Diretor-executivo, Chartwell Strategy Group (republicano)

Heather Conley
Pesquisadora sênior, American Enterprise Institute

Mary Anne Marsh
Sócia principal, Dewey Square Group; analista política (democrata)

Luke Balleny
Gerente de Energia, Minerais e Circularidade, World Resources Institute (WRI) – U.S. Polsky Energy Center

Brian Winter
Vice-presidente, Políticas Americas Society/Council of the Americas

Felipe Nunes
Sócio-fundador, Quaest Pesquisa e Consultoria

Gustavo Werneck
Presidente, CEO e membro do Conselho de Administração, Gerdau

Gilberto Tomazoni
CEO global, JBS

Abhi Rajendran
Pesquisador associado não residente, Rice University Baker Institute Center for Energy Studies (CES)

José Auriemo Neto
Presidente do Conselho de Administração, JHSF

Mike Pell
Diretor, Microsoft Garage

Guilherme Benchimol
Fundador e presidente executivo, Conselho de Administração, XP Inc

José Berenguer
CEO, Banco XP SA

Thomas Shannon
Ex-embaixador dos EUA no Brasil e ex-subsecretário do Estado para Assuntos Políticos e do Hemisfério Ocidental

Marcelo Marangon
Codiretor global de Corporate, Citi

Pablo Goldberg
Chefe de Pesquisa, BlackRock

Calvin Lawrence
CEO, IntegrityFirst.ai

Clifford Sobel
Ex-embaixador americano e fundador da Valor Capital

Bernie Moreno
Senador (republicano) - Ohio

Marcelo Martins
CEO, Cosan

Alexandre Bettamio
Presidente de Corporate & Investment Branking Global, Bank of America

Luiz Césio Caetano
Presidente, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)

ENTREVISTADOS PELOS JORNALISTAS DO VALOR ECONÔMICO E O GLOBO

Maria Fernanda Delmas
Diretora de Redação, Valor Econômico

Flávia Barbosa
Editora-executiva, Globo e Extra

Lauro Jardim
Colunista, Globo

Fernando Exman
Chefe de Redação, Valor Econômico em Brasília

Talita Moreira
Editora de Finanças, Valor Econômico

Malu Filgueiras
Editora, site Pipeline, Valor Econômico

Apresentação

Patrocínio Master

Patrocínio

Apoio

Companhia Aérea Oficial

Parceria Estratégica

Realização

Ines249

Ciência Edição deste ano busca pesquisas que reduzam desigualdades e promovam a sustentabilidade usando inteligência artificial

Jovem Cientista prorroga inscrições para até 14 de agosto

Pâmela Dias
O Globo, do Rio

Pesquisadores que desenvolvem projetos de inteligência artificial (IA) voltados para a resolução de problemas sociais ganharam um prazo maior para participarem do Prêmio Jovem Cientista 2026. As inscrições deste ano foram estendidas e agora podem ser feitas até o dia 14 de agosto

Com o tema "Inteligência artificial para o bem comum", a edição busca estimular iniciativas que usem a tecnologia como aliada na redução de desigualdades e na promoção do desenvolvimento sustentável. Os interessados devem se inscrever pelo site jovemcientista.cnpq.br.

Entre os focos das pesquisas buscadas, estão as que contemplem melhorias em serviços públicos, a ampliação do acesso à educação e à saúde, o fortalecimento da democracia, a inclusão digital e a sustentabilidade. O objetivo do Jovem Cientista é incentivar o desenvolvimento de aplicações éticas e transparentes, que gerem impacto social positivo e ampliem oportunidades. No ano passado, quando o Brasil sediou a conferência climática COP30, realizada em Belém, o tema foi "Resposta às Mudanças Climáticas: Ciência, Tecnologia e Inovação como Aliadas".

> Ampliação do acesso à educação e à saúde está entre os focos da pesquisa

O prêmio é distribuído nas categorias Mestre e Doutor; Estudante do Ensino Superior; Estudante do Ensino Médio; e Mérito Institucional, que reconhece uma universidade e uma escola com melhor desempenho na edição.

Na categoria voltada a mestres e doutores, podem concorrer quem estiver na pós-graduação ou já a concluiu e tenha menos de 40 anos até 31 de dezembro. No ensino superior, participam estudantes de graduação ou recém-formados a partir de 1º de janeiro de 2025 com menos de 30 anos até o fim de 2026.

No ensino médio, são aceitos trabalhos de alunos com menos de 25 anos até o fim de dezembro deste ano.

Os vencedores recebem laptops, bolsas de pesquisa do CNPq e prêmios em dinheiro que variam de R$ 5 mil a R$ 40 mil.

Promovido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o Prêmio Jovem Cientista conta com patrocínio master da Shell e apoio de mídia da Editora Globo e do Canal Futura.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Cerimônia de premiação do Jovem Cientista do ano passado, ocorrida em fevereiro, em Brasília

Mais tempo para participar

Até quando se inscrever?

As inscrições podem ser feitas até o dia 14 de agosto, pelo site oficial do Prêmio Jovem Cientista.

Qual é o tema?

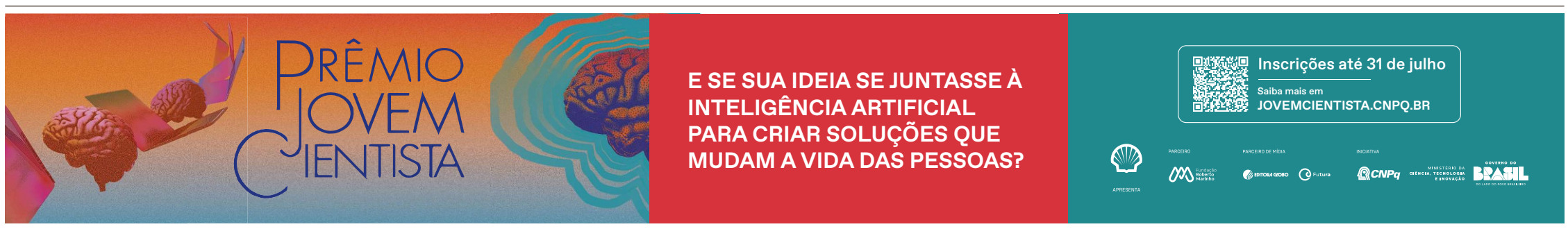
O tema "Inteligência artificial para o bem comum" foca em projetos que contribuam para reduzir desigualdades sociais.

Quem ganha?

As categorias são Mestre e Doutor; Ensino Superior; Ensino Médio; e Mérito Institucional.

O que se ganha?

Os vencedores recebem laptops e bolsas do CNPq, além de valores em dinheiro que vão de R$ 5 mil a R$ 40 mil.



OCDE aponta dificuldade com matemática na 1ª infância

Rafael Vazquez
De São Paulo

Crianças que estão na rede de educação infantil nos Estados de São Paulo, Ceará e Pará apresentam desenvolvimento acima da média internacional em atividades ligadas à linguagem, compreensão de narrativas e algumas habilidades socioemocionais como empatia. Por outro lado, demonstram avanços mais lentos em atividades relacionadas às primeiras noções de matemática desde a primeira infância, segundo um estudo coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os pesquisadores brasileiros que conduziram o trabalho localmente destacaram que, entre os nove países que foram observados, a discrepância no desenvolvimento desses domínios foi vista de maneira mais acentuada nos estudantes de até 6 anos de idade das escolas brasileiras.

É a primeira vez que escolas brasileiras da rede de educação infantil são observadas neste levantamento da OCDE, conhecido globalmente como International Early Learning and Child Well-being Study (IELS) e traduzido para o português como Estudo Internacional das Aprendizagens e Bem-estar na Primeira Infância. Nesta primeira participação, a amostra, no Brasil, contou com a participação de 2.598 crianças, distribuídas em 210 escolas — 80% públicas e 20% privadas —, localizadas em três Estados brasileiros: Ceará, Pará e São Paulo. Embora os números sejam relevantes na análise dos três Estados, os coordenadores do estudo sugerem que os resultados ainda não sejam interpretados como um indicador nacional, mas sinalizam uma primeira tendência para entender melhor o desenvolvimento infantil nos diversos territórios do país.

A conclusão de que as crianças da educação infantil de São Paulo, Ceará e Pará estão apresentando bons desempenhos em atividades ligadas à linguagem e conhecimento básico veio do resultado acima da média no domínio de "literacia emergente", no qual o conjunto das crianças brasileiras apresentou uma pontuação média de 502 pontos, ligeiramente acima da média internacional, que é 500 pontos.

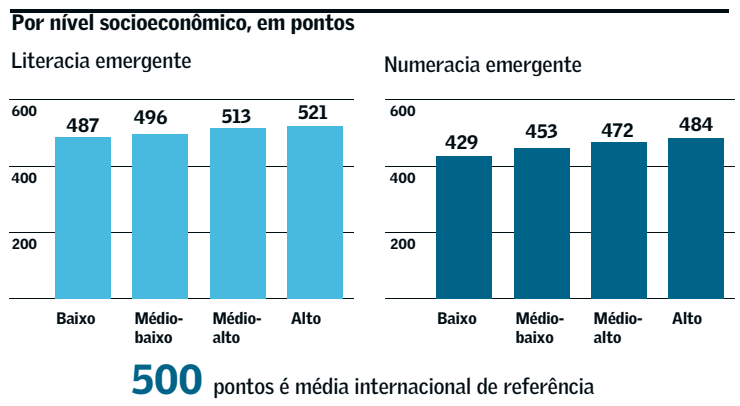
Já as dificuldades com noções de matemática vêm dos resultados abaixo da média no conceito denominado como "numeracia emergente", no qual a nota ficou 456 pontos — 44 abaixo da média internacional de 500.

Os termos "literacia emergente" e "numeracia emergente" foram traduzidos literalmente do inglês e não denotam, a priori, relação com nenhuma teoria ou abordagem pedagógica. O primeiro corresponde ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita e ao campo de experiências que a Base Nacional Curricular Comum do Brasil trata como escuta, fala, pensamento e imaginação".

Já o termo "numeracia emergente" corresponde ao trabalho com relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço-temporais e ao campo de experiência que a BNCC trata como "espaços, tempos, quantidades, relações e transformações".

Disparidades

Diferenças educacionais são vistas desde os primeiros anos de vida



Fonte: IELS/OCDE. "*Refere-se a capacidade de resistir a respostas automáticas e reagir corretamente a estímulos menos frequentes"

A metodologia do estudo da OCDE divide as observações em domínios por entender que na educação infantil não se deve analisar as crianças por disciplinas individuais, e sim por campos de experiências que devem ser trabalhados de forma integrada, tendo como eixos curriculares as interações e as brincadeiras.

De acordo com Mariane Koslinski, pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LaPOpE/UFRJ) que conduziu o estudo nas escolas brasileiras junto com Thiago Bartholo, o bom desempenho no domínio de "literacia emergente" e a nota abaixo da média em "numerecia" é o efeito de políticas públicas bem feitas em uma área e a ausência de iniciativas em larga escala na outra.

"Tivemos no Brasil várias políticas que apoiaram a alfabetização e a formação de professores para lidar com esse desafio. E vemos que isso gerou bom resultado. Por outro lado, o estudo evidencia que é preciso políticas públicas similares para a área da numeracia, preparando melhor professores para desenvolver também essa área", diz Koslinski. "Considerando que na educação infantil é preciso que tudo isso seja feito de forma integrada, o próprio professor não vai conseguir integrar os diferentes domínios se ele mesmo não sabe como uma criança aprende matemática. Essa formação precisa ser fortalecida."

Bartholo observa que em literacia até mesmo estudantes de famílias de renda baixa ficaram próximos à média internacional, o que demonstra a importância dos esforços e investimentos de políticas públicas no Brasil em alfabetização e desenvolvimento de vocabulário. "Já em numeracia a fotografia é muito distinta. Já passou da hora de o Brasil fazer uma discussão séria e urgente sobre a necessidade de aprofundar a importância do ensino da matemática desde crianças bem pequenas." Ele comenta que comparou os resultados do IELS na educação infantil com exames internacionais aplicados a estudantes em idades mais avançadas como o Pisa, que mede o conhecimento de jovens no ensino médio, e detectou a mesma tendência.

"Os resultados estão em linha. O efeito-médio no IELS é um pouco menor, o que sugere que esse gap na aprendizagem entre os domínios vai aumentando durante toda a educação básica no Brasil", complementa Bartholo.

Na análise de habilidades socioemocionais, as crianças de até cinco anos das escolas dos três Estados brasileiros se destacaram na empatia ao atingir 501 pontos em atribuição de emoções e 491 pontos em identificação de emoções.

Por outro lado, no campo denominado no estudo da OCDE como "funções executivas", que envolvem ao conjunto de capacidades cognitivas que permitem às crianças controlarem seus impulsos e sua atenção, a habilidade classificada como "memória de trabalho", relacionada especificamente à capacidade de armazenar e manipular informações, ficou em 467 pontos — 32 abaixo da média internacional.

No que o estudo define como "flexibilidade mental", que é a capacidade de alternar entre regras e ações, ajustando as respostas conforme instruções ou condições variáveis apresentadas durante a tarefa, a média das crianças dos três Estados brasileiros ficou em 473 pontos — 27 abaixo da média internacional.

"Esses achados são consistentes com o que foi verificado em numeracia emergente, que apresenta uma diferença em relação à média internacional de -0,44 desvio-padrão e precisam ser observados com atenção, posto que as funções executivas são base para a aprendizagem e o bem-estar das crianças e impactam o presente e o futuro da trajetória escolar e de vida delas", destaca o relatório da OCDE.

Nesse campo das "funções executivas", o levantamento identificou uma disparidade socioeconômica considerada alta, o que mostra como a desigualdade social no Brasil afeta o desenvolvimento desde os primeiros anos de vida e contribui para o aprofundamento do problema no longo prazo.

Na habilidade de memória do trabalho, por exemplo, crianças de famílias com renda baixa atingiram 448 pontos e as de renda médio-baixa chegaram a 465, enquanto as de famílias de nível socioeconômico médio-alto alcançaram 483 pontos e as de padrão alto de renda conseguiram 487 pontos.

"O domínio da memória de trabalho apresenta a maior diferença entre os extremos socioeconômicos (39 pontos e 0,45 desvio-padrão)", destaca o relatório da OCDE. Esse resultado é particularmente relevante, pois a memória de trabalho está diretamente relacionada a diversas atividades escolares, como seguir instruções com várias etapas, compreender narrativas, resolver problemas matemáticos e organizar sequências de tarefas. Do ponto de vista pedagógico, os resultados indicam que crianças em contextos socioeconômicos mais vulneráveis podem enfrentar maiores dificuldades em processos cognitivos essenciais à aprendizagem", acrescenta.

Já nas observações por sexo e por cor ou por raça, as médias mostraram proximidade tanto entre crianças do sexo masculino e feminino tanto em relação a crianças brancas, pretas e pardas, indicando que as desigualdades entre esses grupos são, em geral, relativamente pequenas nessa etapa do desenvolvimento.

O IELS é conduzido pela OCDE desde 2012 e a formação da amostra brasileira foi viabilizada no por uma coalizão liderada pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal. O Brasil se tornou o único país da América Latina a participar da pesquisa. Os demais países que tiveram escolas analisadas neste último relatório de 2025 são Azerbaijão, Bélgica, China, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Holanda, Inglaterra e Malta.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CNPJ nº 63.025.530/0021-58
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 15/2026 – ECA
NO COMPRAS.GOV.BR Nº 90015/2026 - ECA
PROCESSO SEI Nº 154.00003440/2026-21

Torna público o PREGÃO ELETRÔNICO nº 15/2026 – ECA, COMPRAS.GOV.BR Nº 90015/2026 - ECA, tipo menor preço, cujo objeto é o SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CARTILHAS E DE LIVROS,, conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 06/05/2026, nos endereços **www.gov.br/compras**, **www.usp.br/licitacoes** e **www.doe.sp.gov.br.** O início do Recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 06/05/2026 a partir das 08h00, e a sessão de disputa agendada para o dia 21/05/2026 às 09h00, no "Portal de Compras do Governo Federal" - **www.gov.br/compras.**

Brasil

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	nov/25	out/25	set/25	ago/25	jul/25	jun/25
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,60	0,86	0,01	0,48	0,06	-0,13	0,41	-0,44	-0,15
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,9	2,1	-2,0	-0,1	0,2	-0,4	0,7	-0,2	0,1
Indústria de transformação	-	1,0	2,3	-2,6	0,1	-0,3	0,1	0,6	-0,2	0,1
Indústrias extrativas	-	1,1	1,6	0,9	-2,4	3,5	-1,5	-0,3	1,3	-1,9
Bens de capital	-	2,3	3,3	-8,0	-0,4	0,8	0,2	-1,2	-0,9	0,6
Bens intermediários	-	1,1	2,3	-2,0	-0,7	-0,7	-0,3	0,7	0,0	0,0
Bens de consumo	-	0,9	1,8	-1,5	0,5	1,3	-0,1	1,2	0,1	-0,5
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	4,9	2,3	-1,2	1,2	-2,7	-1,3	-5,3	0,4	-1,9
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	0,7	0,5	-1,0	-0,7	0,4	0,1	-0,3	0,1	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	0,4	-0,4	0,9	0,3	0,0	0,4	0,2	0,2
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,6	0,4	-0,3	1,0	0,5	-0,1	0,2	-0,1	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,2	2,2	-0,9	0,5	0,3	0,8	0,7	0,5	0,5
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,1	0,2	-0,2	0,0	0,2	0,7	0,2	0,2	0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	6,1	5,8	5,4	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,6	5,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,1	0,5	-0,2	1,2	-0,3	-0,2	0,0	0,2	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	31.603	26.203	24.531	30.710	28.165	31.509	30.487	29.559	32.129	29.036
Importações	25.199	22.165	20.799	21.385	22.404	24.824	27.346	23.584	25.131	23.180
Saldo	6.405	4.038	3.732	9.325	5.761	6.685	3.141	5.975	6.997	5.857

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,8801	0,93	0,6191	0,5112	0,3446	0,37	24,49	1.412,00
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,7503	0,79	0,5990	0,5207	0,3117	0,21	24,49	1.412,00
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,8571	0,93	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1.412,00
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1.518,00
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1.518,00
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1.518,00
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1.518,00
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1.518,00
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	0,27	24,91	1.518,00
dez/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1355	1,22	0,7504	0,6294	0,4213	0,31	24,91	1.518,00
jan/26	0,1718	0,6727	0,6727	1,0718	1,16	0,7600	0,6279	0,4189	0,28	25,04	1.621,00
fev/26	0,1207	0,6213	0,6213	0,9142	1,00	0,6862	0,6240	0,3676	0,09	25,04	1.621,00
mar/26	0,1735	0,6744	0,6744	1,1163	1,21	0,7600	0,6216	0,4206	0,10	25,04	1.621,00
abr/26	0,1679	0,6687	0,6687	0,9842	1,09	0,7307	0,6255	0,4149	0,57	25,16	1.621,00
mai/26	0,1687	0,6695	0,6695	0,9899	1,07	0,7552	0,6224	0,4157	-	25,16	1.621,00
2026	**0,81**	**3,35**	**3,35**	**5,18**	**5,66**	**3,75**	**3,16**	**1,63**	**0,47**	**1,00**	**6,79**
Em 12 meses*	**2,03**	**8,32**	**8,32**	**13,56**	**14,75**	**9,18**	**7,70**	**5,09**	**4,17**	**2,07**	**6,79**
2025	**1,97**	**8,26**	**8,26**	**13,33**	**14,32**	**8,79**	**7,61**	**5,03**	**4,13**	**1,71**	**7,51**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para maio projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Tri/25	3º Tri/25	2025	2024	2023	2022
PIB (R$ bilhões) *	3.278	3.236	12.739	11.779	10.943	10.080
PIB (US$ bilhões) **	607	593	2.280	2.185	2.191	1.952
Taxa de Variação Real (%)	0,1	0,0	2,7	3,4	3,2	3,0
Agropecuária	0,5	0,3	9,6	-3,7	16,3	-1,1
Indústria	-0,7	0,7	1,8	3,1	1,7	1,5
Serviços	0,8	0,3	2,2	3,8	2,8	4,3
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	-3,5	0,1	6,0	6,9	-3,0	1,1
Investimento (% do PIB)	16,0	17,3	17,2	16,9	16,4	17,8

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.621,00	7,5
De 1.621,01 até 2.902,84	9,0
De 2.902,85 até 4.354,27	12,0
De 4.354,28 até 8.475,55	14,0
Empregador doméstico	8,0

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência abril/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Tabela de incidência mensal *

Base de cálculo ** em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*** Para rendimentos tributáveis mensais acima de R$ 7.350,00.**
**** Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20.**
Dedução mensal por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

	Janeiro-Março			março		
Discriminação	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**252,4**	**237,0**	**6,49**	**67,5**	**64,4**	**4,89**
Imposto de renda pessoa física	8,7	7,7	11,86	2,8	2,5	9,85
Imposto de renda pessoa jurídica	111,6	109,1	2,31	24,5	23,1	5,89
Imposto de renda retido na fonte	132,1	120,1	9,94	40,3	38,7	3,98
Imposto sobre produtos industrializados	21,8	20,8	5,05	7,5	6,8	9,59
Fumo	3,0	2,9	5,42	0,9	1,0	-10,42
Bebidas	1,0	0,8	20,92	0,3	0,3	15,62
Automóveis	0,9	1,2	-21,96	0,3	0,4	-15,13
Imposto sobre operações financeiras	25,1	16,7	50,40	8,3	5,3	56,28
Imposto de importação	24,5	22,8	7,36	9,6	6,9	38,10
Cide-combustíveis	0,8	0,8	-7,78	0,2	0,2	7,81
Contribuição para Finsocial (Cofins)	119,5	108,0	10,66	37,9	34,6	9,64
CSLL	61,6	59,4	3,71	13,0	12,5	4,34
PIS/Pasep	32,3	30,1	7,57	10,2	9,7	5,25
Outras receitas	239,3	217,9	9,82	75,0	69,3	8,27
Total	**777,1**	**713,3**	**8,95**	**229,2**	**209,7**	**9,34**

	jan/26		dez/25		jan/25	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**59,9**	**-34,96**	**92,0**	**74,30**	**53,6**	**2,93**

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Inflação

Variação no período (em %)

	Acumulado em					Número índice			
	abr/26	mar/26	2026	2025	12 meses	abr/26	mar/26	dez/25	abr/25
IBGE									
IPCA	-	0,88	1,92	4,26	4,14	-	7.545,53	7.403,29	7.276,54
INPC	-	0,91	1,87	3,90	3,77	-	7.711,99	7.570,36	7.467,57
IPCA-15	0,89	0,44	2,39	4,41	4,37	7.439,27	7.373,64	7.265,66	7.127,72
IPCA-E	-	0,44	1,49	4,41	3,90	-	7.373,64	7.265,66	7.127,72
FGV									
IGP-DI	-	1,14	0,50	-1,20	-1,30	-	1.173,04	1.167,24	1.192,08
Núcleo do IPC-DI	-	0,37	1,17	5,92	4,12	-	-	-	-
IPA-DI	-	1,38	0,15	-3,61	-3,63	-	1.345,97	1.343,94	1.399,58
IPA-Agro	-	2,44	-2,12	-6,62	-9,64	-	1.866,01	1.906,47	2.085,29
IPA-Ind.	-	1,02	0,94	-2,52	-1,43	-	1.133,91	1.123,35	1.149,43
IPC-DI	-	0,67	1,13	4,00	3,47	-	802,47	793,53	779,61
INCC-DI	-	0,54	1,55	5,92	5,84	-	1.247,18	1.228,16	1.184,46
IGP-M	2,73	0,52	2,93	-1,05	0,61	1.219,68	1.187,30	1.185,00	1.212,30
IPA-M	3,49	0,61	3,25	-3,35	-1,01	1.427,82	1.379,71	1.382,94	1.442,41
IPC-M	0,94	0,30	2,07	4,08	3,81	791,74	784,36	775,65	762,65
INCC-M	1,04	0,36	2,39	6,10	6,28	1.254,66	1.241,72	1.225,40	1.180,56
IGP-10	2,94	-0,24	2,57	-0,76	0,56	1.240,83	1.205,36	1.209,77	1.233,87
IPA-10	3,81	-0,39	2,83	-2,87	-0,97	1.464,96	1.411,12	1.424,59	1.479,25
IPC-10	0,88	0,03	1,82	4,01	3,66	794,74	787,77	780,54	766,70
INCC-10	0,88	0,29	2,14	6,18	6,12	1.234,30	1.223,53	1.208,49	1.163,12
FIPE									
IPC	0,40	0,59	1,47	3,83	3,47	744,79	741,80	734,01	719,84

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre/2026 = 1,49%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2026

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	29/05/2026		-	Campo 7
2ª	30/06/2026		1,00%	
3ª	31/07/2026			+
4ª	31/08/2026	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2026			
6ª	30/10/2026			+
7ª	30/11/2026			Campo 9
8ª	30/12/2026			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/26 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

	mar/26		fev/26		mar/25	
Dívida líquida do setor público	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**8.643,0**	**66,83**	**8.420,4**	**65,52**	**7.379,7**	**61,30**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,8	-0,22	-28,9	-0,22	-44,3	-0,37
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-1.022,2	-7,90	-1.045,2	-8,13	-1.052,5	-8,74
Dívida fiscal líquida	**9.694,0**	**74,95**	**9.494,4**	**73,88**	**8.476,4**	**70,41**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	9.100,1	70,36	8.877,8	69,08	8.072,1	67,05
Dívida externa líquida	-457,1	-3,53	-457,4	-3,56	-692,4	-5,75
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	7.542,1	58,32	7.333,1	57,06	6.369,2	52,90
Governos Estaduais	967,2	7,48	955,8	7,44	889,8	7,39
Governos Municipais	83,6	0,65	82,6	0,64	83,2	0,69
Empresas Estatais	50,1	0,39	48,9	0,38	37,5	0,31
Necessidades de financiamento do setor público	**mar/26**		**fev/26**		**mar/25**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.038,8**	**8,03**	**1.089,6**	**8,48**	**948,5**	**7,88**
Governo Federal**	1.038,8	8,03	940,9	7,32	713,2	5,92
Banco Central	55,0	0,43	34,9	0,27	143,1	1,19
Governo regional	107,4	0,83	97,8	0,76	79,9	0,66
Total primário	**137,1**	**1,06**	**52,8**	**0,41**	**13,5**	**0,11**
Governo Federal	-216,8	-1,68	-263,1	-2,05	-287,4	-2,39
Banco Central	1,0	0,01	0,9	0,01	1,1	0,01
Governo regional	-1,5	-0,01	-13,3	-0,10	-9,0	-0,07

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de março*

	Janeiro-março			março		
Discriminação	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita total	**783,2**	**757,7**	**3,37**	**235,0**	**223,7**	**5,06**
Receita Adm. Pela RFB**	531,2	508,4	4,48	150,2	141,4	6,18
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	181,0	170,5	6,11	60,3	56,9	5,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	71,1	78,7	-9,74	24,5	25,3	-3,10
Transferências a Estados e Municípios	**151,0**	**150,9**	**0,12**	**38,9**	**41,3**	**-5,74**
Receita líquida total	**632,2**	**606,8**	**4,18**	**196,1**	**182,4**	**7,50**
Despesa Total	**648,1**	**548,1**	**18,26**	**269,9**	**180,8**	**49,25**
Benefícios Precidenciários	273,7	239,3	14,40	109,5	80,8	35,39
Pessoal e Encargos Sociais	111,0	94,1	17,89	41,6	30,3	37,10
Outras Despesas Obrigatórias	125,0	91,8	36,19	65,4	29,1	124,89
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	138,4	122,9	12,66	53,4	40,6	31,74
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-16,0**	**58,8**	**-127,19**	**-73,8**	**1,6**	**-4.738,89**

Discriminação	mar/26		fev/26		mar/25	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	0,0	29,33	0,0	-	0,1	-83,93
Discrepância estatística	-1,0	-	0,6	-	-4,1	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-74,8**	**151,34**	**-29,8**	**-**	**-2,4**	**-91,96**
Juros Noniminais	**-112,2**	**42,13**	**-78,9**	**44,48**	**-69,5**	**-5,36**
Result. Nominal do Gov. Central	**-187,0**	**72,04**	**-108,7**	**-**	**-71,9**	**-30,41**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Valor ECONÔMICO

CURSO
REFORMA TRIBUTÁRIA NA PRÁTICA

A reforma tributária já está mudando decisões nas empresas

CURSOS COM FOCO EM APLICAÇÃO PRÁTICA
Módulos independentes

MÓDULO GERAL

Reforma Tributária na Prática
Estrutura, Funcionamento e Aplicação do IBS e da CBS

MÓDULOS SETORIAIS

Comércio • Indústria • Agronegócio
Imobiliário • Comércio exterior

Entenda com especialistas que atuam diretamente no mercado

SAIBA MAIS
reformatributaria.cursos.valor.globo.com

Ines249

Mudança na expectativa de poder alerta aliados de Lula

Fernando Exman

Um "choque de realidade" com consequências ainda imprevisíveis. Assim é classificado, nos bastidores do governo, o episódio que culminou na rejeição da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF).

As pontes do Palácio do Planalto com o STF e a cúpula do Senado não serão mais as mesmas. As bases dessas relações foram rachadas.

Também ficou a percepção, para interlocutores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o palanque do petista em Minas Gerais pode estar sendo erguido sobre areia movediça e algo precisa ser feito. O Estado é o segundo maior colégio eleitoral brasileiro, território fundamental para quem quer vencer uma eleição presidencial. Mas, sobretudo, o que mais pesa nas avaliações de alguns interlocutores de Lula é o fato de o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que arrancou nas pesquisas de intenção de voto e transformou-se num incômodo adversário antes do que se esperava, sair com um importante troféu desta etapa preliminar da campanha.

Isto é, em uma campanha que terá o Supremo como tema central, Flávio Bolsonaro conseguiu passar a mensagem de que apenas como pré-candidato já é capaz de também encabeçar um movimento para barrar indicações para o STF. "A mensagem que ele mandou para o eleitor e lideranças partidárias é: imagine como presidente."

Some-se a isso a inegável força gravitacional gerada pelo senador sobre o Centrão nas sessões da semana passada, acrescenta um auxiliar de Lula. Ficou evidente para quem estava no plenário do Senado na última quarta-feira (29), durante a rejeição do nome de Messias, e no dia seguinte, quando caiu o veto presidencial ao projeto que reduziu as penas dos condenados por golpe de Estado, como parlamentares do Centrão faziam questão de direcionar gestos políticos para o pré-candidato da oposição.

Diante desse cenário, passou-se a fazer um diagnóstico das causas da histórica derrota, para que Lula e seus articuladores políticos pudessem então tatear os possíveis caminhos a seguir.

Além da óbvia grave falha de articulação, a autópsia constatou que insatisfações de aliados com as negociações para a formação de palanques estaduais podem ter incentivado traições. Seria a forma encontrada por aqueles que não conseguem ser ouvidos dizer que o exercício da política segue abaixo das expectativas.

Faltou a presença de aliados na linha de frente da articulação, inclusive no plenário na hora da votação. Em paralelo, a máquina federal não teria rodado adequadamente para impulsionar a candidatura do Planalto.

Além disso, poderia ter ocorrido maior mobilização para adiar a votação, mas a opção geral foi a de mantê-la. Essa também era a disposição no Planalto: embora representasse um vexame histórico, uma eventual derrota ainda daria a chance de Lula fazer nova indicação ao STF até dezembro.

A diferença entre as projeções que circulavam entre os governistas e o resultado estampado no painel do Senado chegou a 20%, ou seja, um abismo entre os 41 votos necessários para a nomeação e os 34 obtidos por Messias. Uma margem surpreendente e ao mesmo tempo inaceitável, na visão de integrantes do governo.

Como resultado, uma ala passou a defender a radicalização contra o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a começar pela exoneração de seus aliados instalados em cargos federais.

Esse grupo também acredita que Centrão e oposição têm mais a perder com o avanço das investigações do caso Master. Existe a expectativa de que Lula saia ileso dos fatos apresentados por Daniel Vorcaro na delação que está sendo negociada com a Polícia Federal (PF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR). A revitalização da campanha "Congresso inimigo do povo", com pressão para a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Câmara e no Senado, é outro resultado prático vindo dessa turma. Assim como tentar implodir o palanque que estava sendo construído pelo presidente em Minas Gerais, diante da avaliação de que o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) também teria sua parcela de responsabilidade pelo destino do advogado-geral da União.

Em contraposição, há quem argumente ao presidente que essa radicalização tornaria a crise ainda mais imprevisível. Para esses aliados, que defendem a manutenção de uma aliança que contemple o centro e temem os efeitos da crise sobre a agenda legislativa de interesse do Planalto, Lula precisa identificar os interlocutores que ainda podem garantir o mínimo diálogo com Alcolumbre. E Pacheco seria um deles.

Movido pela possibilidade de uma indicação ao Supremo depois de outubro, argumentam nesta segunda ala, Pacheco deveria continuar sendo motivado pelo presidente a trabalhar pela vitória de sua chapa em Minas.

Isso porque uma próxima indicação para o STF inevitavelmente terá que ser dialogada com o Senado, ainda que a ficha tenha voltado para as mãos de Lula. O presidente tem um trunfo novamente para negociar, mas o que mudou a dinâmica do jogo neste momento foi a expectativa de poder de Flávio Bolsonaro.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Votação do parecer pela comissão especial está prevista para dia 26; presidente da Câmara pretende votar em plenário neste mês

Relator da PEC do fim da 6x1 defende manter salários

Ruan Amorim e Érica Ribeiro
De Brasília

O relator da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da escala 6x1, Leo Prates (Republicanos-BA), afirmou na terça-feira (5) que tanto o término desse modelo quanto a não redução dos salários são pontos "inegociáveis" no debate. Prates apresentou um plano de trabalho que prevê a votação do parecer pelo colegiado em 26 de maio.

Segundo o parlamentar, essas diretrizes foram estabelecidas em conjunto com o deputado Alencar Santana (PT-SP), que preside a comissão, e com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que já disse que deseja aprovar a proposta ainda em maio.

"Tem duas premissas colocadas como inegociáveis: o fim da escala 6x1 e a não redução salarial. Dentro dessas premissas, nós vamos tentar minorar o que tiver que ser minorado para o setor produtivo", disse.

A declaração do relator ocorreu após reunião com representantes de centrais sindicais. As entidades articulam uma ofensiva para rebater os argumentos do setor empresarial, que tenta travar o avanço da proposta no Congresso em ano eleitoral.

Paralelamente, uma comitiva do setor produtivo, capitaneada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), também desembarcou em Brasília e se reuniu com o presidente da Câmara. Segundo a entidade, "Motta se mostrou sensível à pauta dos comerciários e afirmou compreender os impactos econômicos da mudança na escala 6x1".

Na conversa, segundo apurou o **Valor**, Motta afirmou que defende a tramitação do tema por meio de PEC justamente por abrir mais espaço para debate no Congresso. Embora haja avaliações de que a proposta esteja contaminada pelo debate eleitoral, o presidente da Casa apontou que o tema não surgiu agora e é uma demanda histórica dos trabalhadores.

Em alinhamento com o cronograma previsto por Motta, Prates prevê votar o relatório na comissão em 26 de maio. A leitura e apresentação do parecer estão previstas para o dia 20. Já no plenário, a votação deve ocorrer entre os dias 27 e 28 de maio.

As sessões do colegiado devem ocorrer duas vezes por semana. O primeiro a ser ouvido será o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, já nesta quarta-feira (6). O titular da Fazenda, Dario Durigan, e o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, também devem participar de audiências do colegiado.

Além disso, haverá um périplo pelos Estados, a começar pela Paraíba, reduto eleitoral do presidente da Câmara.

> "Mulher faz escala 6x1 na empresa e tem mais uma jornada em casa"
> *Sérgio Nobre*

ZECA RIBEIRO / CÂMARA DOS DEPUTADOS

Leo Prates: "Tem duas premissas colocadas como inegociáveis: o fim da escala 6x1 e a não redução salarial"

O calendário busca garantir o avanço da PEC antes que o projeto de lei (PL) enviado pelo Poder Executivo, que trata do mesmo tema, passe a trancar a pauta. Encaminhado com urgência constitucional, o texto precisa ser votado em até 45 dias e passa a trancar a pauta no dia 29 de maio. Além disso, os parlamentares articulam a aprovação dentro do mês do trabalhador, de olho no simbolismo da data, especialmente em ano eleitoral.

De acordo com Prates, ainda não há definição sobre o tempo de uma possível regra de transição para atenuar os impactos nas empresas, mas uma equação será encontrada para mitigar os efeitos das mudanças na economia.

O cronograma agrada os representantes dos trabalhadores que se reuniram com o relator na terça. Eles articulam uma campanha para o dia 27 de maio, data de eventual aprovação da proposta no plenário da Câmara. O foco vai ser a juventude e também as mulheres, disse o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre.

"Nós vamos fazer uma campanha direcionada à juventude para mostrar que o projeto atende ao anseio deles de ter tempo para si, para se cuidar, e a importância que isso tem para as mulheres. Vale lembrar que a mulher faz escala 6x1 na empresa, mas chega em casa e tem mais uma jornada, ao cuidar dos filhos", ressaltou.

A ofensiva busca, também, questionar a leitura de que as empresas vão quebrar. Ainda segundo o presidente da CUT, as campanhas a favor do fim da 6x1 serão feitas dentro e fora do Congresso. Ele disse ainda que "qualquer pesquisa mostra que 80% do povo quer o fim da escala 6x1".

Do lado dos empresários, a avaliação é que o debate sobre o fim da escala 6x1 está contaminado pelo período eleitoral e carece de mais tempo para amadurecimento. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma discussão dessa relevância "deve ser conduzida com base em critérios técnicos e econômicos, e não sob pressão de curto prazo".

Já a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) defendeu, em nota, que é preciso ampliar o diálogo "para compreender os aspectos técnicos e os impactos econômicos da medida". "A redução da jornada, mesmo com um período de transição, teria efeitos devastadores em pequenos e médios negócios que operam com pouca margem para os novos investimentos que tal mudança demandaria."

Senadores querem aprovar desoneração neste semestre

Gabriela Guido
De Brasília

Senadores querem aprovar, ainda neste semestre, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que busca substituir a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento por uma alíquota única de 1,4%, incidente sobre a receita bruta de todas as empresas do país. Parlamentares debateram o tema na terça-feira (5), em evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Os apoiadores da PEC afirmam que a matéria corrige uma distorção que impõe impostos mais altos a empresas que mais empregam. Senadores destacaram ainda que a proposição não deve gera impacto orçamentário à União.

"Essa PEC não terá despesa para o governo, salva a Previdência Social e cria um ambiente de empregabilidade melhor do que temos hoje", afirmou o autor da proposta, senador Laércio Oliveira (PP-SE). "A PEC coloca todos, quem gera e quem não gera emprego, no mesmo ambiente."

O senador explicou que a alíquota de 1,4% a ser aplicada sobre a receita bruta da empresa foi baseada em documento técnico solicitado por ele ao Ministério da Fazenda. Segundo Oliveira, o texto visa corrigir eventuais prejuízos que setores, especialmente o de serviços, podem ter com a transição da reforma tributária.

"A PEC coloca quem gera emprego e quem não gera no mesmo ambiente. É justo que quem gera emprego, quem faz folha de pagamento todos os meses, pague mais na Previdência Social, e aquelas empresas que têm um número reduzido de funcionários pague menos Previdência Social? Não é justo", disse.

Na semana passada, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que aprecia a PEC, aprovou um requerimento para a realização de uma audiência pública para discutir o tema. Se for aprovada pelo colegiado, ela ainda precisará passar pelo plenário do Senado antes de ir à Câmara dos Deputados.

De acordo com Oliveira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a quem cabe pautar o texto em plenário, recebeu bem o tema, principalmente pela ausência de impacto da PEC nas contas públicas. "O presidente do Senado está convencido da importância desse projeto e tem a disposição dele de levar [o texto] para o plenário. Na CCJ tem o entendimento de aprová-la o mais rápido possível, porque ela é uma proposta muito simples", afirmou o senador.

No fim de 2024, o Congresso aprovou uma prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores. A lei, entretanto, prevê reoneração escalonada da folha até 2028, quando os empregadores desses ramos vão pagar contribuição de 20% sobre a folha de salários de seus funcionários. Este valor já é cobrado hoje das demais companhias fora desses setores.

Para o professor de políticas públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Portela, uma rápida mudança demográfica pelo envelhecimento da população brasileira junto a um baixo crescimento da produtividade e o aumento da "pejotização" estão trazendo prejuízos para a previdência do país. "Nós temos um custo alto [ao empregador] em relação à nossa produtividade", afirmou Portela, destacando que a PEC poderia ajudar a aliviar esse impacto ao promover uma diminuição do número de empregados trabalhando como pessoas jurídicas.

Também apoiador da PEC, André Martins, advogado tributarista e professor da Universidade de São Paulo (USP), defendeu que a mudança promovida é simples e pode trazer mais benefícios para os trabalhadores. "É uma escolha entre dois caminhos: a carga tributária, no final, deve ser a mesma. Com base em relatórios publicados anualmente OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], há um hiato muito grande entre o que o empregador paga e o que o empregado leva para casa. Esse hiato gera uma diminuição do poder de compra das famílias", explicou.

Os parlamentares evitaram atrelar a tramitação da proposta à PEC que trata do fim da escala de trabalho 6x1. No início do ano, a matéria chegou a ser levantada como uma contrapartida à redução da jornada de trabalho ao setor produtivo.

Diante do avanço do texto que reduz o tempo de trabalho semanal em comissão especial na Câmara, os parlamentares reforçaram que este tema não deveria ser apreciado pelo Legislativo em ano eleitoral. Eles também acreditam que o assunto deveria ser tratado por meio de acordo coletivo, e não com mudanças na lei.

"Eu entendo que o mundo tem uma tendência de diminuir jornada de trabalho, e não escala. Nossa ideia é discutir jornada, mas sabemos que falar 'escala' é mais importante hoje. Se isso for a realidade, nós temos que ter estratégias de como amenizar esse impacto em cima da sociedade", disse o presidente da FPE, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA).

Mesmo assim, deputados e senadores afirmaram que o projeto deve ser chancelado no Congresso por conta do apelo eleitoral da pauta. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já demonstrou que está empenhado para que o texto seja aprovado. Pelo cronograma divulgado na terça-feira, o parecer da PEC do 6x1 deverá ser votado na comissão especial da Câmara em 26 de maio.

Eleições Presidente do partido, Marcos Pereira vê 'dificuldade' do presidenciável do PL em negociar palanques e diz que Lula se mantém competitivo

Republicanos flerta com Flávio, mas quer apoios nos Estados

Joelmir Tavares
De São Paulo

O presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira, considera provável o apoio a Flávio Bolsonaro (PL) na eleição para a Presidência, mas condiciona a aliança nacional ao apoio do presidenciável a pré-candidaturas do partido nos Estados. Em entrevista ao **Valor**, Pereira diz que não se trata apenas de "apoiar por apoiar" e que é preciso construir palanques pensando em fortalecer as duas partes.

Um dos Estados onde o Republicanos reivindica o apoio de Flávio é Minas Gerais, onde o senador Cleitinho Azevedo lidera as pesquisas, enquanto o PL cogita lançar o empresário Flávio Roscoe, que tem resultado pior nas sondagens.

O presidente do Republicanos afirma que uma aliança com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "é difícil", pela posição mais à direita de lideranças da sigla, mas "não impossível". Para Pereira, Flávio superou a dificuldade inicial e "está se consolidando" como o candidato da direita e do antipetismo, "até por falta de uma outra opção".

Frustrada a expectativa de uma candidatura presidencial própria, com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, o Republicanos deve discutir até junho sua posição na eleição nacional, de acordo com Pereira. O dirigente cogita a hipótese de vitória de Tarcísio no primeiro turno, na tentativa de reeleição, mas prega "humildade e serenidade", num cenário de polarização contra Fernando Haddad (PT).

O presidente do partido, que também é deputado federal e bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, projeta uma aproximação dos evangélicos com o presidenciável do PL e vê Lula distante do segmento por causa do "assistencialismo" e das pautas de costumes progressistas.

A seguir os principais pontos da entrevista:

> "Ninguém pode afirmar que Lula não vai se reeleger ou que Flávio será o presidente"
> *Marcos Pereira*

Valor: *Qual é o principal objetivo do Republicanos nestas eleições?*

Marcos Pereira: Aumentar a bancada de deputados federais e senadores. Na Câmara, nós elegemos 40 em 2022, estamos com 43 após a janela partidária, e o objetivo é eleger entre 50 e 60. O segundo plano é eleger os governadores onde o partido vai lançar nomes. A princípio, são sete Estados: São Paulo, com Tarcísio; Espírito Santo, com Lorenzo Pazolini; Sergipe, com Valmir de Francisquinho; Acre, com Alan Rick; Mato Grosso, com Otaviano Pivetta; Minas Gerais, com Cleitinho; e Rio de Janeiro, onde estamos avaliando André Português.

Valor: *Nacionalmente, qual caminho o senhor defende: Lula, Flávio ou neutralidade?*

Pereira: Não posso antecipar, porque minha palavra influencia o debate interno. Mas temos que olhar o espectro do partido. A tendência é caminhar com uma candidatura de centro-direita, mas nada foi decidido ainda.

Valor: *Uma aliança formal com Lula ou o PT está descartada?*

Pereira: Acho que é difícil, mas em política não existe impossível. É um debate interno, que o partido vai tratar mais à frente.

Valor: *O senhor foi procurado por Flávio depois das suas sinalizações públicas de que deseja dialogar e entender quais gestos ele está disposto a fazer pelo apoio?*

Pereira: Não. Estive há uns dois meses com ele e com Rogério Marinho [coordenador da pré-campanha]. Passamos Estado por Estado, e ele [Flávio] demonstrou uma certa dificuldade de apoiar os governadores, à exceção de São Paulo, que é algo automático. Acho que mais à frente vamos ter um novo encontro, porque os cenários também vão mudando.

Valor: *Além dos apoios, que outros pontos gostaria de negociar?*

Pereira: É importante dialogarmos sobre propostas, mas, sobretudo, numa agenda mais pragmática, os apoios. Porque não é só apoio por apoio; é apoio para formar palanque.

Valor: *Como o senhor vê as recentes derrotas do governo no Congresso, classificadas por parte do universo político como sinal de que o governo Lula já chegou ao fim?*

Pereira: Vejo de forma natural. Isso é da democracia. O governo tem suas pautas, e o parlamento, em algumas delas, tem a palavra final. No caso da rejeição do nome do ministro Jorge Messias, para mim foi uma surpresa. Faltou, talvez, mais articulação do governo, mais atenção ao Senado.

Valor: *Vê o governo em condições de manter relações com o parlamento e votar suas pautas até a eleição, como o fim da escala 6x1?*

Pereira: Lula é um animal político. Ele sabe das suas virtudes e das suas limitações, e acho que a relação vai se ajustar.

Valor: *Quais as chances de vitória de Lula na eleição?*

Pereira: Ninguém pode afirmar que Lula não vai se reeleger ou que Flávio será o presidente. É uma disputa bastante dividida. A polarização existe desde a redemocratização, e o PT sempre está no segundo turno. Não dá para cravar quem é que vai ganhar.

Valor: *Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo), então, não têm chance? Por quê?*

Pereira: Porque a polarização está cristalizada. Com todo respeito ao Zema e ao Caiado, não vejo que essa divisão será vencida por eles. Quem protagoniza hoje o antipetismo, de forma mais consistente, é o bolsonarismo.

Valor: *Por que Flávio tem dificuldade para consolidar o apoio de setores como evangélicos e agro?*

Pereira: Ele teve uma dificuldade no início, mas agora está se consolidando, até por falta de uma outra opção. Considerando que ele é o que encarna melhor o antipetismo, esses segmentos acabam indo por gravidade.

Valor: *Na sua visão, por que os evangélicos têm se afastado do PT?*

Pereira: Na questão econômica, os evangélicos têm uma pauta mais de meritocracia e empreendedorismo, e essa pauta assistencialista que o PT prega não dialoga com o segmento. E também devido à pauta dos costumes, com questões como casamentos homossexuais, aborto, etc. e etc.

GESIVAL NOGUEIRA/VALOR - 26/04/2023

Presidente do Republicanos, Marcos Pereira diz que "tendência é caminhar com uma candidatura de centro-direita"

Ex-Crédit Suisse, Kayath recebe senador em Miami e diz ser contra 'fla-flu'

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

"Os jornalistas se negam a entrevistar Flávio Bolsonaro? Não. Pois os investidores também precisam ouvir quem quer que tenha expectativa de poder". O desabafo de Marcelo Kayath se deu depois do bombardeio de mensagens a partir da nota, do colunista Lauro Jardim, de O Globo, sobre o jantar que o ex-presidente do Crédit Suisse e hoje sócio da QMS Capital ofereceu ao senador do PL do Rio em sua casa em Miami, na noite de segunda-feira.

Kayath era chamado de "comunista" por colegas investidores da Faria Lima quando criticava o ex-presidente Jair Bolsonaro e oferecia jantares para o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva na campanha de 2022. Na tarde de terça-feira (5), contou ao **Valor**, aborrecido, que foi parabenizado por vários desses colegas. Alguns chegaram a dizer que seria ministro de um eventual governo Flávio Bolsonaro. "Sou contra fla-flu e não tenho medo de conversar com ninguém, critico quem tiver que criticar", diz.

Indagado se havia recebido cobrança por "normalizar" o primogênito do ex-presidente, Kayath diz que não conversaria com o pai, a quem se mantém crítico. Lista os candidatos que recebeu, além de Lula, para quem fez jantares com empresários, e o ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo de São Paulo, Fernando Haddad, de quem se aproximou pelo violão clássico, instrumento que lhe rendeu duas premiações internacionais, e se tornou amigo.

Kayath já recebeu duas vezes o pré-candidato do PSD, Ronaldo Caiado, quando este era governador de Goiás, Estado em que tem propriedades rurais, e o ex-prefeito de Salvador e pré-candidato ao governo da Bahia pelo União Brasil, ACM Neto. Para o ministro da Secretaria-geral da Presidência, Guilherme Boulos, não apenas fez jantares como o levou, pela mão, para o gabinete de dois banqueiros amigos durante a campanha pela Prefeitura de São Paulo, em 2024. E vai avisando que não exclui a possibilidade de voltar a encontrar nenhum deles.

O jantar nasceu do pedido de um amigo comum que estava de passagem por Miami. Kayath avisou que não havia votado no pai do senador, mas este amigo lhe respondeu que Flávio Bolsonaro queria encontrar justamente com quem não votou neles. Foi um jantar volante, desses em que a comida circula mais informalmente, para dez pessoas, de quem preserva os nomes. Quatro eram da comitiva bolsonarista.

Confessa ter achado o senador mais civilizado que o pai e que suas expectativas. Concordou com algumas propostas, como a de uma emenda à Constituição para pôr fim à reeleição, além de priorizar o investimento em tecnologia.

No jantar, o pré-candidato pelo PL à Presidência guardou sua contundência para criticar o Supremo Tribunal Federal (STF), que disse ter "excedido" suas atribuições, e elogiar o prende-arrebenta de Nayib Bukele, em El Salvador. O senador repetiu lá em Miami o que tem dito nos encontros privados: "Sou o Bolsonaro que se vacinou".

"Não foi um evento de adesão política. Foi uma conversa civilizada. Ninguém se torna santo por andar com o papa nem bandido por passar perto de Marcola [Herbas Camacho, líder do PCC]", diz Kayath, antes de concluir: "Eles [Flávio Bolsonaro] estão fazendo o jogo deles, o lado do presidente, me parece que não está".

Eduardo Bolsonaro dá aval a Prado para o Senado e diz que será suplente

De São Paulo

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL) declarou apoio ao presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, André do Prado (PL), para concorrer ao Senado por São Paulo em seu lugar. O anúncio, feito na terça-feira (5), também confirmou que Eduardo será o primeiro suplente da candidatura, embora já se preveja uma "batalha jurídica" a respeito do tema.

O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que vive nos Estados Unidos desde o ano passado, desistiu de retornar ao Brasil para concorrer e reivindicava o direito de escolher seu substituto. Em vídeo nas redes sociais, gravado nos EUA ao lado de Prado, Eduardo apresentou uma série de argumentos para avalizar alguém que não é "um nome tradicional da militância mais ideológica de direita".

O ex-deputado justificou sua escolha pela necessidade de fortalecer em São Paulo o palanque de seu irmão Flávio Bolsonaro, pré-candidato do PL à Presidência. Ele disse que Prado demonstra "capacidade real de articulação e liderança política" e, como presidente da Assembleia, mantém "diálogo direto com centenas de prefeitos de diferentes partidos", o que "dá musculatura política" ao projeto de Flávio.

Entre os nomes que foram preteridos, estão os deputados federais Mario Frias, Marco Feliciano e Rosana Valle, o estadual Gil Diniz, a vereadora Sonaira Fernandes e o vice-prefeito da capital paulista, Ricardo Mello Araújo. "Também seriam excelentes opções para a vaga, mas sabem que na construção de um novo país todos precisamos jogar juntos visando o melhor para o Brasil", explicou o ex-deputado.

Segundo Eduardo, o presidente da Assembleia "tem alinhamento nas pautas prioritárias" do bolsonarismo e se comprometeu a "votar de forma convergente" com o grupo em "temas sensíveis", caso eleito. Prado confirmou ter feito um compromisso em prol de "anistia geral", que beneficiaria inclusive o ex-presidente Bolsonaro. Uma das demandas da direita para o Senado em 2027 é a aprovação do impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

No vídeo divulgado, Prado antecipou que a decisão de colocar Eduardo como suplente embute o risco de uma disputa no âmbito da Justiça Eleitoral. O ex-deputado continuou elegível após ter seu mandato cassado na Câmara, mas há discussões sobre a candidatura de alguém que mora fora do Brasil. Eduardo é réu no STF, sob a acusação de articular sanções contra ministros do STF e autoridades envolvidas nas investigações e no julgamento de Bolsonaro na trama golpista.

"Nós sabemos da minha condição atual. Gostaria muito de estar no Brasil, mas, no nosso projeto atual, o André do Prado se encaixa perfeitamente", disse.

Prado teve o apoio do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que classificou a escolha do aliado como uma "excelente notícia". O outro pré-candidato a senador na chapa de Tarcísio à reeleição é Guilherme Derrite (PP), deputado federal e ex-secretário da Segurança Pública. Nestas eleições, duas vagas por Estado estão em disputa.
(Joelmir Tavares)

PT busca alternativas a Pacheco para disputar MG

Murillo Camarotto e Cibelle Bouças
De Brasília e Belo Horizonte

O senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) disse na terça-feira (5) que vai decidir até o fim do mês se disputará o governo de Minas Gerais. O PT, no entanto, já avalia alternativas ao nome de Pacheco, caso o senador decida não participar do pleito. Entre os cotados estão o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, pré-candidato pelo PDT, e o empresário Josué Gomes da Silva (PSB).

Pacheco desconversou sobre os rumores de que teria desistido de concorrer e disse que "está conversando". O senador era o nome preferido para dar palanque ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo maior colégio eleitoral do país, mas desgastou-se com a rejeição de Jorge Messias pelo Senado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao falar com jornalistas, Pacheco disse que seu perfil mais moderado tem dificuldade de participar da disputa eleitoral em um cenário atual tomado por polarização, desregulamentação das redes sociais e "fake news". Suas declarações foram vistas no meio político como uma indicação de que poderá ficar de fora da disputa.

As informações sobre uma eventual desistência ganharam força após o Senado rejeitar a indicação do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, ao STF. O resultado teve as digitais do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que desde o início do processo defendeu a indicação de Pacheco para o STF e é aliado político do senador.

Após o desgaste com Pacheco, o PT intensificou a busca por alternativas para a disputa em Minas. Em reunião do grupo de trabalho eleitoral (GTE) petista, o presidente do partido, Edinho Silva, disse a correligionários que há risco de Pacheco não concorrer ao governo de Minas Gerais. A avaliação de uma ala do partido é que o senador não dá sinais de que pretende se candidatar.

Aliado de Alcolumbre, o ex-presidente do Senado ainda é o nome preferido por Lula para disputar o cargo. O presidente do PT pretende conversar com o senador sobre o assunto o quanto antes.

A cúpula do PT decidiu procurar o ex-prefeito Alexandre Kalil, para discutir uma aliança com Lula em Minas Gerais. Fonte próxima a Kalil, no entanto, desconversou e disse que não houve novas conversas do ex-prefeito com representantes do PT neste ano.

Outro nome avaliado pelo partido é de Josué Gomes da Silva, que se filiou ao PSB há poucos dias. O empresário é presidente da Coteminas e ex-presidente da Fiesp, o que, segundo o partido mostra sua capacidade de articulação e pode levar adiante o projeto de reindustrialização do país. Josué é filho de José Alencar, vice de Lula nos dois primeiros mandatos.

Segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada em 28 de abril, o senador Cleitinho Azevedo (Republicanos) está na liderança para o governo de Minas Gerais em todos os cenários testados e tem entre 30% e 37% das intenções de votos.

Em segundo lugar aparece o ex-prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PDT), que registra entre 14% e 18% das intenções de voto, seguido por Rodrigo Pacheco, que tem entre 8% e 12%. O atual governador, Mateus Simões (PSD), tem entre 3% e 5%.

Ines249

Poderes Aliado de Bacellar, Thiago Rangel é apontado pela Polícia Federal como líder de esquema de desvio de verba e 'caixa 2'

Deputado é preso no Rio por desvio em obras na Educação

Camila Zarur e Alessandra Saraiva
Do Rio

O deputado estadual Thiago Rangel (Avante), preso na terça-feira (5) pela Polícia Federal, é suspeito de liderar um esquema de fraude em contratos públicos para obras em escolas estaduais do Rio de Janeiro. De acordo com a PF, o parlamentar utilizava sua influência política e sua proximidade com Rodrigo Bacellar, ex-presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), para fraudar as licitações na Secretaria estadual de Educação, direcionando-as para empresas de laranjas e pessoas ligadas a Rangel.

O deputado e outros seis suspeitos, incluindo o ex-chefe de gabinete de Bacellar, Rui Bulhões, foram presos preventivamente na quarta fase da operação Unha e Carne, a mesma que prendeu, em dezembro, o ex-presidente da Alerj. As prisões foram autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator da ADPF 635, ação na Corte que atua contra o envolvimento de agentes públicos e organizações criminosas.

De acordo com a PF, as verbas destinadas às escolas públicas do Estado eram desviadas para o parlamentar e outros beneficiários do esquema. Investigadores apontaram que R$ 2,9 milhões oriundos das fraudes foram usados para fazer "caixa 2" na campanha da filha de Rangel, a vereadora de Campos dos Goytacazes Thamires Rangel (Democrata), e de outros aliados na eleição municipal de 2024.

REPRODUÇÃO / FACEBOOK

Rangel: deputado é apontado como líder de esquema de desvio de verba e 'caixa 2'

"Segundo a representação, o 'esquema criminoso no âmbito da SEEDUC' indicou um suposto financiamento eleitoral, referente ao apoio financeiro (caixa dois) no valor de R$ 2,9 milhões, com o qual o ex-deputado Rodrigo Bacellar haveria se comprometido com o deputado Thiago Rangel, para que fosse utilizado no financiamento da campanha de sua filha (Thamires Rangel) e de outros candidatos de sua base (de Thiago Rangel Lima)", diz a decisão de Moraes.

No documento, o ministro diz que a contabilidade paralela na campanha foi usada para compra de votos. O caso já havia sido alvo de inquérito da própria PF, na operação Postos de Midas, em 2024.

Ainda sobre o esquema de fraude nas obras das escolas públicas, a investigação encontrou mensagens de Rangel admitindo que era responsável pelas indicações aos cargos públicos que facilitavam a burla nas licitações do Estado. Em uma conversa com a diretora regional de educação para a região Noroeste do Rio, Júcia Figueiredo, o deputado diz que não teria que "dar satisfação a ninguém" porque quem mandava era ele.

"Júcia, continua aí do jeito que você tem que estar, tá ok? Tudo que acontecer dentro da regional eu quero saber. Já avisei ao Marcelo aqui, eu não tenho que dar satisfação a ninguém. O deputado sou eu, a indicação é minha e quem manda sou eu", diz Rangel na mensagem interceptada pela PF. Figueiredo também foi presa na operação.

Em outras mensagens encontradas pela PF, o deputado conversa com aliados para intimidar e ameaçar desafetos políticos. Em uma conversa, Rangel recebe prints de críticas contra ele nas redes sociais. Em resposta, diz que "daria um jeito" na pessoa que o criticou. "Depois de 12 tiros no portão, o recado está dado", completa.

Em outro diálogo, Rangel e o ex-assessor Fábio Pourbaix, também preso na operação, arquitetam uma emboscada contra outro desafeto. "Já sei como a gente vai resolver o problema (...). Vamos esquematizar, entendeu? Um bote. Ninguém vai matar ele, vai fazer nada. Ele vai tomar um bote. E esse bote o moleque vai bater na cara dele, vai dar tiro no carro dele, o caralho", diz Pourbaix, na conversa.

A operação da PF se baseou na planilha encontrada no gabinete de Bacellar, na Alerj. No documento, havia a relação de deputados que fizeram indicações a cargos públicos no Estado. Segundo os investigadores, do ex-presidente da Alerj tinha forte influência na gestão do ex-governador Cláudio Castro (PL) e era responsável pelas indicações aos cargos do governo.

A defesa de Rangel se disse "surpresa" com a prisão do deputado negou as acusações. A Alerj e a Secretaria de Educação informaram que estão à disposição das autoridades. A pasta também afirmou que a diretora regional foi exonerada em abril.

MPE questiona TSE sobre cassação de Cláudio Castro

Giullia Colombo
De Brasília

O Ministério Público Eleitoral (MPE) entrou com um recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o acórdão do julgamento que condenou o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) por abuso de poder político e econômico.

No recurso, apresentado na segunda-feira (4), o vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinoza, apontou uma "contradição" entre o conteúdo dos votos da maioria e a conclusão registrada no documento, segundo a qual, não teria havido "formação de maioria para cassação do diploma".

Sob reserva, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do próprio TSE indicaram a mesma contradição agora levantada pelo MPE, como mostrou o **Valor** há duas semanas.

A discussão sobre se houve a cassação do diploma de Castro ou se ela ficou prejudicada pela renúncia é o cerne do julgamento no STF que decidirá se a eleição para o sucessor de Castro será por voto direto ou indireto. O ex-governador renunciou ao cargo em 23 de março. No caso em questão, a cassação ficaria "prejudicada", porque Castro já não estava mais no cargo quando houve o julgamento, em 23 de abril.

Segundo consta no acórdão, o TSE reconheceu "a prejudicialidade da cassação dos mandatos de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e Thiago Pampolha Gonçalves, em razão de suas renúncias, sem formação de maioria para cassação de seus diplomas".

O vice-PGE, no entanto, argumentou que a análise dos votos revela que houve maioria pela cassação dos diplomas e, portanto, pede o ajuste para que a sanção passe a constar de forma expressa.

Ao analisar o conteúdo dos votos dos sete ministros do TSE, Espinoza apontou que três votaram expressamente pela cassação dos diplomas (Isabel Gallotti, Estela Aranha e Floriano de Azevedo Marques), enquanto dois (Cármen Lúcia e Antonio Carlos Ferreira) consideraram prejudicada apenas a perda do mandato, em razão da renúncia de Castro, mas não se manifestaram contrários à cassação do diploma. Os outros dois (Nunes Marques e André Mendonça) foram contrários à cassação dos diplomas.

Em sua análise, Espinoza ressalta que, apesar de Cármen e Antonio Carlos não terem se pronunciado sobre a cassação do diploma, "a aritmética conduz à constatação da formação de maioria pela cassação do diploma", em contradição com o que consta no acórdão.

Segundo o vice-PGE, a cassação do diploma é diferente da cassação de mandato. A primeira representa a perda do diploma de um candidato eleito e é a sanção que pode ser aplicada em Ações de Investigação Judicial (Aije), que foi o tipo de processo apresentado pelo MPE.

A cassação do diploma é aplicada quando se comprova que o candidato eleito foi beneficiado por abuso de poder. Sendo assim, a cassação do mandato seria uma consequência direta da perda do diploma.

Nesse sentido, Espinoza argumentou que, como houve a renúncia de Castro, não havia mais mandato para ser cassado, o que não impede a cassação do diploma ser aplicada. Segundo o vice-PGE, essa situação criaria um mecanismo de "blindagem" contra a Justiça Eleitoral.

Oriente Médio Apesar de colapso da demanda, estoques estão próximos do menor nível em oito anos

Reserva global de petróleo recua em ritmo recorde

Malcolm Moore
Financial Times, de Londres

As reservas globais de petróleo se reduziram em ritmo recorde em abril, enquanto o conflito no Oriente Médio pressiona a oferta e eleva o risco de uma nova disparada acentuada nos preços antes da temporada de viagens de verão.

Os estoques de petróleo bruto caíram quase 200 milhões de barris, ou 6,6 milhões de barris por dia, segundo estimativas da S&P Global Energy, mesmo com os preços mais altos provocando um colapso na demanda de cerca de 5 milhões de barris por dia, a queda mais acentuada excetuando a da pandemia de covid-19.

"Isso é gigantesco, muito acima da faixa usual", afirmou Jim Burkhard, chefe de pesquisa de petróleo bruto da S&P, acrescentando que, em um mês normal, os estoques globais variam entre algumas centenas de milhares e um milhão de barris. "Um acerto de contas inevitável do mercado está chegando", disse.

No total, o mercado de petróleo já perdeu 1 bilhão de barris de petróleo bruto devido à guerra com o Irã até agora e, embora a demanda esteja caindo rapidamente, ela está sendo "superada pela perda de oferta", acrescentou. "Preços ainda mais altos para o petróleo bruto ainda estão por vir."

Os preços do petróleo dispararam desde o início da guerra, em 28 de fevereiro, à medida que tanto o Irã quanto os EUA restringiram o tráfego pelo Estreito de Ormuz, uma via marítima crítica, e ataques danificaram infraestruturas energéticas na região.

Na terça-feira, o preço do barril do Brent, referência global, fechou em queda de 4%, pouco abaixo de US$ 110 por barril — graças aos sinais do governo dos EUA de que o cessar-fogo com o Irã se mantinha apesar de uma série de ataques ocorridos um dia antes.

No entanto, negociadores afirmaram que os preços provavelmente vão subir muito quando os estoques globais caírem abaixo de níveis críticos, com alguns prevendo que esse "ponto de ruptura" pode estar a poucas semanas de distância.

Os dados da S&P incluem todo o petróleo armazenado por governos e empresas, bem como aquele atualmente transportado em petroleiros no mar. A queda também inclui o petróleo liberado pela Reserva Estratégica de Petróleo dos EUA em resposta à crise energética provocada pela guerra.

Embora as reservas globais totais de petróleo somem cerca de 4 bilhões de barris, afirmou Burkhard, uma grande parcela disso está comprometida com operações diárias, como manter refinarias funcionando sem interrupções e oleodutos pressurizados, limitando o volume que pode ser prontamente utilizado.

Os estoques globais de petróleo agora se aproximam do menor nível em oito anos, segundo o Goldman Sachs. O banco acrescentou que restam apenas 45 dias de oferta mundial de produtos refinados, como gasolina, diesel e querosene de aviação, destacando quedas particularmente fortes na Ásia e na África.

"A velocidade da redução e das perdas de oferta em algumas regiões e produtos é bastante preocupante", afirmaram pesquisadores do Goldman Sachs.

No norte da Europa, os estoques de combustível de aviação caíram para o menor nível em seis anos em abril, segundo a agência de preços Argus, enquanto nos EUA os estoques de gasolina caminham para atingir seu menor nível histórico no verão, durante a principal temporada de viagens rodoviárias.

Embora os preços médios nas bombas se aproximem de US$ 4,50 por galão, os americanos ainda não reduziram significativamente o consumo, segundo o Morgan Stanley. O banco estima que 1 em cada 11 barris de petróleo é consumido por motoristas dos EUA e projeta que os estoques americanos podem cair abaixo de 200 milhões de barris até o fim de agosto — o equivalente a aproximadamente uma semana de demanda.

Ainda assim, os EUA ainda não sentiram o impacto total da crise, afirmou Burkhard, observando que seus estoques de petróleo permanecem mais altos do que nesta mesma época no ano passado. A maior parte da queda global nos estoques foi registrada na Ásia, acrescentou.

Ele disse que uma queda acentuada nos estoques dos EUA pode ser o gatilho para um alarme mais amplo. "O pior da crise ainda está por vir", afirmou.

Trump suspende operação de escolta em Ormuz

Agências internacionais

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou ontem a suspensão temporária da operação "Projeto Liberdade", iniciativa lançada por Washington para escoltar navios comerciais pelo Estreito de Ormuz, embora o bloqueio naval americano contra o Irã permaneça em vigor.

Em publicação na Truth Social, Trump afirmou que a pausa tem como objetivo avaliar se um acordo para encerrar o conflito pode ser finalizado e assinado.

"O Project Freedom (a movimentação de navios pelo Estreito de Ormuz) será pausado por um curto período", escreveu. Segundo o presidente, a decisão foi tomada "com base no pedido do Paquistão e de outros países", bem como no "tremendo sucesso militar" e no "grande progresso" rumo a um acordo.

Até ontem à noite, o Irã não havia se pronunciado sobre a decisão.

O anúncio representa uma mudança de tom após um dia de declarações contraditórias em meio à disputa pelo estreito, marcado por novos confrontos na via marítima e ataques contra os Emirados Árabes Unidos, apesar de autoridades americanas insistirem que o cessar-fogo firmado há menos de um mês segue em vigor.

"Neste momento, o cessar-fogo certamente se mantém, mas vamos continuar monitorando a situação com muita atenção", afirmou o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, antes do anuncio de Trump. Segundo ele, os EUA conseguiram garantir uma rota segura no estreito, e centenas de navios comerciais já se preparam para atravessá-lo.

"Estamos garantindo que temos controle sobre esse estreito — e temos", completou.

Do lado iraniano, a narrativa é oposta. A emissora estatal qualificou o esforço americano como "um fracasso" e afirmou que o controle iraniano sobre a via marítima "se intensificou". Teerã também anunciou um novo protocolo para navios que desejam transitar pela via, exigindo que as embarcações recebam um e-mail oficial autorizando a passagem, informou a emissora estatal Press TV.

Pouco depois da declaração de Hegseth, o Ministério da Defesa dos Emirados Árabes Unidos afirmou que suas defesas aéreas estavam novamente lidando com ataques de mísseis e drones provenientes do Irã, embora o comando militar conjunto iraniano tenha negado a realização de tais ataques.

Em paralelo às tensões no Golfo, um cessar-fogo entre Israel e o Hezbollah — grupo apoiado pelo Irã — também mostrou sinais de fragilidade, com novos confrontos no sul do Líbano. De acordo com a agência estatal libanesa NNA, aviões israelenses atacaram as cidades de Kafra, Baraashit e Safad al-Battikh. As localidades de Kounine e Beit Yahoun, na região de Bint Jbeil, foram atingidas por artilharia e, posteriormente, por ataques aéreos.

Em entrevista, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, disse ontem que a paz entre Israel e Líbano é possível, mas o grupo libanês Hezbollah é um empecilho.

Mais cedo, Trump sugeriu a repórteres no Salão Oval que o Irã sabe quais ações violariam o cessar-fogo. Ele minimizou ataques recentes iranianos contra embarcações americanas, considerando-os "menores", mas não especificou o que consideraria uma violação. "Eles sabem o que não fazer para não violar a trégua", disse. "Eles deveriam acenar com uma bandeira branca, se render e aderir a um acordo."

Já o Irã ironizou a atuação dos EUA em Ormuz como "Projeto Impasse" e o qualificou como uma violação do cessar-fogo, apesar de afirmar que negociações mediadas pelo Paquistão avançam.

"Os acontecimentos em Ormuz deixam claro que não há solução militar para uma crise política", disse o ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas Araghchi. "Os EUA devem tomar cuidado para não serem arrastados de volta a um atoleiro por interesses alheios."

ARIEL SCHALIT/AP

Soldados israelenses conduzem um tanque dentro de uma vila no sul do Líbano, visto a partir do norte de Israel

Diplomatas do Brasil no Golfo temem ataques

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

As tensões dos últimos dias entre Irã e EUA — mesmo com o cessar-fogo em vigor — acenderam novamente os alertas pelo mundo em relação ao risco de que a guerra seja retomada. A preocupação maior é dos países do Golfo Pérsico que são aliados dos EUA e vizinhos do Irã.

Foram eles os mais atingidos por mísseis e drones iranianos nas primeiras semanas do conflito. E são eles que tendem a ser novamente os alvos preferenciais do regime dos aiatolás.

Ao **Valor**, os embaixadores do Brasil na Arábia Saudita e nos Emirados — as duas maiores economias do Golfo — relatam o ambiente na região diante da frágil trégua entre EUA, Israel e Irã, anunciado por Washington em 8 de abril.

"A grande preocupação dos países da região é que se os conflitos forem retomados eles é quem pagarão a conta", disse o embaixador brasileiro na Arábia Saudita, Paulo Uchoa.

Ele citou um balanço recente segundo o qual de todos os ataques feitos pelo Irã a países vizinhos, desde o início da guerra, cerca de 50% deles atingiram alvos nos Emirados; Kuwait e Bahrein receberam, cada um deles, pouco mais de 20% dos ataques; Arábia Saudita, cerca de 10%; e 1% em Omã.

No início da guerra, o Irã justificou seus ataques à região não como atos contra governos ou populações vizinhas, mas como um revide contra interesses militares e econômicos dos EUA nesses países.

Mas não foi só isso. Nos Emirados — onde a indústria do turismo só cresce — o edifício Burj Al Arab, em Dubai, foi atingido por ataques do Irã; o hotel Fairmont, que também é um cartão postal da cidade, foi alvejado; um dos aeroportos sofreu danos; refinarias de petróleo foram atacadas.

Depois de semanas de trégua, o país voltou a ser atingido, na segunda e na terça-feira (5), de acordo com autoridades locais, por mísseis e drones iranianos.

Uma avaliação é que a ação atribuída ao Irã tenha sido uma reação à apreensão por parte da Marinha dos EUA de barcos no estreito de Ormuz. Teerã, entretanto, negou que tenha disparado contra os Emirados esta semana.

Por ora nenhum país revidou. "O que é possível observar até agora de todos eles foi um gigantesco exercício de moderação e contenção de resposta", afirmou Uchoa. Ontem, o governo do Emirados deu um passo dizendo que se reserva o pleno direito de retaliar.

"O governo emirático faz um trabalho excepcional na interceptação dos mísseis, mas não se sabe até quando poderá manter a posição de não retaliar, como se viu na primeira fase do conflito", disse o embaixador do Brasil nos Emirados, Sidney Leon Romeiro. "É muito difícil para qualquer país absorver golpes assim, ainda mais um país com uma base nacional de defesa robusta como a dos Emirados Árabes Unidos, e permanecer inativo".

Ele pondera que contra-atacar é uma decisão que envolve riscos elevados e que poderia afetar um dos ativos mais importantes do país até hoje que é a estabilidade.

Loureiro afirmou que os danos nos Emirados não são, nem de longe, como os danos sentidos pelo próprio Irã após os bombardeios dos EUA e de Israel. Mas que os ataques a locais icônicos, como o Burj al Arab, viraram um trauma na vida do país.

"Segundo dados do governo dos Emirados, 70% dos locais atingidos foram instalações civis. Essa tem sido a principal crítica das autoridades ao refutarem o argumento iraniano de que atacavam apenas as bases militares americanas", conta Romeiro.

Os países do Golfo que integram do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC, na sigla em inglês) — Arábia Saudita Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã — vêm se beneficiando ao longo dos anos de um ambiente de estabilidade e de prosperidade. Permaneceram por anos quase imunes às instabilidades das crises constantes entre Israel e palestinos e entre Irã e Israel.

Para muitos, um dos esteios dessa estabilidade tem sido a presença de bases militares dos EUA ou de parcerias militares entre os países da região com os EUA.

> "Há uma discussão sobre os riscos de os países manterem bases dos EUA"
> *Sidney Romeiro*

No entanto, com a guerra, uma pergunta passou a ser feita com mais intensidade em alguns países. "Há uma discussão crescente no meio acadêmico, no establishment militar, na classe política sobre os riscos de o país manter as bases americanas se o regime no Irã se mantiver inalterado. Valeria a pena correr este risco? Ou vale apostar na manutenção de um arranjo militar que foi importante para a prosperidade dos países da região?", indaga o embaixador nos Emirados. Oficialmente, diz ele, os sinais indicam que o governo continuará a apostar na cooperação com os americanos, e que este não seria o momento de alterar este arranjo que funcionou por décadas, afirma Romeiro.

Em relação ao petróleo, tanto a Arábia Saudita quanto os Emirados vêm driblando parcialmente o fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã. Estão escoando sua produção por meio de oleodutos em seus territórios que desembocam em portos que evitam o estreito. É, no entanto, uma logística mais cara e não tão eficiente.

A vida e a economia nos países do Golfo seguem em ritmo de espera. com o risco de que a guerra e os ataques recomecem. "Essa preocupação sempre existiu e o momentâneo cessar-fogo não dissipou esse temor", diz Paulo Uchoa.

Trump inaugura a era do faraó americano

Análise

Edward Luce
Financial Times

Se a 25ª Emenda da Constituição dos EUA — que trata de sucessão e incapacidade do presidente do país — fosse usada contra Donald Trump, os detratores dele sem dúvida citariam os monumentos que ele vem construindo para si mesmo. "Eu", foi a resposta de Trump sobre qual seria o objeto do arco triunfal de mais de 75 metros em Washington proposto por ele. Isso solucionou o enigma sobre qual triunfo esse monumento serviria para comemorar. Como a resposta freudiana é "Arco de Trump", a população dos EUA pode tirar da cabeça a ideia de que o arco seria construído para celebrar glórias futuras no Irã ou em outros lugares. O mesmo se aplica ao salão de festas de 8,5 mil metros quadrados que tomará o lugar da ala leste demolida da Casa Branca.

No mundo real, há poucas chances de que Trump seja removido do cargo por seus subordinados por incapacidade mental ou qualquer outro motivo. Na prática, o comportamento de Trump é constante. Ele sempre pôs seu nome nas coisas. Do ponto de vista dele, trata-se de uma boa prática comercial.

Será, no entanto, que há mais nisso do que egolatria?

Sejam os congressistas propondo lei para agregar o rosto dele ao Monte Rushmore ou seus assessores dizendo que ele é o maior presidente da história dos EUA, sua equipe apenas responde ao que ele quer. Trump declarou recentemente: "Como todos sabem, sou uma pessoa extraordinariamente brilhante".

Existem, contudo, razões para suspeitar que ele esteja pensando em algo maior do que adular a si mesmo. A melhor maneira de perpetuar seu nome é providenciar um sucessor com o mesmo sobrenome. Entre os filhos de Trump, Barron é jovem demais (20 anos), assim como Tiffany (32), de forma que restam Ivanka, Eric e Donald Jr.

Entre eles, Ivanka se distanciou visivelmente do pai desde 2021. Restam, então, Eric e Don Jr. Ambos não carecem de ambição. Ambos também vêm ficando muito ricos, e muito rápido. A revista Forbes estima que o patrimônio de Eric decuplicou, para US$ 400 milhões desde novembro de 2024. O de Don Jr. sextuplicou, para cerca de US$ 300 milhões.

> Seria estranho se Trump não estivesse pensando em uma sucessão dinástica

Entre os dois, Don Jr. é o que mais busca agradar ao pai. A plataforma de previsões Polymarket coloca suas chances de vencer a indicação republicana de 2028 em 4%, bem atrás do secretário de Estado do país, Marco Rubio, com 21%, e de J. D. Vance, o vice-presidente, com 39%.

Ignorar a 22ª emenda, que diz que nenhum presidente pode servir mais de dois mandatos, seria equivalente a um golpe de Estado. Seria improvável que mesmo esta Suprema Corte dos EUA desse luz verde a um terceiro mandato de Trump. Descer um degrau, como vice-presidente de Vance ou Rubio, tampouco seria uma forma de driblar Constituição, que impede a artimanha de forma explícita.

Dessa forma, o que resta é um de seus filhos. A recente onda de iniciativas de autopromoção de Trump parece mais do que apenas uma tentativa de deixar um legado. Muitos de seus projetos de vaidade levarão anos para dar frutos. O arco triunfal, por exemplo, está projetado para ser concluído em 2028. O salão de baile levará um ou dois anos. Trump recentemente afastou seu secretário da Marinha, John Phelan, em parte por ter sido lendo demais na construção dos "encouraçados dourados classe Trump" encomendados por ele.

Em fevereiro, Trump se ofereceu para descongelar recursos para dois projetos de infraestrutura em Nova York se os democratas aceitassem renomear o aeroporto Dulles, em Washington, e a Penn Station, em Nova York, com seu nome. Eles disseram não a Trump.

Outras iniciativas de troca de nome — como o renomeado Donald J. Trump and John F. Kennedy Center for the Performing Arts e o Instituto Estados Unidos (agora Instituto Trump) para a Paz — foram um trabalho rápido. O mesmo vale para o "golden card de Trump" de US$ 1 milhão para vistos vitalícios dos EUA, sua assinatura em notas de dólar e a exibição de sua imagem em prédios federais, inclusive no Departamento de Justiça. No entanto, esses nomes podem ser retirados com a mesma rapidez com que foram colocados.

São frequentes os comentários de que Trump gosta da pompa da monarquia e deseja o poder de um autocrata. Na semana passada, ele recebeu Charles III. Na próxima semana, será convidado de Xi Jinping, o "presidente vitalício" da China. O que parece passar despercebido é sua admiração pela sucessão real. Dadas as ambições monumentais de Trump, seria de se estranhar se a ideia de dinastia não estivesse em sua mente.

Ines249

Valor ECONÔMICO

Redistribuição de royalties desrespeita a Constituição

O Supremo Tribunal Federal julga hoje uma liminar dada há 15 anos pela ministra Cármen Lúcia suspendendo a lei 12.734, de 2012, que determinava nova repartição dos recursos de royalties e participações especiais entre Estados e municípios produtores de petróleo e gás natural, entes federados não produtores e a União. Em disputa está a divisão de R$ 81 bilhões (2025). A presidente Dilma Rousseff vetou a nova partilha em 2012 e o Congresso derrubou os vetos. Coube então ao procurador estadual do Rio de Janeiro, Luís Roberto Barroso, depois ministro do Supremo e hoje aposentado, o recurso ao STF alegando a inconstitucionalidade da lei.

A lei em questão reduz a parcela da União nos royalties de 30% para 20%, a dos Estados e municípios produtores, de 61% para 26%, e aumenta um fundo especial, destinado à divisão entre não produtores, de 8,75% para 54%. Na participação especial, a fatia dos entes federados produtores cairia a menos da metade (de 50% a 24%), e a dos não produtores iria de zero a 30%. Em ambos os casos, a distribuição daria maior fatia a quem não produz petróleo ou gás.

Uma reviravolta desse porte afetará três Estados que concentram hoje o recebimento dos recursos: Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, cuja participação nos royalties no ano passado foi de 85,5% do total, e de 88,35% na participação especial, sofreria uma drenagem de recursos irrecuperável, com o agravante de encontrar-se em péssima situação financeira desde pelo menos a recessão de 2015, ano em que ficou sem verbas até para pagar os servidores públicos.

Os Estados produtores defendem o que estabelece o parágrafo primeiro do artigo 20 da Constituição, que lhes assegura "compensação financeira" pela exploração de petróleo ou gás natural em seu território, plataforma continental ou mar territorial. A compensação valeria também para exploração de recursos hídricos para produção de energia elétrica e outros recursos minerais. Como acontece em petróleo e gás, não há distribuição de royalties nesses dois outros casos a outros Estados.

A compensação financeira serve para ressarcir os custos de degradação do ambiente por acidentes na extração e transporte da produção, custear infraestrutura que é pressionada pela migração de pessoas em busca de trabalho, atraídas pela riqueza trazida pelo petróleo, e o consequente aumento dos gastos com saúde, habitação, educação e assistência social. A cidade fluminense de Macaé, por exemplo, viu quase dobrar sua população, para 246,4 mil habitantes, entre 2000 e 2022.

Representantes políticos e empresariais do Rio argumentam que os Estados não produtores se beneficiam dos recursos da produção de petróleo do Estado por meio do ICMS, que, nesse caso, é cobrado no destino e não na origem. Segundo Luiz Caetano, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), os Estados não produtores receberam R$ 64 bilhões por meio desse imposto no ano passado. A nova repartição prevista pela lei, se for considerada constitucional, será um tiro certeiro na arrecadação do Estado — 25% da receita corrente líquida advém da exploração de petróleo e gás. O baque seria de 9% dessa receita, com redução de cerca de R$ 8 bilhões para o Estado e R$ 13 bilhões para os municípios.

A situação financeira do Estado do Rio é ruim, e não é este o ponto que deve ser levado em conta na votação, e sim o desrespeito à Constituição. Mas é agravante o fato de que o Rio terá que arcar com um baque indevido enquanto está no Regime de Recuperação Fiscal e deve R$ 225 bilhões, sendo R$ 193 bilhões diretamente à União. A gestão das finanças públicas fluminenses nos últimos governos foi péssima, sem que conseguissem obter superávits primários mínimos para amortizar os débitos. Cinco dos governadores dos últimos 30 anos foram presos. Wilson Witzel sofreu impeachment e seu vice, Claudio Castro, assumiu e renunciou antes do fim do mandato. O déficit primário projetado para este ano é de R$ 19 bilhões, e o de 2027 é só um pouco menor, estimado em R$ 13 bilhões. As contas, que já estão no vermelho com a abundante receita de royalties e participações especiais do petróleo, ficarão ainda piores, colocando o Estado diante da insolvência.

A abundância de recursos advindos do petróleo e gás também tornou os municípios deles dependentes, sem que com isso os indicadores sociais e desenvolvimento da maioria apresentassem melhoria significativa. Mas essa é uma outra discussão, que não invalida ter de haver o respeito constitucional na distribuição dos recursos. O súbito desaparecimento dos recursos dos royalties e participações causará uma crise social na maioria dos municípios produtores. Em um Estado às voltas com uma avançada infiltração do crime organizado nas instituições do Estado, a nova repartição em julgamento no STF é a pior coisa que pode acontecer ao Rio. O Supremo deveria rejeitá-la.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais
Brasília: Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Rio: Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Editoras de Núcleo
Empresas: Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Finanças: Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

Editores
Agronegócios: Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)
Brasil: Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Carreira: Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Cultura: Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Internacional: Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)
Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Política: Marcello Corrêa
(marcello.correa@valor.com.br)
Projetos Especiais: Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br
S.A.: Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Valor Online: Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Valor PRO: Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Visual Multiplataformas: Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)

Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data
Coordenador: William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)

Valor Investe
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

Valor International
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
(cassianor@edglobo.com.br)

Valor PRO
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
SP interior e litoral - MMardegan Marcelo Mardegan. Cel (19) 99251-7817
Ribeirão Preto - SP - F&Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667
MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800
ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884
GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190
PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866
SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313
RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165
Revistas Setorias Financeiro e Especias - Atendimento nacional - Transforme Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.858,80 ou R$ 154,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE ID6137 ONGQ

BC parece ter renunciado a sua discricionaridade e aderido ao consenso de mercado. Por **Bernardo Macedo**

Juros: profecia autorrealizável?

A taxa de juros básica real brasileira figura entre as maiores do mundo há décadas, abaixo apenas da Turquia e da Argentina. Contudo, considerando-se somente países com inflação moderada ou baixa, a nossa taxa de juros real é consistentemente a mais alta do mundo. (Estamos falando da taxa básica, mas os juros na ponta destoam ainda mais do que se vê no resto do mundo).

É com esse parâmetro que os investimentos produtivos concorrem — e, quase sempre, perdem. É até de se admirar que sigamos com taxas positivas de crescimento carregando tamanho peso financeiro.

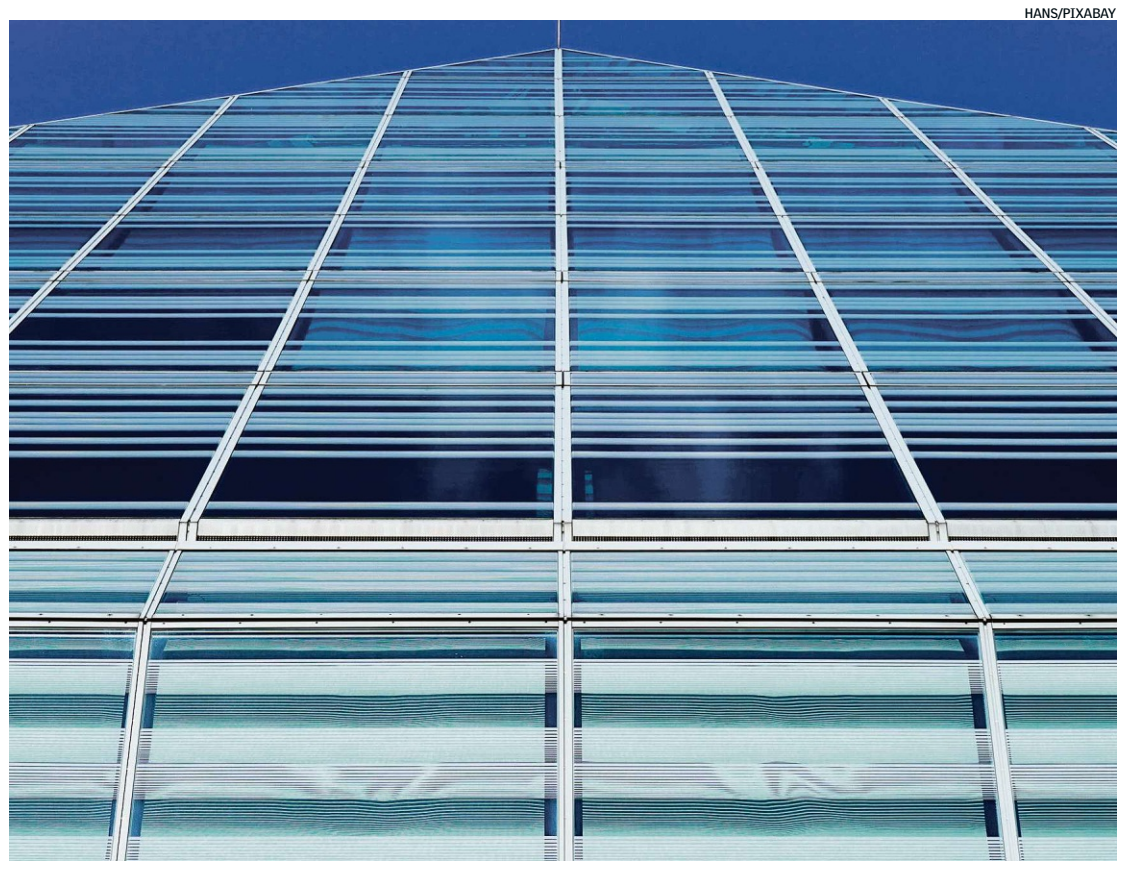
Neste mesmo espaço, Tiago Cavalcanti (Universidade de Cambridge, UK) e Carlos Eduardo Gonçalves (FMI), utilizando várias ferramentas estatísticas, procuram verificar em que medida nossa taxa de juros pode ser explicada pelos tradicionais fatores estruturais — "déficit primário e dívida pública, qualidade institucional, inflação, poupança interna, grau de independência da autoridade monetária... entre outros fatores". E concluem que esses fatores não são capazes de explicar nosso diferencial de juros em relação ao resto do mundo.

Essa conclusão é apresentada de maneira cautelosa, como convém. E a indagação original — o que explica nossos juros altos — segue irrespondida. Mas deve-se dar um crédito aos autores, porque, mesmo pertencendo ao mainstream dos economistas, ousam desafinar o coro dos profissionais de mercado e concluir que os culpados de sempre não parecem tão culpados assim. In dubio, pro reo.

Antes de prosseguir o raciocínio, cabe trazer alguns elementos que relacionam juros altos e inflação — mas no sentido oposto ao tradicional. Um deles é a constatação de que a economia brasileira é ainda bastante indexada — e a Selic é um dos indexadores mais utilizados, dificultando a queda da inflação. Além disso, o rendimento elevado das aplicações financeiras alimenta o consumo dos estratos mais favorecidos da sociedade, enfraquecendo o impacto da política monetária. Por fim, a conta de juros recai sobre o setor público (cada ponto percentual requer um dispêndio de R$ 55 bilhões, muito mais do que o superávit primário orçado para este ano), expandindo o gasto total mesmo quando submetido a restrições fiscais muito exigentes.

Ou seja: os juros altos atuam de maneira ambígua, no mínimo, sobre a inflação e contribuem para deteriorar as contas públicas, supostamente uma das causas estruturais dos juros altos.

Como sair desse cipoal? Uma vertente explicativa menos explorada é o estado de expectativas, apreendido pela noção de convenção macroeconômica. De maneira bem simples, trata-se de um comportamento validado pelas expectativas da comunidade, incluindo não só especialistas (os economistas, sobretudo) e os agentes de mercado (sobretudo financeiro), mas também os agentes de governo, a imprensa e a opinião pública. A metáfora mais ilustrativa desse comportamento é famosa: é como se, em um concurso de beleza, os jurados devessem não avaliar quem é mais bonito (os "fundamentos"), mas quem os demais vão considerar mais bonito. O comportamento vencedor é aquele que vai ao encontro do consenso de mercado, não aquele que tenta bater o mercado. Constrói-se, assim, uma profecia autorrealizável.



HANS/PIXABAY

Essa metáfora vale para os mercados financeiros em geral. Nos mercados de juros (títulos públicos e seus derivados), no entanto, muitos outros fatores entram em jogo, mas, em especial, opera um ator muito maior do que os demais e que possui um grande poder discricionário, que é o Banco Central. Nesses mercados, os agentes privados apostam quanto ao nível em que a autoridade monetária vai fixar a sua taxa básica (policy rate, a Selic).

E o Banco Central? Aqui cabe completar o conceito de convenção, conforme explicam Seabra e Dequechi: definir um comportamento como convencional exige também que esse comportamento (no caso, a determinação do nível da taxa de juros básica) admita alternativas sem que uma seja claramente superior a todas as outras. Ou seja: o Banco Central dispõe de raio de manobra, de discricionaridade para fixar a Selic. Não por outro motivo, a cada reunião do Copom a imprensa divulga as apostas de cada analista.

No entanto, quando se compara a curva média dos juros de mercado de longo prazo e a da Selic, o que se constata é que elas são muito próximas. Isso significa que o Banco Central vem há anos fixando a Selic em níveis próximos ao que o consenso do mercado projeta. Ou então que o mercado vem acertando quase na mosca a Selic — o que, dada a discricionaridade inerente à autoridade monetária, dá na mesma.

Em outras palavras, o Banco Central parece ter renunciado a sua discricionaridade e aderido ao consenso de mercado. Em alguns momentos pode-se mesmo verificar que o Banco Central, ao buscar ser reconhecido como parte da comunidade, é mais realista do que o rei — fixa a taxa em nível ainda mais alto do que o mercado consideraria suficiente para controlar a inflação, e acaba atraindo o mercado para a sua posição mais conservadora.

Claro, a convenção macroeconômica é apenas um dos ingredientes a explicar a taxa de juros brasileira. A discricionaridade do Banco Central não é completa, longe disso. As contas públicas, o ambiente institucional e os vetores estruturais destacados por Cavalcanti e Soares importam, e muito. Não se pode deixar de lado ainda o chamado cupom cambial: dado o elevado déficit brasileiro em conta corrente, a atração de capitais estrangeiros requer juros reais elevados para fechar o balanço de pagamentos sem esvaziamento das nossas reservas cambiais.

Mas não parece convincente a conclusão de que nossa taxa básica precisa ser fixada em 10% reais ao ano para a atração de um grande volume de capitais estrangeiros. Ainda mais se se tem em conta a deterioração recente da posição do dólar como moeda de reserva internacional. O desmonte (na margem, claro) de operações em dólar vem inundando todos os outros mercados — do ouro ao iene, passando até pelo real.

Vale, portanto, acentuar o papel da convenção macroeconômica. A pergunta inicial poderia ser reformulada assim: o que aconteceria se a taxa básica real estivesse em 8% ao ano? Ou em 6,5% (nível observado na África do Sul, no México e no Egito)? Ou, quem sabe, 4,5% (como na Indonésia, na Índia e no Chile)? Infelizmente, contudo, nada indica que será possível responder a essa pergunta. E tudo indica que seguiremos prisioneiros da convenção no horizonte visível.

Bernardo Gouthier Macedo é economista pela UFMG, doutor em teoria econômica pela Unicamp, sócio-diretor da LCA Consultoria Econômica.

Escravidão, trabalho e atraso

Tiago Cavalcanti

História econômica é um campo de pesquisa fascinante. Um aspecto importante da minha formação como economista sempre foi o seu estudo, seja nas disciplinas da graduação e do doutorado, seja nas minhas horas de lazer. Há uma discussão sobre a redução do número de cadeiras obrigatórias no curso de economia da Universidade de Cambridge. Sou totalmente contra.

Na graduação na UFPE, tive ótimos cursos sobre a formação econômica do Brasil e do Nordeste com o professor Policarmo Lima. O livro que estudei sobre o Nordeste foi escrito pelo meu sogro, o professor Leonardo Guimarães Neto. A obra tem uma bela capa, com a foto de uma fazenda com escravos, provavelmente na zona da mata pernambucana. Em um contexto de forte interesse pelas raízes do atraso econômico regional, influenciado por trabalhos de Celso Furtado, como o documento GTDN de políticas públicas para o desenvolvimento regional, Leonardo Guimarães Neto analisa a trajetória do Nordeste, enfatizando suas relações comerciais com o mundo e com o restante do país.

No meu doutorado na Universidade de Illinois, para onde fui a convite do professor Werner Baer, especializei-me em história econômica. Foi lá, em 2000, que assisti à palestra do então jovem economista do MIT, Daron Acemoglu, sobre como a mortalidade de europeus nas colônias moldou instituições e continua a influenciar o desenvolvimento. Confesso que, à época, apesar da criatividade ao explorar dados históricos, achei que a teoria não era propriamente inovadora. A distinção entre colônias de exploração e de povoamento já aparecia na literatura. Trabalhos como os de Stanley Engerman e Kenneth Sokoloff já enfatizavam como diferentes estruturas coloniais geraram trajetórias distintas nas Américas. Mas Acemoglu, com coautores, quantificou esses efeitos, contribuição que anos depois seria reconhecida com o Prêmio Nobel de Economia em 2024.

Com o professor Stephen Parente, participei de um grupo de leitura de história econômica. Lembro de ter lido "The Lever of Riches", de Joel Mokyr, "The Rise and Decline of Nations", de Mancur Olson, e "The Wealth and Poverty of Nations", de David Landes. Três excelentes obras que procuram entender trajetórias heterogêneas de desenvolvimento. O trabalho de Mokyr também recebeu reconhecimento máximo ao lhe render o Prêmio Nobel de Economia em 2025. O próprio Parente, com Edward Prescott, laureado em 2004, escreveu "Barriers to Riches".

Um dos desafios de escrever sobre história econômica e testar hipóteses é o acesso a dados confiáveis. Nosso primeiro censo demográfico foi realizado em 1872, registrando uma população de aproximadamente 9,9 milhões de habitantes, incluindo cerca de 1,5 milhão de escravos. Já os dados de contas nacionais só começaram a ser desenvolvidos nos anos 1930, com os trabalhos de Simon Kuznets, e foram posteriormente aperfeiçoados pelo professor de Cambridge Richard Stone, sobretudo nos anos 1940, quando estruturou o sistema moderno de contas nacionais.

Para construir dados anteriores ao século XX, é preciso acessar arquivos comerciais, registros paroquiais e fazer hipóteses sobre representatividade e padrões de consumo. Foi assim que Guilherme Lambais e Nuno Palma construíram, no artigo "How a Nation Was Born: Brazilian Economic Growth", 1574–1920, uma nova série de PIB per capita entre 1574 e 1920, quando antes havia estimativas apenas a partir de 1820. Na prática, essa reconstrução combina diferentes fontes, incluindo documentos públicos e registros das Santas Casas, como livros de contabilidade e recibos, que permitem construir séries de salários reais urbanos e inferir padrões de renda e custo de vida.

A nova série sugere que o Brasil apresentava níveis relativamente elevados de renda per capita até meados do século XVII, comparáveis aos da Inglaterra e dos Estados Unidos e superiores aos de Portugal e da Espanha. A partir de 1650 e até 1850, observa-se um longo período de declínio e estagnação, com episódios pontuais de crescimento que não alteraram essa trajetória. Trata-se de uma trajetória distinta da observada na Inglaterra e nos Estados Unidos, marcada por fortes ganhos de produtividade associados à Revolução Industrial. Só a partir de meados do século XIX surge um crescimento sustentado no Brasil, ainda assim modesto em comparação com as economias do Atlântico Norte.

Até meados do século 17, o Brasil apresentava níveis de renda per capita, comparáveis aos da Inglaterra e dos EUA

Em 1920, a economia brasileira tinha um PIB per capita de aproximadamente 20% do PIB per capita americano. Hoje, esse valor é cerca de 25% do observado nos Estados Unidos. Ou seja, mesmo após mais de um século de transformação estrutural, com a transição de uma economia rural para urbana e o início do processo de industrialização, os ganhos de produtividade no país foram relativamente modestos quando comparados aos de diversas outras nações, como a Coreia do Sul ou o Chile, que conseguiram reduzir de forma significativa a distância em relação às economias mais desenvolvidas.

Uma possível interpretação desses resultados documentados por Lambais e Palma é que o fraco desempenho de longo prazo esteja intimamente ligado à estrutura escravista da economia. Como enfatiza Samuel Pessôa em resenha sobre o artigo, a oferta elástica de trabalho escravizado mantinha salários baixos e reduzia os incentivos ao progresso técnico, limitando a difusão de ganhos de produtividade. Nesse contexto, o crescimento só começa a aparecer quando a escravidão entra em declínio, com o fim do tráfico e, posteriormente, da própria instituição, sugerindo que o principal entrave ao desenvolvimento não era apenas a inserção externa ou a especialização produtiva, mas a própria organização do mercado de trabalho e da sociedade.

O passado traz experiências para o presente e para o futuro, inclusive para o debate sobre como a organização do trabalho e a escassez de fatores podem afetar a eficiência produtiva. Como mostram diversos trabalhos de Daron Acemoglu, que considero sua agenda de pesquisa mais original, a inovação tecnológica não é neutra e pode ser direcionada para contornar restrições de fatores produtivos.

Tiago Cavalcanti é professor Titular de Economia da Universidade de Cambridge e da FGV-SP.

Frase do dia

"Um acerto de contas inevitável está a caminho. O pior da crise ainda está por vir".

De Jim Burkhard, chefe de pesquisa da S&P, sobre a queda de quase 200 milhões de barris nos estoques globais de petróleo em abril, apesar do colapso na demanda por causa dos preços

Cartas de Leitores

Bolsa Família

Transferências de renda, não apenas o Bolsa Família, impactam positivamente vários setores da sociedade. A primeira percepção é a possibilidade de qualificar as refeições, reduzindo atendimentos médicos. Partindo dessa premissa, os pesquisadores Michael Best, professor de economia na Universidade Columbia; Felipe LoBel, professor de economia na Universidade Duke e pesquisador na Universidade de Stanford; e Valdemar Pinho Neto, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGV EPGE), estudaram a melhoria na saúde dos beneficiários e a acentuada diminuição da demanda por serviços médicos públicos. Com essa redução, os gastos com a saúde pública caíram de forma expressiva, qualificando ainda mais os programas de transferência de renda. Os estudos foram publicados no Escritório Nacional de Pesquisa Econômica (NBER), uma das instituições científicas de economia mais respeitadas do mundo. Como se observa, o Bolsa Família traz, para toda a sociedade, e não apenas para o beneficiário, impactos positivos na economia brasileira. Nunca foi custo; sempre foi investimento.

Marcus Aurelio de Carvalho
santistax2@gmail.com

Desenrola?

O governo anuncia, com pompa, que trabalhadores que ganham até R$ 8.105 poderão sacar até R$ 1.000 do FGTS para pagar dívidas. E vende isso como alívio para "essa gente". Mas que gente é essa? A mesma gente que foi estimulada a consumir, a sonhar com picanha, e hoje mal consegue comprar carne de segunda. Cabe perguntar: quem colocou a corda no pescoço dessas pessoas? Luiz Inácio Lula da Silva surge como salvador com o Desenrola, mas o programa não passa de um socorro tardio para um problema que o próprio governo ajudou a inflar.

Não se combate a causa — administra-se a consequência. Os números assustam: só no Grande ABC, mais de 1 milhão de pessoas estão com o nome sujo. Imagine-se o país inteiro. Em vez de incentivar responsabilidade e poupança, o governo oferece atalhos. E o mais curioso: o trabalhador é convidado a "se salvar" usando o próprio dinheiro. Toma emprestado o que já é seu. E enquanto isso, milhões de brasileiros ainda vivem sem acesso a água tratada e esgoto — o básico do básico. Prioridades invertidas: em vez de atacar a raiz da pobreza, distribuem-se remendos para administrá-la. Não é política pública — é remendo. Não é solução — é adiamento.

Um governo comprometido com seu povo não distribuiria paliativos, mas criaria condições para que o cidadão não precisasse deles: segurança, educação e saúde de qualidade. O resto é apenas ilusão com prazo de validade.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

O PNDBio pode reposicionar a economia brasileira nas cadeias globais. Por **Marcio Sztutman**

Bioeconomia como estratégia

O lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), no início de abril, marca mais do que uma nova política pública. Ao incorporar a bioeconomia à estratégia econômica do país, o plano reposiciona o Brasil diante dos desafios de investimento, competitividade e transição climática.

Embora iniciativas anteriores tenham tratado do tema, o PNDBio inaugura um esforço inédito de articulação, em escala nacional, entre meio ambiente, política econômica, agricultura, indústria, ciência e inovação, alinhado à reconfiguração das economias globais rumo a bases de baixo carbono e maior valor agregado.

Esse caráter transversal não é trivial. O plano nasce sob coordenação de diferentes áreas do governo, refletindo uma mudança de posicionamento. A bioeconomia deixa de ser tratada como tema periférico e passa a ocupar um espaço estruturante na agenda sobre crescimento, geração de renda e resposta à transição climática. O desafio, no entanto, é transformar essa convergência política em coordenação efetiva da execução, com responsabilidades claras, previsibilidade regulatória e capacidade de correção de rumos. Sem essas condições, torna-se improvável que o setor privado mobilize sua parcela de atribuições — ainda que parte das inovações já venha emergindo do próprio mercado.

O PNDBio organiza-se em três eixos centrais: sociobioeconomia e ativos ambientais, bioindustrialização competitiva e produção sustentável de biomassa. Essa estrutura permite compreender a bioeconomia como sistema integrado, conectando território, cadeias produtivas e inovação. Para tanto, exige instrumentos que assegurem coerência entre esses componentes, evitando que avancem de forma desarticulada, comprometendo escala e impacto.

Uma das inovações do plano é a adoção de metas com horizonte temporal definido, vinculadas a indicadores de acompanhamento. Esse modelo reflete o conceito de política baseada em evidência, no qual métricas, custos e impactos observáveis orientam decisões de priorização e ajuste de rota — uma prática ainda rara em políticas de desenvolvimento no país. Nesse contexto, a efetividade do plano depende de sistemas robustos de monitoramento e avaliação. Sem isso, suas metas ambiciosas tendem a perder tração ao longo do tempo. Por outro lado, a disponibilização contínua de informações de qualidade não apenas fortalece a capacidade de gestão do governo, como também estimula o engajamento do setor privado e da sociedade na avaliação de resultados e na proposição de melhorias.

O plano apresenta direções e instrumentos iniciais, mas ainda não há clareza sobre o volume de investimento necessário, nem sobre a combinação entre crédito, garantias, instrumentos fiscais e capital paciente capaz de viabilizar os projetos nas diferentes etapas

Outro elemento de destaque no PNDBio são as salvaguardas socioambientais. O plano reconhece que a expansão de cadeias baseadas em recursos biológicos deve ocorrer sem conversão de vegetação nativa e com geração de benefícios sociais. Essa diretriz é particularmente relevante no eixo de biomassa, que apresenta elevado potencial de crescimento, mas também riscos conhecidos.

A experiência brasileira demonstra que a expansão produtiva, quando desacompanhada de monitoramento e governança territorial, pode gerar pressões significativas sobre recursos naturais e meios de vida de comunidades. Transformar salvaguardas em práticas concretas exigirá, portanto, sistemas eficientes de detecção, além de capacidade institucional de atribuição de responsabilidade e intervenção corretiva.

A sociobioeconomia, por sua vez, ocupa papel estratégico ao reconhecer povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares como agentes econômicos. Essa abordagem amplia a base produtiva da bioeconomia e reforça sua conexão com os territórios. Além de seu valor social intrínseco, uma sociobioeconomia bem estruturada contribui para reduzir riscos operacionais, melhorar a estabilidade de fornecimento e ampliar a legitimidade das cadeias produtivas perante mercados internacionais. Iniciativas voltadas à estruturação de ecossistemas empreendedores regionais, com apoio a redes produtivas, acesso a crédito e estímulo à inovação, apontam para um caminho capaz de combinar diversificação econômica e geração de valor local.

O plano também dialoga com a agenda de reindustrialização verde, ao buscar conectar biodiversidade à indústria e a novos mercados. Essa transição pode reposicionar o Brasil em cadeias globais de valor, reduzindo a dependência de setores intensivos em carbono e ampliando oportunidades em segmentos de maior valor agregado. Para isso, será essencial avançar na articulação entre política industrial, ciência, inovação e instrumentos de financiamento.

É justamente nesse ponto que emerge uma das principais lacunas. Embora o plano apresente direções e instrumentos iniciais, ainda não há clareza sobre o volume de investimento necessário, nem sobre a combinação entre crédito, garantias, instrumentos fiscais e capital paciente capaz de viabilizar projetos nas diferentes etapas de maturidade tecnológica. A mobilização coordenada de capital público e privado, em volumes compatíveis com a ambição da política, será determinante para sua efetividade. Sinalizações claras de política pública são determinantes para reduzir percepção de risco e destravar investimentos.

Esse desafio de execução reforça a importância do próprio processo de construção do PNDBio. A experiência mostrou que políticas públicas complexas ganham força quando são ancoradas em escuta qualificada, evidências técnicas e diversidade de perspectivas, ampliando sua legitimidade e criando condições para coordenação e implementação ao longo do tempo. Em uma agenda transversal como a bioeconomia, essa base é decisiva para alinhar interesses, reduzir riscos e sustentar a política para além do seu lançamento.

Monitoramento, financiamento e governança formam, portanto, o núcleo crítico da implementação. Sem esses elementos, há risco de fragmentação e baixa capacidade de entrega. Com eles, o país pode avançar na construção de uma estratégia que combine crescimento econômico, conservação e inclusão produtiva.

O plano entra em sua fase mais exigente. A bioeconomia pode se consolidar como vetor relevante de crescimento econômico no Brasil. Mas, como em toda política moderna de desenvolvimento, o diferencial não estará no plano em si, e sim na capacidade de convertê-lo em investimento, coordenação e execução consistente.

Marcio Sztutman é diretor-executivo da The Nature Conservancy (TNC) Brasil.

Ines249

Especial

Clima Painel Científico para a Transição Energética Global, que terá base em São Paulo, 'é um bem comum para todos os países, setores e regiões', diz cientista sueco

Painel visa a conectar todos à ciência de apoio à descarbonização, diz Rockström

Daniela Chiaretti
De Santa Marta, Colômbia

O sueco Johan Rockstöm, uma das principais referências em ciência climática no mundo, subiu ao palco do Teatro Santa Marta, na Colômbia, e disse: "Estamos nos reunindo em um momento muito sombrio se considerarmos os riscos climáticos que enfrentamos". Seguiu: "É uma situação de urgência. É uma crise planetária".

Rockström, contudo, aproveitou a Primeira Conferência para a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, organizada há poucos dias no caribe colombiano pela Colômbia e pelos Países Baixos, para anunciar o que pode ser um marco positivo no enfrentamento da emergência climática: a criação do Painel Científico para a Transição Energética Global.

O painel será baseado em São Paulo, deve atuar por cinco anos e ter entre 50 a 100 cientistas de todas as regiões do globo e diferentes disciplinas. A ideia é sugir rotas de transição energética para países e regiões, desenhando passo a passo e setorialmente o que deve ser feito, com atualizações anuais. "Vamos olhar para os entraves nas políticas públicas dos países, nos mecanismos financeiros e de governança necessários, e mapear tecnologias", explica. "O painel é um bem comum para todos que quiserem se conectar com a melhor ciência disponível para ajudá-los na transição para longe dos combustíveis fósseis".

Terá como patronos o climatologista brasileiro Carlos Nobre e o próprio Rockström, codiretor do Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK). Será copresidido pelo economista alemão Ottmar Edenhofer, que também dirige o PIK, a economista dos Camarões Vera Songwe e o brasileiro Gilberto Jannuzzi, professor em sistemas energéticos e pesquisador no Núcleo de Planejamento Energético da Unicamp. A seguir, trechos da entrevista que Rockstöm concedeu ao **Valor**, na Universidad del Magdalena, em Santa Marta:

GABRIEL REIS/VALOR

Rockström: 'Sabemos que, entre os grandes países do mundo, economias estão retrocedendo; não estão acelerando a transição nem dispostos a fazer isso'

Valor: *Como surgiu o painel científico?*

Johan Rockström: Ana Toni (CEO e diretora-executiva da COP30) procurou Carlos Nobre e eu no fim da conferência em Belém e nos perguntou se faria sentido apoiar o plano de eliminação dos combustíveis fósseis com um painel científico. Nós já estávamos falando sobre isso. Então, se a presidência brasileira queria lançar dois roadmaps, um para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e outro para deter o desmatamento, e ambos precisam de respaldo científico, para nós foi um passo natural. Outros cientistas confirmaram que um painel científico para a transição pode ser um complemento importante a todas as atividades em andamento para a descarbonização. O que nos falta hoje é a capacidade de tornar evidências científicas relevantes para a tomada de decisões, e fazer isso com rapidez.

Valor: *É diferente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, o IPCC?*

Rockström: O IPCC é fundamental, mas tem um ciclo mais lento. Um painel científico pode ser uma voz independente que não precisa da aprovação dos governos (os sumários-executivos dos relatórios do IPCC devem ser aprovados pelos governos) e que pode resumir as evidências e apresentá-las de forma imediata a nível global e às nações. Desde o início, a ideia por trás do painel científico foi oferecer apoio científico rápido e mais relevante para as políticas públicas, servindo como guia para países e regiões que realmente desejam acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis.

Valor: *Como irá trabalhar?*

Rockström: A ideia é juntarmos cientistas do mundo todo, especialistas em quatro áreas distintas. Uma delas irá trabalhar na atualização dos caminhos de mitigação e levar esses caminhos o mais próximo possível do nível nacional. Queremos indicar o que precisa acontecer em 2027, 2028 e 2029 na indústria, no transporte, na agricultura, na construção, com horizonte para 2035.

Valor: *Qual é o segundo eixo?*

Rockström: A segunda tarefa, que pode ser a mais importante do painel, é a revisão de políticas públicas. Economias como a da Colômbia, Brasil ou Índia enfrentam suas próprias limitações nacionais. Podem estar presas à dependência do carvão ou com dificuldades para obter incentivos governamentais que viabilizem o investimento em energias renováveis. Trata-se de mapear o conjunto de políticas que possam desbloquear as restrições à descarbonização nas diferentes economias.

Valor: *E a tecnologia?*

Rockström: A terceira tarefa é mapear as tecnologias existentes e ser capaz de mostrar o que funciona. A quarta diz respeito ao financiamento e à governança. Ou seja, quais os mecanismos financeiros que podem ser necessários em nível global para apoiar a transição.

Valor: *O painel, então, dará apoio aos países.*

Rockström: Queremos que o painel apoie os países, mas também que resuma o progresso e apresente um relatório às COPs e à Convenção do Clima, a UNFCCC. Queremos que seja uma fonte de informação positiva, construtiva e objetiva também para a agenda global de políticas climáticas. Não queremos que se torne apenas um clube de países que se destacam e avançam mais rápido do que os outros na transição.

Valor: *Terá um elo com o regime climático internacional?*

Rockström: Queremos criar uma ponte entre o que está representado na Conferência de Santa Marta (havia representantes de 58 governos como Brasil, Alemanha, França, Reino Unido e a Comissão Europeia, mas sem China, Índia, Arábia Saudita) e o que está representado nas negociações climáticas globais. Entre os grandes países do mundo, muitas economias estão retrocedendo. Não estão acelerando a transição e não estão sequer dispostas a fazer isso. Recusam-se a discutir a eliminação gradual dos combustíveis fósseis. Queremos que o painel científico garanta que esse tópico nunca mais desapareça das negociações climáticas globais.

Valor: *Como o senhor vê o momento atual? Há um forte impulso dado pela guerra no Irã para acelerar as energias renováveis. Ao mesmo tempo, existem vozes do lado oposto dizendo que é preciso extrair mais petróleo fora do Golfo e diversificar as regiões.*

Rockström: É evidente que o que está acontecendo no Irã, o que aconteceu antes na Ucrânia e o fato de estarmos agora em uma crise energética global equivalente ou mais grave que a crise do petróleo da década de 1970 são mensagens claras de que todos saímos ganhando se eliminarmos gradualmente os combustíveis fósseis.

> "Independência energética, onde se pode produzir internamente energia limpa, é a melodia do futuro"

Os argumentos científicos são cristalinos. Não se trata apenas de reduzirmos, com o maior uso de energias renováveis, os riscos climáticos catastróficos. Trata-se também de criarmos economias mais independentes, resilientes e prósperas. Economias que, mesmo antes da guerra na Ucrânia e do fechamento do Estreito de Ormuz já haviam começado a investir em energia solar e eólica, em hidrelétricas e em eletrificação, não são afetadas hoje. Países como Uruguai, Dinamarca, Noruega, Portugal, muito eletrificados, não foram afetados ao contrário da Itália e da Alemanha, muito impactadas porque demoraram mais a abandonar o gás e o petróleo.

Este é um momento em que todas as evidências se somam. Mostram que não só é necessário acelerar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis para reduzir os riscos de consequências incontroláveis devido ao impacto climático, como é um caminho vantajoso para todas as economias. O argumento de tornar a economia independente dos combustíveis fósseis é muito convincente.

Lembre-se: 75% das pessoas no mundo são consumidoras de petróleo e gás, não são produtoras. Ou seja: estamos todos nas mãos de poucos fornecedores que tendem a causar instabilidade social, conflitos armados, insegurança, aumento nos preços dos alimentos. A transição para longe dos combustíveis fósseis é racional.

Valor: *E o outro lado?*

Rockström: É verdade que, a reação dominante, mesmo em 2026, mesmo apesar de as evidências, é exatamente a mesma. Políticos reagem como se tivessem sido geneticamente programados para dizer que, sempre que os preços do petróleo sobem, precisam fazer todo o possível para reduzi-los. É a mesma reação da década de 1970: os altos preços do petróleo impulsionam a inflação e são ruins para o PIB, então devemos injetar ainda mais subsídios. É como jogar gasolina no fogo. A situação só piora porque atrasa a eletrificação. Todos saem perdendo, mas cria-se a falsa impressão, de curto prazo, de que se está protegendo os consumidores e, consequentemente, os eleitores. É uma visão míope.

Basta olhar para a próxima década. Para muitas economias, particularmente as europeias, existe um risco adicional em continuar com os subsídios ao petróleo e ao gás porque o preço está aumentando, o que representa uma ameaça para a indústria. É uma ameaça para a indústria automobilística, de caminhões, para a siderúrgica, para a de baterias.

Estamos vivendo a transição das tecnologias de ontem, as tecnologias dos combustíveis fósseis, dos motores de combustão e todas as formas de indústrias mecânicas, para um futuro digital e eletrificado. Todos sabem disso. Se uma economia quer ser competitiva no futuro, não quer ser completamente atropelada pela China. Mas é exatamente isso que está acontecendo: a cada dia em que economias continuam subsidiando petróleo e gás, elas desistem da corrida rumo ao futuro, que é uma corrida por tecnologias digitais eletrificadas. Não é preciso argumentar apenas como cientista climático — existem muitos argumentos que comprovam que é um erro permanecer preso ao petróleo e ao gás.

Valor: *Na COP30 o senhor estava muito preocupado. Está pior?*

Rockström: Estou decepcionado com um mundo que não enxerga o que está escrito na parede à nossa frente. Deveríamos ter um mundo que se mobilizasse e dissesse: basta! Mas, em vez disso, estamos investindo todo o dinheiro na compra de recursos militares e continuamos a subsidiar petróleo e gás. Sim, estou ainda mais preocupado hoje. Mas a luz no fim do túnel é clara. Em Santa Marta há 60 países. Isso demonstra que existe uma massa crítica de países que compreendeu a situação. Além disso, é interessante notar que, na Europa, em março, a participação de mercado dos veículos elétricos saltou de apenas 20% nos meses anteriores para 51%. Parece que os cidadãos perceberam: "Por que vou dirigir um carro com motor a combustão que me deixa à mercê do que acontece no Irã? É melhor comprar um carro elétrico."

Valor: *E o Brasil?*

Rockström: O Brasil já utiliza energia renovável no setor de transportes. Independência energética, onde se pode produzir internamente a própria energia limpa e renovável e impulsionar a economia, é a melodia do futuro.

Valor: *Faz sentido encontros como o de Santa Marta sem a China?*

Rockström: Não vejo problema em termos uma coalizão de 60 países dispostos a impulsionar essa agenda e provar que a transição está acontecendo, é possível e traz benefícios. Mas é extremamente importante que não se torne uma iniciativa isolada, que se estenda à China, aos EUA, à Arábia Saudita, que haja relatórios para a UNFCCC, para que não permitamos que haja uma divisão ainda maior entre os que são contra e os que são a favor. Isso não pode se tornar uma espécie de grupo rebelde.

Valor: *Onde estamos neste momento climático?*

Rockström: Em um momento muito perigoso. Não vemos sinais de redução das emissões. Estamos entrando em um período novo de El Niño. As temperaturas continuam subindo rápido com impactos crescentes. Não estamos invertendo a trajetória, como deveríamos. Estamos em 2026 e ainda aumentando emissões. Temos que reduzir emissões globais em pelo menos 5% ao ano, começando neste, 2026. A situação é muito grave. Por isso oferecemos aos países serem guiados pela ciência na eliminação ordenada e gradual dos combustíveis fósseis e que dê às futuras gerações um país habitável.

Aviação
Latam revê projeções para o ano diante da escalada da crise do petróleo
B4

Ines249

Bebidas
Apesar do clima desfavorável, Ambev vendeu mais cerveja no 1º trimestre, diz Carlos Lisboa B4

Montadora
Nissan planeja cortar cerca de 10% de sua força de trabalho na Europa B2

Aviação
Alta do petróleo leva Latam a reduzir projeções para resultados em 2026 B4

Agronegócio
Endividamento das famílias acende alerta na indústria de carne B12

Tecnologia Startup brasileira com foco no setor jurídico e disputas corporativas capta R$ 500 milhões

Unicórnio de IA, Enter é avaliada em R$ 6,4 bi

Pipe

Guilherme Guerra
De São Paulo

Na disputa global das startups de IA, a brasileira Enter AI fechou a captação de R$ 500 milhões, sendo avaliada em R$ 6,4 bilhões, mais de três vezes o valor da última rodada, fechada há um ano. A "legaltech" — empresa de tecnologia com foco no setor jurídico — fundada pelo advogado Mateus Costa-Ribeiro, de 25 anos, se torna o primeiro unicórnio de inteligência artificial da América Latina e o primeiro do Brasil desde 2024.

A companhia gera caixa, mas a rodada partiu de uma provocação de um de seus acionistas, o Founders Fund. O fundo de Peter Thiel decidiu dobrar a aposta na brasileira depois de capitanear a série A, de US$ 35 milhões, no ano passado. A série B também marca a entrada da Kaszek e da Ribbit Capital, ambos investidores de destaques regionais como Mercado Livre e Nubank. A americana Sequoia e as casas brasileiras OneVC e Atlantico, já acionistas, acompanharam.

Esses investidores têm um portfólio que inclui gigantes como SpaceX, OpenAI, Anthropic, Facebook, Apple e Google. "Conseguimos construir um cap table [documento que detalha a estrutura de propriedade de uma startup], para ter aliança com as principais empresas de IA do Vale do Silício", diz Costa-Ribeiro, que é CEO e cofundador da Enter, ao Pipeline, site de negócios do **Valor**.

A Enter é apenas a terceira legaltech no mundo a ultrapassar o valuation de US$ 1 bilhão. A Harvey, investida da Sequoia, foi avaliada em US$ 11 bilhões na série G, em março deste ano. Já a sueca Legora, que trouxe o ator britânico Jude Law para ser garoto propaganda, está avaliada em US$ 5,6 bilhões após uma série D recente.

Costa-Ribeiro começou o negócio aos 23 anos, quando largou uma carreira meteórica como advogado nos EUA e um MBA em Stanford para criar a Enter ao lado do chileno Michael Mac-Vicar, ex-CTO da Wildlife, e de Henrique Vaz, igualmente jovem e graduado por Harvard. Já em 2024, a empresa tornou-se geradora de caixa com menos de um ano de operação. A companhia não abre dados adicionais de balanço, mas afirma que aumentou a receita anualizada recorrente (ARR, em inglês) em 13 vezes desde abril de 2025.

Para Costa-Ribeiro, o título de unicórnio é simbólico mas não é linha de chegada. "Vejo por aí muito unicórnio estacionado sem crescimento. O objetivo não é ter um valuation alto, mas é um marco importante até para dar visibilidade para o mercado brasileiro no cenário global", diz.

A proposta do Founders Fund para a rodada aconteceu após uma reunião de conselho, no qual o fundo tem assento, para apresentação dos resultados do primeiro trimestre. Foi o melhor desempenho da companhia em seu ainda curto histórico — a Enter não abre os dados. Matias Van Thienen, o sócio do fundo com assento no conselho da brasileira, vê crescimento exponencial para a companhia, que se tornou a principal aposta no segmento *(ver mais na página B9)*.

O trio de fundadores viu vantagem na operação para acelerar o crescimento da companhia em uma nova vertical e também pela própria estrutura proposta — uma diluição de "single digit". "Eu acredito muito em captar dinheiro quando você não precisa da grana, para trazer fundos e pessoas estratégicas com melhor cenário de negociação", afirma o CEO.

A Enter atua no contencioso empresarial, ajudando grandes companhias a enfrentar volumes massivos de processos judiciais, área em que o Brasil é medalhista mundial. A IA da startup processa documentos, áudios, vídeos e outras evidências para analisar os casos legais, cruzando dados com o histórico de decisões de cada comarca — a infraestrutura usa os principais modelos de linguagem do mercado, como OpenAI, Anthropic e Google. Ao final do processo, a empresa entrega ao time de advogados da companhia uma defesa específica para que seja feita a revisão humana.

O resultado é significativo. Em uma grande empresa aérea, o uso da ferramenta elevou em 30% o índice de vitórias judiciais e já chegou a R$ 600 milhões poupados. O CEO diz que o objetivo não é suprimir o consumidor, mas eliminar erros processuais das empresas e perdas por prazo ou falta de documentação, e fazer os acordos corretos quando a companhia identifica seu erro. "Se o cliente tiver razão, a empresa quer acabar com o processo o quanto antes", diz.

> "Se o cliente tiver razão, a empresa quer acabar com o processo o quanto antes"
> *Costa-Ribeiro*

A próxima fronteira da Enter é o segmento trabalhista, outra área em que o Brasil é campeão. Nos últimos meses, a companhia passou a atender cinco clientes nessa vertical, e a expectativa é superar o segmento de contencioso nos próximos anos. O plano, diz o CEO, é crescer 100 vezes "se fizermos um bom trabalho".

A Enter atende hoje 40 grandes clientes de diversas indústrias do Brasil, entre eles Latam, Azul, Santander, Bradesco, Nubank, C6, Vivo, SulAmérica e Airbnb, entre outros. Com a rodada de investimento, a startup espera dobrar esse número até o fim do ano.

O capital da série B será investido em talentos e infraestrutura. Na frente de pessoas, a Enter quer contratar mais 80 engenheiros até o fim do ano, totalizando 200 pessoas, das quais mais de 85% são de tecnologia. A empresa segue o novo mantra das empresas de IA: a busca máxima por eficiência, inclusive com menos pessoas contratadas do que as scale-ups de cinco anos atrás.

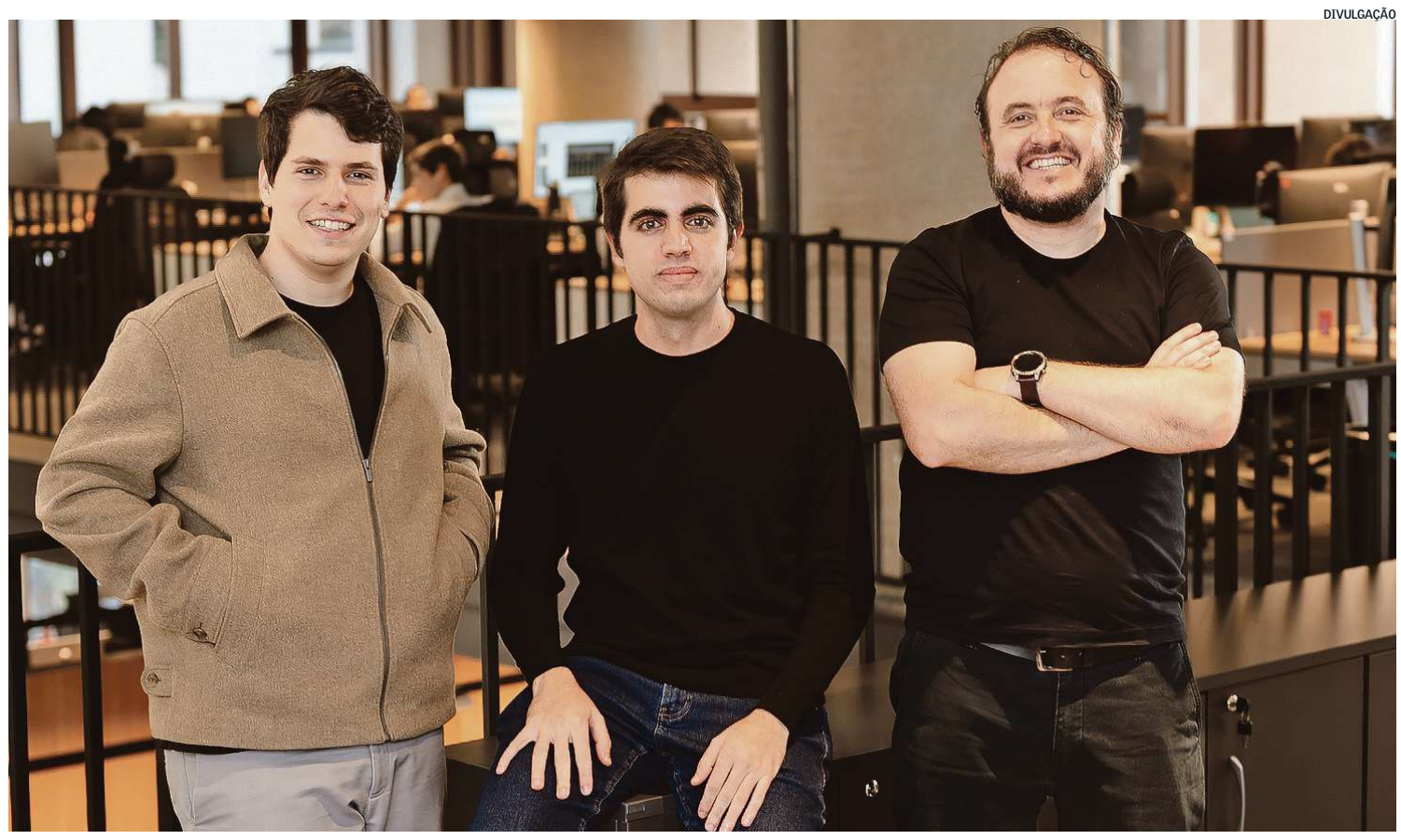
Como em toda startup de ponta, o desafio é contratar os melhores talentos, cada vez mais caros. Costa-Ribeiro quer buscar os brasileiros expatriados em Harvard, Stanford, Columbia e a francesa Polytechnique, trazendo de volta as melhores cabeças que se foram do país. "Queremos criar a possibilidade de que essas pessoas tenham uma carreira global, mas de São Paulo", diz ele, que fez esse caminho.

A maior parte do novo capital vai ser investido em pesquisa e desenvolvimento para infraestrutura de IA. Por meio de um acordo de cooperação com o CNJ, a Enter está construindo uma base histórica de processos judiciais do Brasil. É sobre essa rede que o algoritmo inteligente da startup detecta fraudes e constrói em minutos a argumentação dos casos de contencioso dos clientes. Atualmente, a startup processa 20 bilhões de tokens por dia, volume que faz da brasileira a maior cliente doméstica de OpenAI e Anthropic, de acordo com a empresa.

No longo prazo, Costa-Ribeiro quer levar uma tecnologia para os Estados Unidos, movimento que é esperado pelos investidores do negócio, e tornar a startup um gigante global da IA no mercado judiciário. Nesse horizonte, há um IPO.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

DIVULGAÇÃO



Henrique Vaz (à direita), Mateus Costa- Ribeiro (no centro) e Michael Mac-Vicar da Enter AI: recursos serão investidos em pessoas e infraestrutura de IA

banco bmg

Mais próximo, mais digital e mais rentável

BMGB | B3 LISTED N1

www.bancobmg.com.br/ri

O foco na jornada do cliente e transparência no relacionamento impulsionam o engajamento com os nossos

+9 milhões de clientes

Rentabilidade com responsabilidade
evolução ROAE
% a. a.
5,2% 2023
10,7% 2024
14,4% 2025
15,3% 1T26

Lucro Líquido
↑ Aumento de 28%
115 1T25
12,1%
147 1T26
15,3%
Lucro Líquido (R$ milhões) ROAE % a.a.

Margem após o custo do crédito
↑ Crescimento de 10%
devido a mudança no mix da carteira e melhoria na qualidade dos ativos
774 1T25
853 1T26
Lucro Líquido (R$ milhões)

R$ 24,1 bilhões de carteira de crédito

12,9% de Índice de Basileia pro forma

Transparência e qualidade do atendimento
91% de satisfação no atendimento

Selo RA1000
Excelente índice de atendimento na plataforma Reclame Aqui

Originação via autocontratação[1] melhorando a experiência do cliente (R$ milhões)
% participação sobre originação produtos core
36%
48%
61%
793 1T25
1.276 1T26
1. Originação digital + compras dos cartões consignados.

Destaques

Prejuízo da Eve
A Eve teve prejuízo de US$ 68,8 milhões no primeiro trimestre, alta de 41% nas perdas em um ano. A subsidiária da Embraer que desenvolve um "carro voador autônomo" (eVTOL) ainda é pré-operacional e não registra receitas. A companhia investiu US$ 59 milhões em pesquisa e desenvolvimento no trimestre, alta de 32,1%, com a intensificação dos testes e de negociações com fornecedores. Segundo a Eve, já foram realizados 59 voos-teste com seu protótipo desde o voo inaugural, em dezembro.

Ganho da Iguatemi
A Iguatemi teve lucro líquido de R$ 237,6 milhões no primeiro trimestre, mais de duas vezes superior ao lucro de R$ 107,4 milhões registrado um ano antes. Entre janeiro e março, a receita líquida da companhia somou R$ 357,5 milhões, alta anual de 14,5%. Já a taxa de administração apresentou aumento de 19,1%, para R$ 23,5 milhões.

Ines249

Pipeline

Maria Luíza Filgueiras
Editora da Pipeline
maria.filgueiras@valor.com.br

Allos volta às compras em nova rodada de reciclagem de shoppings

A Allos fez uma nova rodada de reciclagem de portfólio, desta vez combinando desinvestimentos e aquisições. A companhia se desfez da participação de 49% no Shopping Curitiba por cerca de R$ 193,7 milhões e usou o capital para aumentar sua posição no Amazonas Shopping, em uma transação de R$ 178,2 milhões.

Enquanto zerou a posição no empreendimento da capital paranaense, foi de 24,7% para 32% no norte. O grupo também trocou 8,56% de participação no Shopping Taboão e mais R$ 20 milhões por mais participação nos shoppings Campo Grande (passando de 70,9% a 78,3%) e Villagio Caxias do Sul (de 61% para 66%). No Taboão, como tinha 92%, ainda manteve 83,4%.

O pacote de transações, que equivale a R$ 500 milhões, reforça a estratégia da Allos de concentrar capital em ativos mais dominantes no mercado alvo e com maior potencial de crescimento.

"Estamos redirecionando capital para shoppings que são maiores, que têm potencial de continuar crescendo e que tenham uma posição de liderança mais consolidada", diz Rafael Sales, CEO da Allos, ao **Pipeline**. "Nos empreendimentos que aumentamos posição, a venda por metro quadrado é maior, assim como aluguel por metro quadrado."

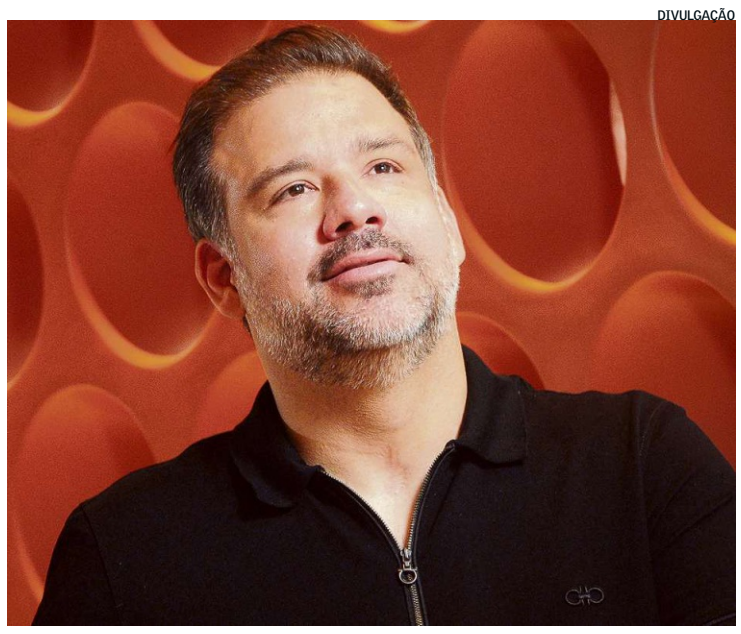
As vendas por metro quadrado dos shoppings adquiridos superam em mais de 20% as vendas dos shoppings desinvestidos, segundo a Allos. Além disso, a companhia aumenta sua influência nesses empreendimentos, ganhando espaço em governança e estratégia.

A retomada como comprador acontece após um período de foco em desalavancagem, por meio de desinvestimentos, e recompras de ações. A companhia, resultante da fusão de Aliansce e BR Malls, encerrou o ano com alavancagem abaixo de 2x e aumento na geração de caixa, o que permitiu mudar a estratégia de alocação.

"A geração de caixa está muito expressiva e isso permite pagar dividendos mensais sustentáveis e, ao mesmo tempo, voltar a investir", diz Sales, que vislumbra novas aquisições. "Mas é claro que, no Brasil de hoje, com custo de capital alto, a gente tem que ser muito criterioso. Estamos olhando aquisições com cap rate acima de 9%."

Vendas por m² dos shoppings adquiridos são 20% maiores

DIVULGAÇÃO



Rafael Sales é CEO da Allos, resultante da fusão de Aliansce e BR Malls

Zé Delivery e Bees na escalação da Ambev

Os canais digitais estão no centro da estratégia da Ambev para a Copa do Mundo, após um primeiro trimestre com volumes gerais estáveis e crescimento de 8% na receita, sustentado principalmente pela recuperação de 1,2% nos volumes de cerveja no Brasil frente a um ano antes, com ativações das suas grandes marcas no Carnaval de rua, sobretudo em São Paulo, onde obteve exclusividade de divulgação com a prefeitura.

É nesse contexto e com essa expectativa que Zé Delivery e Bees – marketplace voltado para abastecer pontos de venda – entram em campo. Com os jogos das seleções masculinas concentrados no fim da tarde e à noite, bares e restaurantes tendem a ganhar movimentação com encontro das torcidas.

De janeiro a março, o valor bruto de mercadorias vendidas (GMV) pelo Bees cresceu 59%. Embora não mencione números do Zé Delivery, presente em 850 cidades, a plataforma é considerada a principal estratégia para manter relevância entre millennials e geração Z, sobretudo na venda de cerveja sem álcool e sem açúcar também.

Essas faixas etárias, que estatisticamente bebem menos do que as anteriores, ocupam 80% da base de usuários do aplicativo, que serve ainda como laboratório para inovação e coleta de feedback de produtos novos. As cervejas sem álcool cresceram na casa dos 10%, impulsionadas por Corona Cero e Skol Zero Zero. *(F.F.)*

DIVULGAÇÃO

Na nova geração, sem álcool e açúcar

Taxa de fiscalização pode tirar a CVM do sufoco

Uma decisão do ministro Flávio Dino pode mudar a situação da CVM, dando um salto no patamar orçamentário e na capacidade de fiscalização da xerife do mercado de capitais. Depois de uma extensa audiência pública com órgãos de controle e de mercado, da Polícia Federal e Coaf à Anbima e Abrasca, Dino determinou em liminar que a União pare de reter a taxa que deveria financiar a CVM — e deu 20 dias para o governo apresentar um plano de reestruturação da autarquia.

No triênio 2023-2025, a CVM arrecadou R$ 3,17 bilhões com a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários. Recebeu de volta R$ 845 milhões, cerca de 27%. O restante, R$ 2,29 bilhões, foi direto para o Tesouro Nacional. A decisão de Dino é que tudo o que a CVM arrecadar, descontado o limite da Desvinculação de Receitas da União (DRU), de até 30%, fica com a autarquia. Isso pode representar mais de R$ 800 milhões por ano, que hoje vão para o orçamento federal.

É uma discussão que se arrasta há anos, esbarrando em argumentos de cunho fiscal e político. Um dos receios da União é que outros órgãos e agências, que hoje também veem taxas caírem direto no Tesouro, sigam o caminho.

Para o advogado Marcelo Barbosa, ex-presidente da CVM e que participou da audiência representando a Anbima, trata-se de uma deliberação histórica. "A decisão do ministro Flávio Dino tem um potencial transformador para a CVM. Bancos, assessores, gestores, companhias e outros regulados pagam essa taxa esperando que a CVM faça o trabalho dela com plenas condições, mas há muitos anos essa arrecadação não se converte em verba para modernização de sistemas, capacitação de funcionários, ampliação de fiscalização e repressão", diz Barbosa. "Precisou de todo esse desgaste que estamos vendo para o tema ganhar relevância".

A liminar do ministro vem no rastro do caso Banco Master, da Operação Carbono Oculto e de um acúmulo de investigações no mercado de capitais sobre lavagem de dinheiro. Enquanto isso, o Colegiado da CVM, que julga e aplica sanções, opera com dois dos cinco membros e, em 2026, ainda não fez julgamentos.

VALOR

Barbosa: 'potencial transformador'

Com EPA e Mineirão, Supermercados BH disputa terceira posição nacional

DIVULGAÇÃO

Rede avança em Minas Gerais

A aquisição das redes EPA e Mineirão levou o Supermercados BH a quase 600 lojas, com receita líquida de R$ 35 bilhões, e mexe com o ranking nacional do varejo. A transação feita com a DMA Distribuidora, que era dona das duas marcas, faz o grupo de Pedro Lourenço ultrapassar o Pão de Açúcar em vendas — o GPA somou R$ 20 bilhões de receita, mas tem mais lojas, com 730 pontos.

Conforme os números da Abras, BH e DMA tiveram, respectivamente, R$ 26 bilhões e R$ 9 bilhões de faturamento em 2025, e 410 e 170 lojas. Em unidades, portanto, passa o maranhense Mateus, que tem 306 lojas mas ainda mantém a terceira colocação em vendas, com R$ 44 bilhões.

A liderança nacional do Carrefour, tanto em lojas quanto em vendas, segue inabalada, mas a movimentação mostra a dificuldade de marcas nacionais e estrangeiras de entrar – e se consolidar – em Minas, onde a rede francesa tem apenas 18 unidades. O mercado mineiro é concentrado em redes locais, que incluem também nomes como Verdemar, Mart Minas e Villefort Atacadista.

Conhecido como "Pedrinho BH", o empresário à frente da varejista também se arrisca no futebol — é dono da SAF do Cruzeiro. *(Felipe Frisch)*

Hiker Ventures busca até R$ 100 mi em fundo

A Hiker Ventures, braço de venture capital da butique de investimentos mineira Araújo Fontes, está buscando até R$ 100 milhões em seu segundo fundo. É o dobro do veículo anterior, atualmente em fase de desinvestimento. A previsão é fechar a nova captação até o fim de 2026.

A gestora prevê alocar o capital em 15 a 20 startups até 2029, em cheques de R$ 2 milhões a R$ 7 milhões. A Hiker quer investir não só em companhias de tecnologia, mas também em empresas da economia tradicional de pequeno e médio porte. "Vimos que mesmo empresas de economia real têm potencial de retorno alto, desde que a companhia seja eficiente e que a gente consiga ajudá-la não só com equity, mas com estruturas financeiras e FIDCs", diz Guilherme Chernicharo, CEO da Hiker.

Com o fundo anterior, a gestora fez 10 aportes em startups, incluindo Fluna e MT Bank. *(Guilherme Guerra)*

Gestora de venture capital é ligada à butique de M&A Araújo Fontes

Nissan vai cortar 10% da força de trabalho na Europa

Montadora

Kana Inagaki
Financial Times, de Londres

A Nissan planeja cortar cerca de 10% de sua força de trabalho na Europa e combinar as duas linhas de produção de sua fábrica em Sunderland, no Reino Unido, como parte de uma reestruturação destinada a aliviar as dificuldades financeiras da montadora.

A empresa japonesa começou a conversar com seus funcionários nesta terça-feira (5) sobre planos para cortar 900 postos administrativos na Europa, incluindo França, Espanha e Reino Unido. Atualmente, o grupo emprega cerca de 9,3 mil pessoas na região.

A Nissan vai consolidar as linhas de produção de Sunderland em uma. De acordo com o Financial Times, a empresa manteve conversas com a chinesa Chery e outros parceiros em potencial sobre o uso da capacidade ociosa da fábrica para produzir veículos.

A montadora se recusou a comentar as discussões, mas afirmou que está explorando "oportunidades com terceiros para maximizar a utilização da fábrica" — que atualmente gira em torno de 50%.

Em comunicado ao Financial Times, a empresa disse que as medidas são "essenciais para proteger o futuro da Nissan na Europa, preservar empregos no longo prazo e garantir que possamos competir de forma lucrativa".

O futuro da unidade vinha sendo questionado devido a um amplo programa de reestruturação da Nissan, que envolve o fechamento de fábricas e o corte de 20 mil empregos em todo o mundo.

Quem te cerca te expande?

Gestão pessoal

Flávia Camanho

Há algum tempo tenho observado que minha agenda tem cada vez mais eventos sociais focados no famoso "network". Tenho acompanhado a criação de grupos de network de alto padrão, com eventos focados em troca, com nichos qualificados e uma vasta diversificação de experiências.

O network deixa de acontecer apenas em encontros casuais, eventos corporativos, afinidades espontâneas, ao acaso ou com reencontros profissionais e começa a ter um enfoque planejado e cada vez mais estratégico e intencional.

E isso exige competência. Se você está tendo oportunidades estruturadas de troca, deve ter um enfoque mais diferenciado. Uma leitura clara de onde você quer chegar — e de quem, de fato, pode expandir o seu repertório, tensionar o seu pensamento e abrir portas que você sozinho não abriria. Uma reflexão de como você também pode ser alguém que desperte o interesse na troca.

Estes ambientes exigem um tipo de disciplina que poucos estão dispostos a exercer. Porque construir um network estratégico não é confortável. Ele não se limita ao círculo onde você já é reconhecido. Eu sou uma pessoa que, apesar de muito extrovertida, tendo a me sentir um pouco tímida nestes ambientes repletos de pessoas que não conheço. E nestes ambientes, muitas vezes, você ainda não tem legitimidade, onde você precisa construir relevância do zero e isso exige dedicação, abertura, comunicação.

Eu tenho feito um exercício de entender quem estará no evento e como posso fazer boas conexões. Muitas vezes, vejo como posso fazer boas pontes entre meus clientes, por exemplo. O objetivo não é acumular contatos como se fossem ativos homogêneos. Um network estratégico se assemelha muito mais a um portfólio bem estruturado do que a uma lista extensa. Ele precisa de diversidade — de setores, de visões, de níveis de senioridade, de repertórios.

Network estratégico é construção de longo prazo. É presença consistente, mesmo quando não há uma demanda imediata. É contribuir antes de precisar. É investir em relações que, muitas vezes, não terão retorno no curto prazo — e, ainda assim, fazem sentido dentro de uma lógica maior.

Porque, no fim, fazer parte de um grupo de network não está no acesso imediato que ele pode gerar, mas na qualidade das conversas que ele sustenta ao longo do tempo.

E talvez esse seja o ponto mais sofisticado dessa discussão: um bom grupo de network não se mede pelo número de portas que ele abre, mas pela qualidade das decisões que ele melhora.

As melhores oportunidades raramente chegam como ofertas explícitas. Elas surgem como conversas. Como provocações. Como "insights" que mudam a forma como você enxerga um problema. E isso só acontece quando você está cercado por pessoas que expandem — e não apenas validam — o seu pensamento.

Flávia Camanho é conselheira, mentora e especialista em desenvolvimento humano
E-mail flavia@flux-institute.com

Curta

Projeção da Ferrari

A fabricante italiana de automóveis esportivos Ferrari manteve a projeção de resultados para 2026, ao observar um aumento da demanda por veículos personalizados no primeiro trimestre. A companhia com sede em Maranello teve lucro antes de juros e impostos (Ebit) ajustado de € 548 milhões, ligeiramente acima dos € 542 milhões registrados no mesmo trimestre de 2025, enquanto a receita subiu 3,2%, para € 1,85 bilhão. A Ferrari entregou 3.436 veículos no trimestre, 157 a menos do que um ano antes, observando que já havia planejado número menor à medida que aumenta a produção de alguns novos modelos. E manteve a previsão de receita anual em torno de € 7,5 bilhões e margem de ao menos 29,5%.

Varejo Plano de recuperação extrajudicial é fechado com 57% de adesão e deságio de 54%; duas emissões de debêntures estão previstas a apoiador

GPA fecha acordo e corta mais de R$ 2 bi de dívida com credores

Adriana Mattos
De São Paulo

O GPA, dono da rede Pão de Açúcar, concluiu a renegociação de sua dívida relativa a seu processo de recuperação extrajudicial, com adesão de 57% dos créditos não operacionais, e um deságio de 54% no passivo. O **Valor** já havia antecipado, na semana passada, que o "haircut" negociado estava em 50%.

Dos R$ 4,53 bilhões em dívidas sujeitas ao plano, deve haver um corte de pouco mais de R$ 2 bilhões em seu endividamento e serem emitidos R$ 2,5 bilhões em duas séries de debêntures — sendo R$ 1 bilhão em conversão de passivos em ações.

A ação da rede passou a terça-feira (5) em forte alta, frente às informações que circulavam no mercado de que um acordo estaria perto de ser fechado — a ação fechou o dia com valorização de 8,8%.

"Reduzimos a dívida em mais da metade, o prazo médio de vencimentos sobe de 2,1 anos para 6,4 anos e o custo médio se reduz de CDI mais 1,8% ao ano para CDI mais 0,5%", diz Alexandre Santoro, presidente do GPA.

"Avançar com isso é um passo fundamental para direcionar os problemas estruturais da companhia. Um segundo passo será destravar as negociações com os passivos fiscais e trabalhistas", afirmou ao **Valor**. A empresa tem cerca de R$ 17 bilhões em contingências nessas áreas com Estados.

No fim das contas, o desembolso esperado de R$ 5,2 bilhões do GPA de 2026 a 2028 cai para R$ 800 milhões, considerando o corte nos passivos e a conversão de parte da dívida em ações. Esses R$ 5,2 bilhões referem-se ao valor final da dívida de R$ 4,5 bilhões mais juros.

A empresa tinha 46,2% de apoio dos bancos credores antes de entrar com o pedido de recuperação e conseguiu avançar com o plano, após menos de 60 dias de negociação, porque cotistas da Itaú Unibanco Asset Management, com 10,2% do crédito sujeito ao plano (R$ 457 milhões), aderiram às condições, totalizando os 57% de apoio.

São necessários 50% mais um credor em termos de adesão para sujeitar o plano à 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. Mesmo sendo uma recuperação extrajudicial, a Justiça acompanha os trâmites e deve analisar as condições para a sua homologação.

Fizeram parte dos 57% de apoio os créditos do Rabobank, com R$ 917,3 milhões a receber, seguido do Itaú Unibanco (R$ 707,1 milhões), BTG Pactual (R$ 225,7 milhões) e HSBC (R$ 206,2 milhões). Sobre a Itaú Asset, os R$ 457 milhões foram investidos por cotistas por meio de uma das debêntures.

Pelo acertado com os credores que devem ser parceiros da rede no plano, haverá a emissão de uma série de debêntures de R$ 1,5 bilhão com dois anos de carência e vencimento em 2031, com custo de CDI mais 2,5% ao ano.

Uma segunda série será emitida no valor de R$ 1 bilhão com datas para conversão do papel em ações nos primeiros semestres de 2027, 2029, 2030 e 2031 (25% do valor em cada período).

Ainda deve ocorrer uma outra emissão de títulos junto aos credores que decidirem não ser parceiros da empresa, e logo, terão um deságio maior, de 70%. O vencimento previsto é em 10 anos, em 2036, sem conversão de ações.

> A ação da rede passou a terça-feira (5) em forte alta, frente às informações de que um acordo estaria perto de ser fechado

Neste caso, estão incluídos investidores que, inicialmente, receberam proposta de desconto de 90%, como antecipado pelo **Valor** na sexta-feira passada.

Como o plano já tem apoio da maioria, esses investidores devem ser "arrastados" para esse plano. Estão neste grupo cotistas da 18ª emissão de debêntures da varejista, cujo credor é a Vórtx Distribuidora de Títulos, na soma de R$ 994 milhões, e mais R$ 564 milhões em certificados de recebíveis imobiliários (CRI) nas mãos de investidores.

Excluindo os bancos que já fecharam apoio ao plano, a empresa tem credores com cerca de R$ 2 bilhões em mãos, que ainda devem avaliar se entram como parceiros ou não serão apoiadores.

Para diferenciar credor parceiro daquele não apoiador ficou determinado no plano que o parceiro será aquele, por exemplo, que disponibilizará linhas para a empresa, como risco sacado, capital de giro ou uma nova linha de debênture para capital para o dia a dia da varejista.

Portanto, para conseguir deságio de 54%, seria preciso que debenturistas e investidores do CRI ofereçam novas linhas para a rede, algo que seria um complicador, na visão deles, até porque não teriam uma estrutura montada para isso.

"Todos os credores estão aptos a serem apoiadores, seguindo os trâmites legais determinados na lei que rege o tema. Os debenturistas podem, por exemplo, dar nova debêntures, então entendemos que todos têm a chance de aderir", diz Pedro de Albuquerque, vice-presidente executivo financeiro do GPA.

Nos R$ 2 bilhões de dívida de credores que precisam escolher se querem ser apoiadores ou não, caso todos decidam não apoiar a empresa — por entenderem que não querem ou não teriam como emitir crédito para a empresa —, o corte de 70% na dívida a reduziria para R$ 600 milhões.

Santoro disse que, com o avançar do plano, o foco da gestão passa a ser renegociar melhores condições dos passivos fiscais e tributários e acelerar a agenda de melhoria operacional da companhia.

Mas o GPA precisará ainda manter a disciplina financeira, tanto na alocação de capital quanto no controle de despesas, diz ele, especialmente pelo cenário de pressão nos juros e o ambiente de demanda mais pressionada.

No acumulado de 2025, a receita líquida da empresa cresceu 1,7%, para R$ 19 bilhões, abaixo do ritmo da inflação, e a margem bruta não subiu, ficando em estável 27,6%. Em termos de fluxo de caixa livre operacional, porém, o valor mais que dobrou, para R$ 669 milhões no ano passado.

"Nós tiramos da frente a questão da pressão da liquidez sobre a empresa, mas vamos continuar zelosos quanto à geração de caixa e como evoluir mais estruturalmente a companhia", diz o CEO.

EDILSON DANTAS / AGÊNCIA O GLOBO

Próximo passo é tentar destravar as negociações com os passivos fiscais e trabalhistas que somam R$ 17 bilhões

Lucro líquido da Bradsaúde chega a R$ 1,3 bi no 1º tri

Saúde

Beth Koike
De São Paulo

A Bradsaúde, nova empresa que reúne os ativos de saúde do grupo Bradesco, fechou o primeiro trimestre com um lucro líquido de R$ 1,3 bilhão. Deste valor, 83% vêm da seguradora de saúde, 11% são provenientes da OdontoPrev, 1% da Atlântica Hospitais e 5% se referem aos demais negócios da companhia. A receita atingiu R$ 13,4 bilhões no intervalo. Os dados são pró-forma e não há comparações com 2024, porque a empresa foi criada em março.

As ações da Bradsaúde começaram a ser negociadas ontem na B3, sob o novo código "SAUD3". No primeiro pregão, o papel fechou com alta de 6,06%, cotado a R$ 15,93. O Bradesco listou sua empresa de saúde por meio de um "IPO reverso" da OdontoPrev.

A nova companhia tem em seu portfólio os seguintes ativos: a seguradora Bradesco Saúde, a operadora Medservice, Atlântica Hospitais, OdontoPrev, Fleury, a empresa de tecnologia Orizon, a rede de oncologia Croma, clínicas médicas Meu Doutor e a startup Kortex. Com a reorganização societária, o Bradesco elevou sua fatia na Bradsaúde de 53,61% para 91,35%.

A Bradesco Saúde, que tem quase 4 milhões de usuários, apurou uma taxa de sinistralidade de 79,1% no primeiro trimestre, o que representa queda de 1,4 ponto percentual sobre um ano antes. No entanto, esse patamar de sinistralidade não deve se manter no decorrer do ano. A seguradora tem observado um aumento de procedimentos, que pode elevar as contas médicas. Caso esse movimento de alta seja mantido, há riscos de retomada de reajustes — invertendo o movimento de queda registrado em 2025. "2026 é um ano de cautela no que diz respeito à sinistralidade", disse Carlos Marinelli, CEO da Bradsaúde.

A seguradora vem provisionando quantias relevantes para despesas médicas futuras. No primeiro trimestre, a reserva para esse tipo de despesa ficou em R$ 7,5 bilhões — o maior valor entre todas as operadoras.

Marinelli ponderou que a taxa de sinistralidade, no primeiro trimestre, foi baixa porque no começo deste ano houve uma menor utilização dos planos de saúde.

A expectativa é que o negócio hospitalar, que atualmente responde por apenas 1% da receita, deve aumentar sua representatividade nos próximos trimestres. O grupo possui participação em 20 hospitais, que juntos somam 3,9 mil leitos. Ele tem sociedades com a Rede D'Or, Grupo Santa (de Brasília), Einstein e Mater Dei. Desses hospitais, cinco estão em obras e devem ser entregues entre 2027 e 2029.

O aporte nesses hospitais é de R$ 4,8 bilhões, sendo que R$ 2,8 bilhões já foram investidos. A estimativa é que R$ 1,3 bilhão seja alocado nos próximos dois anos.

Os analistas de BTG, Citi e Itaú destacaram que, apesar da divulgação limitada, sem base de comparação com 2025, o resultado da Bradsaúde foi positivo. O BTG informou que o lucro líquido de R$ 1,3 bilhão apurado de janeiro a março é quase um terço do esperado pelo banco para o ano completo.

Vinicius Cruz, diretor financeiro da companhia, lembrou que a Bradsaúde não tem endividamento, o que contribui para geração de ganhos financeiros e impacta positivamente a última linha do balanço. No primeiro trimestre, o resultado financeiro somou R$ 875 milhões e os ativos financeiros ficaram em R$ 28,8 bilhões. O retorno médio sobre o patrimônio líquido (ROAE) foi de 24,8% no período.

Relatórios do Citi e Itaú BBA ressaltaram o incremento de 52 mil usuários de planos de saúde e a queda de 1,4 ponto percentual na taxa de sinistralidade, de 79,1%. Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Bradesco Saúde foi a operadora que conquistou o maior volume de usuários entre janeiro e março.

> Bradesco Saúde teve sinistralidade de 79,1% no 1º tri, com queda de 1,4 ponto percentual

A seguradora vem ofertando planos de saúde com cobertura regional a fim de atender algumas praças com menor poder aquisitivo. Além disso, está criando seguros saúde em que os hospitais do grupo são a principal rede de atendimento.

A seguradora Bradesco Saúde registrou, no primeiro trimestre, uma receita (prêmio) de R$ 13,2 bilhões, o que representa crescimento de 8,4% sobre o mesmo período de 2025.

A OdontoPrev encerrou o trimestre com lucro líquido de R$ 151 milhões, o que representa uma queda de 9,6% sobre o mesmo período de 2025. O desempenho foi devido à redução da receita financeira e contratação de assessores financeiros para a formação da Bradsaúde, segundo José Roberto Pacheco, diretor de relações com investidores da companhia. A receita líquida subiu 5% para R$ 619 milhões.

GABRIEL REIS/VALOR

"2026 é um ano de cautela no que diz respeito à sinistralidade", afirmou Carlos Marinelli, CEO da Bradsaúde, prevendo uma piora nesse cenário até dezembro

Bradsaúde ON
Cotação minuto a minuto, em R$/ação

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Ines249

Balanços Empresa apontou crescimento sobretudo no setor premium, liderado até o ano passado pela Heineken; gigante holandesa, na contramão, vendeu menos

Ambev surpreende com alta de volume no Brasil e ação sobe 15%

Cristian Favaro
De São Paulo

A Ambev registrou no terceiro trimestre um resultado acima do esperado pelos analistas, sobretudo diante da surpresa na alta de 1,2% nos volumes de cerveja vendidos no Brasil, enquanto o mercado apostava em uma queda, em linha com o reportado pela Heineken.

Com o resultado, a empresa disse ter ganhado mercado especialmente nos segmentos premium e superpremium, terreno que até o ano passado tinha sua concorrente como líder — a holandesa, entretanto, tem questionado essa liderança.

A Ambev teve lucro líquido de R$ 3,885 bilhões no trimestre, alta de 2,1% na comparação anual. Amparada por um ganho significativo de volume, as ações da empresa fecharam o pregão em alta de 15,30%, para R$ 16,65.

O ganho de "market share" nos segmentos de maior valor agregado foi apontado também pelo CEO da AB InBev, Michel Doukeris. Segundo ele, o crescimento chegou mesmo diante de um mercado altamente competitivo por aqui. "Estamos investindo para ganhar mercado e solidificar esse ganho", disse o CEO da controladora da Ambev.

O Brasil ficou entre o grupo de cinco mercados da AB InBev a registrar um recorde de volumes para um primeiro trimestre. Os outros foram México, Colômbia, África do Sul e Peru.

Apesar de evitar falar diretamente sobre seus concorrentes, a estratégia da empresa atinge em cheio a fortaleza da Heineken, que até o ano passado liderava a categoria premium no país. No terceiro trimestre de 2025, a Ambev disse ter assumido a liderança da categoria pela primeira vez no Brasil após 10 anos.

A Heineken, entretanto, sempre questionou esses dados e aponta uma guerra de preço nas gôndolas do supermercado com a marca Original, cenário apenas possível porque a líder conseguiria compensar os descontos com preços mais caros nos bares diante dos seus acordos de exclusividade. A exclusividade em bares, por sinal, é tema de disputa entre as duas gigantes no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

GABRIEL REIS/VALOR

> Lisboa, CEO da Ambev, disse que o setor apresentou queda de volume entre 3,4% e 6,6% no trimestre por causa do clima

Segundo o CEO da Ambev, Carlos Lisboa, o setor de cerveja no Brasil voltou a ser prejudicado no primeiro trimestre por um clima complexo para o consumo. Apesar da ponderação, o executivo disse que o clima não deve trazer danos tão catastróficos para a demanda como aconteceu no ano passado, sobretudo por causa do grande volume de feriados em 2026 e com a Copa do Mundo — que abrem mais janelas de consumo de cerveja.

Segundo o executivo, o setor apresentou queda de um dígito médio (entre 3,4% e 6,6%) no trimestre na comparação anual, sobretudo por causa do clima menos favorável. A Ambev, entretanto, viu seu volume subir.

"Este primeiro trimestre é a comparação mais difícil para a indústria. O primeiro trimestre do ano passado foi o único em que a indústria teve um resultado positivo. Depois foram resultados negativos em todos os períodos", disse Lisboa a analistas.

Segundo o diretor financeiro da Ambev, Guilherme Fleury, este foi o primeiro trimestre mais forte do grupo em 10 anos. Ele reforçou que suporte importante para a empresa foi o segmento premium, que registrou crescimento de 20% em volume no período. A categoria representa também cerca de 20% do volume total da indústria no Brasil.

"Esse é um sólido primeiro passo rumo ao que a gente quer entregar no ano todo", disse o CFO, em conversa com o **Valor**. O executivo destacou ainda que a empresa se beneficiou, neste ano, de um ajuste nos preços feito no ano passado e que colaborou com as margens do negócio.

Os executivos ponderaram que outro fator no radar do mercado no Brasil é o recuo do poder de compra dos brasileiros. A categoria, entretanto, tem se mostrado resiliente nos últimos anos uma vez que ela é mais acessível do que outras bebidas.

Fleury disse ainda que na Copa deste ano o grupo terá a oportunidade de dialogar com seus consumidores de forma mais próxima por meio de plataformas como o Zé Delivery (B2C) e a Bees (B2B). "A Ambev já tinha uma digitalização acontecendo na Copa passada, mas agora ela é muito mais forte", disse Fleury.

O resultado da Ambev foi bem recebido por analistas. O Itaú BBA apontou que tanto o volume vendido quanto a precificação vieram melhores do que o antecipado.

Apesar da recuperação da cerveja no Brasil, o Itaú BBA considerou que os demais segmentos da Ambev tiveram resultados mais enfraquecidos. A divisão de bebidas não alcoólicas, por exemplo, teve um volume 3,9% menor.

Já a equipe da XP disse que a Ambev mostrou resiliência em mercados com consumo ainda retraído. Mas a corretora informou manter uma postura cautelosa, considerando a possibilidade de o aumento ter sido motivado pela formação de estoques ao longo da cadeia de distribuição, "especialmente diante de discussões sobre fraqueza no 'sell-out' [vendas diretas ao consumidor] da indústria em março", escreveram. ***(Colaboraram Felipe Laurence e Adriana Peraita)***

Petróleo faz Latam reduzir projeções

De São Paulo

A Latam comunicou ontem o cancelamento das suas projeções de oferta de assentos em 2026, diante da escalada da crise do petróleo. Antes, a empresa tinha como meta elevar o volume de assentos globalmente entre 8% e 10% neste ano.

A mudança foi anunciada em entrevista a jornalistas para apresentar os resultados do primeiro trimestre, período em que a aérea registrou lucro líquido atribuído aos acionistas controladores de US$ 576 milhões, alta de 62,1% na comparação com o ano anterior. Segundo a empresa, o resultado foi sustentado pela boa demanda por voos nas suas unidades de negócio, em especial no Brasil.

O presidente da Latam Brasil, Jerome Cadier, disse que a aérea tem feito, por enquanto, ajustes pontuais nos voos. Para junho, a empresa reduziu em cerca de 3% a oferta prevista para o mês.

"Temos de ver não só o preço do combustível [no futuro], mas também a elasticidade da demanda", afirmou. "A gente obviamente enfrenta esse momento de crise bastante aguda com uma mistura de cautela e confiança. Além da estratégia focada no cliente, temos uma empresa eficiente, com custo baixo de operação e com balanço saudável. Podemos encarar períodos de desafios como agora com confiança", disse o executivo.

Segundo o vice-presidente de Finanças da Latam, Ricardo Bottas, a subida do preço do combustível de aviação deve trazer um custo adicional de US$ 700 milhões para a companhia no segundo trimestre deste ano. No Brasil, a Petrobras reajustou no dia 1º de maio o querosene de aviação em 18% — no terceiro aumento consecutivo.

Apenas em março — o conflito começou em 28 de fevereiro —, a disparada do petróleo representou custo adicional de US$ 40 milhões para a aérea, disse Bottas.

Junto do balanço, a aérea mudou o "guidance" anterior e atualizou suas projeções para o ano, refletindo a crise no Oriente Médio. Entre as atualizações, a empresa espera agora um Ebitda ajustado US$ 400 milhões menor do que o intervalo inicialmente previsto. A projeção atual é de Ebitda entre US$ 3,8 bilhões e US$ 4,20 bilhões — antes, o intervalo era de US$ 4,2 bilhões a US$ 4,6 bilhões.

O grupo disse esperar ainda uma alavancagem financeira maior por causa do cenário, saindo de 1,4 vez ou inferior para 1,8 vez ou menos no fim do ano.

A empresa destacou que a projeção anterior tinha como premissa um preço médio do querosene de aviação de US$ 90 por barril. Agora, a empresa assumiu o preço na casa de US$ 170/barril para o segundo e o terceiro trimestres e de US$ 150 para o quarto trimestre.

Segundo Cadier, o primeiro trimestre da Latam foi histórico para a companhia. "Esse é o resultado da estratégia acertada e consistente dos últimos anos", disse. Entre os destaques, apontou a manutenção da força da Latam junto ao passageiro corporativo. No Brasil, essa participação ficou em 45% no trimestre, segundo dados da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abracorp).

O executivo falou ainda que a empresa deverá divulgar apenas na segunda quinzena de junho as rotas que o grupo vai operar com o Embraer E2. As aeronaves devem começar a voar no último trimestre deste ano. ***(CF)***

TIM admite novas aquisições e avalia Oi Soluções

Rodrigo Carro
De São Paulo

Na esteira da recompra do controle da provedora de rede neutra I-Systems, anunciada em fevereiro, a TIM Brasil começa a testar ofertas convergentes que reúnem serviços fixos e móveis. A aquisição da fatia de 51% no capital da I-Systems que pertencia à IHS Brasil marcou uma guinada na estratégia da operadora brasileira, que no momento analisa várias possibilidades de expansão inorgânica. A companhia divulgou na noite de ontem os resultados do primeiro trimestre deste ano.

Nesse sentido, a TIM avalia participar do leilão da Oi Soluções, unidade de negócios da operadora voltada para clientes corporativos, mas a decisão final sobre o tema ainda dependerá da análise da qualidade e duração dos contratos que a empresa de B2B possui.

"Estamos começando a 'brincar' um pouco de ofertas convergentes, independentemente de possíveis aquisições, até para ver como isto se traduz no resultado da empresa", contou ao **Valor** o diretor-presidente da operadora, Alberto Griselli. "Na nossa estratégia, é mais um 'cross up-selling' [venda cruzada e adicional], porque nós temos uma base de fibra onde vendemos [telefonia] móvel e uma base de móvel onde podemos vender a fibra."

O executivo afirma, porém, que a prioridade no momento é fazer o fechamento do negócio e incorporar a operação da I-Systems, cujo alcance em fevereiro somava 9 milhões de residências nas quais o serviço de banda larga podia ser contratado. No primeiro trimestre, a receita do serviço de banda larga via fibra óptica da TIM somou R$ 243 milhões, expansão de duplo dígito (11,4%) em relação a igual período de 2025. O número de clientes do serviço TIM Ultrafibra chegou a 880 mil no fim de março, incremento também de 11,4% em base anual.

"A compra do controle da I-Systems ainda não está nos nossos números. Vai aparecer no segundo trimestre", explicou Griselli, acrescentando que a tendência é de um aumento de eficiência da operação.

O executivo disse ainda que, após o acordo com a empresa de aluguel de torres de telecomunicações American Tower anunciado em janeiro, a operadora continua a negociar com as companhias desse setor para manter essa linha de custos sob controle. "Fechamos uma negociação importante [com a American Tower]. Agora, tem mais uma segunda negociação importante que estamos fazendo e uma terceira que já está engatilhada para ser executada logo a seguir", disse Griselli.

Quando ao leilão da Oi Soluções, o edital foi publicado na segunda-feira (4), após autorização da Justiça no fim de abril, dentro do processo de recuperação judicial. O preço mínimo do ativo é de R$ 1,417 bilhão, a ser pago em dinheiro, à vista.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

> "Precisamos fazer uma avaliação mais precisa [da Oi Soluções]"
> *Alberto Griselli*

"O interesse depende da qualidade do ativo. B2B é algo para nós claramente importante, uma linha de crescimento. O B2B depende muito dos contratos, da qualidade desses contratos e da durabilidade desses contratos no tempo. Precisamos fazer uma avaliação mais precisa, mas o B2B é para nós uma área de interesse", disse Griselli. "Dependendo da avaliação, pode virar oportunidade ou não."

Na área de negócios corporativos (B2B), a TIM Brasil terminou março com R$ 1,08 bilhão em receita total contratada desde 2018, sendo o setor agrícola responsável por 36% deste montante. No fim do ano passado, a receita contratada estava em R$ 1 bilhão.

A TIM Brasil fechou o primeiro trimestre com lucro líquido normalizado de R$ 821 milhões, um incremento de 1,3% em relação a igual período de 2025. O lucro líquido normalizado exclui efeitos não recorrentes no Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e no Imposto de Renda/Contribuição Social.

O bom desempenho financeiro dos serviços móvel e fixo fez a receita líquida crescer acima da inflação, totalizando R$ 6,8 bilhões entre janeiro e março, alta de 6,5% ante o mesmo período do ano passado. O Ebitda normalizado somou R$ 3,28 bilhões nos três primeiros meses do ano, o que significa expansão de 6,6% em base anual.

A base de clientes da TIM Brasil terminou março no patamar de 61,9 milhões, o que representa quase estabilidade (recuo de 0,1%) na comparação com o mesmo mês de 2025. Em linha com a dinâmica do mercado brasileiro de telefonia móvel, o número de clientes de planos pré-pagos diminuiu (7,7% em base anual), enquanto o de usuários pós-pagos aumentou (7,6%).

Os custos da operação se expandiram num ritmo superior ao da inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Subiram 6,3% no primeiro trimestre, para R$ 3,51 bilhões, influenciados pela rubrica de "rede e interconexão". Foram determinantes para esse aumento os custos de interconexão internacionais assim como os desembolsos relativos a pacotes de conteúdo que a operadora vem lançando como parte de sua estratégia comercial.

Siga o Valor Econômico nas redes sociais.

@valoreconomico

Estratégia Lançado em 2001, programa chegou ao atacarejo em 2020 e somava duas mil lojas em 2023

Açougue da JBS cresce em meio a mudanças no varejo

Adriana Mattos
De São Paulo

A JBS encomendou uma levantamento para a empresa de pesquisas NielsenIQ (NIQ) para confirmar se o seu programa de açougues para o varejo vinha dando resultado. Os dados reforçaram a percepção positiva, só que fazer esse modelo rodar nos últimos tempos envolveu enfrentar barreiras estruturais e econômicas no setor.

As dificuldades financeiras de parte do varejo de 2021 para cá, o crescimento das cadeias de atacarejo na última década — onde o açougue nunca foi o foco dos investimentos até anos atrás — e a competição no setor de carnes a obrigou a ir atrás de novos clientes, e a repensar o produto.

Além disso, num mercado varejista altamente pulverizado, como o brasileiro, há muitas redes regionais, especialmente no sul do Brasil — que tem demanda específica por diferentes tipos de carnes e de marcas —, que não entraram nesse programa da JBS, apurou o **Valor**.

O Friboi+ é o programa da JBS em parceria com o varejo, criado em 2001, em que a companhia fornece treinamento aos funcionários das unidades para melhor exposição e redução de perdas e rupturas de produtos.

Já a loja fornece o espaço e tem a garantia de abastecimento estável, mesmo em períodos de eventual maior risco ao fornecimento.

O balanço de 2025 do grupo informa que a JBS Brasil registrou recorde de vendas no ano, com crescimento de 21% frente a 2024. A empresa até cita ali que os preços mais altos compensaram parcialmente o forte aumento nos custos do gado, mas afirma também que parte da alta veio da oferta de produtos de valor agregado por meio do Friboi+.

Com o avanço acelerado do atacarejo no Brasil, que já é 43% da receita com venda de alimentos no país, segundo dados de dezembro da NIQ, a JBS teve que se aproximar das grandes atacadistas e fazer um trabalho para fechar parcerias pelo Friboi+.

O ponto é que a venda de carnes não era vista como categoria destino no atacado, segundo consultores, ou seja, o cliente não saía de casa para ir necessariamente ao açougue nessas lojas.

Mas ao mesmo tempo, o atacarejo virou uma potência no Brasil, enquanto os hipermercados, canal forte das marcas de carnes, foram encolhendo rapidamente na última década.

Levantamento da NIQ obtido pelo **Valor** mostra que, enquanto a frequência de clientes subiu 6,2% nos atacarejos em 2025 frente a 2024, a média no varejo em geral (todos os canais) caiu 4,8%. Desde 2020, calcula-se que cerca de 500 atacarejos foram abertos no país e 300 hipermercados fecharam as portas.

Essa transformação no mapa dos canais de compra no país obrigou as indústrias a se mexerem, inclusive os frigoríficos. O Assaí fechou um acordo com a JBS sobre o Friboi+ em 2020 e, dois anos depois, veio o Atacadão, os dois líderes desse setor. O Carrefour, maior rede de varejo do Brasil, não é parceiro da empresa.

Vinte e cinco anos depois do início do Friboi+, considerando as cerca de 400 mil lojas de supermercados, hipermercados e atacarejo no país, segundo dados da Abras, a associação do setor, a JBS tinha cerca de duas mil unidades parceiras por meio do Friboi+, segundo informações prestadas pelo grupo ao **Valor** em 2023. Quase três anos antes, no fim de 2019, eram 1.040 lojas.

Portanto, o total representa cerca de 0,5% da base de lojas do varejo e atacarejo naquele período.

Uma rede de supermercados de São Paulo ouvida, e que faz parte do programa, disse que, num período de falta de mão de obra especializada, num cenário de crise de pessoal no setor, a possibilidade de ter equipe treinada sem custo acaba sendo um impulsionador para adesão ao modelo. "Nessa escassez de mão de obra que vivemos, é algo que é colocado na conta de fatores favoráveis ao acordo", disse a fonte.

"Para redes com problemas de contratação e sem muita experiência em açougue, isso ajuda. Mas, para quem tem o açougue 'na mão', aí é diferente, tem que analisar se vale a pena porque fica com espaço da loja comprometido com eles", afirma um diretor de uma cadeia com 200 pontos de venda, parte deles participante do Friboi+.

Nas câmaras frias das lojas, na área de vendas ao lado dos açougues, a JBS expõe as marcas Friboi Reserva, Seara Reserva, Maturatta, 1953 e Do Chef com material publicitário destacando o chamado "Friboi+ Açougue Nota 10".

A JBS afirma que os números da NIQ mostram uma vitória do modelo. De acordo com os dados passados ao **Valor** pela empresa, as lojas grandes no país com o programa tiveram uma alta de 63% na venda de todas as cestas de produtos no acumulado de 2025 versus 2024, frente àquelas sem o programa. Em lojas de tamanho médio, cresceu 15% e nas pequenas, 316%.

> Fazer esse modelo rodar nos últimos tempos envolveu enfrentar barreiras estruturais e econômicas no varejo

Nos atacarejos, a alta é mais discreta — nas unidades grandes, médias e pequenas, 26%, 8% e recuo de 1%, respectivamente.

A pesquisa não informa, porém, como outros aspectos, que poderiam também ter efeito nas vendas, foram isolados nesta metodologia.

"As lojas com o açougue tiveram uma alta média de 30% nas vendas totais no ano passado", disse Gilberto Tomazoni, CEO Global da JBS, maior produtora de proteína do mundo.

"Fazemos uma gestão de categorias junto com as empresas, e há uma melhora de nível de serviço. Isso porque, onde estamos com esse modelo não tem 'out of stock', há garantia de recebimento, e acaba sendo um processo de construção de confiança com o parceiro", afirma.

Nas câmaras frias, ao lado dos açougues, ficam os itens fatiados das marcas. Em cima desses valores, o lojista pode trabalhar promoções. Há autonomia das redes em determinar os preços finais dos produtos, mas ali evita-se guerra declarada de preços.

"Ao trabalhar itens de maior valor agregado no programa, naturalmente se fica meio amarrado em fazer menos promoções", diz um consultor de grandes cadeias do setor.

A JBS disse que vem trabalhando o tema das ofertas no Friboi+. "Desde 2018, passamos a ter preços promocionais em peças já fracionadas a vácuo que mandamos para a loja, de 1 quilo a 1,5 quilo, e resolvemos isso com essas opções", disse o CEO da Friboi, Renato Costa.

"A iniciativa ajuda a diferenciar o sortimento, você sai da guerra de preço, porque essa guerra não ajuda a loja", afirma Tomazoni.

"Aumentamos a margem da loja com a venda de maior valor agregado, com suporte completo na execução, ativação e gestão de categoria. Elevamos o tíquete médio vendido e a frequência de compras", diz o executivo.

O programa não envolve um contrato assinado com a loja de espaço garantido de exposição ou verba paga. Mas fontes de redes da área comercial afirmam que fica claro entre as partes que não se aceita que nas prateleiras onde estão as carnes da JBS pode entrar produto de concorrente.

"Tem que colocar a carne da Friboi nas câmaras refrigeradas. Porque nós estamos lá treinando os caras, estamos fazendo. Mas não temos um contrato. Eu estou treinando para usar a nossa carne", afirma o CEO.

A entrada de outras empresas nesse mercado de parceria compartilhada de açougues também teria sido um novo fator nessas negociações.

O **Valor** apurou que a Marfrig teria sondado varejistas com acordos de treinamento de mão de obra envolvendo as suas carnes. "Já falamos para a Friboi que se acharmos que não está valendo a pena, vamos trocar [de parceiro]. Eles precisam de nós como nós precisamos deles, e como não é contrato no papel, qualquer um pode sair a qualquer hora", disse o executivo de uma cadeia atacadista

Na visão de Manoel Araujo, sócio diretor da consultoria Martinez de Araujo, em termos regionais, as cadeias do sul do país trabalham muitas vezes com carnes de frigoríficos locais. Essa carne criada em pastagens do Rio Grande do Sul tem características diferentes e é consumida em larga escala pelo público da região, o que torna mais complexa a competição para a JBS.

Questionado sobre esse assunto, Tomazoni diz que não tem "certo ou errado". "Nós achamos o seguinte: a loja que nós operamos, os caras vendem mais", responde.

Outro plano em andamento envolve a área de "rotisserie" da marca Seara, lançada em 2023. A ideia é vender produtos já prontos para consumo, basicamente peças de frango e lombo que são assadas em fornos (parte deles fornecida pela empresa para as lojas).

As peças são assadas e vendidas a preços fixos, em espaços dentro das lojas — um serviço que já ocorre em supermercados e hipermercados, mas que o atacarejo não oferecia até anos atrás. Em parte, pela possibilidade de ele se transformar numa despesa para a loja.

A JBS entende que esse tipo de opção ao consumidor, seja rotisserie, seja açougue, não é custo ao atacarejo, mas um serviço a mais.

Segundo Tomazoni, essa questão de pressão de custos está sendo realmente discutida no setor de atacarejo, mas há um efeito imediato de aumento na receita e na diluição de gastos.

"A hora que ele começa a vender carne bovina, que tem um alto valor, ele começa a diluir os custos dele. Porque é o seguinte, não tem uma coisa pior para o varejo do que ter deflação, e a loja ainda vai ter 5% de dissídio, energia, tributos", diz.

"Ele tem que dar um jeito de vender 10% a mais, e de coisas de maior valor, ou essa conta não fecha. Um quilo de arroz e um quilo de filé mignon, o custo para ele é o mesmo, mas o filé é mais caro."

Questionado se esse programa tem menos adesão em locais onde a carne não é um produto de destino de compra de clientes, ou seja, o lojista teria pouco interesse num acordo, Tomazoni rebate e diz que fechou parceria com redes no Rio, onde supostamente o produto não seria foco do consumidor.

NILANI GOETTEMS/VALOR

Tomazoni, CEO Global: "Fazemos uma gestão de categorias junto com as empresas, e há melhora de nível de serviço. Com esse modelo, há garantia de recebimento"

Curtas

Tenda lucra mais

A incorporadora Tenda registrou lucro líquido de R$ 183,4 milhões no primeiro trimestre, crescimento de 114,5% em relação ao mesmo período de 2025. O impulso veio da alta das receitas. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) foi de R$ 218 milhões, alta de 76,2% em um ano. O Ebitda ajustado ficou em R$ 256,7 milhões, avanço de 67,9%. A Tenda obteve R$ 1,18 bilhão em receita líquida de janeiro a março, alta de 36,9%. Houve R$ 112,2 milhões de geração de caixa, ante queima de R$ 22,5 milhões há um ano.

Venda da Oi Soluções

A Justiça do Rio de Janeiro publicou o edital para venda da unidade produtiva isolada (UPI) que reúne os negócios da Oi no segmento empresarial. O valor mínimo da chamada Oi Soluções será de R$ 1,41 bilhão, pagos em dinheiro, à vista. A unidade compreende as soluções de conectividade, serviços digitais e TI para clientes corporativos e do setor público, incluindo contratos e a estrutura operacional da empresa. A abertura das propostas foi marcada 17 de junho.

Tarifa e consumo ajudam Copel no 1º tri

Energia

Ludmylla Rocha
De São Paulo

A Copel encerrou o primeiro trimestre do ano com lucro líquido de R$ 694 milhões, ampliação anual de 4,4%. Considerando o lucro líquido recorrente, que exclui itens não recorrentes e ficou em R$ 639 milhões, o crescimento anual foi de 10,7%.

Os números foram impulsionados por dois segmentos: distribuição, que cresceu por conta do aumento de consumo nos segmentos residencial e comercial; e geração, que rendeu ganhos da ordem de R$ 140 milhões em modulação e diferença de preço de submercados.

A empresa reportou um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de R$ 1,9 bilhão, alta anual de 9,9%. Já o Ebitda recorrente ficou em R$ 1,75 bilhão, ampliação anual de 16,7%.

De acordo com o presidente da companhia, Daniel Slaviero, o desempenho positivo se deu mesmo em meio a um trimestre difícil dado o risco hidrológico, conhecido pela sigla GSF, e o corte de geração por razões sistêmicas, chamado pelo jargão "curtailment", que ficou em 20,7% no trimestre.

Para ele, este ambiente faz com que a companhia seja mais conservadora na venda de energia e deixe um volume maior não contratado para ser liquidado no mercado de curto prazo, que usa o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). No primeiro trimestre, o PLD médio foi de R$ 359,40 por megawatt-hora (MWh), contra R$ 161,87 por MWh em igual etapa do ano passado. Assim, mesmo com uma venda menor em termos de volume, a Copel faturou mais nessas frentes.

Questionado sobre os efeitos dessa estratégia para o mercado de comercialização, que tem apontado junto a grandes consumidores falta de liquidez, ele afirma se tratar de uma "depuração normal" do segmento. "O mercado tende a ficar mais seletivo realmente para contrapartes que não conseguem comprovar a sua capacidade de pagamento", avaliou.

20,7%
foi o nível do corte de geração por razões sistêmicas

O executivo defendeu ainda a manutenção dos níveis atuais de aversão a risco no sistema nacional, e comparou a amplitude da volatilidade dos preços de energia no mercado nacional com o exterior. "Países desenvolvidos e em desenvolvimento têm variação muito maior. Ela chega a ser negativa em alguns horários e muito maior positivamente".

A receita operacional líquida (ROL) recorrente da companhia de energia somou R$ 6,9 bilhões de janeiro a março, crescimento anual de 19,2%.

Ainda no primeiro quartil do ano, a Copel investiu R$ 581,7 milhões, dos quais 75% foram destinados à distribuidora. O volume total de recursos aportados representa uma redução anual de 14,3%. Slaviero lembra, no entanto, que a empresa tem um plano de investimentos de R$ 3 bilhões para este ano, sendo R$ 2 bilhões para a distribuidora e o restante para as frentes de geração e transmissão.

Justiça aprova plano de recuperação da Coteminas

Reestruturação

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

A Justiça de Minas Gerais autorizou, nesta terça-feira (5), que o grupo Coteminas, um dos mais tradicionais do setor têxtil do país, inicie a execução do plano de recuperação judicial.

O valor a ser pago pela empresa aos credores, no âmbito da recuperação, é de aproximadamente R$ 2 bilhões. Bancos e empresas de energia estão entre os maiores credores da companhia.

Josué Gomes da Silva, ex-presidente da Fiesp e filho do ex-vice-presidente da República José Alencar, continua como CEO e principal acionista do grupo.

O processo do pedido de recuperação feito pela Coteminas começou a tramitar na Justiça estadual de Minas em 2024. Em dezembro de 2025, a assembleia de credores aprovou o plano. Mas faltava a última palavra da Justiça.

Na segunda-feira (4), o juiz Murilo Silvio de Abreu, da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, deferiu o pedido de recuperação da empresa.

Um dos fatores alegados pela Coteminas para entrar em recuperação judicial foi a dificuldade de fazer frente à concorrência com os produtos da China.

Em dezembro de 2025, o faturamento do grupo ficou em R$ 28,939 milhões — segundo pior resultado mensal desde pelo menos dezembro de 2024, conforme aponta o Relatório Mensal de Atividades do Grupo Coteminas. Nesse período, o faturamento só tinha sido mais baixo em agosto de 2025.

Via de regra, os processos de recuperação judicial têm duração de 36 meses, mas se os débitos não tiverem sido todos pagos até esse prazo, não significa, necessariamente, a decretação de falência.

Dos cerca de R$ 2 bilhões que a empresa terá de saldar, R$ 848 milhões se referem a tributos federais. Outros cerca de R$ 80 milhões em impostos estaduais e municipais já foram negociados, segundo a defesa do grupo.

Na lista dos maiores credores estão, entre outros, o Banco do Brasil, Safra, Banco ABC, Louis Dreyfus Company, Cemig e Engie.

Ines249

PREPARE-SE PARA EXPERIÊNCIAS INCRÍVEIS EM TORNO DOS VINHOS PORTUGUESES.

As vendas já começaram. Garanta logo o seu ingresso, pois algumas atividades costumam esgotar.

O Vinhos de Portugal é um programa incrível, tanto para os apreciadores e conhecedores do assunto como para o público em geral. Não fique de fora do maior evento de vinhos portugueses fora de Portugal.

SÃO PAULO
28 A 30 DE MAIO
SHOPPING JK IGUATEMI

RIO DE JANEIRO
05 A 07 DE JUNHO
JOCKEY CLUB BRASILEIRO - GÁVEA

ÁREA DE CONVIVÊNCIA

Um charmoso espaço, com acesso gratuito, com gastronomia, loja de vinhos, bate-papos, degustações e experiências interativas em torno do mundo dos vinhos portugueses.

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

Em sessões de 2 horas, para explorar e degustar rótulos de diversas regiões de Portugal e descobrir as histórias por trás de cada vinho.

Assinante do VALOR tem **20% off** em **até 2 ingressos** para o **Salão de Degustação**. Saiba mais em

valor.com.br/vinhos

SALA DE PROVAS

Provas guiadas de 1 hora de duração, com temas específicos, vinhos icônicos e especialistas de renome internacional, que revelam seus sabores e histórias.

BEBA COM MODERAÇÃO

parceria

Vinhos de portugal

realização

O GLOBO | Público | Valor Econômico

COMPRE AQUI

Para mais informações:
vinhosdeportugal.com.br
/vinhosdeportugal
@vinhosdeportugalbr_

participação

apoio

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P. | visit Portugal | Vinhos de Lisboa | Comissão Vitivinícola Regional do Dão | Vinhos do Alentejo | Vinhos Verdes | visit Center of Portugal | visit Porto&North Portugal | visit Alentejo Portugal | COMPETE 2030 | Portugal 2030 | Cofinanciado pela União Europeia

local oficial SP: JK Iguatemi

local oficial RJ: Jockey Club Brasileiro

cia. aérea oficial: TAP Air Portugal

água oficial: Prata 150 anos

loja oficial: Woods Wine

assessoria de imprensa: InPress | Porter Novelli

promoção: Clube O Globo

rádio oficial: CBN

curadoria: out of paper

Ines249

Tecnologia A construção pode durar cerca de 12 meses e o início da operação está previsto para 2028

SP planeja supercomputador de até R$ 3 bi

Ivone Santana
De São Paulo

O governo de São Paulo iniciou um processo para estudo e posterior publicação de um edital de R$ 2 bilhões a R$ 3 bilhões para desenvolvimento, de um supercomputador. A iniciativa foi aprovada nesta terça-feira (5) por unanimidade pelo conselho da Secretaria de Parcerias e Investimentos do governo de São Paulo, que autorizou a inclusão do projeto no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP).

A decisão está amparada na demanda reprimida e capacidades não desenvolvidas no país devido à falta de uma máquina potente em território nacional, disse ao **Valor** o secretário-executivo de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, Thiago Nunes.

Os computadores de alta capacidade são medidos em petaflop e exaflop. Para comparação, um supercomputador de nível exaflop consegue fazer, em um segundo, o equivalente ao cálculo de bilhões de pessoas ao mesmo tempo. Isso é cerca de mil vezes mais capacidade que petaflop.

Nunes explica que os maiores supercomputadores no Brasil têm capacidade medida por petaflop. "No mundo, passa de exaflop. Nosso projeto vai mirar nessa capacidade. Os equipamentos são modulares e vão crescer conforme a demanda", afirma.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Thiago Nunes, da Secretaria de Parcerias em Investimentos: "O projeto já é pensado para ter ciclos de reinvestimentos garantidos"

"Embora haja oferta de computação de alto desempenho no exterior via nuvem, isso levanta questões de soberania de dados e compliance, restringindo setores como o bancário", afirma o secretário. "Uma capacidade computacional maior pode gerar resultados melhores e mais rápidos em diversas áreas, como a identificação de fraudes no setor bancário, processamento de questões fiscais na Receita Federal e gerenciamento de linhas de ônibus, otimizando o uso de dados de GPS e bilhetagem eletrônica."

Com o aval do conselho, os próximos passos são a contratação de estudos para precisão e dimensionamento do projeto, o que pode demorar até um ano. Depois, será publicado edital para contratar uma concessionária privada que será responsável por implantar, operar e gerenciar a infraestrutura, além de assumir os riscos e custos de implantação. A inclusão e gerenciamento de dados serão feitos pelo governo e parceiros. Pela dimensão e complexidade, a construção do sistema é comparável à de um centro de dados e pode durar cerca de 12 meses. Nunes estima o início da operação em 2028.

O Brasil é citado com um supercomputador entre os mais potentes do mundo no TOP500 — ranking global dos 500 supercomputadores mais rápidos, compilado por cientistas de laboratórios e universidades dos EUA e da Alemanha. O modelo brasileiro é o Santos Dumont, operado pelo Laboratório Nacional de Computação Científica, um centro de pesquisa federal ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, instalado em Petrópolis (RJ).

Em quantidade de sistemas, o Brasil figura em 10º lugar no TOP500, com 2% do total, enquanto em performance, a participação é de 0,8%. No topo estão os Estados Unidos, com 34,2% e 46,4%, respectivamente. No distante 2º lugar está o Japão, com 8,6% e 9,5%.

Outros sistemas relevantes estão em operação no Brasil. Em computação de alta performance a liderança é da Petrobras. Em Salvador (BA), há também um sistema do Centro de Supercomputação Senai Cimatec. Há ainda alguns equipamentos menores em universidades e centros de pesquisa.

A corrida de supercomputadores é um indicador de poder econômico e tecnológico. Esses equipamentos são a base para petróleo, previsão do clima e IA. Enquanto no Brasil a presença desses equipamentos é pontual, o que pode limitar produção e produtividade, nos EUA há centenas e na China, dezenas.

A implementação do projeto paulista ocorrerá via parceria público-privada (PPP) de longo prazo (20 a 30 anos), com o Estado como cliente-âncora. A capacidade excedente será comercializada à iniciativa privada. Há previsão de fomento a startups com custo subsidiado. Segundo Nunes, "o projeto já é pensado para ter ciclos de reinvestimentos garantidos e gerar receita suficiente para cobrir os custos e evitar que o equipamento se torne obsoleto, um elefante branco".

A região de Campinas (SP) é a principal candidata para instalação do supercomputador, pela proximidade a um polo de tecnologia, com acesso à rede de alta tensão e backbone de fibra óptica.

O projeto abre uma vertente de PPP voltada exclusivamente à tecnologia, diz o secretário. Indústria, academia, cientistas e desenvolvedores de IA poderão contratar capacidade de uso da máquina. A ideia é atrair demanda de setores como financeiro, energia, agronegócio e tecnologia. Assim, será possível garantir o uso contínuo da infraestrutura e reduzir o risco de subutilização.

Além do uso científico, a estrutura poderá ser aplicada no treinamento de modelos avançados de IA, na previsão climática de alta precisão, na descoberta de novos medicamentos e em simulações industriais complexas, diz Nunes. No setor público, o potencial inclui aplicações em segurança, saúde, mobilidade e defesa civil, com uso intensivo de dados para tomada de decisão.

Os desafios do futuro são sociais, não técnicos, diz Hunter-Torricke

Inovação

João Luiz Rosa
De São Paulo

Durante quase duas décadas, o britânico Dex Hunter-Torricke conviveu com alguns dos principais nomes da indústria de alta tecnologia — como Elon Musk (SpaceX), Mark Zuckerberg (Meta) e Eric Schmidt (então na Alphabet/ Google) —, para cujas empresas criava e executava grandes estratégias de comunicação. Mas isso ficou no passado.

Desde fevereiro, Hunter-Torricke preside o Center for Tomorrow, organização sem fins lucrativos da qual é fundador. Sediada no Reino Unido, visa levar os dilemas da tecnologia, em especial da inteligência artificial, para o centro do debate público, com subsídios para a formulação de políticas públicas que levem em conta a opinião de líderes governamentais, empresariais e comunitários — "e não apenas os bilionários do Vale do Silício", como ele ressalta.

"A indústria de tecnologia convenceu muitos tomadores de decisão de que a maior parte dos desafios do futuro são técnicos — e terão soluções técnicas. Isso não é verdade. São desafios sociais, com soluções sociais", afirma.

Hunter-Torricke teve uma infância difícil. O pai nasceu em Mianmar, mas cresceu em um campo de refugiados na Índia; a mãe veio da Malásia. Essa vivência, em contraste com o ambiente próspero das Big Techs, ajudou a forjar sua visão de mundo.

"Ao longo da última década, vimos um mundo em processo de desagregação. Agora temos crises em praticamente todas as frentes: política, geopolítica, econômica, social, climática — e a indústria [de tecnologia], na maior parte dos casos, apenas fingiu que tudo continuava normal", diz ele.

Convidado do Horizons 2026, que a FIA Business School promove em São Paulo nesta quarta e quinta-feira (6 e 7), com entrada gratuita, Hunter-Torricke falou ao **Valor** com exclusividade. Ele diz que a revolução da IA será a maior de todos os tempos; que a distância entre economias turbinadas pela IA e as demais pode levar países ao colapso; e que as máquinas participarão da vida afetiva das pessoas. "Os robôs estão chegando", alerta.

NOONAN/WEB SUMMIT VIA SPORTSFILE

Dex Hunter-Torricke é fundador e presidente do Center for Tomorrow

Revolução industrial — "Ouvimos muito que deveríamos encarar este momento como a Revolução Industrial, quando as pessoas também se preocupavam se ainda haveria vagas. Sim, a humanidade atravessou essa fase e surgiram muitos empregos. Mas esta não é a revolução de 200 anos atrás. A máquina a vapor não fazia o seu PowerPoint. Também não é a chegada da máquina a vapor, da internet ou do smartphone. É algo totalmente novo."

Emprego — "Se continuarmos no caminho atual, vamos acabar em um futuro no qual um número pequeno de trabalhadores de elite fará uso intenso de IA, em empresas que se tornarão muito menores. Mas o que acontece com o resto das pessoas? Quais empregos estarão disponíveis? Que estrutura econômica permitirá que se reciclem se surgirem novas oportunidades? Nada no fato de termos atravessado mudanças no passado garante que a próxima fase não seja muito mais traumática."

Desigualdade — "A IA vai amplificar e se adaptar ao formato de desigualdades que existe em nossa sociedade. Um dos grandes equívocos da indústria de tecnologia foi achar que a tecnologia muda o mundo sem reconhecer que o mundo também muda a tecnologia. Ela reflete, de maneira muito clara, as injustiças e disfunções que já existem nos sistemas sociais."

Geopolítica — "Na próxima década, veremos no plano macroeconômico algumas economias turbinadas pelo acesso à IA e tecnologias de fronteira, como computação quântica, fusão nuclear, robótica e inovações adjacentes. China e EUA estarão na linha de frente. A economia da maior parte dos demais países corre o risco de se tornar rapidamente pouco competitiva. À medida que isso se desenrolar, veremos sistemas econômicos e sociais cambaleando e, em alguns casos, entrando em colapso, sobretudo sociedades que já são muito frágeis."

Desinformação — "A IA está moldando a fala e a expressão de bilhões de pessoas porque faz parte de todas as redes sociais. A forma como consomem informação e entendem o mundo é moldada por algoritmos. Elas experimentam tanto desinformação e discurso de ódio quanto uma distorção da realidade — uma visão intermediada pelas preferências de empresas que, muitas vezes, não refletem sobre suas responsabilidades. Por exemplo, diante do 'incômodo' de pensar em como apoiar os veículos tradicionais de mídia, empresas de tecnologia simplesmente decidiram tirar as notícias das plataformas. Nem se deram ao trabalho de encontrar uma solução, mesmo quando os recursos necessários são minúsculos comparados ao que geram a cada trimestre."

Clima — "A IA está impulsionando uma era de ouro na ciência. Ela pode nos permitir encontrar soluções para enfrentar parte das catástrofes climáticas de maneiras inéditas. Pesquisadores estão tentando usar IA para criar enzimas capazes de 'comer' a poluição por microplásticos no oceano. Podemos usar a IA para descobrir culturas agrícolas mais bem adaptadas a um clima em mudança ou maneiras de tornar a energia solar mais eficiente."

Radicalização — "É potencialmente devastador quando os efeitos sociais da IA levam a um nível de disrupção econômica e política que faz com que as pessoas busquem formas de organização políticas cada vez mais extremas. Podemos caminhar para um mundo em que grande parte da classe média deixe de ter o nível de qualidade de vida que lhe foi prometido, passando a viver em precariedade econômica e busque alternativas políticas radicais. Terminamos em sociedades mais voláteis, polarizadas."

Regulação — "Nenhuma sociedade conseguirá, sozinha, criar barreiras regulatórias ou ambientes eficazes em relação à IA, a não ser que se una a outros países. Essa agenda internacional é fraca. Os países da Europa até pensam em algum tipo de estrutura na União Europeia. Mas será que houve esforço suficiente, por exemplo, para trabalhar com Brasil, Índia, países do Oriente Médio e outras nações que são democráticas, querem uma vida melhor para sua população e não são os EUA ou a China? Claramente, não."

Códigos — "Há enormes benefícios da IA em praticamente todos os setores. A atividade de programação vive momento empolgante. Pessoas sem habilidades técnicas estão usando ferramentas de IA para criar produtos e aplicações que resolvem problemas nas organizações e permitem trabalhar de formas mais eficientes e produtivas."

Robôs — "Formas de inteligência artificial farão com que as pessoas se envolvam emocionalmente com presenças digitais. Muitos indivíduos vão querer passar mais tempo na companhia dessas criações sintéticas, que não são sencientes, nem conscientes, mas são convincentes o bastante."

'Big techs' terão avaliação do governo dos EUA

Cibersegurança

Joe Miller
Financial Times, de Washington

Os Estados Unidos examinarão as implicações de segurança nacional dos novos modelos de inteligência artificial (IA) da Microsoft, da xAI e da DeepMind, pertencente ao Google, antes de sua liberação ao grande público, em meio aos esforços das autoridades para ter maior supervisão sobre a poderosa tecnologia.

O Centro de Padrões e Inovação de IA (Caisi, na sigla em inglês), pertencente ao Departamento de Comércio dos EUA, informou nesta terça-feira (05) ter assinado um acordo com as empresas de tecnologia para "realizar análises direcionadas e avaliações pré-lançamento".

As revisões permitirão ao governo "ter melhor acesso às capacidades de ponta da IA e melhorar o estado da segurança da IA", acrescentou a agência.

O anúncio se dá enquanto a Casa Branca considera mais medidas para avaliar os modelos de ponta antes de seu lançamento geral, segundo fontes a par do assunto.

Assessores do presidente dos EUA, Donald Trump, cogitam a possibilidade de um decreto presidencial que tornaria obrigatório esse tipo de avaliação, embora as discussões estejam em estágio inicial.

Funcionários de alto escalão do governo EUA ficaram assustados com versões iniciais do novo modelo Mythos, da Anthropic, que, segundo a empresa, tem capacidade muito maior de identificar e explorar vulnerabilidades de cibersegurança.

O executivo-chefe (CEO) da Anthropic, Dario Amodei, encontrou-se com a chefe de gabinete da Casa Branca, Susie Wiles, em abril, em sinal de um abrandamento das tensões entre o laboratório de IA e o governo.

> "Essas colaborações ampliadas com o setor nos ajudam a dimensionar nosso trabalho"
> *Chris Fall*

A startup havia sido classificada como ameaça à segurança nacional por se recusar a permitir que o Pentágono usasse sua tecnologia sem restrições. A Anthropic processou o governo por essa classificação.

Trump depois adotou um tom conciliatório, dizendo à rede de TV americana CNBC, em entrevista, que a Anthropic "está entrando em form". "Acho que vamos nos dar bem com eles", acrescentou.

O acordo de segunda-feira (4) é similar a um assinado com a Anthropic e a OpenAI durante o governo de Joe Biden há dois anos, quando o Caisi era conhecido como Instituto de Segurança em Inteligência Artificial dos EUA. Naquele acordo, que espelhava a política do Reino Unido, o governo podia ganhar acesso aos modelos dessas empresas antes da liberação pública para avaliar e mitigar riscos de segurança.

Os acordos anteriores permitiram mais de 40 avaliações desse tipo até hoje, segundo o Caisi. Pesquisadores da agência recebem rotineiramente acesso a novos modelos com salvaguardas removidas ou reduzidas, para que possam avaliar as capacidades e os riscos da tecnologia.

As avaliações têm como foco as capacidades de IA que possam representar riscos à segurança nacional, com ênfase particular na cibersegurança, na biossegurança e nas armas químicas.

A agência também conduz avaliações de sistemas de IA desenvolvidos na China e coordena as constatações com o Pentágono, a Casa Branca e as agências de inteligência.

"Uma ciência de medição independente e rigorosa é essencial para compreender a IA de ponta e suas implicações para a segurança nacional", disse o diretor da agência, Chris Fall. "Essas colaborações ampliadas com o setor nos ajudam a dimensionar nosso trabalho no interesse público num momento crítico."

Em abril, representantes do setor de tecnologia e ativistas de segurança em inteligência artificial pediram ao Congresso para que destinasse mais verba ao Caisi para ajudar a "enfrentar os complexos problemas apresentados pelos sistemas de IA". *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Tecnologia O executivo Matias Van Thienen comanda investimentos globais em inteligência artificial

Founders Fund investe o mais cedo possível e dobra ou triplica a aposta nas melhores

Pipe

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A gestora americana Founders Fund, criada pelo ex-PayPal Peter Thiel, é um dos principais investidores globais em inteligência artificial, de infraestrutura a aplicações, desde fases iniciais das companhias. Acionista de OpenAi e Anthropic, o fundo aumentou a aposta em uma das principais clientes de ambas na América Latina: a brasileira Enter AI que, com a rodada de captação de R$ 500 milhões, virou o primeiro unicórnio de IA aplicada da região.

Quem está à frente do investimento da gestora é o argentino Matias Van Thienen, que compõe o time do Founders Fund desde 2018 e foi responsável por aportes em companhias como SpaceX, Stripe, Kavak e, mais recentemente, Arq. Conselheiro da Enter, ele diz que "há uma chance muito clara" de construir uma empresa de mais de US$ 10 bilhões. Isso explica por que o próprio Peter Thiel desembarcou em São Paulo na quinta-feira passada (30 de abril) para se encontrar com a equipe da startup brasileira ao fechar a rodada. A seguir, a entrevista de Matias Van Thienen:

Valor: *Você decidiu fazer um 'inside round' na Enter após ver os resultados do primeiro trimestre. O que foi determinante nos números?*

Thienen: É uma parte central da nossa estratégia investir o mais cedo possível e depois dobrar ou triplicar as apostas nas empresas com melhor desempenho. Essa empresa, em particular, estava extremamente à frente do plano. A outra parte-chave disso é como nos sentimos em relação aos fundadores. Achamos que eles podem ir até o fim? E acho que o Mateus é um fundador realmente especial, ainda mais considerando a idade dele — ele está crescendo em uma inclinação muito acentuada. A combinação de desempenho acima do esperado, calibre do fundador e o fato de serem o líder claro de mercado em IA na América Latina — com o Brasil sendo o mercado mais importante — fez com que sentíssemos que há uma chance muito clara de construir uma empresa de mais de US$ 10 bilhões, portanto um candidato forte para preempção. Tivemos um grande evento com eles na quinta-feira, trouxemos o Peter para São Paulo, e estamos definitivamente fazendo desta a nossa principal aposta em IA na América Latina.

Valor: *Esse é o primeiro unicórnio de IA da América Latina. É um desafio desenvolver tecnologia de ponta na região?*

Thienen: A fronteira mais avançada, como as empresas de LLM, é muito uma criação do Vale do Silício. Começando no Google e depois surgindo empresas como a Anthropic. A pesquisa necessária para avançar a fronteira dos modelos está muito centrada ali. Depois, há oportunidades em outras regiões que tendem a ser mais sobre a aplicação dessas tecnologias para resolver problemas de clientes finais. O Brasil, em particular, parece ter uma situação extremamente única, com altíssima litigiosidade, desde processos de consumidores até trabalhistas. Se você pensar em LLMs, depois de geração de código, a área jurídica é basicamente a que tem maior impacto, o maior "product-market fit". Então, quando você combina o fato de que a IA é extremamente eficaz para lidar com casos jurídicos e o fato de que o Brasil tem essa dinâmica fora da curva de litigiosidade, é como uma tempestade perfeita para uma companhia como a Enter. E o fato de a empresa não ser apenas um "wrapper" de LLM — onde você simplesmente dá um copiloto para advogados — mas sim ir até o enterprise e resolver o problema de ponta a ponta, em parceria com escritórios e entregando uma solução completa, isso a torna mais valiosa para o cliente. E também é mais difícil de replicar. Algumas outras empresas de IA estão surgindo na América Latina, mas esse talvez seja o primeiro grande breakout que vemos com essa escalabilidade e durabilidade.

> "O Brasil parece ter uma situação única, com altíssima litigiosidade"

Valor: *A tese de investimento em empresas como a Enter depende de expansão global ou para os EUA?*

Thienen: Acho que há alguns caminhos diferentes que a empresa pode seguir para ter um impacto desproporcional. Se você pensar no nosso investimento no Nubank, há cerca de 10 anos, nunca consideramos expansão internacional ou para os Estados Unidos no underwriting, e ainda assim eles conseguiram fazer isso com sucesso no México e na Colômbia, e agora estão até entrando nos EUA. Então, de forma semelhante para a Enter, nos sentimos muito confortáveis com o retorno apenas no Brasil mas existe uma probabilidade real de eles irem além.

Valor: *Como investidores de infraestrutura, em companhias como OpenAi e Anthropic, agora vocês estão em busca dos maiores aplicadores? Qual é a abordagem?*

Thienen: Infraestrutura tem muitas categorias dentro. Temos desde uma empresa de combustível nuclear — que é uma tecnologia extremamente fundamental para energia — até investimentos em data centers, como a Crusoe, que também chamamos de infraestrutura. Depois temos as empresas de modelos em si, como OpenAI, Anthropic, XAI como parte da SpaceX. Você pode argumentar que elas são tanto infraestrutura quanto aplicação. E então você tem empresas que não desenvolvem seus próprios modelos, mas constroem funcionalidades ou produtos com valor agregado por cima — e é aí que essa empresa se encaixa. A maior parte do nosso capital foi para OpenAI, Anthropic e SpaceX. E fazemos investimentos seletivos nessa camada de aplicações quando sentimos que há algo suficientemente único. Normalmente é uma combinação de qualidade da equipe e um mercado grande o suficiente para criar uma empresa de mais de US$ 10 bilhões. E algo que, por alguma razão, é melhor ser feito por uma empresa independente do que pelas próprias empresas de modelo.

Valor: *Como vocês avaliam quem pode ser o vencedor, considerando o grande número de empresas de IA hoje?*

Thienen: Essa é parte do que fazemos desde a fundação da empresa, independentemente da categoria. Em IA, você tem uma dinâmica única em que muitas empresas crescem muito rápido. Então não se trata tanto de encontrar empresas com alto crescimento, mas de avaliar a durabilidade desse crescimento. Ou seja: isso vai continuar ou é apenas algo passageiro? E é aí que você precisa entender o valor real da empresa além dos modelos: como os clientes usam o produto, como pensam sobre a categoria, o quão difícil seria para os provedores de modelo fazerem essa funcionalidade — se isso está no foco deles ou não. Uma grande parte disso é o time. Há muito poucos times em que sentimos confiança para investir mesmo com o risco de os provedores de modelo entrarem e competirem. E talvez o maior componente disso — e a razão do nome Founders Fund — é que passamos muito tempo entendendo: esses fundadores têm o que é preciso para navegar um ambiente muito incerto? Esse é o principal desafio ao investir na era da IA. E nos sentimos melhor com o risco-retorno quando estamos apoiando times de primeira linha.

DIVULGAÇÃO

Van Thienen fala da Enter: Chance de construir uma empresa de mais de US$ 10 bi

Valor: *O que você viu no Mateus, fundador da Enter, especificamente?*

Thienen: Ele é muito inteligente, muito ambicioso e um verdadeiro destaque comercial. O fato de que, aos 25 ou 26 anos, ele consegue acessar praticamente qualquer CEO na América Latina, impressioná-los e fechar contratos multimilionários é extremamente raro. A maioria dos CEOs não quer gastar tempo com alguém tão jovem — eles tenderiam a ignorar. E o fato de ele conseguir se sustentar nessas conversas e construir essas relações é muito incomum. Normalmente, fundadores jovens se saem melhor em negócios de consumo. É extremamente raro em vendas enterprise. Além disso, ele é muito motivado. Já estamos em uma avaliação acima de unicórnio e ele ainda está começando. Hoje, no Brasil, essa empresa está entre os lugares mais desejados para trabalhar em tecnologia por causa da qualidade do time e do crescimento.

Valor: *Qual é o cenário de saída? IPO ainda é o principal caminho?*

Thienen: Normalmente não pensamos muito no caminho de saída tão cedo. No caso da Enter, ainda é uma série B. Mesmo que a avaliação já seja relativamente alta, sentimos que a empresa ainda tem muito espaço para crescer. Quando investimos, queremos ver um caminho para se tornar uma empresa pública. Claro, em IA há muitas aquisições, então sempre existe a possibilidade de alguém querer comprar a empresa. Mas isso não é o foco. O foco é ser uma empresa independente de grande escala. E temos exemplos como Nubank e outros casos na América Latina, onde você pode chegar perto de US$ 100 bilhões se realmente dominar o mercado. A "power law" no venture capital é ainda mais forte na América Latina. Poucos vencedores concentram uma grande parte do valor criado.

> "Quando investimos, queremos ver um caminho para se tornar uma empresa pública"

Valor: *Somente em 2025, o funding global de IA ultrapassou US$ 200 bilhões. Há uma bolha?*

Thienen: De forma geral, não vemos IA como uma bolha. Especialmente nas melhores empresas, os fundamentos são muito fortes: crescimento alto, crescimento durável, ROI claro para os clientes. Mas sempre que há um mercado aquecido, há empresas supervalorizadas, especialmente algumas muito iniciais tentando competir com os provedores de modelo e levantando rodadas muito grandes. Existe um certo excesso em algumas áreas mas, se você estiver investindo nos melhores ativos, acreditamos que é um ótimo momento para alocar.

Valor: *Um unicórnio de IA no Brasil ajuda a atrair mais recursos de venture capital para a região?*

Thienen: Sim, acho que sempre que há um grande sucesso em uma categoria ou região, isso atrai mais atenção. Mas, no fim, tudo depende de haver outras empresas de alta qualidade. Se um investidor vem ao Brasil para ver essa empresa, provavelmente vai marcar outras reuniões e explorar o ecossistema. O simples fato de as pessoas estarem vindo já aumenta a abertura para olhar outras oportunidades. Mas se isso se converte em investimento, depende totalmente da qualidade das outras empresas.

Valor: *O Founders Fund pretende aumentar aportes na América Latina?*

Thienen: Estamos sempre olhando. Fizemos alguns investimentos recentes na região e estamos potencialmente avaliando outros. Acho que o sucesso com o Nubank fez com que prestássemos mais atenção à América Latina. Mas nossa estratégia é mais concentrada. Preferimos ter um portfólio pequeno e aumentar posição nas empresas vencedoras, em vez de investir em muitas.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Sindicato dos Trabalhadores no Mercado de Capitais do Estado de São Paulo - SIMC/SP - CNPJ nº 05.724.750/0001-20 - **Edital de Divulgação do Resultado das Eleições Sindicais -** A Comissão Eleitoral para as eleições sindicais do SIMC-SP, no uso de suas atribuições que lhe conferem o estatuto da presente entidade, torna público o resultado das eleições realizadas no dia 4 de maio de 2026, sendo que a Chapa 1 (chapa única) foi eleita com a maioria dos votos válidos. Todas as informações relativas ao processo de votação que constam na ata de apuração de votos editada pela mesa eleitoral, encontram-se à disposição para consulta dos documentos, e desde já se abre o prazo de cinco dias para recurso conforme o artigo 80 do estatuto sindical.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
A Escola de Engenharia de São Carlos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 – EESC/USP Nº da Licitação:** 99014/2026 **PROCESSO SEI Nº:** 154.00004753/2026-04 **Objeto:** serviço de despachante aduaneiro para Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP, Instituto de Física de São Carlos – IFSC/USP e Instituto de Química de São Carlos – IQSC/USP. **Prazo de Início do Recebimento das Propostas Eletrônicas:** 06/05/2026 **Sessão de Disputa:** 21/05/2026 às 09h00 O acesso à sessão é por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal", através do sítio **www.compras.gov.br.** O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 06/05/2026, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.doe.sp.gov.br, https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1** e **www.usp.br/licitacoes.**

Eldorado Brasil
Eldorado Brasil Celulose S.A.
CNPJ/MF n° 07.401.436/0002-12 - NIRE 35.300.444.728

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 13 de Abril de 2026
1. Data, hora e local: Aos 13 dias do mês de abril de 2026, às 07:30 horas, realizada na sede da Eldorado Brasil Celulose S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita, n° 500, bloco II, subsolo, sala 18, Vila Jaguará, CEP 05118-100 ("Companhia"). **2. Convocação e presenças:** Dispensadas as formalidades de convocação, diante da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Aguinaldo Gomes Ramos Filho; e Secretário: Fabiana Blasiis. **4. Ordem do dia:** Autorizar: (i) nos termos do Artigo 15, incisos XIV e XV do Estatuto Social da Companhia, a outorga, pela Companhia, de garantia às obrigações a serem assumidas pela J&F Investments Luxembourg S.à.r.l., em operação financeira no valor principal de até US$ 1.250.000.000,00 (um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de dólares americanos), que será realizada por meio de nova emissão de títulos de dívida para colocação no mercado internacional ou por meio de uma oferta de troca de títulos de dívida, seja em uma única ou diversas emissões ("Emissão de Notes" e "Exchange Offer"): e (ii) a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências que se fizerem necessárias à formalização e efetivação da outorga de garantia no âmbito da Emissão de Notes e da Exchange Offer, inclusive a celebração dos documentos que se fizerem necessários e eventuais aditamentos, conforme o caso. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem ressalvas, aprovaram: (i) a outorga, pela Companhia, de garantia às obrigações a serem assumidas pela J&F Investments Luxembourg S.à.r.l., no âmbito da Emissão de Notes e na Exchange Offer; e (ii) a autorização para a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências que se fizerem necessárias à formalização e efetivação da outorga de garantia no âmbito da Emissão de Notes e da Exchange Offer, inclusive a celebração dos documentos que se fizerem necessários e eventuais aditamentos, conforme o caso. **6. Aprovação e assinatura da ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata assinada pelos membros da mesa e pelos conselheiros presentes: Aguinaldo Gomes Ramos Filho, Franciso de Assis e Silva, Sergio Longo e Marcio Antonio Teixeira Linares. **7. Conselheiros presentes:** Srs. Aguinaldo Gomes Ramos Filho, Sergio Longo, Francisco de Assis e Silva e Marcio Antônio Teixeira Linares. *"Certifico que esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio".* São Paulo, 13 de abril de 2026. **Fabiana Blasiis -** Secretária. **JUCESP** nº 177.942/26-5 em 22/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Informações que impulsionam decisões.
Acesse valor.globo.com

Universidade de São Paulo
Instituto de Ciências Biomédicas da USP
ICB USP
AVISO DE LICITAÇÃO – NOVA DATA E EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 05/2026 – ICB/USP
PROCESSO SEI Nº 154.00001735/2026-62. O Instituto de Ciências Biomédicas torna público aos interessados a **REABERTURA** da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 05/2026 – ICB/USP, do tipo menor preço, cujo objeto é o fornecimento de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E AUDIOVISUAL**, conforme especificações e condições constantes deste novo Edital e seus Anexos. Comunicamos que as datas para início do prazo de recebimento das propostas eletrônicas, bem como da abertura da sessão pública, **FICAM ALTERADAS para os dias 07/05/2026 e 20/05/2026 às 09h00**, respectivamente, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.gov.br/compras**. O novo Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 07/05/2026, além da página do **Gov.br**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes, www.icb.usp.br/licitacao** e **www.doe.sp.gov.br.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
A Escola de Engenharia de São Carlos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão eletrônico, do tipo MENOR PREÇO,** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 – EESC/USP Nº da Licitação: 99013/2026 PROCESSO SEI Nº:** 154.00005291/2026-34 Objeto: **Aquisição de ferramentas elétricas para Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP Prazo de Início do Recebimento das Propostas Eletrônicas:** 06/05/2026 **Sessão de Disputa:** 18/05/2026 às 09h00 O acesso à sessão é por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal", através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 06/05/2026, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.doe.sp.gov.br**, **https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1** e **www.usp.br/licitacoes**.

UEPG UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Eletrônica nº 001/2026
Processo e-Protocolo n° 25.652.346-9. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução da obra **CENTRO DE TREINAMENTO FÍSICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG,** no endereço Avenida Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, CEP. 84030-900, no município de Ponta Grossa, Paraná, conforme elementos técnicos instrutores (Anexo XIV) e planilha orçamentária de referência constante no Anexo XIII. Valor Máximo de **R$ 1.568.889,09** (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais e nove centavos). **Fontes de Recursos: 706 – Emenda Parlamentar sob o nº 202430410009 – Transfere gov.br: Plano de ação nº 09032024-068043 e Fonte: 501 - Dotação Orçamentária: F453112364348119 - Rubrica Orçamentária: 4490.51.01**; Início da Sessão Pública: às **09h30min do dia 27/05/2026**, via internet no endereço: compras.gov.br. O edital e seus anexos com as quantidades e especificações detalhadas do objeto, bem como os resultados de todas as fases desta licitação poderão ser consultados no site www.gov.br/compras/pt-br ou https://www.gov.br/pncp/pt-br - Concorrência **nº 90001/2026** - UASG Responsável: 451164; www.comprasparana.pr.gov.br - GMS - Concorrência **nº 53/2026;** www.uepg.br/licitacao.
José Vladimir Gonçalves Cordeiro
Agente de Contratação.
Ponta Grossa/PR, 05 de maio de 2026

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS DESPACHANTES ADUANEIROS - FEADUANEIROS
Edital. Fica proclamada eleita a chapa da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros - Feaduaneiros, para o mandato 2026-2030, em conformidade com o processo eleitoral realizado, comprometendo-se com a defesa dos interesses da categoria, a ética e a transparência na gestão.

GESTÃO 2026/2030 – DIRETORIA EFETIVA	
CARGO	NOME
PRESIDENTE	José Carlos Raposo Barbosa
VICE-PRESIDENTE	Welington de Jesus Victoriano
1º SECRETÁRIO	Carlos Alberto de Melo
2º SECRETÁRIO	Marcelo Antônio Belisário
1º TESOUREIRO	Marcelo Barbosa Peixoto
2º TESOUREIRO	Rita de Cássia Marcelino Fernandes
DIRETORIA SUPLENTE	
CARGO	NOME
1º SUPLENTE	Marco Antonio de Freitas Almaraz
2º SUPLENTE	Edwandro de Menezes Batista
3º SUPLENTE	Tiago Scota Moreira
4º SUPLENTE	Luiz Carlos Lócio Barbosa
5º SUPLENTE	Juliana Haddad Lovalho Mitre
6º SUPLENTE	Marcilene de Oliveira Albuquerque Chefaly
CONSELHO FISCAL EFETIVO	
CARGO	NOME
1º CONSELHEIRO	Flávio Demétrio da Silva
2º CONSELHEIRO	Sérgio Quinderé Amora
3º CONSELHEIRO	Clauber Rodrigo Moratori
CONSELHO FISCAL - SUPLENTE	
CARGO	NOME
1º SUPLENTE	Elizeu Correa Leandro
2º SUPLENTE	Durinel Bolivar Simas
3º SUPLENTE	Otávio Gomes Rodrigues
DELEGADO REPRESENTANTE CNC - EFETIVO	
CARGO	NOME
1º TITULAR	José Carlos Raposo Barbosa
2º TITULAR	Welington de Jesus Victorino
DELEGADO REPRESENTANTE CNC - SUPLENTE	
CARGO	NOME
1º SUPLENTE	Marcelo Barbosa Peixoto
2º SUPLENTE	Hugo Cesar Evangelista
DELEGADO REPRESENTANTE SESC	
CARGO	NOME
1º TITULAR	Sérgio Quinderé Amora
SUPLENTE	Geovanna Shirley Rosa Schumacher
DELEGADO REPRESENTANTE SENAC	
CARGO	NOME
1º TITULAR	Flávio Demétrio da Silva
SUPLENTE	Marcelo Antônio Belisário
DELEGADO REPRESENTANTE ASAPRA	
CARGO	NOME
1º TUTULAR	Otávio Gomes Rodrigues
SUPLENTE	Breno Palhares Soares

Brasília, 04 de maio de 2026.
José Carlos Raposo Barbosa
Presidente

O Valor informa, analisa e contextualiza as notícias que realmente importam. Acesse valor.globo.com

Ines249

Tecnologia Empresa utilizou ilegalmente obras protegidas por direitos autorais para treinar sua IA

Editoras acionam Meta por uso de conteúdo

Hannah Murphy
Financial Times, de San Francisco

A Meta e seu executivo-chefe (CEO), Mark Zuckerberg, enfrentam um processo de uma coalizão de grandes editoras, sob a acusação de que a plataforma de relacionamento social on-line usou ilegalmente obras protegidas por direitos autorais para treinar seus modelos de inteligência artificial (IA) Llama.

As cinco editoras, Hachette, Macmillan, McGraw Hill, Elsevier e Cengage, ao lado do escritor de best-sellers Scott Turow, estão processando a empresa e seu fundador por "uma das violações mais maciças de materiais protegidos por direitos autorais na história".

De acordo com a petição apresentada ao tribunal federal de Manhattan nesta terça-feira (05), a Meta acessou milhões de livros protegidos e artigos de revistas científicas que estavam em sites que exibem conteúdo pirateado, além de também ter baixado sem autorização "praticamente toda a internet" para treinar seus modelos de IA generativa.

Depois, a companhia com valor de mercado de US$ 1,5 trilhão reproduziu e distribuiu o material sem permissão, segundo a documentação.

US$ 1,5 bi
é o valor pago pela Anthropic em 2025

Os autores do processo também dizem que o próprio Zuckerberg "autorizou pessoalmente e encorajou ativamente a violação" e que a companhia removeu de forma deliberada os dados de atribuição que identificam a origem e autoria das obras para poder esconder as fontes de seu treinamento.

O caso é o mais recente na série de ferrenhas batalhas jurídicas por direitos autorais movidos por artistas, escritores e jornais acusando as firmas de IA, como Microsoft e OpenAI, de usar conteúdo protegido sem compensação nem permissão para treinar seus chatbots.

Em 2025, a startup de IA Anthropic aceitou pagar US$ 1,5 bilhão para encerrar um processo de direitos autorais sobre seu uso de textos pirateados para treinar seus modelos.

Por outro lado, em junho, a Meta venceu um processo similar movido por escritores como Ta-Nehisi Coates e Richard Kadrey. Embora o juiz tenha considerado como "potencialmente vencedor" o argumento dos escritores, de que a IA da empresa prejudicaria o mercado de conteúdo criado por humanos ao inundá-lo com obras geradas por IA, ele julgou que os escritores não forneceram evidências suficientes de que isso esteja ocorrendo. O uso pela Meta do material protegido foi, portanto, considerado um "uso justo para desenvolver uma tecnologia transformadora.

Em um comunicado nesta terça-feira, a Meta informou que contestará o novo processo "agressivamente". "A IA vem impulsionando inovações transformadoras, produtividade e criatividade para indivíduos e empresas, e os tribunais decidiram acertadamente que treinar IA com material protegido por direitos autorais pode ser qualificado como uso justo."

De acordo com o processo, de início, a Meta tentou negociar acordos de licenciamento com as editoras, mas desistiu disso por "instrução pessoal de Zuckerberg".

As editoras argumentam que os autores foram prejudicados porque o Llama tem sido usado para produzir versões que são imitações de suas obras, e chamam a tecnologia de "uma máquina de substituição infinita".

Os livros gerados por IA "já vêm inundando o maior mercado de livros do mundo, a Amazon, em volumes que materialmente deslocam as obras criadas por humanos", segundo as editoras.

Os autores pedem uma indenização não especificada e almejam representar um grupo maior de donos de direitos autorais. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Com desafio de unir dados, Melissa Vogel assume Cenp

Publicidade

Natália Flach
De São Paulo

Após ampliar o diálogo no mercado publicitário, o Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário (Cenp) tem agora o desafio de unir dados e criar diretrizes de boas práticas para o setor. A entidade será comandada pela presidente Melissa Vogel e pelo vice-presidente Roberto Tourinho até 2028. Eles tomaram posse ontem (5), em São Paulo, sucedendo a Luiz Lara e Dudu Godoy, respectivamente. No evento, a entidade lançou um guia de mensuração de mídias, um trabalho de 18 meses que agora se materializa.

Em seu discurso de posse, Vogel elogiou seu antecessor, Luiz Lara. A entidade hoje é "mais sólida, mais respeitada, mais ouvida", disse a executiva.

Ao **Valor**, Vogel — a primeira mulher a assumir o cargo nos quase 28 anos do Cenp — reforçou a importância de dar continuidade aos trabalhos das gestões anteriores e vislumbrar a evolução do fórum. "O mercado é muito dinâmico; e à medida que se transforma, exige que a gente [entidade] se transforme junto", disse. Antes de assumir o Cenp, Vogel comandou o IAB Brasil e o Kantar Ibope Media.

Entre as prioridades, estão a consolidação de normas-padrão, o desenvolvimento do guia de marketing de influência e o lançamento do Guia Cenp de Mensuração Cross Media. Este último é um documento elaborado em colaboração com agências, anunciantes, veículos e plataformas digitais, que serve de diretriz para empresas fornecedoras de dados, como Ibope e Comscore, entre outras. "É um marco de padronização de consumo de vídeo. Não bastava chegar a um consenso, era necessário que ele fosse factível; e foi isso que foi feito", disse Vogel.

"O objetivo é ser um ponto de partida, mas a agenda é contínua", disse o coordenador do grupo especial de integração de métricas de audiência do Cenp, diretor de mídia da agência Galeria e coordenador do guia, Boaventura Júnior. Segundo o executivo, o projeto é uma resposta estruturada à fragmentação e à baixa comparabilidade na mensuração de mídia.

Entre outras métricas, o guia propõe que as impressões visualizáveis sejam contabilizadas apenas quando 100% dos pixels estiverem carregados e depois de, no mínimo, dois segundos de exibição em uma área da tela. É bom ressaltar que impressão visualizável não significa obrigatoriamente que o usuário viu o conteúdo em um site ou em ambiente analógico, mas que houve oportunidade de visualizar.

Outro eixo estratégico da gestão de Vogel será ampliar o alcance da entidade no país. "Temos um olhar plural. Já levamos o fórum de discussões CenpHub para Goiânia e vamos para Salvador, Belém e Vitória. Queremos levar o que o Cenp faz e absorver o que os mercados locais estão desenvolvendo."

Perguntada sobre o interesse em aumentar o número de participantes que hoje integram a ferramenta Cenp Meios — que calcula o investimento em mídia nacional veiculada por meio de agências de publicidade —, a executiva não descarta a possibilidade . "Trata-se de um painel baseado na integração de sistemas e dados. Precisamos pensar em novos modelos a partir disso." Atualmente, 330 agências de publicidade são cadastradas no Cenp-Meios.

A presidente também chamou atenção para as profundas mudanças enfrentadas pelo mercado publicitário nos últimos anos, impulsionadas por tecnologia, novos comportamentos de consumo e transformação nas relações entre agentes do setor.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

"O mercado é muito dinâmico, exige que a gente se transforme"
Melissa Vogel

Para ela, o momento exige equilíbrio e responsabilidade institucional. Nesse sentido, destacou a importância da construção coletiva, da escuta ativa e da adaptação do setor publicitário diante das transformações recentes e futuras.

"Um exemplo disso é a inteligência artificial que atravessa todos os negócios de publicidade e mídia. Ela transforma o 'modus operandi' e a forma de pensar", afirmou, defendendo que o tema seja tratado de forma transversal.

Sobre o fato de ser a primeira mulher à frente do Cenp, Vogel disse que vai usar a energia feminina em sua liderança. "Intuição, cuidado e olhar mais estratégico são métodos de gestão. É a forma que vou adotar para liderar e dialogar com as demais mulheres e homens que lideram empresas e entidades. Acho que essa combinação de estilos, modelos e modos de pensar é fundamental", declarou.

Regina Augusto continuará no cargo de diretora-executiva do Cenp, função que passou a desempenhar em 2024, durante o mandato de Lara e Godoy.

LVMH estuda vender suas grifes de moda, beleza, bebidas e até jornal

Luxo

Adrienne Klasa
Financial Times, de Paris

Maior grupo da indústria do mercado de produtos de luxo, a LVMH está explorando a venda de grifes de moda, marcas de beleza e bebidas alcoólicas em um dos movimentos de retração mais significativos de seus quase 40 anos de história, reduzindo sua estrutura em resposta a um período de demanda mais fraca.

Os negócios que a LVMH colocou à venda incluem a marca de moda Marc Jacobs, sua participação na marca de beleza Fenty Beauty, da cantora Rihanna, e a vinícola americana Joseph Phelps Vineyards, disseram fontes com conhecimento do assunto ao Financial Times.

Os potenciais negócios, que juntos poderiam render à LVMH bilhões de euros para reinvestir em suas operações, se somariam a várias alienações recentes.

Nos últimos 18 meses, o grupo controlado pelo bilionário Bernard Arnault vendeu a Off-White, marca de streetwear de luxo fundada pelo falecido designer Virgil Abloh, as operações da varejista de viagens DFS na Grande China e sua participação de 49% na grife homônima de Stella McCartney.

O impulso para vender esses negócios, em sua maioria de desempenho abaixo do esperado, faz parte de uma estratégia de gestão de custos que vem sendo aplicada em toda a LVMH, que tem mais de 75 marcas, abrangendo desde alta-costura até conhaque, hotéis e jornais.

O grupo está voltando seu foco para seus principais motores de lucro, como as grifes Louis Vuitton e Dior, cujas vendas desaceleraram desde 2023, à medida que o boom dos bens de luxo da era da pandemia se reverteu.

A pressão sobre a renda disponível do chamado consumidor aspiracional de luxo, somada a uma sequência de aumentos de preços acima da inflação promovidos pelas principais marcas, reduziu a demanda.

Luca Solca, analista da Bernstein, diz: "A LVMH está claramente analisando seu portfólio para ver o que não está funcionando, o que está pressionando as margens, porque vive um momento em que as pressões sobre o negócio são maiores."

Procurada, a A LVMH se recusou a comentar.

40
anos, quase, tem o grupo que avalia reduzir o portfólio

As vendas de ativos representam uma ruptura com a tradição de Bernard Arnault, que construiu a LVMH como uma das maiores empresas da Europa por meio de aquisições.

Desde 2000, o grupo listado na Bolsa de Paris realizou 206 aquisições, segundo a consultoria Dealogic, incluindo grandes operações como a compra da joalheria americana Tiffany por US$ 16 bilhões em 2020 e a aquisição da joalheria italiana Bvlgari por 3,7 bilhões (US$ 4,3 bilhões) em 2011.

No mesmo período, a LVMH vendeu 122 ativos, em sua maioria em menor escala, como a marca de moda nova-iorquina Donna Karan e a fabricante de camisas Thomas Pink.

"É a primeira vez na história da LVMH em que o grupo está mais em modo de redução do que de expansão de seu portfólio", disse um analista do setor de luxo. Mas, com dívida limitada e fluxo de caixa livre superior a € 11 bilhões no ano passado, é improvável que a LVMH esteja sob pressão para vender rapidamente.

Diretores seniores da Moët Hennessy, a divisão de bebidas da LVMH e a de pior desempenho nos últimos anos, estão sondando compradores para marcas como o rum Eminente e as vinícolas Joseph Phelps, na Califórnia, segundo fontes próximas à empresa.

Novas vendas no negócio de varejo de viagens da LVMH também estão sendo consideradas, acrescentaram essas fontes.

"Sempre que temos uma marca com desempenho abaixo do esperado, a primeira prioridade é corrigi-la", disse Cécile Cabanis na teleconferência de resultados da LVMH no mês passado. "Se, em alguns casos [...] tivermos uma conversa com um operador e acreditarmos que será um bom destino para a marca, então fechamos um acordo", acrescentou Cabanis.

Também podem surgir negócios no portfólio de beleza da LVMH. O grupo está explorando a venda de marcas mais envelhecidas, como Make Up Forever e Fresh, segundo pessoas familiarizadas com o assunto, o que ajudaria a LVMH a se concentrar em marcas premium como Dior Beauty e Guerlain. Essas pessoas acrescentaram que o grupo também considera vender sua participação de 50% na Fenty Beauty, avaliada pelo JPMorgan entre 1,5 bilhão e 2,5 bilhões de euros.

Enquanto isso, o futuro da Marc Jacobs, a grife homônima que pertence à LVMH, permanece incerto. O grupo estava em negociações avançadas para vender a marca para a Authentic Brands Group por cerca de US$ 1 bilhão, mas as conversas fracassaram, segundo pessoas com conhecimento das discussões.

Principais negócios da LVMH
Dados desde 2000

Principais aquisições	Valor
Tiffany & Co, 2019	US$ 16,2 bilhões
Consolidação da Christian Dior Couture, 2017	US$ 7,1 bilhões
Belmond, 2018	US$ 3,1 bilhões
Bvlgari, 2011	US$ 3,1 bilhões
Loro Piana, 2013	US$ 2,6 bilhões

Principais vendas	
Participação minoritária na Hermès International, 2014	US$ 9 bilhões*
Participações minoritárias no Gucci Group, 2001	US$ 1,8 bilhão*
Donna Karan International (DKNY), 2016	US$ 650 milhões
Operações da DFS na Grande China, acordo em 2026	menos de US$ 395 milhões
Champanhe Pommery, 2002	Valor: US$ 202 milhões

Fonte: Financial Times; *Saída após tentativas frustradas de aquisição

Também estão sendo consideradas alienações fora das categorias centrais de produtos da LVMH, como o "Le Parisien", jornal influente, mas deficitário, adquirido pela empresa em 2015.

Os filhos mais novos de Arnault, Frédéric e Alexandre, pressionaram o pai a vendê-lo ao bilionário Vincent Bolloré, que, segundo relatos, demonstrou interesse na publicação, de acordo com pessoas próximas à situação.

Mas os filhos mais velhos, Antoine e Delphine, afirmaram que uma venda a um empresário de destaque, visto como firmemente de direita, poderia ser politicamente problemática às vésperas de uma eleição presidencial conturbada.

"A LVMH analisa seu portfólio para ver o que não está funcionando"
Luca Solca

Enquanto explora vendas de ativos, a LVMH continua no mercado como potencial compradora. O grupo avalia se fará uma oferta por uma participação minoritária na Armani, após ter sido nomeado como um dos três compradores preferenciais no testamento do fundador da marca, Giorgio Armani.

Uma pessoa próxima à situação afirmou que ainda não há consenso dentro da LVMH sobre o negócio: "Seria um enorme projeto de reestruturação e um investimento maciço de capital por pelo menos cinco anos para fazer isso funcionar."

Arnault, que recentemente evitou perguntas sobre uma possível saída iminente do comando, também buscou transmitir confiança no futuro da LVMH ao comprar centenas de milhares de ações neste ano. Os Arnault, família mais rica da França, possuem cerca de 50% da empresa. "Temos o direito de adquirir um pouco mais", disse Arnault em janeiro. "Acreditamos no que fazemos, e estamos demonstrando isso dessa forma." *(Tradução de Marina Della Valle)*

Biocombustíveis Companhia substituiu frota de transporte de vinhaça por caminhões movidos a gás renovável produzido por ela em suas usinas

Biometano passa a mover os resíduos do etanol na Cocal

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Cocal, que tem duas usinas no Estado de São Paulo e duas em Mato Grosso do Sul, fechou uma parceria para trocar toda sua frota de caminhões que transporta vinhaça (resíduo da produção de etanol) nas usinas no interior paulista por caminhões movidos a biometano.

A decisão da Cocal, uma associada da Copersucar, representa uma das maiores operações de substituição de frota de combustível fóssil por biometano do Brasil, e deve ajudar a empresa a reduzir suas emissões de gases estufa e aliviar o custo com o diesel, inflacionado pela guerra no Oriente Médio.

Serão 44 caminhões da Scania a biometano transportando vinhaça, que é justamente a matéria-prima da produção do gás renovável da Cocal, e que também é utilizada como adubo nos canaviais. Com a troca, a empresa vai deixar de consumir 19 milhões de litros de diesel ao longo de cinco anos, para utilizar no lugar o próprio biometano que produz nos biodigestores de suas usinas.

A operação foi acertada com a LOTS, empresa de gestão de frota e logística que atua com caminhões da Scania e outras marcas e é especializada em operações com menor pegada de emissões de gases de efeito estufa. A LOTS, que já faz a gestão de parte da frota de caminhões da Cocal, vai operar os 44 novos caminhões de transporte de vinhaça, que serão locados junto à Scania. O contrato prevê a prestação do serviço por cinco anos.

"Estamos usando biometano para devolver vinhaça para o campo, fechando a economia circular", ressalta André Gustavo Alves da Silva, diretor comercial e de novos produtos da Cocal.

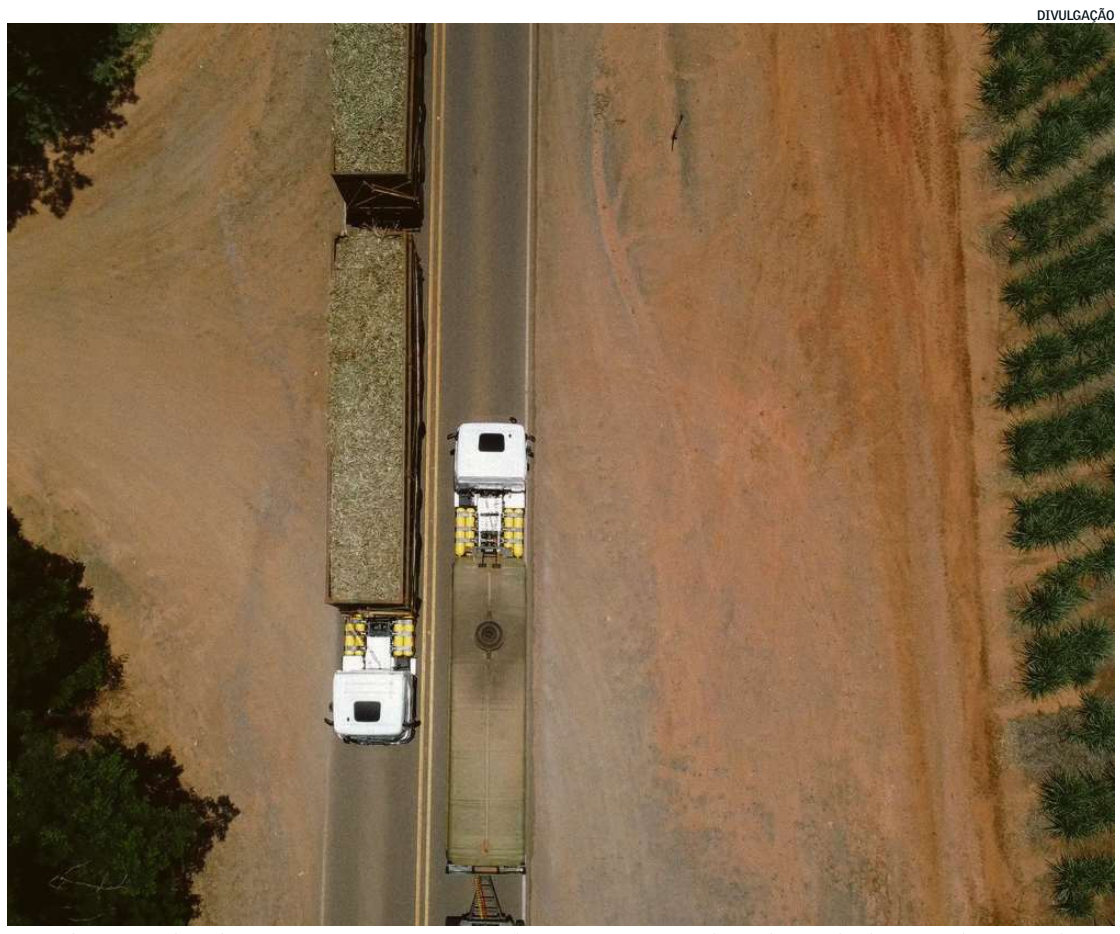
A decisão teve como objetivo reduzir as emissões de carbono do próprio processo de produção da empresa (escopo 1 de emissões do GHG Protocol), mas já deve ter um impacto econômico. A troca também fará a Cocal reduzir seu consumo de diesel — um dos principais custos de uma operação agroindustrial — e substituí-lo por um combustível produzido pela própria empresa.

19
milhões de litros de diesel economizados

A Cocal não revela quanto espera economizar com a medida. Mas, se o preço atual do diesel se mantiver ao longo de toda duração do contrato entre a empresa sucroalcooleira e a LOTS, a economia seria de mais de R$ 100 milhões no período.

Mas a transição não envolve apenas a troca de caminhões. A LOTS fez investimentos em torno de R$ 10 milhões para adaptar os postos de combustível da Cocal para garantir mais eficiência no abastecimento dos veículos. Uma das adaptações foi o investimento em chiller, para resfriar o gás e evitar que ele se expanda e ocupe um espaço muito grande nos cilindros dos caminhões.

DIVULGAÇÃO



Caminhões movidos a biometano transportam cana-de-açúcar (esq.) e vinhaça dentro das lavouras da companhia

Também foram feitas adaptações para reduzir o tempo de abastecimento. "Hoje conseguimos abastecer em 18 minutos, mas no começo eram 45 minutos", conta o diretor da Cocal. Como os caminhões operam sem parar, nos três turnos e, no caso dos movidos a biometano, terão que abastecer uma vez ao dia, cada cinco minutos fazem diferença, ressalta Alves. Até a manutenção dos veículos é diferente.

"A transição energética vai muito além de comprar caminhão, colocar no posto e virar a chave. São vários fatores que precisam ser trabalhados em conjunto pelo fabricante, pelo operador do transporte e pelo cliente para que a transição seja viável", afirma Pedro Silvestrini, vice-presidente de Estratégia e Novos Negócios da LOTS.

Segundo ele, os caminhões usados nessa operação não precisaram de nenhuma adaptação desde que saíram da fábrica — diferentemente daqueles que a Copersucar está usando para transportar açúcar das usinas do interior paulista até o Porto de Santos, que por conta da distância precisam de tanques extras.

A Cocal já vai começar a testar também o uso de caminhões a biometano para transportar cana-de-açúcar, mas a operação ainda será estudada, já que se trata de uma carga muito mais pesada. Mas Silvestrini tem confiança de que os modelos a biometano da Scania têm potência para substituir os motores a diesel com eficiência, diz.

Segundo o vice-presidente da LOTS, que fornece o serviço de gestão de frota para vários clientes dentro de suas operações e em rodovias, a guerra no Oriente Médio ainda não se refletiu diretamente em aumento da demanda por caminhões movidos a combustíveis alternativos — mas os clientes têm tratado do assunto, diz. "A procura não se intensificou, mas há uma preocupação a mais com a resiliência energética, de redução de volatilidade, que veio para a mesa", acrescenta.

Fundo usa CBios para garantir operações de barter

De São Paulo

Os Créditos de Descarbonização (CBios), criados para que as distribuidoras cumpram suas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa no programa RenovaBio, poderão ser usados como uma "moeda" dentro de um novo fundo criado pela gestora Iwá. Será possível utilizar cotas do fundo para garantir operações de barter entre usinas de biocombustíveis, fornecedores de insumos agrícolas e distribuidoras. Assim, as distribuidoras, agora, poderão comprar CBios a prazo.

Criado em 2024 pela gestora Iwá com administração do banco Daycoval, o fundo de investimento multimercado (FIM) Nova Economia foi estruturado ao longo do último ano e meio para funcionar como um intermediador entre produtores de biocombustível, empresas de insumos e distribuidoras de combustível.

A ideia é que, por meio da comercialização de suas cotas entre esses agentes, o fundo torne o CBio um derivativo, dando "funcionalidade econômica" a esse ativo e garantindo mais liquidez ao mercado, segundo Heloisa Baldin, sócia da Iwá.

Uma primeira operação-piloto foi realizada no início do ano com participação da Bayer, do grupo Japungu, que tem usinas de etanol de cana no Centro-Sul e no Nordeste, além de uma grande distribuidora de combustíveis — não revelada. Na operação, o Japungu aportou CBios no fundo, e concedeu à Bayer cotas do fundo em troca de insumos. Em outra ponta, o FIM Nova Economia acertou a venda dos CBios que recebeu da Japungu para uma distribuidora, a prazo. Por fim, os recursos da venda dos CBios foram pagos à Bayer em troca das cotas do fundo que a empresa alemã recebera da Japungu.

Com essa engenharia, o fundo atuou viabilizando a triangulação entre a fornecedora de insumos, a usina de biocombustível e a distribuidora de combustíveis.

DIVULGAÇÃO

Heloisa Baldin: desenvolvemos arquitetura jurídica, operacional e financeira

Baldin explica que essa estrutura permite que o CBio seja utilizado como parte de uma operação de barter, o que não seria possível sem o fundo, já que o mercado de CBios não permite a identificação das partes compradoras e vendedoras.

O uso do CBio como "moeda" dentro do fundo só foi possível com a resolução 175 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de 2023, que tornou o CBio um ativo financeiro, e portanto passível de aquisição por fundos.

"O fundo é um grande intermediador, porque não conseguimos, como Bayer, fazer isso [compra de CBios] com a usina e comercializar o CBio com a distribuidora pelo fato da sigilosidade [do mercado de CBios]", afirma Pollyana Morais, gerente de operações de barter da Bayer.

Segundo ela, a vantagem para as usinas é assegurar o fornecimento de insumos com parte de um produto seu, travando parte de seu custo. Para a distribuidora, a vantagem é realizar a compra do CBio, que obrigatória por lei, a prazo, amortizando a volatilidade dos preços no mercado físico, acrescenta Baldin.

Como o RenovaBio obriga as distribuidoras a aposentarem (retirarem de circulação) os CBios dentro do ano civil para comprovar o atendimento da meta daquele ano, a distribuidora que comprar a prazo um CBio e quiser usá-lo para cumprir a meta do mesmo ano terá que quitar o pagamento até o fim de dezembro. Caso o parcelamento da compra se estenda para o ano seguinte, ela só poderá aposentá-lo quando houver a quitação.

A expectativa da Iwá e do Daycoval é ampliar a escala dessas operações e alcançar R$ 500 milhões em transações com CBios ao ano, o equivalente hoje a cerca de 10% do volume financeiro de CBios vendidos anualmente. "A estimativa é de que isso cresça relevantemente nos próximos meses", diz André Kurbet, head de novos negócios em serviços fiduciários do Daycoval. ***(CSR)***

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Nicosa Tatuí Comércio de Peças Ltda. -** CNPJ: 02.092.299/0001-87 - Endereço: Rodovia Antonio Romano Schincariol, 400, Tatuí/sp - Administrador Judicial: Dr. Paulo Roberto Bastos Pedro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Super Lojão Atacadista de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 31.129.501/0001-04 - Endereço: Rua Elimara de Oliveira, 96, Bairro Jardim do Paço, Sorocaba/sp - Administrador Judicial: Dr. Filipe Luís Rodrigues Ribeiro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Confecções Andritex Ltda. Epp -** CNPJ: 03.778.961/0001-10 - Requerente: Puma Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Roncolato e Venanzi Centro Automotivo Ltda. -** CNPJ: 54.539.385/0001-99 - Requerente: Qualibilden Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Auto Posto Mundial de Peruíbe Ltda. -** CNPJ: 12.986.101/0001-62 - Endereço: Av. Luciano A. de Bona, 1825, Balneário Oásis - Vara/Comarca: 2a Vara de Peruíbe/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **E. D. M. Comércio de Combustíveis e Transportes Ltda. -** CNPJ: 37.821.721/0001-72 - Endereço: Av. Fernando Machado, 3747 D, Bairro Bela Vista, Chapecó/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Edir F. de Marco Transportes Ltda. -** CNPJ: 83.522.227/0001-24 - Endereço: Av. Fernando Machado, 3775 D, Bairro Bela Vista, Chapecó/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Emerson Alexandre Fachiano, Empresário Produtor Rural -** CNPJ: 59.006.374/0001-67 - Endereço: Estrada Municipal de Martinópolis À Vila Escócia, S/nº, Anexo Fazenda Imaculada Conceição, Zona Rural, Martinópolis/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Jk Importação e Exportação de Produtos Para Beleza Ltda. -** CNPJ: 15.156.712/0001-71 - Endereço: Rua Campos Sales, 40, Centro, Álvares Machado/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Karla Alexandra Sereguete Mello Fachiano, Empresária Produtora Rural, Nome Fantasia Estância São Miguel Arcanjo -** CNPJ: 59.006.501/0001-28 - Endereço: Estrada Para Pirapozinho, S/nº, Anexo Estância São Miguel Arcanjo, Presidente Prudente/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Martinengo Administração de Bens Ltda. -** CNPJ: 41.714.856/0001-06 - Endereço: Av. da Saudade, 910, Bairro Vila Mathilde Vieira, Presidente Prudente/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Alfredo Volpi Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda. -** CNPJ: 13.186.998/0001-02 - Endereço: Av. Esperança, 976, Sala 07, Bairro Manaíra - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Anita Malfatti Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda. -** CNPJ: 13.186.741/0001-50 - Endereço: Av. Esperança, 976, Sala 07, Bairro Manaíra - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Bessa Empreendimentos Spe Ltda. -** CNPJ: 09.578.930/0001-00 - Endereço: Av. Esperança, 976, Sala 07, Bairro Manaíra - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Conside Empreendimentos Spe Ltda. -** CNPJ: 09.323.729/0001-73 - Endereço: Rua Coronel Luiz Júlio, 386, Sala 02, Bairro Lagoa Nova, Natal/rn - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Engenharia e Incorporações Ltda. -** CNPJ: 04.517.640/0001-24 - Endereço: Av. Esperança, 976, Bairro Manaíra - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Giovanni Bellini Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 13.731.946/0001-70 - Endereço: Rua Padre João Damasceno, 1984, Bairro Lagoa Nova, Natal/rn - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Jardim Luna Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda. -** CNPJ: 10.452.168/0001-91 - Endereço: Av. Esperança, 976, Sala 05, Bairro Manaíra - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Joan Miró Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 13.394.131/0001-42 - Endereço: Rua Coronel Luiz Júlio, 386, Sala 07, Bairro Lagoa Nova, Natal/rn - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Lorena Empreendimentos Spe Ltda. -** CNPJ: 09.547.418/0001-98 - Endereço: Rua Coronel Luiz Júlio, 386, Sala 03, Bairro Lagoa Nova, Natal/rn - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Michellangelo Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 10.231.175/0001-63 - Endereço: Rua Coronel Luiz Júlio, 386, Sala 04, Bairro Lagoa Nova, Natal/rn - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc Planejamento, Construção e Incorporação Ltda. Epp -** CNPJ: 12.676.425/0001-02 - Endereço: Av. Esperança, 976, Sala 01, Bairro Manaíra - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Planc São José Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 10.412.938/0001-72 - Endereço: Rua Coronel Luiz Júlio, 386, Sala 05, Bairro Lagoa Nova, Natal/rn - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de João Pessoa/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Salvatori Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. -** CNPJ: 10.454.350/0001-81 - Endereço: Av. Domingos Ferreira de Medeiros, 2778, Residencial Parque Dos Girassóis, Presidente Prudente/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Valfaltore Administração de Bens Ltda. -** CNPJ: 23.402.294/0001-83 - Endereço: Av. da Saudade, 910, Bairro Vila Mathilde Vieira, Presidente Prudente/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

ALLOS

ALLOS S.A.

CNPJ nº 05.878.397/0001-32 - NIRE 33.3.003.325-11 - Companhia Aberta

Edital de Segunda Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os Senhores Acionistas da **Allos S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia" ou "AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia **14 de maio de 2026, às 15h00**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital ALFM *Easy Voting* ("Plataforma Digital"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") e do Estatuto Social da Companhia, sem prejuízo do direito de voto a distância, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **I.** Aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, para refletir o atual número de ações de emissão da Companhia, considerando o cancelamento de 38.745.962 de ações mantidas em tesouraria deliberado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de setembro de 2025 e a consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Poderão participar virtualmente da AGE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, conforme instruções para participação indicadas abaixo: **(i)** Em conformidade com o disposto no art. 49, parágrafo único da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que irá considerar válidos para segunda convocação as instruções de voto enviadas pelos acionistas através dos Boletins de Voto a Distância ("BVD") transmitidas através: **(a)** do agente de custódia; **(b)** do Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia; e, ainda, **(c)** enviados diretamente à Companhia, por ocasião da primeira convocação da AGOE, conforme Edital publicado no jornal Valor Econômico, em suas edições dos dias 27, 28 (em conjunto com 29 e 30) e 31 de março de 2026, nas páginas C5, A12 e A12, respectivamente; e **(ii)** Adicionalmente, os Acionistas que optarem por participar virtualmente da AGE, por meio da Plataforma Digital, deverão, obrigatoriamente, se cadastrar até 12h do dia **13 de maio de 2026** (inclusive), através do *link* de cadastro https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hlBxYtDlpJCpOhCQbT3_w2Y9XjX2Doxk8Eln7DEsi1SX346 ("Link de Cadastro"), fornecendo os seguintes documentos ("Documentos de Representação"): **(a)** Acionistas Pessoas Físicas: documento de identificação válido com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); **(b)** Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia do último estatuto ou contrato social consolidado válido e cópia da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação válido com foto dos representantes legais; e **(c)** Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo, cópia do estatuto ou contrato social válido de seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da cópia da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração). O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar, além dos Documentos de Representação, a cópia do instrumento de mandato, com poderes específicos, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador. Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 ano. Procurações e atos societários oriundos do exterior deverão ser encaminhados para a Companhia juntamente com a respectiva notarização, consularização e tradução juramentada para o português e registrada em cartório de títulos e documentos. No caso de documentos emitidos por países signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos ("Convenção da Apostila"), de 5 de outubro de 1961, a legalização diplomática ou consular deverá ser mandatoriamente substituída pela aposição de apostila, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n° 228, de 22 de junho de 2016. Os Acionistas ou seu representante legal que não se cadastrarem e/ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação através do Link de Cadastro até 12h00 (meio-dia) do dia **13 de maio de 2026** (inclusive), não poderão participar da AGE. **Informações Adicionais:** A Proposta da Administração e o Manual de Participação, com informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação por meio da Plataforma Digital, bem como toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 81, estão disponíveis nos *websites* da Companhia (https://ri.allos.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (http://www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 06 de maio de 2026.

ALLOS S.A.

Renato Feitosa Rique - Presidente do Conselho de Administração

Ines249

Por GLOBORURAL

Pecuária Num ano em que embarques à China devem recuar, há dúvidas entre exportadores se mercado interno vai absorver o que não será enviado ao país asiático

Endividamento das famílias acende sinal de alerta na indústria de carne

Clarice Couto
De São Paulo

O endividamento elevado das famílias brasileiras, que já afeta o consumo de alimentos, acendeu um sinal de alerta entre os frigoríficos, especialmente num ano em que as exportações de carne bovina para a China — o principal cliente do Brasil — devem recuar.

Em entrevista a jornalistas ontem, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Roberto Perosa, disse que o quadro preocupa a indústria de carne bovina porque o mercado doméstico, destino de cerca de 70% da produção nacional, poderia absorver parte da carne que deixará de ser importada pela China neste ano. Mas o endividamento reduz o consumo dos brasileiros.

O país asiático impôs uma cota de 1,1 milhão de toneladas sem tarifa extra de 55% ao Brasil neste ano. O volume é inferior ao total de 1,7 milhão de toneladas exportadas pelos frigoríficos brasileiros à China em 2025. Mesmo no mercado asiático, com consumo ascendente de proteínas, não há compradores com apetite equivalente ao chinês, disse Perosa.

"Se vamos ter uma queda brusca das exportações à China, para onde vai esse volume? A gente quer que aumente o consumo interno, para equilibrar o que a gente não vai conseguir exportar", afirmou.

Considerando que os embarques de carne bovina brasileira à China dentro da cota neste ano serão em torno de 35% menores do que em 2025, a Abiec avalia que as exportações brasileiras possam cair em torno de 10% em 2026.

Ainda que haja a possibilidade de importadores chineses continuarem comprando carne bovina brasileira com tarifa extra, a produção para o país tende a diminuir, sendo retomada com mais força somente a partir de outubro, para que as cargas cheguem ao país asiático no começo de 2027.

Aos jornalistas, Perosa apontou o aumento dos gastos dos brasileiros com apostas em plataformas (bets) como um dos fatores que elevam o endividamento e estariam afetando o consumo. De acordo com ele, o tema foi discutido em reunião na segunda-feira com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, da qual também participaram representantes de varejistas.

As entidades apresentaram ao governo dados levantados pela Nielsen mostrando que famílias de baixa renda consumiram 9,6% menos no último trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período de 2024. Já o mercado das bets e jogos online movimentou cerca de R$ 360 bilhões.

Na reunião com Alckmin, que teve ainda a presença do CEO do Assaí e presidente do conselho da Associação Brasileira dos Atacadistas de Autosserviço (Abaas), Belmiro Gomes, as entidades apresentaram propostas para limitar o avanço das bets, especialmente as ilegais, sobre a renda, disse Perosa.

Citando também pesquisa da Nielsen, o presidente da Abiec afirmou que a expectativa é que neste ano de Copa do Mundo, os gastos com bets e apostas dobrem, para ao redor de R$ 600 bilhões, entre operações em bets legalizadas e ilegais.

Segundo estudo da consultoria LCA encomendado pelo Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR), os gastos com bets representam apenas 0,46% do consumo, nível próximo ao de bebidas alcoólicas, de 0,5%.

Nesse cenário de redução de vendas à China e queda na demanda doméstica, a Abiec busca abrir mercados novos e expandir os já conquistados.

Há, contudo, limitações de diversas naturezas, incluindo a falta de perspectiva de prazo de abertura de mercados há anos desejados por exportadores brasileiros, como Japão, Turquia e Coreia do Sul, cujo consumo poderia compensar a redução das vendas de carne bovina à China.

"Estamos buscando novos mercados, mas o problema é o volume, não há um mercado que substitua o chinês", afirmou Perosa. "Ainda tenho esperança que o Japão possa abrir mercado neste ano", disse.

Uma missão técnica japonesa veio ao Brasil há um mês para inspecionar o sistema de produção de carne bovina, e visitou dois frigoríficos, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Segundo Perosa, a expectativa é que o governo japonês se posicione em breve sobre a visita, quando deverá informar se serão necessários dados adicionais ou se o processo avançará.

DIVULGAÇÃO

Roberto Perosa, da Abiec: "Se vamos ter uma queda brusca das exportações à China, para onde vai esse volume?"

Exportador pede a Lula que inclua cota dos EUA na pauta com Trump

De São Paulo

A indústria de carne bovina, representada pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), pediu ao governo que inclua na pauta de discussão da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nesta semana, uma readequação da cota de exportação de carne bovina do Brasil ao país.

Atualmente, o Brasil utiliza uma cota conjunta, com outros países, e pode exportar cerca de 50 mil toneladas de carne bovina com tarifa reduzida ao mercado americano. Fora da cota, incide taxa de 26,4%, conforme a Abiec.

Com a oferta restrita de gado bovino nos Estados Unidos, o país vem importando volumes crescentes de carne bovina do Brasil, mesmo fora da cota. O volume de 50 mil toneladas dentro da cota já foi embarcado no primeiro mês do ano, segundo o presidente da Abiec, Roberto Perosa.

A demanda do setor exportador é que o governo americano crie uma cota exclusiva para o Brasil ou amplie o volume autorizado para a carne brasileira, de acordo com Perosa. Ele disse que a ampliação seria benéfica para os dois lados, já que os preços da carne bovina nos EUA seguem em alta e o Brasil tem condições de suprir a demanda americana.

A elevação dos preços do produto nos Estados Unidos levou o Departamento de Justiça do país a abrir investigação sobre possíveis práticas anticompetitivas no mercado da carne contra JBS, National Beef (controlada pela MBRF), Cargill e Tyson Foods.

Segundo as autoridades americanas, mais de 3 milhões de documentos já foram analisados e centenas de agentes da cadeia foram ouvidos, incluindo pecuaristas, produtores e processadores.

Conforme o Departamento de Justiça, a investigação apura possíveis violações das leis antitruste no mercado de carne nos EUA, incluindo práticas que podem ter permitido a troca de informações comercialmente sensíveis entre concorrentes, com impacto direto na formação de preços.

Os quatro frigoríficos — JBS, Cargill, Tyson Foods e National Beef — controlam 85% do processamento de carne bovina nos EUA, segundo a secretária de Agricultura, Brooke Rollins. Procuradas, JBS e MBRF não se pronunciaram até o fechamento desta edição. *(Clarice Couto e Danton Boatini Júnior)*

RICARDO STUCKERT / PR

Trump e Lula durante cúpula em Kuala Lampur, na Malásia; presidentes devem se encontrar nesta semana nos EUA

Frigorífico de MG busca recuperação judicial

Nayara Figueiredo
De São Paulo

O Frigorífico Santa Lúcia protocolou na última semana pedido de recuperação judicial na 1ª Vara Cível da Comarca de Araguari (MG), em conjunto com a Central Carnes e Frios, que integra o mesmo grupo familiar. Segundo comunicado divulgado ontem (5), uma tempestade ocorrida em 30 de dezembro de 2025 danificou gravemente as instalações da empresa e paralisou os abates por 72 dias, afetando o endividamento do grupo. O valor da dívida não foi revelado.

"A tempestade que atingiu a cidade foi classificada como uma das maiores chuvas já registradas no município. No Frigorífico Santa Lúcia, na Rua Júlio César de Souza, mais de 2.000 metros quadrados de área industrial foram destruídos em poucas horas, incluindo os setores de abate, graxaria, miúdos, vestiários e sala de máquinas", disse a empresa.

A companhia ressaltou que, ainda assim, honrou integralmente com salários e benefícios, uma folha mensal de aproximadamente R$ 1 milhão, usando recursos de caixa que estavam destinados a investimentos.

"Mais de 350 colaboradores diretos seguem em atividade, com remanejamento de equipes para as frentes de reconstrução", acrescentou, no comunicado.

Lucro da AGCO quintuplicou no trimestre

Balanço

Marcos Fantin
São Paulo

A AGCO, multinacional fabricante de máquinas agrícolas das marcas Fendt, Massey Ferguson, PTx e Valtra, encerrou o primeiro trimestre com lucro líquido de US$ 55 milhões, valor mais de cinco vezes maior que os US$ 10,5 milhões do mesmo período de 2025. As vendas líquidas totalizaram US$ 2,3 bilhões, um aumento de 14,3% em comparação ao primeiro trimestre de 2025.

A companhia disse que atingiu margens próximas ao seu recorde na Europa e ganhou participação de mercado nas máquinas de alta potência na América do Norte. "Nós ultrapassamos o mercado, particularmente em equipamentos de alta potência e agricultura de precisão", disse Eric Hansotia, presidente da AGCO, em nota.

No Brasil, porém, as vendas no varejo caíram 10%. O resultado foi puxado pela demanda mais fraca por tratores maiores, mas foi parcialmente compensado pela melhora na demanda por equipamentos menores e de médio porte.

A companhia disse que, apesar do Brasil estar caminhando para uma safra recorde, a rentabilidade dos produtores está pressionada em razão dos altos custos de produção, com destaque para os fertilizantes importados. "Os altos custos de financiamento, o crédito restrito e a dinâmica política mais ampla devem continuar a restringir a demanda em 2026", afirmou a AGCO, em nota.

Na América do Norte, as vendas cresceram 9%, a US$ 406,4 milhões, mas o lucro operacional caiu como resultado dos "maiores custos de insumos relacionados a tarifas", disse a múlti.

valor.com.br

Insumos

Lucro da Corteva subiu no trimestre

A Corteva registrou uma alta de 10,4% em seu lucro líquido no primeiro trimestre de 2026, a US$ 720 milhões. A receita líquida cresceu 11%, para US$ 4,9 bilhões, com alta nas vendas de sementes (12%) e de produtos de proteção de cultivos (10%).

valor.com.br/agro

Biocombustível

Cocal passa a usar frota de caminhões a biometano para transportar resíduos

B11

Ines249

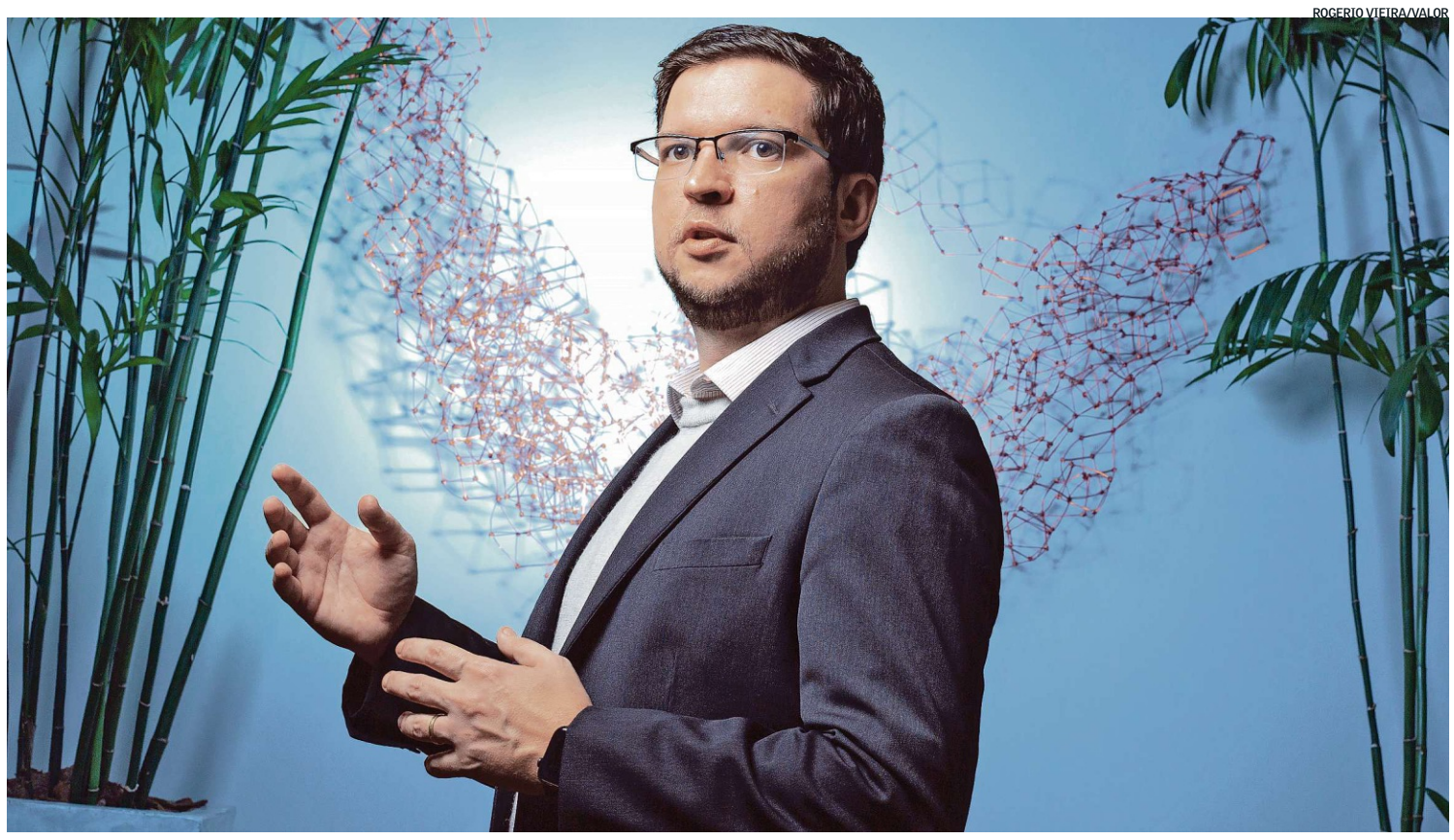
Crédito
Ceron diz que intenção do governo é ajudar endividado que ainda está adimplente C5

Política monetária
Ata mostra preocupação do Copom com alta de expectativas de inflação C4

Balanço
Itaú Unibanco mantém lucro forte, mas vê cenário mais incerto C6

Regulação
Dino determina que taxa de fiscalização fique com a CVM C8

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Para Victor Scalet, estrategista da XP, real está em um ambiente de 'ganha-ganha': se beneficia tanto se a guerra se estender quanto se o conflito suavizar

Câmbio Moeda local se beneficia de ruídos do governo Trump, da exportação de petróleo pelo Brasil e de juros elevados no país

Dólar recua 10,5% no ano, testa R$ 4,90 e BC anuncia intervenção

Arthur Cagliari
De São Paulo

O real confirmou estar em um ambiente positivo, em que se beneficia de um prolongamento da guerra, mas também das chances de suavização das tensões geopolíticas, e o mercado de câmbio viveu um dia bastante positivo. No momento em que a moeda brasileira segue como a aposta preferida de investidores locais e estrangeiros — e, em um pregão marcado por uma distensão nos prêmios de risco nos mercados globais —, o câmbio doméstico registrou desempenho expressivo: o dólar encerrou em queda de 1,12%, negociado a R$ 4,9121, menor nível desde fevereiro de 2024 e, assim, acumula queda de 10,51% no ano.

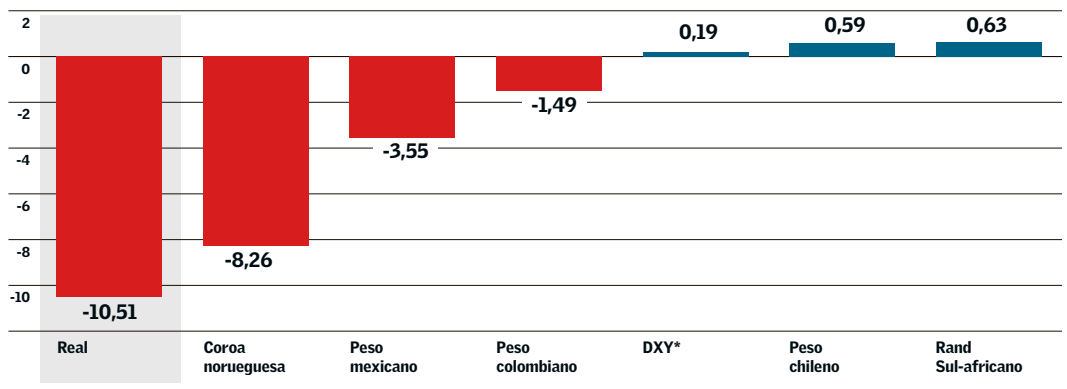
Diante do descolamento recente do real em relação aos pares emergentes, o Banco Central (BC) anunciou no fim das negociações um leilão de swap cambial reverso de até 10 mil contratos, que totalizam US$ 500 milhões. A operação ocorre hoje, às 9h20, e é equivalente a uma compra de dólares no mercado futuro. Será o primeiro leilão "seco" de swap cambial reverso desde 8 de novembro de 2016.

Operadores ficaram surpresos com a medida. "O nível do dólar está baixo; o real apreciou bem, mas ainda tem uma guerra rolando, com cenário superincerto. É o que o BC mesmo diz nos comunicados", observa um gestor de moedas em condição de anonimato.

No acumulado do ano, entre as moedas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**, o real apresenta o melhor desempenho em relação ao dólar, acompanhado de longe da queda de 8,26% do dólar em relação à coroa norueguesa, outra divisa bastante sensível aos preços do petróleo.

O estrategista macro Victor Scalet, da XP, lembra que a moeda brasileira tem se destacado, mas não é algo exclusivo de agora. "Isso já era uma tendência observada antes da guerra [no Irã], desde o fim de 2025, mas o movimento foi acentuando desde o início dos conflitos", observa.

Maior desvalorização do dólar em 2026 é frente ao real
Desempenho do dólar neste ano contra outras moedas, em %



Fonte: Valor PRO. *DXY = índice que mede força do dólar contra cesta de moedas (euro, iene japonês, libra esterlina, dólar canadense, coroa sueca e franco suíço)

Até antes do imbróglio entre Estados Unidos e Irã, o real se beneficiava da dinâmica global de enfraquecimento da moeda americana — resultado da busca de diversificação de portfólio e menor exposição ao dólar. Com a piora na percepção de risco global devido a questões geopolíticas, o real chegou a perder espaço, mas logo recuperou terreno. "Vimos que os preços de commodities voltaram a ficar relevantes para a formação de preço do real", afirma Scalet.

O estrategista da XP, que esteve nas reuniões de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), afirmou que o real se tornou o ativo "queridinho" dos investidores globais. "Nossa moeda está em um ambiente de 'ganha-ganha'. Se o conflito geopolítico se resolve, o apetite por risco beneficia emergentes e, por consequência, o real; se o cenário conflituoso se arrasta por mais tempo, mantendo os preços de petróleo em alta, ainda que haja risco global maior, o real se beneficia por conta da exportação brasileira de energia."

> "Real se beneficia da combinação de credibilidade na política monetária e fundamentos resilientes"
> *Carlos Carranza*

Outro fator de peso para o bom desempenho do real são os juros elevados no país. A britânica M&G Investments, que tem US$ 444 bilhões sob gestão, avalia que o real continua sendo uma posição favorecida nos portfólios, sustentado por uma política monetária robusta que segue se destacando entre os mercados emergentes. "A moeda tem se beneficiado de uma combinação de credibilidade na política monetária e fundamentos econômicos resilientes, além de desafios enfrentados pelo dólar", diz o gestor sênior Carlos Carranza.

De acordo com o profissional, além da política monetária disciplinada e da melhora nas contas externas, o Brasil apresenta um crescimento ainda sólido. "É uma combinação relativamente rara entre economias emergentes", nota.

Olhando à frente, o gestor da M&G diz que as eleições presidenciais podem trazer períodos de maior volatilidade no curto prazo. "No entanto, a força da política monetária tende a compensar esse ruído político", afirma. "Além disso, o posicionamento [totalidade de apostas a favor do real] ainda é relativamente leve, abrindo espaço para novos fluxos caso o sentimento melhore."

Outro fator que operadores de câmbio mencionam ao comentar o bom desempenho do real é a oscilação mais contida da moeda brasileira. Enquanto em março a volatilidade histórica anualizada estava em torno de 17,5%, em abril caiu para 7,05% — uma indicação de que, mesmo diante de momentos de aversão a risco nos mercados, o real se manteve bem ancorado.

Scalet, da XP, também avalia que a volatilidade da moeda pode aumentar com a aproximação das eleições, em especial a partir de meados de julho. "Mas quem tem conduzido o preço do câmbio é o estrangeiro, e ele é mais sóbrio em relação a assuntos idiossincráticos, dando mais peso para a dinâmica global ao montar posições", enfatiza. "Meu temor é o estrangeiro não querer atravessar o período de maior volatilidade e optar por reduzir a exposição ao real."

Ainda na avaliação do estrategista, após as eleições, o cenário global voltará a ser o principal guia. "Nesse caso, se o ambiente for construtivo para emergentes, o real vai continuar se valorizando, independentemente de quem for eleito", diz. "Da mesma forma, se houver piora na dinâmica externa, o real vai ficar mais pressionado."

Por isso, na leitura de Scalet, o fator que mais preocupa hoje é a reversão da dinâmica global do dólar. "O risco de isso ocorrer está tanto na pressão inflacionária mais forte por conta da guerra, a ponto de o Federal Reserve (Fed) elevar os juros, quanto o enfraquecimento de Trump, com eleições de meio de mandato, que podem reverter o distanciamento do dólar."

Emissões externas do Tesouro ajudam a 'irrigar' mercado local

De São Paulo

A emissão de títulos soberanos no exterior pelo Tesouro Nacional não tem só ajudado a proteger a taxa de câmbio, mas também tem irrigado o mercado local com dólares, além de dar um respiro à liquidez da moeda no Brasil. Diante da busca de diversificação de financiamento pelo Tesouro e da dificuldade provocada pelo conflito no Oriente Médio na colocação de títulos públicos no mercado doméstico, o órgão somou US$ 10,4 bilhões em emissões neste ano e há a percepção entre agentes de mercado de que a maior parte desse capital pode ter sido internalizada.

A primeira emissão de bonds soberanos no ano foi realizada em 9 fevereiro, quando o Tesouro captou US$ 4,5 bilhões. Pouco mais de uma semana depois, na data da liquidação dos papéis (19 de fevereiro), operadores de câmbio relataram uma venda intensa e ordenada de dólares no mercado futuro por meio de diferentes corretoras. Movimento semelhante foi visto na semana retrasada, na liquidação da venda de € 5 bilhões em bonds.

Nos dois momentos, o real chegou a se destacar frente à maioria das moedas mais líquidas — ainda que na internalização mais recente toda essa apreciação tenha sido diluída por uma piora na percepção de risco derivado da guerra no Irã e pela redução de impostos de combustíveis no Brasil.

Mas não foi só a cotação do câmbio que mostrou o efeito da internalização de capital no país. Houve, também, um aumento da liquidez do mercado, percebida principalmente na melhora do dólar "casado" — a diferença em pontos entre a cotação do dólar futuro e o dólar à vista.

Dados do Banco Central (BC) divulgados posteriormente corroboraram aquilo que o dólar casado já tinha indicado sobre o aumento de liquidez: houve entrada pelo fluxo cambial nas liquidações dos bonds emitidos em fevereiro e em abril, com ingresso de US$ 2,286 bilhões e US$ 7,354 bilhões, respectivamente. Esta última teria sido a segunda maior entrada diária de dólares no país dessa série histórica específica, iniciada em 2008, com o montante atrás apenas do fluxo de US$ 7,357 bilhões de 11 de julho de 2011.

A entrada de capital em moeda estrangeira caiu como luva para os dealers de câmbio, que vinham recorrendo cada vez mais ao mercado externo para captar dólares. Na virada do ano, a busca dos bancos por liquidez no exterior atingiu nível recorde, com a posição vendida em dólares no mercado à vista batendo o nível de US$ 42,4 bilhões, ainda de acordo com dados do BC.

Profissionais familiarizados com a dinâmica das tesourarias explicam que não há grandes problemas com o aumento dessa posição vendida dos bancos no mercado à vista, mas que há um custo dessa captação no exterior. A alternativa para aumentar a liquidez, assim, seria ou via atuação do BC (seja pela linha ou pela venda à vista de dólares) ou pela "importação" de dólares via captação corporativa ou do Tesouro.

> Estratégia de retomar emissões no exterior vem em boa hora para funcionamento do mercado de câmbio

No caso do papel do BC, a venda à vista acaba sendo a última opção para elevar a liquidez, porque significa queimar reservas do país. A linha (venda de dólares com compromisso de recompra) é, portanto, o caminho intermediário, mas tem limitações.

Traders de câmbio observam que há restrições do uso da linha pelos bancos por questões de regras de balanço. Além disso, esse recurso do BC só é oferecido aos dealers de câmbio, e não a todo o mercado, como ocorre no caso dos leilões de swap cambial. Nos leilões de linha, os dealers pagam uma remuneração ao BC e, para eles, o melhor seria pagar o mínimo possível pela linha, ainda que necessitem do recurso. No entanto, quando o BC começa a rolar a linha de dólar por tempo indeterminado, os dealers, que são um grupo concentrado de agentes, podem demonstrar indisposição por carregar o instrumento de liquidez e querer pagar uma remuneração mais baixa.

Aventa-se que isso tenha ocorrido no ano passado, em meados de junho, quando o Banco Central teve dificuldade de rolar parte do estoque de linha de US$ 17 bilhões que vinha mantendo em funcionamento desde o início de 2025, e por isso acabou optando pelo "casadão" para dar liquidez ao mercado.

Na captação corporativa, por algum tempo, empresas brasileiras optaram por se financiar por aqui, em vez de buscar capital no exterior, devido a incentivos locais, o que limitou a entrada de dólares no país. Além disso, grandes empresas locais têm caixa fora do país e balanço em dólares, então não necessariamente internalizam a totalidade dos recursos.

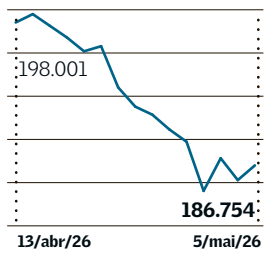
Assim, a estratégia do Tesouro em voltar a emitir títulos no exterior vem em boa hora, ao menos ao se observar o funcionamento do mercado de câmbio. No início do ano, na divulgação do Plano Anual de Financiamento (PAF), o órgão já havia afirmado que deveria superar o volume de emissões externas de 2025, ao dar continuidade à venda de títulos de referência em dólar, retornar ao mercado europeu e ainda fazer uma emissão inaugural em yuan.

As captações externas também ajudam o Tesouro, ao menos momentaneamente, a não depender de forma única e exclusiva das LFTs, os títulos indexados à Selic que costumam ser mais utilizados em momentos de crise. Após o estresse nos mercados de juros e de títulos públicos em março, houve um aumento nas emissões de LFT. Nas últimas semanas, o Tesouro até voltou a emitir mais prefixados, mas, com novos picos de estresse nos juros locais, é possível que volte a pisar no freio nessas emissões.

Uma operador diz que as emissões maiores do Tesouro no mercado internacional ocorrem por uma mudança na estratégia do órgão ocorrida em 2024, onde a "carteira ótima" tinha composição de 5% a 9% em títulos vinculados ao câmbio. No último dado disponível, a parcela cambial era de 3,8%. *(AC)*

Ines249

Ibovespa
Em pontos

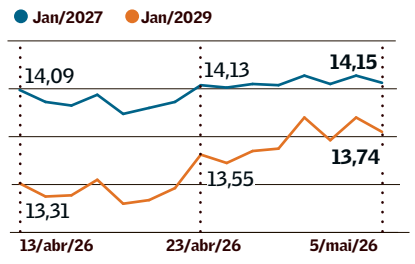


Alta de **0,62%**

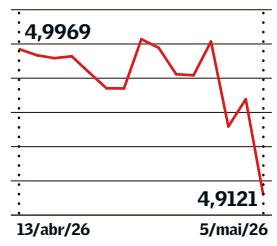
Bolsas internacionais
Variações no dia 5/mai/26 - em %

Dow Jones	0,73
S&P 500	0,81
Euronext 100	1,53
DAX	1,71
CAC-40	1,08
Nikkei-225	Feriado
SSE Composite	Feriado

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

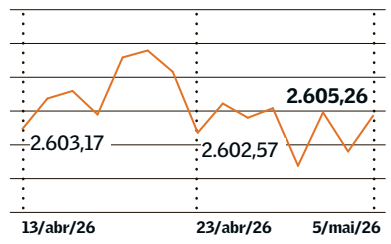


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Queda de **1,12%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Ativos Mesmo com incerteza sobre rumos de conflito no Oriente Médio, bolsas de NY subiram, com apoio ainda de balanços de empresas; Ibovespa também avançou

Petróleo em queda traz alívio a mercados

Luana Reis, Gabriel Caldeira, Cristiana Euclydes, Artur Scaff e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

O recuo nos preços do petróleo favoreceu um movimento de alívio nos mercados internacionais e locais, embora permaneça a incerteza em torno do conflito entre Estados Unidos e Irã.

Em Nova York, as bolsas subiram e os índices S&P 500 e Nasdaq renovaram mais uma vez seus recordes de fechamento, com impulso da temporada de balanços de empresas. No cenário local, uma leitura mais otimista da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central também contribuiu para o Ibovespa encerrar o dia no positivo, enquanto os juros futuros fecharam em queda firme.

No mercado de commodities, os contratos futuros do petróleo fecharam em queda, mas permaneceram acima de US$ 100 por barril, com investidores cautelosos diante das tensões no Oriente Médio. O petróleo tipo Brent (referência mundial) com vencimento em julho recuou 3,99%, para US$ 109,87 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE). O WTI (referência americana) com entrega prevista para junho caiu 3,90%, a US$ 102,27 por barril.

O secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, disse que o cessar-fogo com o Irã segue em vigor e "centenas de navios se preparam para transitar" pelo Estreito de Ormuz, como parte do "Projeto Liberdade" anunciado pelo presidente Donald Trump. Do outro lado, o presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Ghalibaf, voltou a afirmar que os EUA estão violando o cessar-fogo. Mais tarde, Trump disse que iria suspender os esforços para ajudar navios presos em Ormuz enquanto busca um acordo com o Irã.

3,99%
foi a queda do barril de Brent para julho, a US$ 109,87

No começo da semana, os Emirados Árabes Unidos disseram ter interceptado mísseis e drones supostamente do Irã, o que levou a uma disparada nos preços do petróleo e uma maior percepção de risco entre investidores.

Após certa volatilidade por conta do conflito no Oriente Médio, as bolsas americanas ganharam fôlego ontem em meio à temporada de balanços e deram continuidade ao rali. O S&P 500 subiu 0,81%, aos 7.259,22 pontos, e o Nasdaq ganhou 1,03%, aos 25.326,126 pontos, ambos renovando seus recordes de fechamento, embora por uma margem pequena. O Dow Jones avançou 0,73%, aos 49.298,25 pontos, apenas 1,77% abaixo de sua máxima histórica, de 50.188,14 pontos.

Michael Cembalest, da J.P. Morgan Asset Management, observa que as expectativas de lucros do S&P 500 para 2026 aumentaram desde o início do ano, o que ajuda a explicar a recuperação em formato de "V" dos mercados acionários americanos. "As 300 empresas que já divulgaram balanços registraram crescimento de receitas de 11% e de lucros de 26%, com surpresas positivas tanto em vendas quanto em resultados", afirma. "Mas, apesar da recuperação das bolsas nos EUA, o cenário ainda não está totalmente claro", alerta.

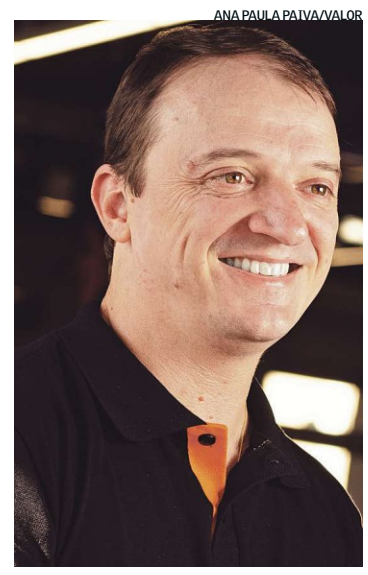
No cenário local, o Ibovespa fechou em alta de 0,62%, aos 186.754 pontos, com apoio do recuo nos preços do petróleo e do alívio da percepção global de risco. A ata da última reunião do Copom também contribuiu para impulsionar a bolsa, com a percepção de que ainda poderia haver espaço para um corte de juros na próxima reunião, em junho.

Na mesma linha, os juros futuros fecharam em firme queda. Ao fim dos negócios, a taxa do contrato de DI de janeiro de 2028 caiu de 13,965% a 13,84%, e a do DI de janeiro de 2031 cedeu de 13,88% para 13,825%, voltando a níveis próximos do fim da semana passada.

Embora não discorde que um novo corte de juros em junho é provável, o economista-chefe do Banco Bmg, Flávio Serrano, avalia que os elementos trazidos pela ata não alteram a leitura acerca da postura do Copom já comunicada na última semana. "Continuamos muito dependentes do ambiente externo, o BC fala muitas vezes do aumento da incerteza e os riscos associados à guerra, com o aumento dos custos via disrupção parcial das cadeias de produção e distribuição", destaca.

No exterior, os rendimentos dos Treasuries de dois anos caíram a 3,946%, de 3,962% no fechamento anterior, e os dos papéis de dez anos cederam a 4,429%, ante 4,419% na última sessão. No fim do dia, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar ante uma cesta de seis moedas fortes, subia 0,11%, a 98,48 pontos, após rondar a estabilidade durante boa parte do dia.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



"Continuamos dependentes do ambiente externo, o BC fala muito da incerteza e dos riscos da guerra"
Flávio Serrano

Como o varejo passou a dominar o mercado de ações nos EUA

Análise

Ruchir Sharma
Financial Times

Os profissionais de Wall Street costumavam menosprezar os investidores de varejo como "dinheiro burro" — amadores sem noção que só sabiam correr atrás do negócio mais quente do momento. Mas nos últimos tempos os "sardinhas" têm conseguido ganhos impressionantes ao "comprar na baixa", e pode-se afirmar que se tornaram o grupo de investidores mais influente do mercado de ações.

Espantados com a maneira como a turma do varejo simplesmente continua a comprar, passando por cima de manchetes negativas, alguns profissionais pararam de debochar e começaram a seguir seu exemplo. A porcentagem de famílias dos EUA que têm ações disparou nesta década para quase 60%, a maior proporção de qualquer país. Os americanos têm apostado tudo no mercado e pela primeira vez o valor de seus investimentos em ações supera o de suas casas. E hoje a pessoa física é também a classe de investidores mais ativa.

A participação do varejo nas negociações diárias de ações americanas dobrou nos últimos 15 anos, para 36%, e ultrapassou a dos grandes bancos e a dos fundos hedge, o que faz deles os formadores de preço do mercado. No ano passado, o volume de negociações de varejo nos EUA passou dos US$ 5 trilhões, batendo o recorde da época da pandemia de covid-19 — só que desta vez os americanos não estavam presos em casa nem tinham grandes reservas de dinheiro guardado. Eles estavam em busca de retornos, e o choque da guerra contra o Irã mal reduziu seu ímpeto. Em 2026 até agora, eles continuam a ser compradores líquidos na maioria dos dias.

Três forças alimentam a profunda confiança dos pequenos investidores no mercado de ações: estímulos, pacotes de socorro financeiro e tecnologia. As quantias recordes de dinheiro que governos e bancos centrais despejaram na economia real com o objetivo de melhorar sua situação têm sido, em vez disso, usadas pelas famílias (em especial as mais ricas) para investir no mercado de ações.

Como os responsáveis pela política monetária correm para socorrer a economia ao mais leve sinal de problemas, os investidores passaram a acreditar que o governo sempre os salvará. E as plataformas de negociação móveis e de baixo custo dão a todos acesso fácil a investimentos de todos os tipos.

Não é que a natureza dos investidores de varejo tenha mudado por completo. Eles ainda tendem a ser cada vez mais jovens, homens e muito afoitos por retornos. Eles correm atrás de retornos quando os mercados estão subindo rápido e são investidores de "impulso" clássicos. Assim, seus hábitos encontraram terreno fértil no atual impulso de tendência altista do mercado; é um dos mais longos da história, mais de 15 anos e ainda forte, com apenas breves pausas para choques como o da pandemia e do drama das tarifas de importação em abril do ano passado.

> Participação dos investidores de varejo nas negociações diárias de ações americanas dobrou nos últimos 15 anos

Em épocas anteriores, quanto mais os investidores de varejo negociavam, mais eles perdiam. Os profissionais observavam os amadores apenas para ver para onde iam, de modo a poder apostar na direção oposta. Não mais. Hoje quase um terço das ações que os investidores de varejo mantêm também são detidas por instituições "agressivas", como fundos hedge e fundos mútuos com foco em crescimento — uma sobreposição recorde. Ultimamente, algumas instituições até começaram a oferecer fundos mútuos que acompanham as ações preferidas pelos pequenos investidores.

De acordo com a Empirical Research Partners, os investidores de varejo "massacraram os profissionais" ao aumentarem de forma drástica sua aposta em estratégias de ações de tendência "mais controversa", como, por exemplo, aquelas que têm altas de preço "meteóricas". Entre suas favoritas estão as de metais preciosos e, acima de tudo, as da área da inteligência artificial. No ano passado, os investidores de varejo superaram o S&P 500 em expressivos 10 pontos percentuais.

As plataformas e os produtos de tecnologia preferidos pelos investidores de varejo, como os fundos negociados em bolsa (ETFs na sigla em inglês), têm crescido de maneira explosiva para atender à demanda. Hoje o número de ETFs supera o das ações negociadas em bolsa nos EUA (5 mil e 4 mil, respectivamente) e mais da metade deles foi lançada apenas nos últimos três anos. Muitos dos ETFs mais novos oferecem aos amadores, pela primeira vez, acesso a opções arriscadas, antes reservadas a profissionais, como apostas alavancadas em ações individuais. Ao longo da última década, os ativos geridos por ETFs alavancados aumentaram em sete vezes e chegam a US$ 140 bilhões.

Essas tendências têm tornado o mercado mais democrático, no sentido de que é mais acessível, mas não necessariamente mais igualitário. O novato típico possui poucas ações e movimenta quantias ínfimas de dinheiro. O 1% mais rico detém mais de 50% das ações americanas e lucra mais quando o mercado sobe. Mas quanto maior a comunidade de investidores de varejo se torna, mais cresce a pressão sobre os políticos para que apoiem o mercado. O que se dizia dos bancos de Wall Street depois da crise de 2008 hoje pode ser dito do mercado de ações como um todo: ele é "grande demais para quebrar".

Ainda assim, os mercados não têm como continuar a subir eternamente. A mania por ações de momento, lideradas pelas da área da inteligência artificial, vai esfriar um dia. Um choque inflacionário ou o problema do crescimento da dívida do governo podem acabar por desacelerar ou mesmo reverter o fluxo interminável de liquidez, e até restringir o próximo pacote de socorro financeiro.

Quando isso acontecer, vai abalar a confiança da turma do varejo e esses compradores convictos se transformarão em vendedores agressivos. Até lá, esse exército continuará a marchar, inabalável diante de choques e encorajado por seu histórico recente.

Ruchir Sharma é presidente da Rockefeller Internacional e autor de "O que deu errado com o capitalismo"

Governo recorre de decisão sobre consignado INSS

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo recorreu da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que suspendeu a concessão de novos empréstimos consignados a segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O **Valor** teve acesso ao documento, que foi protocolado ontem e não está público.

No recurso, o governo pede que o tribunal autorize de forma cautelar a retomada do empréstimo consignado com desconto em folha, mantendo a suspensão para as demais modalidades (cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício). O empréstimo com desconto em folha é a modalidade mais comum do consignado do INSS e com juros mais baixos do mercado. As duas modalidades de cartão têm juros mais elevados e não têm apoio do governo Lula.

No documento, o governo afirma que a interrupção do empréstimo com desconto em folha determinado pelo TCU alcança "dimensões sociais e econômicas relevantes, na medida em que acaba por empurrar segurados para alternativas de crédito mais onerosas, informalidade ou superendividamento, além de reduzir a circulação de recursos em setores sensíveis da economia".

Na semana passada, o TCU determinou ao INSS a suspensão de todas as modalidades de consignado até que o órgão implemente e comprove a eficácia de travas de segurança. A decisão afeta os novos empréstimos. O relator foi o ministro-substituto Marcos Bemquerer, que teve seu voto acompanhado pelos demais ministros da corte em plenário.

No recurso, o governo afirmou ao tribunal que os mecanismos de segurança para concessão do empréstimo consignado passaram por um recente aperfeiçoamento das regras operacionais. "É importante afirmar que novas evoluções estão sendo implementadas, de modo que a adoção das travas de segurança e controles internos apontados no acórdão já se encontram implementadas ou estão em fase final de implementação", defende o governo.

Entre as medidas de segurança solicitadas pelo INSS e já implementadas ou em implementação pela Dataprev, estão: validação automatizada de documentação contratual; trava para bloqueio de empréstimos sem contrato válido; trava para bloqueio de consignações para segurados falecidos; trava para impedir depósito em conta divergente do benefício; evolução para bloqueio de inconsistências biométricas; trava para impedir inclusão de produtos e serviços indevidos; e trava para impedir consignações irregulares para menores.

O governo também cita no recurso que lançou o Novo Desenrola Brasil, via Medida Provisória (MP), com mudanças no consignado do INSS para reduzir o nível de endividamento dos aposentados e pensionistas. A MP mudou a margem exclusiva do cartão consignado e de benefícios e reduziu o percentual de comprometimento total da renda mensal, que era de 45% para 40%, com gradual redução de mais 2 pontos percentuais por ano, até atingir 30%.

"Todos esses aspectos apontam para a adoção de concretas e efetivas providências tanto no âmbito administrativo quanto na esfera governamental para equacionar as preocupações destacadas pelo TCU em relação aos empréstimos pessoais consignados", argumenta o governo.

O recurso foi protocolado no TCU como um agravo com efeito suspensivo. Ou seja, pede que a corte de contas revise imediatamente sua decisão para permitir, cautelarmente, a retomada dos empréstimos consignados com desconto em folha. Depois, pede que essa decisão seja confirmada no mérito (ratificada).

Na segunda-feira, a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, classificou como "drástica" a decisão do tribunal. "A gente espera que essa cautelar seja suspensa pelo tribunal em função da importância desse mecanismo de crédito para os aposentados brasileiros", defendeu Belchior.

Curta

Lucro do Bmg

O Banco Bmg registrou lucro líquido recorrente de R$ 147 milhões no primeiro trimestre, queda de 14,6% em relação ao trimestre anterior e alta de 28,0% ante igual período de 2025. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) caiu a 15,3%, de 19,0% no quarto trimestre. Há um ano, era de 12,1%. A margem financeira após o custo de crédito foi de R$ 853 milhões, alta de 4,6% na comparação trimestral e 10,1% na anual. A carteira de crédito totalizou R$ 24,092 bilhões, alta de 3,9% na comparação com o trimestre anterior e retração de 10,2% ante igual período de 2025, reflexo de mudanças no mix e melhora na qualidade dos ativos, com foco em uma carteira mais rentável, segundo o banco. O índice de inadimplência subiu para 3,7%, de 3,5% no quarto trimestre, mas ficou abaixo dos 4,1% do primeiro trimestre de 2025. *(Álvaro Campos)*

AFRICA CREATIVE/™

Big Apple? Big Orange.

Itaú BBA: há 19 anos tornando Nova York o ponto de encontro dos grandes líderes.

11 _____ 14 de maio

N100Y
Next 100 years
Onde os empresários que movem o mundo se encontram com empresários que movem o Brasil.

NYC CEO Conference
Onde os CEOs da América Latina encontram o capital global.

Tech Summit
Onde os founders e investidores constroem o futuro do tech.

Sports Summit
Onde quem joga esse jogo está na sala discutindo o negócio.

Nos vemos em Nova York.

Ines249

Política monetária Comitê manteve postura mais cautelosa no documento; mercado ainda espera a continuidade do ciclo de flexibilização da Selic

Ata mostra preocupação do Copom com alta de expectativas de inflação

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Gabriel Roca, Victor Rezende e Giordanna Neves
De São Paulo e Brasília

O reconhecimento de um ambiente mais incerto e de seus efeitos sobre o ciclo de flexibilização da política monetária levaram o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central a manter uma postura mais cautelosa na ata da reunião da semana passada, divulgada ontem. Houve, em particular, uma preocupação relevante com o processo de desancoragem das expectativas de inflação, ao mesmo tempo em que participantes do mercado continuaram a discutir a extensão da calibragem nos juros e o nível da Selic no fim do ciclo.

Entre os pontos mais duros, o Copom destacou que divulgações de inflação mais recentes estavam em níveis "significativamente acima dos inicialmente esperados", ao mesmo tempo em que reconheceu — e mostrou preocupação — com a desancoragem das expectativas, ao mencionar em duas ocasiões a alta da mediana das projeções para o IPCA de 2028 no Boletim Focus. "Nesse contexto, o Comitê reafirma seu compromisso no combate dos efeitos de segunda ordem do choque de oferta do petróleo e seus derivados, e serenidade para reunir mais informações ao longo do tempo, em cenário de incerteza elevada."

Já entre os elementos vistos como mais suaves, o colegiado deu destaque aos efeitos da política monetária sobre a atividade econômica, particularmente em relação ao canal do crédito, e manteve indicações de que pretende continuar a calibrar o nível da taxa de juros — algo visto como mais "dovish" por uma ala do mercado. Vale notar, porém, que alguns economistas viram a sinalização para a reunião de junho como dependente de dados, ainda que o cenário-base seja o de continuar a reduzir o grau de restrição monetária.

No mercado de opções digitais, na B3, a probabilidade de uma redução de 0,25 ponto percentual na Selic em junho aumentou de 50% para 55% ontem, enquanto a chance de manutenção do juro básico em 14,5% passou de 40% para 29%. Já a chance de um corte mais agressivo na taxa, de 0,5 ponto, recuou de 10% para 8%.

Por ora, há, entre os agentes econômicos, a sensação de que os efeitos inflacionários da guerra no Irã geram um viés de alta nas projeções para a taxa de juros — o que se materializa, também, na precificação da curva, que aponta para uma Selic em torno de 14% neste ano. No entanto, predomina a visão de que o Copom deve, neste momento de incerteza elevada, dar um passo de cada vez, a depender do comportamento do cenário externo.

"A ata claramente reconhece que há uma piora de cenário na comparação com a reunião anterior e o tema central é o impacto do choque de petróleo. Mas, ainda nesse contexto de piora, o Copom parece indicar que o plano de voo é a continuidade do ciclo, ainda que tenha se reservado o direito de mudar esse plano a depender de como as coisas vão evoluir ao longo do tempo", diz o economista-chefe da Apex Capital, Alexandre Bassoli, ao avaliar que, para o Copom, a magnitude total do ciclo ficou menor.

Bassoli, contudo, acredita que o balanço de riscos para a inflação está assimétrico e, nesse sentido, afirma que discorda da avaliação do Copom. "Claro, o tema geopolítico é sempre muito difícil, mas existem riscos de a normalização dos fluxos de navegação do petróleo em Ormuz eventualmente demorarem mais para acontecer. O balanço de riscos está bastante assimétrico na direção de eventualmente a solução para o conflito demorar mais para acontecer e, obviamente, isso indicaria um curso diferente para a política monetária."

> "Copom parece indicar que o plano de voo é a continuidade do ciclo [de calibração dos juros]"
> *Alexandre Bassoli*

O economista-chefe da Sicredi Asset, Filipe Stona, também observa a maior preocupação do BC com o cenário inflacionário e dá ênfase ao modo dependente de dados "principalmente no trecho em que menciona o 'dessa reunião'". "É um sinal de que ele vai avaliar o ciclo a cada reunião, enquanto não houver uma resolução da guerra", diz.

Ao mencionar a preocupação com o movimento ascendente nas expectativas de inflação de longo prazo, Stona nota que o Copom adiciona um grau maior de cautela na condução da política monetária e que, inclusive, parece mais aberto a interromper o ciclo caso seja necessário. "O BC está sendo cauteloso e indicou que, se for necessário, pode parar de forma antecipada, inclusive com a Selic acima de 14%, e que não vê um problema nisso. O Copom acabou deixando claro que não tem compromisso com um ciclo estendido de cortes", aponta.

O cenário-base da Sicredi Asset, no entanto, é de um arrefecimento no conflito ao longo do mês de maio, com alguma retomada do fluxo de petróleo. Com isso, o BC poderia estender o ciclo de cortes na Selic. "No entanto, caso vejamos o fim de cessar fogo e novos ataques no Golfo, o nosso cenário alternativo seria de apenas mais dois cortes de 0,25 ponto", afirma.

No iSent, classificador do Itaú Unibanco de sentimento do Banco Central a partir das atas, o documento passou a indicar um tom mais neutro em meio a diversas ponderações colocadas pela autoridade monetária. O tom contrasta com o viés mais "hawkish" (conservador) observado na ata da reunião de março, de acordo com o indicador.

BC reforça cautela e decidirá cortes de juros reunião a reunião

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central declara, na ata de sua última reunião, divulgada ontem, que está num ciclo de distensão monetária — mas dá sinais de que vai reavaliar, a cada reunião, se segue ou não baixando a taxa Selic.

O colegiado também destacou, de forma mais explícita, alguns dos pontos mais importantes da sua função de reação, ou seja, como pretende se comportar perante eventuais mudanças no cenário inflacionário.

De um lado, pretende combater os efeitos de segunda ordem do choque de oferta do petróleo e derivados, que se manifestam nas expectativas de inflação de longo prazo. De outro, vai seguir com serenidade para reunir mais informações ao longo do tempo para a tomada das decisões, em cenário de incerteza elevada.

A ata, que explica a decisão de baixar os juros básicos de 14,75% ao ano para 14,50% ao ano na semana passada, frustrou quem achava que o comitê pudesse dar um sinal mais claro sobre até onde os juros podem cair neste ciclo de distensão. Alguns achavam que seria possível um sinal mais explícito da intenção de parar de baixar já a partir de junho.

Em comunicado na semana passada, o Copom passou a mensagem de que o espaço para a queda de juros havia se tornado menor desde a eclosão da guerra no Oriente Médio, em 28 de fevereiro. Até então, suas projeções indicavam ser possível baixar os juros até 12% ao ano sem comprometer o cumprimento da meta de inflação de 3%. Agora, as contas mostram que, se o BC baixar a Selic a 13% ao ano, a inflação fica em 3,5% em 2027, acima do objetivo.

O Copom, porém, fez o esperado para períodos de incerteza. Disse que vai reagir da forma como historicamente sempre se comportou para evitar que as pressões inflacionárias originadas da guerra se perpetuem. Mas evitou qualquer sinalização mais firme com taxas futuras que pudesse ser entendida pelo mercado como promessa num cenário ainda volátil.

Esse trecho da ata passa a ideia de que ainda estamos num ciclo de distensão: "O comitê julgou apropriado dar sequência ao ciclo de calibração da política monetária". Nota-se que, embora dê a ideia de continuidade do ciclo, nesse trecho o Copom informa que fez um julgamento em torno da adequação da tendência de baixa da taxa de juros.

> Ata frustrou quem achava que o comitê pudesse dar um sinal mais claro sobre até onde os juros podem cair

Logo a seguir, o Copom é mais explícito ao afirmar que a queda de 0,25 ponto se aplicava à situação encontrada pelos membros na semana passada. "Após considerar que os eventos recentes não impediriam o prosseguimento desse ciclo, o Comitê concluiu que, para a decisão dessa reunião, a redução de 0,25 p.p. [ponto percentual] na taxa básica de juros é a mais adequada", diz.

Como se vê, os membros do Copom discutiram e chegaram à decisão de que os efeitos recentes não impediriam uma baixa de juro na semana passada. Também deixam claro que esse julgamento se aplica "à decisão desta reunião".

O que vai nortear a decisão em junho? O Copom, tradicionalmente, não se amarra a um fator específico, evitando estabelecer um gatilho que possa fazer mover numa direção ou em outra na sua decisão. Mas é clara a preocupação com as expectativas de inflação longas.

Na discussão do balanço de riscos, disse que "a demora na resolução do conflito no Oriente Médio, com informações incompletas e contraditórias, aumenta a probabilidade de impactos mais duradouros para as cadeias de produção e distribuição".

De outro lado, disse que esses riscos já podem estar se materializando de forma mais duradoura, "sendo o mais evidente a desancoragem adicional das expectativas de inflação para horizontes mais longos, em particular para o ano de 2028".

Nessa discussão sobre o balanço de riscos para a inflação, o BC destaca a sua função de reação. Reafirma "seu compromisso no combate dos efeitos de segunda ordem do choque de oferta do petróleo e seus derivados", mas prega "serenidade para reunir mais informações ao longo do tempo, em cenário de incerteza elevada".

Não se pode resumir, porém, a função de reação do BC apenas a esse ponto — o Copom volta a afirmar que "sinais mistos sobre o ritmo de desaceleração da atividade econômica e seus efeitos sobre o nível de preços dificultam a identificação de tendências claras". Na sua descrição do cenário econômico, registra que a taxa de desemprego tem, "recorrentemente", se mantido em patamares historicamente baixos.

Uma questão final: a ata é inócua, ao deixar em aberto seus movimentos futuros? Aparentemente, não. Na reunião de abril, o mercado havia concentrado suas apostas numa baixa de juro de 0,25 ponto. Agora, já precifica chances de 30% de parar em junho.

Cooperativas e associações estreiam no mercado de seguros

Rita Azevedo
De São Paulo

Cooperativas e entidades de proteção patrimonial mutualista, conhecidas como empresas de proteção veicular, podem começar a operar formalmente no mercado segurador, com a publicação de duas resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) que trazem as regras para as operações.

A atuação dos modelos baseados na cooperação e no associativismo no mercado segurador passou a ser permitida desde o fim de 2025 com a entrada em vigor do novo marco regulatório do setor, mas ainda faltava uma regulamentação. O esperado é que, com as regras mais claras, surjam novos modelos de negócio que ampliem a competição no setor e que isso contribua para ampliar a oferta de proteção, especialmente em regiões menos atendidas.

"O Brasil possui um déficit de proteção patrimonial e a expectativa é que o novo arcabouço favoreça o surgimento de atores que possam oferecer soluções adaptadas para o seu público específico", disse Regis Dudena, secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda e presidente do CNSP.

A publicação das resoluções é um marco para o mercado "que possibilitará um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico, inclusão e acesso ao seguro, com vistas à construção de um mercado mais amplo, sólido e sustentável", disse Alessandro Octaviani, superintendente da Susep, em nota.

Pela lei, as cooperativas de seguros podem operar em todos os ramos, com exceção daqueles que forem vedados pelo CNSP, como previdência e capitalização. Carlos Queiroz, diretor da Susep, diz que, apesar do cooperativismo de seguros ser previsto na legislação há mais de 60 anos, o mercado não se desenvolveu devido à fatores como a falta de incentivos para a efetiva criação de cooperativas como as agrícolas. A expectativa é que o cenário mude com regras mais robustas.

"As cooperativas de seguros poderão atuar de forma ampla, garantindo danos patrimoniais, pessoais e de responsabilidade civil em todos os segmentos do mercado relevantes para a atuação do cooperativismo", explica.

> "As cooperativas poderão atuar de forma ampla, garantindo danos patrimoniais, pessoais e de responsabilidade"
> *Carlos Queiroz*

O cooperativismo de seguros será constituído em três níveis: cooperativas singulares, centrais de cooperativas e confederações de cooperativas, sendo que a regulamentação normatiza as relações entre essas entidades, diz Queiroz.

As associações de proteção patrimonial, que já vinham operando à margem da legalidade, também terão regras próprias e passarão a ser supervisionadas pela Susep, que já é responsável pela supervisão dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização.

De acordo com as novas normas, o consumidor deverá participar de uma associação, que contratará uma administradora de operações de proteção patrimonial mutualista para realizar a gestão técnica, operacional, financeira e contábil dos grupos de proteção patrimonial mutualista formados pelos associados.

Na medida em que os sinistros ocorrerem, serão apuradas as despesas necessárias ao pagamento das indenizações, que serão rateadas entre os participantes do grupo, de acordo com as regras previamente estabelecidas.

A principal diferença entre as associações e o seguro tradicional é que no seguro, o segurado paga o prêmio (valor do seguro ou da garantia) e transfere o risco de ocorrência do sinistro ao segurador, que fica integralmente responsável pelo pagamento de cada indenização.

Na associação, os próprios participantes ficarão mutuamente responsáveis pelo pagamento das indenizações, mediante o pagamento das contribuições do rateio.

O novo segmento só poderá atuar com a proteção de danos patrimoniais de veículos de vias terrestres, automotores ou não, danos patrimoniais de responsabilidade civil a terceiros, decorrentes de acidentes envolvendo o veículo protegido e assistências diretamente relacionadas com os danos patrimoniais desses veículos.

Segundo a Susep, as normas prudenciais, de governança, de produto e de conduta que as administradoras deverão observar na sua constituição e funcionamento, na gestão dos grupos de proteção mutualista e no tratamento do consumidor são muito próximas às normas aplicáveis no mercado segurador.

O próximo passo da fase de adaptação será o recebimento pela autarquia dos pedidos para a constituição das administradoras de proteção mutualista. Após a aprovação do primeiro lote de administradoras, as associações poderão escolher uma para contratar e farão a transferência das operações, encerrando a fase de adaptação e concluindo o processo de regularização junto à Susep.

Entrevista Para Rogério Ceron, ideia é atingir públicos além dos contemplados pelo Desenrola

‘Queremos ajudar o endividado que ainda está adimplente’

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Rogério Ceron, secretário-executivo da Fazenda: criação de linhas de crédito para apoiar a adaptação de empresas afetadas pelo eventual fim da jornada 6x1

Giordanna Neves, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta
De Brasília

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou em entrevista ao **Valor** que o governo avalia novas políticas de crédito para públicos além dos contemplados pelo novo Desenrola. Entre as frentes em análise, estão medidas para pessoas altamente endividadas, mas ainda adimplentes. “Isso é importante para também não gerar um incentivo à inadimplência”, disse.

O volume de dívidas elegíveis no programa, anunciado na última segunda-feira, gira em torno de R$ 100 bilhões. De 20 milhões de pessoas que podem ser alcançadas, cerca de 11 milhões estão negativadas com débitos de até R$ 1 mil. Como exemplo, uma pessoa com dívida de R$ 1 mil e inadimplente há seis meses poderá regularizar sua situação com R$ 150, em três parcelas de R$ 52 — a parcela mínima foi fixada em R$ 50.

Ceron disse não ver risco de judicialização no modelo desenhado pelo governo de utilizar recursos não resgatados do Sistema de Valores a Receber (SVR) para reforçar o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e ampliar as garantias nas renegociações de dívidas. Ele acrescentou que o governo ainda estuda lançar uma linha de crédito voltada a motoristas de aplicativo para a aquisição de carros.

Além disso, é possível discutir a criação de linhas de crédito para apoiar a adaptação de empresas afetadas pelo eventual fim da jornada de trabalho 6x1. Ele rechaçou qualquer possibilidade de compensar financeiramente as empresas caso a regra da nova jornada de trabalho avance.

Leia os principais pontos da entrevista:

Valor: *Havia a expectativa de medida para trocar dívida cara por barata para melhorar o perfil de crédito. Isso será lançado?*

Rogério Ceron: O foco foi olhar inadimplentes pessoas físicas, com mudança significativa em relação ao Desenrola anterior, muito focado em dívidas antigas, que já tinham até quatro anos de inadimplência. Este está focado em dívidas curtas. O que também deve potencializar muito o resultado é que a negociação vai ocorrer no canal onde houve a tomada de crédito. A gente adiantou alguma coisa para pessoa física também no consignado do INSS público, uma questão estrutural, com a redução gradativa da margem, ao mesmo tempo que a ampliação do prazo permite esse reperfilamento para dar conta nesse processo de melhoria da renda disponível e trazê-la com patamar sustentável, evitando a inadimplência.

Valor: *O Desenrola tem potencial de negociar quantos bilhões de reais em dívidas?*

Ceron: São cerca de R$ 100 bilhões. Há uma concentração muito grande em dívidas pequenas. Cerca de 11 milhões estão negativas com uma dívida menor do que R$ 1 mil. Essa pessoa não tem acesso a nada, nenhum produto no mercado, por conta disso. Seu nome está sujo. A questão reputacional afeta até a família. Com o programa, essa pessoa com dívida de R$ 1 mil, se estiver vencida há um ano, a dívida cai para menos que R$ 200. Dependendo prazo, a dívida pode ficar em até R$ 100. E ainda pode parcelar. Você consegue reduzir a dívida de 11 milhões de brasileiros com menos de R$ 500 milhões.

Valor: *O uso dos recursos não resgatados nos bancos não pode ser questionado juridicamente? Já tem ação no Supremo.*

Ceron: Existe uma lei que autoriza o levantamento desses recursos e que já poderiam estar aqui no Tesouro. Não trouxemos por conveniência nossa, porque havia uma discussão se é receita primária ou não. Mas decidimos que esse assunto merece atenção. Os recursos não resgatados podem e devem ter destinação benéfica para a sociedade. Hoje, o recurso fica na tesouraria do banco. Tem um volume de cerca de R$ 10 bilhões, imagina quanto isso gera só de rendimento financeiro. No Desenrola, a solução foi usar os recursos para o FGO. Estamos seguros com o modelo, muito mais interessante do que opção autorizada em lei, de trazer para o Tesouro, e do modelo que existe hoje, de deixar na tesouraria dos bancos. É um modelo mais saudável que permitirá a redução do spread bancário.

> “O endividamento para a habitação aumenta a poupança das famílias porque ela se força a pagar aquela dívida”

Valor: *Outras medidas estão sendo discutidas?*

Ceron: Tem questões discutidas, mas ainda sem processo decisório. A gente está desenhando possibilidades de políticas para atender outros públicos. O próprio presidente [Luiz Inácio Lula da Silva], de alguma maneira, já tinha sinalizado. Não vou me adiantar, mas há estudos sobre o que mais podemos fazer para melhorar o endividamento, com essa lógica mais estrutural.

Valor: *O público será alterado, atingindo trabalhadores informais, por exemplo?*

Ceron: Pode atingir outros públicos, mas não posso entrar no detalhe para não criar expectativa. Se eu sinalizo alguma coisa agora, tem efeito muito negativo.

Valor: *Então não acabou o pacote.*

Ceron: A gente continua estudando [novas medidas].

Valor: *Trocar a dívida cara por barata está em estudo, principalmente para quem está em dia, mas no limite?*

Ceron: A gente tem essa preocupação. Há um processo de queda de taxa de juros que já vai começar a se refletir nos juros bancários. Ainda que com parcimônia, o Banco Central reduz a Selic, isso automaticamente vai se refletindo nas taxas de juros. Mas a gente também está olhando como ajudar quem está muito endividado, mas ainda adimplente, para que ele continue adimplente. Isso é importante para não gerar incentivo para ficar inadimplente.

Valor: *Dívidas não bancárias estão no rol de novidades?*

Ceron: A opção pela dívida bancária foi para usar a própria plataforma dos bancos, o que permite um alcance maior. Ao trazer para a adimplência esse cliente, acaba de alguma forma permitindo uma consolidação de outras dívidas ou que pegue uma dívida adicional para poder quitar a dívida de utilidades, água, energia, que eventualmente está atrasada. A dívida não bancária teria que voltar para aquele modelo anterior, de ter plataforma única de renegociação.

Valor: *O que garante que não vamos precisar de novos programas para reduzir o endividamento no futuro?*

Ceron: Lá atrás, houve um foco muito grande nas dívidas antigas e, agora, nas mais novas. [No Desenrola 1] A gente não conseguiu abarcar um público importante, e a taxa de juros não caiu de forma tão consistente como a gente esperava. Estamos fazendo agora algo mais estrutural. O que está levando ao endividamento são várias causas, e uma delas são as apostas, por isso incluímos a vedação. A outra tem um caráter positivo, mas é um desafio no curto prazo, que é a bancarização em massa, a explosão de fintechs, financeiras. Hoje é muito comum, muito simples, ter cinco cartões de crédito. Isso exige da pessoa, da família, uma capacidade de autorregulação grande. Então tem um trabalho de educação financeira que a gente está tentando endereçar. Vamos pactuar e anunciar com os bancos.

Valor: *O novo programa pode repetir o Desenrola 1, em que foi feita a renegociação, mas os juros não caíram?*

Ceron: Com o cuidado de não entrar na política monetária ou no trabalho do BC, mas o processo de flexibilização está acontecendo. Vou até ancorar em falas do próprio BC, de que há alguma gordura na taxa de juros real para, mesmo em um momento como este, continuar baixando a taxa de juros. A dúvida que tem é, se esse cenário incerto persistir, talvez tenha que parar antes ou em um patamar maior. Mas o que era o objetivo da política monetária, de acomodar a atividade econômica, já aconteceu. Então, não vejo a repetição do cenário como aconteceu lá atrás.

Valor: *As linhas de crédito setoriais lançadas, como a de caminhões, não atrapalham?*

Ceron: A gente tem que tomar o cuidado para não desestruturar setores. No setor de caminhões, a indústria estava com uma ociosidade preocupante. O BC tem um mandato muito específico de fazer o que for necessário para trazer a inflação à meta. Não é papel do BC estar preocupado se vai quebrar a indústria de caminhões. A política econômica tem que estar preocupada de forma mais ampla. E isso [crédito para caminhões] foi feito com cuidado, porque não é para consumo. São meios de produção, é um setor importante para toda a cadeia logística.

Valor: *A linha de crédito para aquisição de carros voltada para motorista de aplicativo vai sair?*

Ceron: Está em discussão. Mas, de novo, não seria para consumo. É para pessoa física, mas voltado para a geração de renda. Não deixa de ser um meio de produção, um ativo para formação de patrimônio, como o crédito habitacional. Tem vários estudos que mostram que o endividamento para a habitação aumenta a poupança das famílias, porque ela se força a pagar aquela dívida e forma um patrimônio.

Valor: *O ministro do Empreendedorismo disse que o governo estuda ampliar o limite de faturamento do MEI. Como fazer isso com responsabilidade fiscal?*

Ceron: As medidas precisam ter fonte de compensação, senão faz mal para o país. Toda essa discussão, a área econômica está disposta a fazer, desde que com compensação.

> “Os recursos não resgatados podem e devem ter destinação benéfica para a sociedade”

Valor: *Mas vocês estão buscando essa fonte de compensação?*

Ceron: Eu tenho sérias ressalvas de que é a janela adequada para se discutir esse tipo de medida agora. Entrando, no próximo calendário eleitoral, talvez não fosse o momento de fazer ações como essa. E tem uma questão de mérito, se de fato precisa desse aumento e as consequências. Tem um custo fiscal de R$ 50 bilhões direto. E mais o impacto na Previdência, que asseguro que é centenas de bilhões. Não me parece que é isso que o país está precisando.

Valor: *E compensação em eventual fim da jornada 6x1?*

Ceron: Isso é inaceitável para nós. A sociedade brasileira deveria refutar fortemente esse tipo de discussão. Abrir um precedente de que o direito do trabalhador, a hora do trabalhador pertence ao empresário, pertence a uma empresa, é um ativo de uma empresa e por isso ele precisa ser indenizado, seria um retrocesso social brutal.

Valor: *É possível crédito para os setores afetados pela redução da jornada?*

Ceron: Indenizar, compensar é absurdo. Mas preciso de ajuda para poder me readaptar, investir em automação, e para isso preciso de crédito. Aí é outra discussão. Essa é possível. Tem que ver por setores.

Valor: *O ministro Dario Durigan sinalizou que a solução para o BRB é usar o FCDF. Como viabilizar isso?*

Ceron: Estamos pressupondo que a intenção do Distrito Federal é tomar a operação e pagá-la. Se é esse o objetivo, não há problema em dar garantia que seja importante, até reforça o interesse deles em pagar e sem agir plenamente depois com a operação. Isso é bom porque reduz o risco para a União e ajuda o GDF. Parece bem justo.

Valor: *A garantia do Tesouro está descartada?*

Ceron: Hoje, o DF não tem condições de pegar empréstimo com garantia da União, porque não tem capacidade de pagamento.

Recuperadora de crédito vê alcance baixo no Desenrola

Liane Thedim
Do Rio

A nova edição do Desenrola, lançada anteontem pelo governo, vai atingir menos de 1% das dívidas porque os critérios de renda até cinco salários mínimos e dois anos de atraso estão longe da realidade do endividamento do brasileiro, segundo Eduardo Martins, sócio-diretor da MGC Holding, dona da Crediativos, maior empresa independente (não vinculada a bancos) especializada na compra de direitos creditórios e na gestão de recuperação de créditos em atraso do país.

Além disso, diz ele, os bancos já se desfizeram de uma parcela significativa de suas carteiras inadimplentes “jovens”, por causa de normas contábeis que entraram em vigor no ano passado.

As normas do Banco Central obrigaram os bancos a provisionar recursos para perdas esperadas, em vez de somente perdas ocorridas, e levaram as instituições a vender suas carteiras “mais jovens”, vencidas há até dois anos, por serem as que mais pesavam no balanço, explica Martins. “Os bancos já vinham desde 2023 vendendo as carteiras recentes para companhias securitizadoras e fundos de direitos creditórios, os FIDCs, então hoje quase que não têm devedores com esse perfil”, comenta. “Paradoxalmente, quem comprou essas carteiras ficou de fora do programa”, critica.

De acordo com o executivo, o prazo médio das carteiras ofertadas à empresa no ano passado, que também incluem devedores não negativados, foi de 4.237 dias de atraso, sendo que em 2024 era de 1.267. Ele explica que o movimento de venda mais forte em 2023 e 2024 interferiu nesse prazo. “Até 2022, o prazo era de 4.000 dias, quando mudou a norma e os bancos venderam as carteiras jovens.”

Levantamento da Recovery, plataforma do Itaú de recuperação de crédito, mostrou que o movimento de venda de carteiras inadimplentes pelos bancos no ano passado atingiu R$ 34 bilhões, um crescimento de 21,4% frente aos R$ 28 bilhões de 2024, número já significativo. Essas carteiras reúnem créditos vencidos e a empresa que assume busca recuperar algum percentual do débito. Ainda conforme a Recovery, 43 empresas fizeram operações do tipo, incluindo bancos grandes e médios, de varejo, fintechs e cooperativas. Já o levantamento da MGC Holding mostra um número bem mais alto, de um saldo ofertado ao segmento de recuperação de crédito de R$ 53,8 bilhões em 2025 contra R$ 51,3 bilhões em 2024.

> Bancos se desfizeram de carteiras ‘jovens’ por causa de nova norma contábil, aponta executivo da MGC Holding

Martins cita estudo da Serasa Experian que mostra que mais de 60% das dívidas do público-alvo do programa estão em contas de consumo, serviços e varejo. Em março, 22% das dívidas renegociadas na instituição, que só considera quem já está negativado, estavam nas mãos de securitizadoras.

A Crediativos usa como meio para gerir essas carteiras um FIDC de créditos antigos e um de novas dívidas, que agregam 35 milhões de devedores, frente ao total de 117 milhões estimados pelo Banco Central. Martins afirma que o desconto médio de 65% prometido pelo programa do governo é semelhante aos 68% em média oferecidos por empresas de renegociação de dívidas atualmente. O teto dessas empresas é 96%, afirma.

“O perfil que o governo selecionou representa menos de 1% da nossa carteira, que contempla praticamente todos os bancos, crediários e companhias de utilities [serviços essenciais, como luz e gás]”, comentou.

Levantamento da MGC Holding para o **Valor** revela que o volume de acordos caiu 6,9% no ano passado, apesar do aumento da inadimplência. A Crediativos fez 1 milhão de acordos em 2025, muitos também de endividados em casas de apostas digitais, as bets. “As famílias estão mais endividadas e cada vez com menos condição de liquidar os débitos”, avalia ele, que também vê influência do grande número de fraudes digitais, o que torna o devedor refratário a contatos para renegociação.

Martins conta que o valor médio de acordo de um devedor brasileiro hoje é de R$ 1.239 à vista ou em 12 meses, com parcelas médias de R$ 124. “Quando a gente compra uma já está normalizado que, de um devedor com R$ 50 mil a pagar, vou recuperar 12 parcelas de R$ 124.” Diante da perspectiva de corte mais lento de juros este ano no Brasil, ele vê mais um ano difícil. “A família endividada não consome e ainda cai no conto das bets”, conclui.

Ines249

Finanças

Bancos Carteira de crédito somou R$ 1,5 trilhão, inadimplência ficou estável e rentabilidade aumentou para 24,8% no trimestre

Itaú mantém lucro forte, mas vê cenário mais incerto

Álvaro Campos e Lais Godinho
De São Paulo

O Itaú Unibanco voltou a registrar um trimestre forte no início de 2026. A rentabilidade dos meses de janeiro a março aumentou, ainda que o lucro tenha apresentado leve queda em relação ao trimestre imediatamente anterior, por fatores sazonais. As projeções para o ano foram mantidas e o banco disse que está preparado para um ciclo com mais incertezas.

O Itaú lucrou R$ 12,282 bilhões no primeiro trimestre. O número representa queda de 0,3% na comparação com o trimestre imediatamente anterior e avanço de 10,4% frente ao mesmo período do ano passado. O resultado veio em linha com as projeções dos analistas consultados pelo **Valor**, que apontavam um ganho de R$ 12,290 bilhões. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE), de 24,8%, com alta de 0,4 ponto percentual e de 2,3 pontos, na mesma base de comparação.

O banco contabilizou margem gerencial financeira de R$ 32,326 bilhões, estável ante o quarto trimestre e 4% maior que a do primeiro trimestre de 2025. A margem com clientes, indicativa das operações de crédito, ficou em R$ 31,506 bilhões, com queda de 0,7% em três meses e alta de 4,5% em um ano. A margem com o mercado foi de R$ 820 milhões, com aumento de 37,4% e baixa de 11,2%, respectivamente.

O banco fechou março com R$ 1,48 trilhão na carteira de crédito, indicando queda de 0,5% em relação a dezembro e alta de 7,2% em relação a março do ano passado. Desconsiderada a variação cambial, porém, houve altas de 1,2% e 9%, respectivamente.

Para o CEO do Itaú, Milton Maluhy Filho, o cenário para este ano exige cautela no crédito. "Mantivemos nossa estratégia de crescer de forma responsável, garantindo que a qualidade da nossa carteira siga os padrões que historicamente nos definem. Nos últimos ciclos, antecipamos ajustes para proteger nossos clientes nos momentos mais complexos", disse em nota.

O custo do crédito ficou em R$ 9,952 bilhões, aumentando 2,5% em relação ao quarto trimestre e 4,5% sobre os três primeiros meses do ano passado. A inadimplência estava em 1,9%, estável tanto no trimestre como em um ano. A taxa de calotes de pessoa física no Brasil era de 3,6% no fim de março, sem variações. No segmento de grandes empresas, o indicador estava em 0,1%, também estável. No de micro, pequenas e médias empresas, ficou em 1,9%, ante 1,8% e 1,6%, respectivamente.

Em vídeo divulgado na página de relações com investidores do Itaú, o vice-presidente financeiro do banco, Gabriel Moura, disse que a inadimplência veio dentro da sazonalidade esperada para o primeiro trimestre e, em alguns casos, até melhor. Segundo ele, o Itaú tem capacidade tanto de proteger o balanço, se o cenário, piorar, quanto de acelerar no crédito, se as condições melhorarem. "Em um cenário com mais incerteza, especialmente pela dinâmica geopolítica e a perspectiva de juros mais elevados por mais tempo, nossa solidez garante flexibilidade para operar ao longo do ciclo."

Para Fernando Bresciani, analista de investimentos do Andbank, o Itaú mostrou crescimento com controle de risco, margens estáveis e resultado consistente, e deve repetir o bom desempenho no segundo trimestre. "O resultado reforça a disciplina do Itaú em um cenário ainda desafiador, tanto na gestão de crédito quanto nas margens."

Agibank tem ganho de R$ 186,5 milhões no 1º trimestre

Lais Godinho
De São Paulo

O Agibank registrou lucro líquido de R$ 186,5 milhões no primeiro trimestre de 2026, com queda trimestral de 13,2% e anual de 47,7%. A margem financeira líquida caiu 0,9 ponto percentual no trimestre e 4,1 ponto no ano, para 12,8%, devido às mudanças na composição de ativos, com menor participação do crédito pessoal, segundo o balanço banco. Esta foi a segunda divulgação de resultados do Agibank desde a oferta pública inicial de ações (IPO) na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse).

A receita totalizou R$ 3 bilhões, com alta trimestral de 1,3% e anual de 23,6%. "Iniciamos 2026 a partir de uma posição de solidez e estamos satisfeitos com os resultados trimestrais, que refletem uma execução disciplinada e o foco na criação de valor no longo prazo", afirmou, em nota, o fundador e CEO da holding, Marciano Testa.

A carteira de crédito atingiu R$ 35,5 bilhões, avanço de 1,8% no trimestre e 30,3% em um ano. Desse total, R$ 25,8 bilhões foram em consignado do INSS. Outra parcela, de R$ 2,5 bilhões, foi em cartão consignado. Essa modalidade deve ser afetada pelo fim da margem exclusiva de 10%, anunciada pelo governo federal nesta semana com o Novo Desenrola Brasil. Além disso, a margem total de consignado deve diminuir gradualmente até chegar a 30% em 2031. Mesmo assim, o banco não espera "impacto material" em seus resultados, e vê possíveis oportunidades para a carteira sem garantia, avaliaram os executivos em teleconferência.

A inadimplência do banco foi de 3,6% em março, abaixo dos 3,7% de dezembro e acima dos 2,9% de março de 2025. As provisões por perdas esperadas atingiram R$ 2,1 bilhões, com queda trimestral de 12,3% e alta anual de 16,5%.

A rentabilidade (ROE) ficou em 26,1% no período, inferior à de 35,8% no quarto trimestre e 45,0% no primeiro trimestre de 2025. O banco chegou a 7,1 milhões de clientes ativos, alta anual de 52,6%.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 05/05/26

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1	19.946,92	0,09	0,11	4,43
IRF-M	1+	24.259,58	0,29	-0,21	3,18
IRF-M	Total	22.364,85	0,24	-0,12	3,51
IMA-B	5	11.210,98	0,13	0,13	5,37
IMA-B	5+	12.634,57	0,20	-0,20	4,34
IMA-B	Total	11.461,91	0,17	-0,06	4,79
IMA-S	Total	8.518,85	0,05	0,11	4,74
IMA-Geral	Total	10.022,72	0,12	0,02	4,46

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	17/04	16/04	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	39,49	39,24	39,58	39,91	41,49	35,60
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	30,30	30,02	30,57	29,56	27,96	28,92
Conta garantida pré - a.a.	53,23	55,80	60,37	44,80	58,00	53,76
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,87	24,14	24,27	21,71	25,29	21,91
Vendor pré - a.a.	21,27	21,18	20,45	17,91	18,26	19,87
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	21,00	21,08	21,35	24,77	25,68	20,03
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,52	18,30	18,82	19,83	19,72	20,70
Conta garantida pós - a.a.	28,52	28,18	28,18	28,14	29,34	27,07
ACC pós - a.a.	7,30	7,30	6,78	6,67	7,26	7,41
Factoring - a.m.	3,10	3,08	3,02	3,02	3,08	3,16

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	05/05/26	04/05/26	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	3,6300	3,6300	3,6600	3,6600	4,3300
Média em 1 mês	-	3,6469	3,6492	3,6492	3,6502	4,3497
Média em 3 meses	-	3,6670	3,6689	3,6687	3,6742	4,3622
Média em 6 meses	-	3,7582	3,7728	3,7695	3,8572	4,4514
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	1,9320	1,9320	1,9320	1,9310	2,1670
Média em 1 mês	-	1,9331	1,9331	1,9331	1,9333	2,3213
Média em 3 meses	-	1,9360	1,9359	1,9359	1,9361	2,4877
Média em 6 meses	-	1,9400	1,9399	1,9399	1,9391	2,7802
Média em 1 ano	-	1,9737	1,9757	1,9750	2,0080	3,2558
Euribor ***						
1 mês	-	1,939	1,968	1,980	1,909	2,123
3 meses	-	2,200	2,149	2,199	2,103	2,151
6 meses	-	2,558	2,462	2,524	2,458	2,151
1 ano	-	2,883	2,765	2,848	2,799	2,039
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	6,75	6,75	6,75	6,75	6,75	7,50
Federal Funds	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
Taxa de Desconto	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
T-Bill (1 mês)	3,65	3,67	3,64	3,64	3,68	4,31
T-Bill (3 meses)	3,69	3,67	3,68	3,67	3,69	4,31
T-Bill (6 meses)	3,72	3,70	3,72	3,69	3,86	4,24
T-Note (2 anos)	3,95	3,96	3,97	3,87	3,80	3,83
T-Note (5 anos)	4,08	4,09	4,08	4,01	3,95	3,94
T-Note (10 anos)	4,43	4,44	4,43	4,38	4,31	4,35
T-Bond (30 anos)	4,99	5,02	5,01	4,97	4,87	4,84

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	mai/26*	abr/26	Mês mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,11	1,09	1,21	1,00	1,16	1,22	4,65	14,83
CDI	0,11	1,09	1,21	1,00	1,16	1,22	4,65	14,83
CDB (1)	0,71	0,73	1,01	1,01	1,01	1,01	4,55	12,45
Poupança (2)	0,67	0,67	0,67	0,62	0,67	0,68	3,35	8,32
Poupança (3)	0,67	0,67	0,67	0,62	0,67	0,68	3,35	8,32
IRF-M	-0,12	1,24	-0,59	0,99	1,96	0,30	3,51	13,69
IMA-B	-0,06	1,81	0,17	1,79	1,00	0,31	4,79	12,35
IMA-S	0,11	1,09	1,27	1,01	1,18	1,23	4,74	15,05
Renda Variável								
Ibovespa	-0,30	-0,08	-0,70	4,09	12,56	1,29	15,91	38,69
Índice Small Cap	0,70	-3,16	-5,77	1,88	10,15	-3,58	3,12	13,33
IBrX 50	-0,44	-0,06	-0,26	4,27	13,15	1,44	17,09	40,32
ISE	0,23	-1,64	-2,39	3,72	9,90	-2,37	9,70	24,83
IMOB	-1,14	-3,78	-9,36	8,09	12,22	-6,72	4,58	39,95
IDIV	-0,98	-1,18	-0,23	4,38	10,56	1,46	12,65	34,07
IFIX	-1,00	1,53	-1,06	1,32	2,27	3,14	3,06	15,16
Dólar Ptax (BC)	-1,29	-4,42	1,36	-1,54	-4,95	3,16	-10,51	-11,87
Dólar Comercial (mercado)	-0,80	-4,38	0,87	-2,16	-4,39	2,88	-10,51	-12,77
Euro (BC) (4)	-1,47	-2,67	-1,12	-2,29	-3,83	4,49	-10,89	-8,94
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,15	-2,91	-1,37	-2,55	-3,42	4,17	-10,91	-9,61
Ouro (BC)	-2,32	-4,41	-10,73	2,72	10,66	5,88	-5,25	22,92
Inflação								
IPCA (5)	-	0,70	0,88	0,70	0,33	0,33	2,63	4,42
IGP-M	-	2,73	0,52	-0,73	0,41	-0,01	2,93	0,61

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento no dia 05/05/26. ** Até abr/26. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês (até 03/05/12). (3) rentabilidade do 1º dia do mês (a partir de 04/05/12). (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,70% para o mês de abril

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 29/04/26

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2026	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	4.645.900,19					-19.541,81	-6.200,64	119.741,40	140.724,12
RF Indexados (2)	130.243,16	-0,14	1,07	4,39	12,56	-409,39	-1.562,99	369,42	-13.138,92
RF Duração Baixa Soberano (2)	738.850,44	0,05	0,95	4,14	13,67	-12.328,30	5.367,61	3.324,80	-35.311,92
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	1.019.939,63	0,06	1,01	4,41	14,72	-25,90	-2.514,76	-4.593,03	-55.980,36
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	285.911,26	0,05	0,05	4,37	14,73	-235,93	2.154,03	5.787,43	23.253,85
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	214.046,16	0,02	1,29	4,09	10,10	-89,87	-1.475,62	2.873,04	16.413,44
RF Duração Livre Soberano (2)	282.581,50	0,01	1,13	4,33	12,98	689,64	1.829,09	3.139,60	17.866,24
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	780.185,59	0,03	1,11	4,35	13,75	-1.072,69	-9.338,73	8.383,81	-29.461,91
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	716.903,14	-0,04	0,40	3,30	12,92	-1.422,47	-12.457,93	20.283,19	150.950,88
Ações	700.717,39					-0,81	158,14	-5.398,80	-14.394,97
Ações Indexados (2)	13.197,28	-2,01	-1,40	14,00	36,01	15,41	2,74	-104,76	356,34
Ações Índice Ativo (2)	19.402,73	-1,91	-1,45	12,19	33,78	-27,23	298,91	-2.177,05	-11.446,06
Ações Livre	251.318,57	-1,57	-0,23	6,12	26,54	20,82	659,43	-4.797,66	-4.569,49
Fechados de Ações	83.882,89	-1,02	1,31	1,30	4,01	0,00	-0,84	-3.029,56	-28.496,30
Multimercados	1.530.446,06					-1.267,27	-3.724,83	6.433,29	2.134,61
Multimercados Macro	99.945,99	-0,19	1,49	2,64	11,94	-73,34	-1.168,64	-4.371,53	-15.269,38
Multimercados Livre	566.467,52	-0,07	1,14	3,43	14,80	-956,47	-1.765,21	-2.218,43	-19.633,03
Multimercados Juros e Moedas	38.385,70	0,04	0,94	4,17	14,16	-31,02	-707,05	-1.929,26	-11.018,83
Multimercados Invest. no Exterior (2)	737.620,41	0,00	0,99	2,00	11,25	-159,00	-55,80	12.744,81	54.071,71
Cambial	7.228,74	0,70	-3,02	-7,20	-6,29	-27,89	690,82	614,08	966,26
Previdência	1.811.222,93					-732,22	-4.472,33	-4.463,51	-20.239,67
ETF	108.385,61					216,01	3.769,90	21.686,84	44.286,87
Demais Tipos	2.709.404,61					-5.436,36	6.496,10	82.627,58	69.637,85
Total Fundos de Investimentos	**8.803.900,93**					**-21.353,99**	**-9.778,93**	**138.613,31**	**153.477,23**
Total Fundos Estruturados (3)	**2.194.183,24**					**250,65**	**3.615,21**	**32.033,25**	**163.279,58**
Total Fundos Off Shore (4)	**43.592,88**					-	-	-	-
Total Geral	**11.041.677,05**					**-21.103,35**	**-6.163,71**	**170.646,56**	**316.756,81**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de março de 2026 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	05/05/26	04/05/26	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	14,50	14,50	14,75	14,50	14,75	14,25
Selic - taxa over ao ano	14,40	14,40	14,65	14,40	14,65	14,15
Selic - taxa over ao mês	1,6020	1,6020	1,6280	1,6020	1,6280	1,5759
Selic - taxa efetiva ao ano	14,40	14,40	14,65	14,64	14,65	14,15
Selic - taxa efetiva ao mês	1,0734	1,0734	1,0909	1,0901	1,0909	1,1090
CDI - taxa over ao ano	14,40	14,40	14,65	14,40	14,65	14,15
CDI - taxa over ao mês	1,6020	1,6020	1,6280	1,6020	1,6280	1,5759
CDI - taxa efetiva ao ano	14,40	14,40	14,65	14,64	14,65	14,15
CDI - taxa efetiva ao mês	1,0734	1,0734	1,0909	1,0901	1,0909	1,1090
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	14,31	14,33	14,33	14,31	14,42	14,65
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	14,20	14,25	14,19	14,20	14,18	14,72
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	14,39	14,40	14,43	14,40	14,64	14,55
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	14,36	14,37	14,38	14,37	14,50	14,60
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	14,31	14,33	14,34	14,31	14,43	14,66
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	14,26	14,30	14,26	14,27	14,35	14,69
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	14,21	14,26	14,21	14,21	14,20	14,73
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	14,04	14,15	14,02	14,05	13,97	14,60

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 05/05/26

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/26	98.990,81	14,400	24.161	14,400	14,403	14,401
Vencimento em jul/26	97.891,98	14,365	340.369	14,362	14,375	14,365
Vencimento em ago/26	96.711,26	14,312	49.954	14,307	14,320	14,311
Vencimento em set/26	95.650,94	14,270	20.920	14,255	14,280	14,275
Vencimento em out/26	94.603,91	14,240	313.799	14,225	14,260	14,230
Vencimento em nov/26	93.574,48	14,205	11.767	14,190	14,220	14,215
Vencimento em dez/26	92.651,39	14,185	1.359	14,175	14,200	14,190
Vencimento em jan/27	91.603,76	14,149	415.719	14,130	14,195	14,140
Vencimento em fev/27	90.662,62	14,122	1.509	14,125	14,135	14,125
Vencimento em mar/27	89.822,72	14,104	257	14,095	14,125	14,095
Vencimento em abr/27	88.815,76	14,073	92.115	14,055	14,135	14,065
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/26	4.942,60	-1,21	234.635	4.938,00	4.985,00	4.941,00
Vencimento em jul/26	4.978,21	-1,21	11.815	4.979,50	4.983,00	4.983,00
Vencimento em ago/26	5.016,52	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/26	5.052,31	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/26	5.088,00	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/26	5.813,67	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/26	5.860,07	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/26	5.917,70	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/26	189.411	0,55	31.875	188.065	190.230	189.400
Vencimento em ago/26	193.216	-	0	0	0	0
Vencimento em out/26	197.356	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 05/05/26

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	4,9236	4,9242	-0,70	-1,29	-10,51	-12,88
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	4,9115	4,9121	-1,12	-0,80	-10,51	-13,66
Dólar Turismo (R$/US$)	4,9317	5,1117	-1,14	-0,84	-10,35	-13,49
Euro (BC) - (R$/€)	5,7636	5,7648	-0,62	-1,47	-10,89	-9,86
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,7442	5,7448	-1,12	-1,15	-10,91	-10,76
Euro Turismo (R$/€)	5,8121	5,9921	-1,10	-1,19	-10,75	-10,61
Euro (BC) - (US$/€)	1,1706	1,1707	0,08	-0,19	-0,43	3,46
Ouro						
Banco Central (R$/g)	722,8894	722,9775	0,31	-2,32	-5,25	20,16
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	4.556,76	0,85	-1,49	5,36	36,67
Londres (US$/onça troy)[1]	-	4.554,15	-1,55	-1,55	5,72	39,57

Fontes: Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	05/05/26	04/05/26	No fim de abr/26	dez/25	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	185.269,00	185.372,08	188.303,77	187.981,61	-0,06	-1,61	-1,44
Valor-Coppead Mínima Variância	121.959,19	117.630,04	116.289,91	112.063,66	3,68	4,88	8,83

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
JBS (1)	20/04/26	06/03/57	371	250	5,625	-	-
JBS (1)	20/04/26	06/03/57	371	250	6,4	-	-
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/30	48	2.360	4	4,24	145,0
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/33	84	1.770	4,875	5,031	210,0
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/36	120	1.770	5,5	5,627	255,0
Minerva	22/04/26	22/04/36	120	600	7,5	7,65	-
Rede D'Or	abr/26	abr/36	120	500	6,55	6,55	255,0

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 05/05/26. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Reabertura de operação. (2) Emissão em euros - spread sobre o Mid-swap

ADR - Índices

Em 05/05/26

Índice	05/05/26	04/05/26	Em 30/04/26	31/12/25	05/05/25	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	257,73	256,69	259,35	236,21	190,87	0,41	-0,63	9,11	35,03
S&P BNY Emergentes	594,42	597,69	596,10	520,39	385,46	-0,55	-0,28	14,22	54,21
S&P BNY América Latina	294,46	289,38	294,47	237,47	190,11	1,75	0,00	24,00	54,89
S&P BNY Brasil	290,81	286,86	291,41	216,99	177,55	1,38	-0,21	34,02	63,79
S&P BNY México	419,43	405,51	410,60	364,17	295,55	3,43	2,15	15,17	41,92
S&P BNY Argentina	389,19	389,12	397,05	420,37	368,01	0,02	-1,98	-7,42	5,76
S&P BNY Chile	241,57	237,37	246,15	228,03	158,47	1,77	-1,86	5,94	52,43
S&P BNY Índia	2.375,18	2.371,66	2.419,19	3.194,82	3.326,19	0,15	-1,82	-25,66	-28,59
S&P BNY Ásia	342,03	343,20	343,44	311,85	239,81	-0,34	-0,41	9,68	42,63
S&P BNY China	392,80	394,93	395,51	436,07	392,91	-0,54	-0,68	-9,92	-0,03
S&P BNY África do Sul	488,04	486,25	493,58	497,42	269,02	0,37	-1,12	-1,88	81,42
S&P BNY Turquia	30,54	29,68	30,13	26,22	27,49	2,88	1,36	16,45	11,08

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
19/04 a 19/05	0,1381	0,6388	0,6388	0,9400
20/04 a 20/05	0,1687	0,6695	0,6695	0,9897
21/04 a 21/05	0,1687	0,6695	0,6695	0,9884
22/04 a 22/05	0,1706	0,6715	0,6715	1,0381
23/04 a 23/05	0,1706	0,6715	0,6715	1,0393
24/04 a 24/05	0,1688	0,6696	0,6696	0,9902
25/04 a 25/05	0,1388	0,6395	0,6395	0,9411
26/04 a 26/05	0,1688	0,6696	0,6696	0,9908
27/04 a 27/05	0,1706	0,6715	0,6715	1,0405
28/04 a 28/05	0,1706	0,6715	0,6715	1,0402
29/04 a 29/05	0,1707	0,6695	0,6695	1,0413
30/04 a 30/05	0,1707	0,6695	0,6695	1,0407
01/05 a 31/05	0,1687	0,6695	0,6695	0,9899
01/05 a 01/06	0,1687	0,6695	0,6695	0,9899
02/05 a 02/06	0,1706	0,6715	0,6715	1,0397
03/05 a 03/06	0,1725	0,6734	0,6734	1,0895
04/05 a 04/06	0,1744	0,6753	0,6753	1,1393

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 05/05/26

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	186.754	0,62	-0,30	15,91	39,90
IBrX	78.852	0,58	-0,41	15,93	40,00
IBrX 50	31.573	0,54	-0,44	17,09	41,44
IEE	138.627	0,42	-0,28	12,65	45,37
SMLL	2.378	1,33	0,70	3,12	15,39
ISE	4.576	0,80	0,23	9,70	26,70
IMOB	1.376	1,01	-1,14	4,58	38,72
IDIV	12.938	0,13	-0,98	12,65	34,86
IFIX	3.891	-0,33	-1,00	3,06	14,71
Variação % em dólares					
Ibovespa	37.926	1,33	1,00	29,52	60,58
IBrX	16.013	1,28	0,90	29,54	60,70
IBrX 50	6.412	1,25	0,86	30,84	62,34
IEE	28.152	1,12	1,02	25,88	66,86
SMLL	483	2,04	2,02	15,23	32,44
ISE	929	1,51	1,55	22,58	45,43
IMOB	279	1,71	0,16	16,86	59,22
IDIV	2.627	0,83	0,31	25,88	54,80
IFIX	790	0,37	0,30	15,16	31,67

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Melhores e Piores do Ibovespa

Desempenho das ações em 05/05/26

Melhores no dia

Papel	Código	Variação (%)	Cotação (R$)
Ambev ON	ABEV3	15,30	16,65
Usiminas PNA	USIM5	5,10	8,65
Gerdau PN	GGBR4	4,86	23,75
Gerdau Met. PN	GOAU4	4,16	10,26
Smart Fit ON	SMFT3	4,06	17,69

Piores no dia

Papel	Código	Variação (%)	Cotação (R$)
Braskem PNA	BRKM5	-2,00	9,31
Marfrig ON	MBRF3	-1,94	17,65
WEG ON	WEGE3	-1,85	43,54
Engie Brasil ON	EGIE3	-1,79	34,04
Brava ON	BRAV3	-1,39	18,48

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
set/25	367.832	22/04/26	377.457
out/25	368.353	23/04/26	377.293
nov/25	370.828	24/04/26	377.401
dez/25	372.984	27/04/26	377.258
jan/26	379.117	28/04/26	376.364
fev/26	382.824	29/04/26	375.803
mar/26	372.752	30/04/26	376.713
abr/26	376.713	04/05/26	376.713

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	05/05/26	04/05/26	30/04/26	29/04/26	28/04/26	27/04/26
Índice	2.605,26	2.599,62	2.605,78	2.597,36	2.606,45	2.604,94
Var. no dia	0,22%	-0,24%	0,32%	-0,35%	0,06%	-0,09%
Var. no mês	-0,02%	-0,24%	1,16%	0,83%	1,18%	1,13%
Var. no ano	3,74%	3,52%	3,76%	3,43%	3,79%	3,73%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 05/05/26

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	32,5300	32,5500	0,15130	0,15140
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	4,9236	4,9242
Bolívar Soberano (Venezuela)	488,8191	490,0442	0,0100500	0,0100700
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7024	0,7178
Colon (Costa Rica)	452,0500	458,2000	0,010750	0,010890
Coroa (Dinamarca)	6,3833	6,3836	0,7713	0,7714
Coroa (Islândia)	122,1800	122,4600	0,04021	0,04030
Coroa (Noruega)	9,2402	9,2427	0,5327	0,5329
Coroa (Rep. Tcheca)	20,8260	20,8340	0,2363	0,2364
Coroa (Suécia)	9,2445	9,2480	0,5324	0,5327
Dinar (Argélia)	132,1582	132,7029	0,03710	0,03726
Dinar (Kuwait)	0,3064	0,3065	16,0639	16,0711
Dinar (Líbia)	6,3283	6,3560	0,7746	0,7781
Direitos Especiais de Saque ***	1,3707	1,3707	6,7488	6,7496
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,3403	1,3409
Dirham (Marrocos)	9,2261	9,2343	0,5332	0,5337
Dólar (Austrália)***	0,7194	0,7195	3,5420	3,5430
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	4,9236	4,9242
Dólar (Belize)	2,0002	2,0222	2,4348	2,4619
Dólar (Canadá)	1,3607	1,3611	3,6174	3,6189
Dólar (Cayman)	0,8275	0,8350	5,8965	5,9507
Dólar (Cingapura)	1,2744	1,2751	3,8613	3,8639
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	4,9236	4,9242
Dólar (Hong Kong)	7,8365	7,8368	0,6283	0,6284
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5900	0,5903	2,9049	2,9068
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7280	6,8260	0,7213	0,7319
Euro (Comunidade Européia)***	1,1706	1,1707	5,7636	5,7648
Florim (Aruba)	1,7800	1,8400	2,6759	2,7664
Franco (Suíça)	0,7821	0,7823	6,2937	6,2961
Guarani (Paraguai)	6008,0000	6233,0000	0,0007899	0,0008196
Hryvnia (Ucrânia)	43,9704	43,9830	0,1119	0,1120
Iene (Japão)	157,6700	157,6900	0,03122	0,03123
Libra (Egito)	53,5700	53,6700	0,0917	0,0919
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000055	0,000055
Libra (Síria)	110,5000	120,5000	0,04086	0,04456
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3574	1,3575	6,6833	6,6846
Naira (Nigéria)	1364,9100	1366,9100	0,00360	0,00361
Lira (Turquia)	45,2149	45,2214	0,1089	0,1089
Novo Dólar (Taiwan)	31,5550	31,5850	0,15590	0,15610
Novo Sol (Peru)	3,4919	3,4921	1,4099	1,4102
Peso (Argentina)	1395,0000	1397,0000	0,00352	0,00353
Peso (Chile)	904,6000	904,9000	0,005441	0,005444
Peso (Colômbia)	3725,1100	3733,1100	0,001319	0,001322
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2052	0,2052
Peso (Filipinas)	61,3950	61,4360	0,08014	0,08021
Peso (México)	17,3756	17,3792	0,2833	0,2834
Peso (Rep. Dominicana)	59,3900	59,7700	0,08238	0,08291
Peso (Uruguai)	40,1600	40,2000	0,12250	0,12260
Rande (África do Sul)	16,6456	16,6511	0,2957	0,2958
Rial (Arábia Saudita)	3,7524	3,7526	1,3121	1,3123
Rial do Qatar (Qatar)	3,6445	3,6455	1,3506	1,3511
Rial (Irã)	1315347,0000	1315847,0000	0,0000037	0,0000037
Ringgit (Malásia)	3,9600	3,9650	1,2418	1,2435
Rublo (Rússia)	75,4955	75,5045	0,06521	0,06523
Rúpia (Índia)	95,1847	95,3095	0,05166	0,05173
Rúpia (Indonésia)	17410,0000	17420,0000	0,0002826	0,0002828
Rúpia (Paquistão)	278,8000	279,0500	0,01764	0,01766
Shekel (Israel)	2,9378	2,9394	1,6750	1,6762
Won (Coréia do Sul)	1468,4300	1470,0100	0,003349	0,003353
Yuan Renminbi (China)	6,8300	6,8305	0,7208	0,7210
Zloty (Polônia)	3,6272	3,6278	1,3572	1,3576

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	4566,71	0,00681	722,8894	722,9775

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	05/05/26	04/05/26	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	49.298,25	48.941,90	0,73	-0,71	2,57	19,60	40.829,00	50.188,14
EUA	Nova York	Nasdaq-100	28.015,06	27.651,82	1,31	2,05	10,95	40,30	19.791,35	28.015,06
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	25.326,13	25.067,80	1,03	1,74	8,97	41,93	17.689,66	25.326,13
EUA	Nova York	S&P 500	7.259,22	7.200,75	0,81	0,70	6,04	28,47	5.606,91	7.259,22
Canadá	Toronto	S&P/TSX	33.566,91	33.638,87	-0,21	-1,17	5,85	34,52	24.953,52	34.541,27
México	Cidade do México	IPC	68.590,57	67.283,60	1,94	1,08	6,66	22,84	55.517,81	71.601,35
Colômbia	Bogotá	COLCAP	2.171,54	2.169,52	0,09	-0,30	5,01	32,24	1.608,90	2.521,54
Venezuela	Caracas	IBVC	5.739,87	5.909,19	-2,87	0,54	175,66	2.375,02	330,15	321.836,75
Chile	Santiago	IPSA	10.691,27	10.717,34	-0,24	-1,99	2,00	33,31	8.019,77	11.627,58
Peru	Lima	S&P/BVL General	-	-	-	-	-	14,54	30.324,83	34.937,73
Argentina	Buenos Aires	Merval	2.759.256,60	2.767.136,50	-0,28	-2,60	-9,58	33,95	1.683.959,61	3.244.319,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.801,85	1.774,65	1,53	0,11	4,72	16,63	4.087,82	4.883,53
Alemanha	Frankfurt	DAX	24.401,70	23.991,27	1,71	0,45	-0,36	4,53	22.300,75	25.420,66
França	Paris	CAC-40	8.062,31	7.976,12	1,08	-0,65	-1,07	4,33	7.537,57	8.620,93
Itália	Milão	FTSE MIB	48.557,50	47.478,13	2,27	0,65	8,04	26,20	38.319,89	48.869,43
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	5.440,14	5.352,18	1,64	1,63	7,12	20,43	4.359,02	5.677,83
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.506,92	1.497,49	0,63	1,30	-6,29	-14,89	1.356,45	1.950,37
Espanha	Madri	IBEX-35	17.667,70	17.356,10	1,80	-0,64	2,08	30,70	13.480,40	18.496,60
Grécia	Atenas	ASE General	2.229,19	2.205,04	1,10	1,85	5,12	28,75	1.716,22	2.407,07
Holanda	Amsterdã	AEX	1.014,50	1.004,98	0,95	0,04	6,64	13,17	883,89	1.030,06
Hungria	Budapeste	BUX	135.935,10	133.586,12	1,76	1,60	22,43	46,08	91.925,59	139.499,37
Polônia	Varsóvia	WIG	130.054,84	128.864,38	0,92	1,20	10,93	29,49	98.984,52	135.197,20
Portugal	Lisboa	PSI-20	9.164,62	9.168,05	-0,04	-1,93	10,90	30,93	6.988,05	9.484,93
Rússia	Moscou	RTS*	1.105,63	1.094,42	1,02	-1,24	-0,76	4,97	974,86	1.185,76
Suécia	Estocolmo	OMX	3.072,42	3.035,49	1,22	0,39	6,57	24,65	2.424,04	3.222,75
Suíça	Zurique	SMI	13.052,17	13.003,33	0,38	-0,64	-1,62	6,70	11.755,32	14.014,30
Turquia	Istambul	BIST 100	14.495,77	14.369,61	0,88	0,37	28,72	59,08	9.008,87	14.594,01
Israel	Tel Aviv	TA-125	4.481,04	4.440,51	0,91	3,87	22,31	73,19	2.587,31	4.481,04
África do Sul	Joanesburgo	All Share	115.017,06	114.660,81	0,31	-0,14	-0,70	24,93	90.890,06	128.455,70
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	Feriado	Feriado	-	0,38	18,22	61,59	36.779,66	60.537,36
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.903,30	8.923,80	-0,23	0,18	-1,28	6,32	8.369,30	9.435,60
China	Shenzhen	SZSE Composite	Feriado	Feriado	-	-	9,69	44,93	1.958,73	2.789,00
China	Xangai	SSE Composite	Feriado	Feriado	-	-	3,61	25,41	3.316,11	4.182,59
Coreia do Sul	Seul	KOSPI	Feriado	6.936,99	-	5,12	64,61	171,00	2.573,80	6.936,99
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	25.898,61	26.095,88	-0,76	0,47	1,05	15,08	22.662,71	27.968,09
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	77.017,79	77.269,40	-0,33	0,14	-9,63	-4,68	71.947,55	85.762,01
Indonésia	Jacarta	JCI	7.057,11	6.971,95	1,22	1,44	-18,39	3,30	6.787,14	9.134,70
Tailândia	Bangcoc	SET	1.490,10	Feriado	-0,24	-0,24	18,29	24,28	1.062,78	1.533,64
Taiwan	Taipé	TAIEX	40.769,29	40.705,14	0,16	4,73	40,76	98,56	20.522,59	40.769,29

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CNPJ nº 63.025.530/0021-58
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 25/2026 – ECA
NO COMPRAS.GOV.BR Nº 90025/2026 - ECA
PROCESSO SEI Nº 154.00006623/2026-06

Torna público o PREGÃO ELETRÔNICO nº 25/2026 – ECA, COMPRAS.GOV.BR Nº 90025/2026 - ECA, tipo menor preço, cujo objeto é o SERVIÇO DE AUDIOVISUAL PARA CERIMÔNIAS DE COLAÇÃO DE GRAU, conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 06/05/2026, nos endereços: **www.gov.br/compras**, **www.usp.br/licitacoes** e **www.doe.sp.gov.br**. O início do Recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 06/05/2026 a partir das 08h00, e a sessão de disputa agendada para o dia 26/05/2026 às 09h00, no "Portal de Compras do Governo Federal" - **www.gov.br/compras.**

Gafisa

GAFISA S.A.
CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07 - NIRE 35.300.147.952
Companhia aberta

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/03/2026

Em 17/03/2026, às 11h, de modo exclusivamente digital, nos termos do inciso I do §2º do artigo 5º da Resolução da CVMnº 81, de 29/03/2022, conforme alterada, por meio da Plataforma "Ten Meetings", e sendo considerada realizada na sede da Companhia. **Convocação:** O edital de 2ª convocação desta AGE foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), jornal Valor Econômico, nas edições de 7, 10 e 11/03/2026, nas páginas A6, A4 e A14 respectivamente, e em versão digital nas mesmas datas. **Presença:** Presentes acionistas titulares de 6.297.657 ações, representando 25,69% do capital social votante da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sra. Fernanda Cirne Montorfano Gibson; Secretário: Sr. Victor Guita Campinho. **Deliberações**: Instalada a Assembleia, foi informado que a lavratura da Ata da presente Assembleia seria feita em forma de sumário, como autoriza o parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei das S.A. Ainda, os acionistas autorizaram a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo segundo, da Lei das S.A. e a dispensa da leitura do mapa de votação. Após o exame, esclarecimentos e discussão a respeito da matéria, os acionistas deliberaram o quanto segue: **(i)** Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 6.239.481 votos favoráveis, 10.820 rejeições e 47.356 abstenções**, a atualização do *caput* do art. 5º do Estatuto Social para refletir os aumentos de capital realizados dentro do limite do capital autorizado aprovados pelo Conselho de Administração. **(ii)** Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 6.239.475 votos favoráveis, 56.887 rejeições e 1.295 abstenções**, a alteração do *caput* do art. 6º do Estatuto Social da Companhia para modificar o parâmetro e ampliar o montante do capital autorizado. **(iii)** Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 6.285.527 votos favoráveis, 10.816 rejeições e 1.314 abstenções**, a inclusão da alínea "(z)" no artigo 20 e o artigo 53 no Estatuto Social da Companhia, com o regramento a respeito da possibilidade de a Companhia celebrar contratos de indenidade. **(iv)** Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 6.239.596 votos favoráveis, 10.811 rejeições e 47.250 abstenções**, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I à presente ata. **(v)** Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 6.285.657 votos favoráveis, 10.811 rejeições e 1.189 abstenções**, a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas na AGE. Nada mais. São Paulo, 17/03/2026. **Fernanda Cirne Montorfano Gibson -** Presidente; **Victor Guita Campinho -** Secretário. **JUCESP** nº 175.876/26-5 em 15/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Ines249

Regulação Mercado classifica medida como 'vitória histórica' da autarquia; liminar ainda será apreciada no plenário do STF

Dino determina que taxa de fiscalização fique com a CVM

Victoria Netto
Do Rio

Um dia após audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Flávio Dino determinou que a arrecadação da taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) seja destinada à autarquia. A decisão prevê que se desconte apenas a parcela de Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo que permite ao governo federal usar até 30% das receitas de impostos e taxas que seriam destinadas a áreas ou órgãos específicos. Para especialistas ouvidos pelo **Valor**, a medida representa uma "vitória histórica" e o cumprimento da Constituição.

Na liminar, Dino também exigiu que o governo federal apresente, em 20 dias úteis, um plano operacional de emergência da atividade fiscalizatória para o exercício de 2026. Determinou ainda que a União se manifeste, no mesmo prazo, sobre a falta de membros no colegiado da CVM. Atualmente, a instância opera com apenas dois de cinco diretores. As indicações são feitas pelo Ministério da Fazenda e os nomes precisam passar por sabatina no Senado.

Em janeiro, o governo federal indicou o ex-diretor Otto Lobo para a presidência da CVM e o do advogado Igor Muniz para um dos assentos como diretor. O nome de Lobo não foi bem recebido pelo mercado e, em meio a divergências entre o Senado e o Planalto, as sabatinas ainda não foram realizadas.

Na decisão, Dino também exigiu a formulação de um plano complementar de médio prazo, que traga diretrizes, investimentos e projeções para os horizontes de 2027 e anos subsequentes. Esse plano deve ser apresentado pela União em no máximo 90 dias corridos.

A liminar ainda será apreciada pelo plenário do STF para referendo, conforme prevê o regimento da Corte. O relator pode encaminhar o caso ao plenário virtual ou presencial, sendo mais comum o formato virtual, em que os ministros votam ao longo de uma semana. A apreciação pode ser interrompida por pedido de vista ou destaque, o que levaria a análise ao plenário físico.

Segundo o ministro, a medida liminar busca reverter um quadro de "atrofia institucional" provocado pela retenção desses recursos pelo Tesouro Nacional. No cenário atual, cerca de 70% da arrecadação ficava com o Tesouro para gastos gerais, enquanto a CVM recebia apenas 30%. Em 2025, a taxa de fiscalização arrecadada chegou a R$ 1,2 bilhão, enquanto o orçamento da CVM para 2026 ficou em R$ 47 milhões.

"Descortina-se quadro inequívoco de atrofia institucional e asfixia orçamentária ", escreveu o ministro. "A retenção dos recursos arrecadados não aparenta configurar apenas uma afronta à lógica constitucional tributária, mas revela-se também como fator de vulnerabilização direta da segurança pública e da integridade da economia popular do país. Os custos socioeconômicos são, evidentemente, muito maiores do que possíveis ganhos fiscais com a retenção dos recursos oriundos da taxa", continuou.

A decisão veio um dia após uma audiência pública realizada na Corte, convocada por Dino em resposta a uma ação do Partido Novo, que alegava irregularidade nas mudanças sobre a cobrança das taxas de fiscalização da CVM trazidas pela lei 14.317/2022. A legenda também apontava inconstitucionalidade na destinação da taxa fiscalizatória da autarquia. Na ocasião, foram ouvidos representantes da CVM, do Coaf, do Banco Central (BC), advogados e organizações do mercado.

Para o presidente interino da CVM, João Accioly, a realização da audiência pública foi "exemplar" e a decisão restaura a ordem constitucional. "Além da publicidade e transparência do debate, explicitou o quanto o aumento do financiamento da CVM é necessário. A decisão, no plano jurídico, restaura a ordem constitucional, e no plano dos fatos tem valor inestimável para um eficiente desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro."

> "Decisão reestrutura ordem constitucional, com valor inestimável ao desenvolvimento do mercado"
> *João Accioly*

Na avaliação da diretora da CVM Marina Copola, a decisão representa um reforço relevante à capacidade operacional do órgão. Ao mesmo tempo, ponderou que o ineditismo e a abrangência da decisão exigem cautela, já que a medida abre a possibilidade de extensão de entendimentos semelhantes a outras agências reguladoras. Copola destacou ainda que a exigência de planos a serem apresentados pela União reflete uma preocupação legítima com a boa alocação dos recursos públicos.

"É uma discussão que tem que se dar com responsabilidade, tendo em vista os impactos do ponto de vista fiscal, orçamentário e eficiência alocativa. São recursos públicos, e é claro que a gente quer fortalecer o regulador, mas dentro de parâmetros reforçados, olhando para a política pública como um todo", disse.

O superintendente seccional da CVM, Daniel Valadão, classificou a decisão como uma grande vitória da CVM e do mercado de capitais do Brasil. "A gente lutava pelo fortalecimento da CVM há muito tempo. É uma decisão de fato histórica'", disse. Apesar disso, reconheceu o alto impacto sobre o orçamento da União e que a decisão ainda pode ser alvo de recurso.

Ex-presidente da CVM, João Pedro Nascimento avaliou que a decisão reforça um princípio constitucional básico. "A decisão é estruturante. O ministro aplicou o que a Constituição determina: taxa é tributo vinculado, e sua arrecadação deve financiar a atividade que a justifica", disse.

Representante do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), Gabriela Codorniz disse que o caso significou uma aproximação entre o Judiciário e a autarquia. Para ela, a discussão evidenciou que o problema central não era a constitucionalidade da taxa, mas a forma como era direcionada. "A ação acabou ensejando uma discussão muito importante sobre o correto direcionamento desses valores devidos à CVM."

Para Danilo Gregório, gerente de Conhecimento e Relações Institucionais do IBGC, ao direcionar a os recursos arrecadados à autarquia, a Corte reconhece a complexidade do mercado de capitais brasileiro. "A fiscalização robusta é condição básica para a confiança, a proteção dos investidores e o desenvolvimento sustentável do mercado de capitais no país."

LUIZ SILVEIRA/STF

Flávio Dino, do STF: plano de emergência da atividade fiscalizatória para 2026

Fundo imobiliário da Cartesia cai 49% após reter dividendo

Liane Thedim e Yasmim Tavares
Do Rio

As cotas do fundo Cartesia Recebíveis Imobiliários (CACR11) caíram com força, depois que a administradora do veículo, a BRL Trust, anunciou no último dia 30 que não haverá distribuição de dividendos referentes a abril. O recuo acumulado na segunda-feira e ontem já chega a 49%, com valor da cota de R$ 41,60, frente aos R$ 81,32 da última quinta-feira.

Segundo Richard Hoffmeister Sippli, sócio-fundador da Cartesia Capital, uma conjunção de atrasos em obras financiadas pelo fundo levou a gestora a consumir caixa para direcionar recursos para que os projetos não parassem. Além disso, em empreendimentos já prontos, comentou, as vendas ficaram abaixo do esperado. Fontes do mercado ouvidas pelo **Valor**, porém, levantam dúvidas sobre a gestão do CACR11.

O fundo integra o Ifix, índice de referência dos fundos imobiliários, desde 2022 e, de lá para cá, houve expansão de 385% na base de cotistas, hoje com 26 mil investidores. De acordo com dados do fundo, os rendimentos foram de, em média, R$ 1,38 por cota nos últimos cinco anos.

Ao todo, o fundo está exposto a 38 CRIs vinculados a 10 empreendimentos em diferentes estágios de desenvolvimento. Três deles seguem com previsão de lançamento apenas para o segundo trimestre de 2026, enquanto outros ainda estão em estágios iniciais de vendas, como é o caso do CRI Savoie e do CRI Helvetia. Nos demais empreendimentos, o percentual vendido varia entre 30% e 75%.

> Gestora atribui suspensão do pagamento a atraso nas obras e vendas abaixo do esperado

Especialistas questionam como o CACR11 tem conseguido manter um patamar elevado e recorrente de distribuição de dividendos se mais de 80% da carteira do fundo estão ligados a empreendimentos que ainda não geram fluxo de caixa operacional. Em resposta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no início de abril, a Cartesia afirmou que a distribuição de dividendos segue as normas contábeis e que a carteira de ativos é sólida.

Sobre a suspensão dos dividendos em abril, Sippli disse ao **Valor** que a gestora trabalha com 10% de caixa, o que corresponde a algo entre R$ 40 milhões e R$ 45 milhões, mas os atrasos foram levando os gestores a consumirem essa reserva até atingir o mínimo, o que acionou o "gatilho" para a interrupção. Ele citou demora no registro de modificações em projeto na Bahia e da aprovação do Habite-se de um empreendimento em São Paulo.

Sippli também atribuiu as dificuldades à piora do cenário macroeconômico causada pela guerra no Irã, que vem pressionando os custos da construção, e ao alto endividamento das famílias brasileiras, que afeta as vendas. "O plano é voltar a pagar os dividendos o quanto antes, mas precisamos recompor o caixa para distribuir. Imaginamos uma curva gradual de retorno", afirmou.

A legislação, lembra Sippli, obriga a distribuição de 95% dos lucros no semestre, apurados pelo regime de caixa. De acordo com o último relatório gerencial, publicado em março, no segundo semestre de 2025, o fundo não apurou taxa de performance. "Desta forma, não haverá pagamento desta rubrica ao gestor no corrente semestre. No primeiro semestre, o CACR11 não auferiu taxa de performance até o momento."

Com a queda de mais de 40%, a diferença entre o valor patrimonial, que é de R$ 94,86 por cota, e o de mercado subiu de 14,3% na quinta-feira para 56% ontem.

Na CVM, a disputa é de milhões contra trilhões

Palavra do Consultor

Marcelo d'Agosto

A audiência pública convocada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir as controvérsias sobre a estrutura da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) escancarou a penúria da autarquia, incapaz de fiscalizar adequadamente as condutas no mercado de capitais brasileiro.

Um fato ilustra a dimensão do problema atual. Enquanto diversos representantes das associações de empresas de capital aberto, instituições financeiras, profissionais de investimento e demais especialistas faziam suas apresentações, o investidor tentava entender as consequências de mais um escândalo. As cotas do fundo imobiliário CACR11 despencavam 40% na bolsa, na tarde da audiência pública.

A razão foi o anúncio, pelo fundo, de que deixaria de pagar os rendimentos mensais aos cotistas. Isso acendeu o alerta sobre a solidez dos ativos da carteira e a viabilidade da continuidade das operações.

Como acontece nessas situações, os investidores buscam informações para entender se o fato é apenas um caso isolado ou sinal de uma crise futura mais ampla já contratada e que pode comprometer aplicações semelhantes. A resposta da CVM para casos parecidos tem sido lenta. O colegiado, o órgão máximo, não conseguiu se reunir para julgar nenhum processo neste ano.

A comprovada falta de estrutura atual da CVM é a parte visível da questão. As entidades responsáveis por ajudar na fiscalização, por meio da imposição de códigos de conduta para a autorregulação do mercado, também têm falhado.

Veja o caso dos fundos de investimento. É um desserviço repetir insistentemente que o mercado brasileiro é dinâmico porque existem mais de 31 mil carteiras potencialmente disponíveis para os investidores.

O investidor comum, com algum conhecimento, acredita que um fundo de investimento é uma estrutura regulamentada em que um gestor administra um montante financeiro, com base em uma determinada política de investimento, em benefício de um grupo de cotistas sem conhecimento técnico para fazer as melhores escolhas financeiras. Em troca, o gestor recebe uma taxa de administração.

Fundos desse tipo não chegam a 5 mil. O restante são estruturas para reduzir custos operacionais, pagar menos impostos ou esconder a identificação do investidor.

Admitir que existe um problema é o primeiro passo para encontrar uma solução. O investidor que aplica, por exemplo, no CACR11 quer saber se as aplicações em fundos semelhantes correm algum tipo de risco. E quais mecanismos existem para evitar cair em armadilhas.

Já para os fundos que têm por objetivo reduzir custos operacionais interessa, talvez, avaliar se existem mudanças regulatórias que possam deixar o mercado mais eficiente. Fundos para pagar menos impostos podem interessar à Receita Federal. E aqueles para esconder a identificação dos investidores podem interessar aos órgãos envolvidos na prevenção de lavagem de dinheiro.

Raciocínio semelhante se aplica às operações de mercado de capitais. Quando a fusão entre uma empresa maior, de capital fechado, e outra menor, de capital aberto, ambas atuando no mesmo setor, resulta num conglomerado com ações negociadas em bolsa, é uma estrutura que merece ser estudada.

Comemorar o aumento das operações de "IPO reverso" como sendo uma tendência de inovação no mercado de capitais brasileiro pode ser exagerado. E abrir portas para eventuais fraudes.

Outro exemplo. Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), regulamentados pela CVM, passaram a atuar como verdadeiros bancos, fora do radar da supervisão prudencial do Banco Central. Num ambiente de crescimento do endividamento das famílias, essa atuação pode aumentar o risco de uma grave crise no sistema financeiro.

O resultado positivo da audiência pública foi mostrar que existem servidores públicos gabaritados e interessados em tentar resolver as falhas atuais da CVM. Depois de vários anos de problemas acumulados, a impressão dominante é que a autarquia não irá conseguir sair do atual momento delicado sem ajuda externa.

Nessa linha, Manoel Peixinho, do Sindicato Nacional dos Servidores da CVM, destacou que não basta apenas aumentar o orçamento para pagar um plano de saúde aos funcionários. É preciso investir em qualificação e motivação dos servidores.

Como ressaltou o ministro Flávio Dino, caso nada mude, a CVM continuará com um orçamento de alguns milhões de reais para enfrentar problemas que podem chegar a trilhões de reais.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Ines249

TST
Remuneração em dólar deve ser calculada com base na cotação do dia da contratação
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Tema 304 e seus efeitos econômicos na reciclagem
E2

TRF-1
Infraero é condenada por extravio de bens
valor.globo.com/legislacao

Civil O precedente sobre o tema foi proferido, por unanimidade, pelos ministros da 3ª Turma

STJ responsabiliza corretora por perdas de cotista do fundo Infinity

Luiza Calegari
De São Paulo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu responsabilizar a corretora que administra um fundo de investimentos por perdas financeiras dos cotistas. Por unanimidade, a 3ª Turma finalizou o julgamento do caso de uma investidora que pedia ressarcimento por prejuízo arcado com o fundo Infinity, investigado por fraude.

Segundo especialistas, como se trata de um precedente do STJ, o entendimento deve ser aplicado para todas as empresas do mercado financeiro que são processadas no Judiciário pelo mesmo motivo, independentemente de haver fraude.

Antes, ao menos os Tribunais de Justiça de São Paulo, Distrito Federal e Goiás já haviam analisado casos semelhantes. Eles obrigaram fundos, distribuidoras e corretoras a ressarcir investidores de forma solidária.

No processo, uma investidora tinha aportado R$ 100 mil no Infinity. O fundo havia sido divulgado como um produto de pagamento D+0 (imediato) e recomendado para cotista de perfil conservador pela distribuidora (REsp 2230861).

Fundada por David Jesus Gil Fernandez, a gestora Infinity Asset fazia operações com derivativos acima do limite para fundos de renda fixa, assumindo riscos além do permitido por sua classificação. No fim do ano de 2022, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) retirou a certificação da gestora, o que culminou na primeira leva de saques. Em fevereiro de 2023, o fundo foi fechado por iliquidez. A desvalorização das cotas foi de quase 85%.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) investiga a possibilidade de fraude por parte de David Fernandez. A gestão anterior do Infinity também é alvo de investigação criminal na Justiça Federal de São Paulo por iniciativa dos fundos sucessores, Forte, Coral e Pipa. Eles estimam que cerca de seis mil investidores tenham sido prejudicados (processo nº 5009764-78.2023.4.03.6181).

As carteiras, atualmente, estão sob responsabilidade da Arm Capital, especializada em ativos estressados. Ela contabilizou 144 ações judiciais individuais pedindo ressarcimento dos prejuízos.

No processo que chegou ao STJ, o juiz de primeira instância condenou, solidariamente, o Vanquish Pipa (o primeiro sucessor do Infinity), a Modal (distribuidora de títulos e valores mobiliários, que hoje pertence à XP) e a RJI Corretora (que atua como administradora do fundo) a ressarcir a autora em R$ 100 mil mais correção monetária e juros de 1% ao mês.

> "Decisão beneficia os próprios investidores dos fundos"
> *Diego Capistrano*

A decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO). A Corte aplicou previsão do Código de Defesa do Consumidor (CDC), equiparando o pequeno investidor a um comprador e garantindo os mesmos direitos.

Quando o processo começou a ser julgado, em novembro de 2025, a relatora, ministra Daniela Teixeira, não apresentou os fundamentos do voto, mas condenou apenas a RJI, na qualidade de corretora, a ressarcir a investidora pelas perdas. Em relação ao fundo e à distribuidora, ela acatou parcialmente os pedidos feitos, sem apresentar detalhes, excluindo a responsabilização solidária. Na sessão de ontem, ela foi acompanhada por unanimidade pelos demais ministros da Turma.

A defesa dos fundos, feita pelo Veirano Advogados, ainda aguarda a publicação do acórdão. Mas destaca que o TJGO proferiu uma decisão favorável aos fundos depois do início do julgamento pelo STJ, em novembro. Em um processo de outro investidor sobre as perdas no mesmo caso, a 2ª Câmara Cível reformou sentença de primeiro grau para excluir a responsabilização da Arm e do Pipa pelos prejuízos com o Infinity (processo nº 5871050-46.2024.8.09.0051).

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Daniela Teixeira: os fundos sucessores e a distribuidora dos títulos aos investidores não podem ser punidos

Diego Capistrano, sócio do Veirano Advogados, afirma que a decisão do STJ beneficia os próprios investidores dos fundos, ao evitar uma "corrida pelo ouro", em que os primeiros a reivindicar reparação pelas perdas conseguem ser ressarcidos às custas dos demais cotistas. "Há uma dificuldade muito grande, por parte do Judiciário, de compreensão da natureza do fundo e qual o impacto de uma decisão de condenação para os cotistas. Dar reparação a um é tirar de outro", afirma ele.

A Arm Capital, que administra os fundos atualmente, disse, por meio de nota, que as decisões das instâncias inferiores passavam a impressão de que, para os juízes, o fundo é composto por dinheiro de instituição financeira. "Os votos dos ministros mostram que o STJ entendeu que o dinheiro do fundo é o dinheiro dos cotistas e que condenar o fundo é condenar os cotistas a uma nova perda", diz a empresa.

Por sua vez, a RJI Investimentos, que foi responsabilizada com a decisão, informou que ainda não teve acesso ao acórdão, que não foi publicado. "A RJI reafirma que não cometeu qualquer irregularidade e que foi, durante um período, apenas a administradora dos Fundos Infinity, responsável pelo back office do veículo", afirma a nota. A empresa acrescenta que nunca foi gestora dos fundos e, portanto, "não lhe cabia decidir os ativos que seriam adquiridos para sua carteira".

"Não foi a RJI, assim, que fez os Fundos [Infinity] investir nas operações 'box' que lhes deram prejuízos. Essas operações já constavam da carteira dos Fundos muito antes de a RJI assumir a sua administração, inclusive. Por isso mesmo, existem uma série de decisões judiciais, em ações movidas por cotistas, que absolveram a RJI Investimentos", diz a nota.

Fernanda Pantoja, do Galdino, Pimenta, Takemi, Ayoub, Salgueiro, Rezende de Almeida Advogados, que defendeu a distribuidora Modal no processo, acrescentou que a decisão reconhece a estrutura fragmentada de funções no mercado de capitais. "Para os investidores, embora reduzido o alcance da responsabilização solidária, a decisão traz lógica, transparência e segurança jurídica. Além disso, incentiva a especialização e a qualificação dos prestadores."

Segundo a advogada, o STJ também garantiu a eficiência econômica do modelo do mercado, pois os prestadores de serviço não precisam precificar um "risco jurídico difuso de responsabilidade".

Procurada pelo **Valor**, a XP entende que a decisão do STJ é um passo importante para trazer mais segurança jurídica ao mercado de capitais. "O entendimento contribui para maior clareza sobre as responsabilidades dos diferentes agentes e tende a fortalecer o ambiente de investimentos no país, com efeitos positivos para investidores e para a indústria como um todo."

A 4ª Turma do STJ também analisará o tema, em outro processo, ainda sem data para ser julgado. Nesse caso, o TJSP ordenou o bloqueio de R$ 50 mil em favor de um investidor ao considerar que a corretora, a distribuidora e o fundo são partes legítimas no processo por integrarem a cadeia de consumo (AREsp 3032230).

Sentença afasta aumento de 10% sobre lucro presumido

Marcela Villar
De São Paulo

O escritório Ricardo Malachias Ciconelo Sociedade de Advogados (RMC Advogados) conseguiu uma sentença para afastar o aumento de 10% sobre lucro presumido. Essa é uma das primeiras favoráveis aos contribuintes neste tema. O Judiciário, até então, tem sido mais positivo para a Fazenda, como mostrou o **Valor** — a maioria das decisões ainda é liminar, ou seja, provisória.

Criado pela Lei nº Complementar nº 224/2025, o aumento nas alíquotas de presunção, que começou a valer neste ano, incrementa a arrecadação do governo federal em R$ 20,3 bilhões nos próximos três anos. Segundo estimativas da Receita Federal, serão R$ 5,1 bilhões injetados em 2026, R$ 7,4 bilhões em 2027 e R$ 7,8 bilhões em 2028. Somado às outras mudanças feitas pela lei, esse montante chega a R$ 44,3 bilhões. Os números estão na nota técnica Coest/Cetad nº 009/2026.

Um dos principais afetados e interessados em afastar a alta da carga tributária são os advogados. Isso porque muitos usam a sistemática de apuração do lucro presumido, permitida a empresas com faturamento de até R$ 78 milhões. É o caso, por exemplo, do RMC Advogados, que obteve a sentença no dia 28 de abril.

Ao Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) disse que vai recorrer e que tem vencido em 90% dos casos. Na visão do órgão, o lucro presumido "constitui uma opção aos contribuintes, permitindo a sua apuração simplificada, em relação ao sistema padrão do lucro real, trazendo benefícios como simplificação na apuração da base de cálculo, redução nos custos de conformidade e previsibilidade tributária, já que a há uma presunção legal independente do resultado efetivo da empresa".

DIVULGAÇÃO

> "O Código Tributário Nacional coloca o lucro presumido como um regime"
> *Fabiano de Angelis*

Diversas regionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressaram com ações coletivas. A de São Paulo (OAB-SP) conseguiu liminar favorável no dia 24 de março e ela pode ser usada pelos escritórios inscritos no Estado (5004598-12.2026.4.03.6100). Já no do Rio de Janeiro (OAB-RJ), a Justiça chegou a dar liminar favorável, mas logo foi derrubada em segunda instância.

O assunto também está na incubadora de teses da reforma tributária, núcleo criado pela PGFN para antecipar litígios e unificar a defesa do órgão no Brasil. Essa disputa envolve a lei que passou a considerar o lucro real como padrão para pagamento do Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL e o lucro presumido como benefício fiscal.

Por isso, aumentou em 10% as alíquotas para essa sistemática de apuração. O adicional é cobrado de contribuintes que faturam mais de R$ 5 milhões por ano ou R$ 1,25 milhão por trimestre.

Contribuintes defendem que o lucro presumido é uma sistemática legítima de apuração do IRPJ e não pode ser equiparado a um incentivo fiscal. Já a União entende que não há direito adquirido a regime jurídico de tributação e que seria uma questão de justiça fiscal.

O assunto já está no Supremo Tribunal Federal (STF), onde o Conselho Federal da OAB e a Confederação Nacional de Serviços (CNS) entraram com ações diretas de inconstitucionalidade. O relator do caso é o ministro Luiz Fux, que negou análise da liminar porque prefere julgar diretamente o mérito, dada a relevância (ADI 7944 e ADI 7936).

No caso do RMC Advogados, a juíza Silvia Figueiredo Marques, da 26ª Vara Cível Federal de São Paulo, confirmou liminar favorável ao escritório. A PGFN já havia recorrido via agravo de instrumento. Ainda corre o prazo para recurso de apelação (processo nº 5006587-53.2026.4.03.6100).

A magistrada disse, na decisão, que o lucro presumido é uma das formas admitidas pelo Código Tributário Nacional (CTN) "para a determinação da base imponível, juntamente com o lucro real e o lucro arbitrado". "Não se trata de um benefício fiscal, mas de uma opção do contribuinte, dentro de certos limites, por uma forma de tributação", disse.

Na visão da juíza, "não pode, o legislador, alterar a realidade e transformar uma forma de tributação, prevista em Lei, em um benefício, e, por esta razão, tratá-la como tal, aplicando-lhe o respectivo regime jurídico".

O tributarista Fabiano de Angelis, sócio do RMC Advogados, que atuou no caso, diz que, de fato, as decisões favoráveis aos contribuintes têm sido minoria. "Mas tem gente concedendo a sentença", diz.

Na visão dele, seria até possível revisar a margem de presunção das alíquotas do lucro presumido, mas não foi isso que a Lei Complementar nº 224, de 2025 fez. "Como a lei veio para reduzir benefício fiscal e o regime do lucro presumido não é um benefício fiscal, você teria uma ausência de fundamento válido para aumentar a margem de presunção", afirma.

Angelis lembra que não existe um conceito definido sobre o que seria benefício fiscal. "Não tem uma definição nem na Constituição Federal nem no Código Tributário Nacional [CTN], mas o CTN coloca o lucro presumido como um dos regimes, assim como o lucro real e arbitrado, como técnica de apuração do lucro".

Ele não acredita que o posicionamento dos TRFs possa influenciar a decisão dos ministros do STF quando houver o julgamento do tema na Corte. "Mas aumenta a chance de o Supremo analisar o caso por repercussão geral, porque tem muita gente entrando [com ação] e tem impacto nas contas públicas".

Recentemente, também foi dada liminar a Orbit Ativos, que atua com criptoativos, no mesmo sentido, para afastar o acréscimo de 10% do lucro presumido. A decisão é da 9ª Vara Cível Federal de São Paulo. "Ela reconhece que o aumento pode distorcer a base de cálculo e gerar impacto imediato no caixa das empresas", afirma Angelo Paschoini, sócio do Paschoini Advogados, que atuou no caso (processo nº 5011425-39.2026.4.03.6100).

Tema 304 e seus efeitos econômicos na reciclagem

Opinião Jurídica

José Guilherme Missagia e João Pedro Tavares

O Supremo Tribunal Federal concluiu recentemente o julgamento do Tema 304, encerrando longa discussão sobre o regime de PIS e Cofins aplicável à cadeia da reciclagem. A Corte confirmou a possibilidade de aproveitamento de créditos na aquisição de insumos empregados nesses processos e, ao mesmo tempo, afastou o regime que suspendia a incidência dessas contribuições na venda desses materiais a empresas sujeitas ao lucro real.

O julgamento gerou, no segmento da logística reversa, uma expectativa significativa e, à época, marcadamente favorável. Inúmeros debates, recursos, laudos técnicos apresentados por amicus curiae e sucessivos pedidos de vista antecederam um desfecho que se revelou um verdadeiro anticlímax, deixando sem resposta diversos agentes diretamente interessados.

A justificativa apresentada pela Suprema Corte é a de que a aplicação da sistemática de créditos e débitos sobre sucatas fomentaria o setor, incentivando grandes empresas processadoras — como as indústrias siderúrgicas — a privilegiar insumos provenientes da cadeia de reciclagem, em detrimento da matéria-prima oriunda do setor extrativista, diante da agora assegurada possibilidade de creditamento a partir dessas aquisições.

A preocupação com a supressão da sistemática prevista nos artigos 47 e 48 da Lei nº 11.196/2005 decorre, sobretudo, dos efeitos práticos que essa mudança pode gerar. Isso porque grande parte da sociedade — e, em certa medida, também o próprio sistema de Justiça — ainda desconhece a realidade operacional desse mercado e sua relevância para o equilíbrio econômico e ambiental.

O primeiro efeito deletério desse novo cenário é, de forma inequívoca, o aumento do preço e do custo operacional para as empresas inseridas na cadeia de logística reversa. Trata-se de um segmento que, há algum tempo, passou a apresentar elevado grau de sofisticação e verticalização.

A ideia de que a coleta, o suprimento e o processamento de sucata são realizados pelo bravo catador de latinhas puxando uma carroça improvisada é tão ultrapassada quanto a já deslocada figura do vendedor de enciclopédias.

Ao contrário, o processo envolve diversas etapas, hoje desempenhadas por empresas médias, muitas vezes inseridas no regime cumulativo do PIS/Cofins, que passam agora a suportar a tributação de 3,65% sobre suas vendas, sem créditos. As empresas intermediárias de maior porte, sujeitas ao regime não cumulativo, igualmente passam a tributar suas operações, com incidência de contribuições sobre a margem de valor agregado na comercialização da sucata processada.

Não há como se negar que aquilo que até então era tributado a zero passa a contar com uma carga superior e distante de qualquer noção de neutralidade econômica, seja pelos diferentes regimes de tributação incidentes ao longo da cadeia de logística reversa, seja pela natural agregação de valor em cada etapa.

Nesse contexto, é ao menos questionável o argumento de que a concessão de créditos estimularia a demanda por materiais reciclados em detrimento de insumos extrativistas. A participação desses materiais já supera 70% das aquisições do setor de transformação, o que se explica por razões logísticas evidentes, como a proximidade com centros urbanos e a menor dependência de modais complexos. As limitações à sua expansão decorrem, sobretudo, das próprias restrições estruturais da coleta.

Ou seja, as indústrias de transformação já possuem razões suficientes para privilegiar insumos reciclados. A concessão de créditos, nesse cenário, apenas lhes assegura vantagem adicional, viabilizada em detrimento do segmento intermediário — justamente o elo mais sensível da cadeia.

A literatura econômica costuma ilustrar esse tipo de situação com o chamado "efeito cobra", expressão associada a um episódio ocorrido na Índia colonial em que recompensas pagas por cobras mortas acabaram estimulando a criação dos próprios animais. Desde então, o caso passou a ser utilizado como metáfora para situações em que um incentivo aparentemente bem desenhado produz consequências muito diferentes das que motivaram sua criação.

A dinâmica que pode emergir na cadeia da reciclagem se aproxima desse fenômeno. A aplicação abstrata da não cumulatividade tende a deslocar a distorção para dentro da própria cadeia produtiva, beneficiando o elo final enquanto comprime a etapa intermediária responsável por organizar o fluxo de materiais recicláveis e, em última instância, os próprios agentes que atuam na base dessa cadeia.

Por assim dizer, a síntese do problema parece residir na aversão do homem sábio às soluções simples — traço já observado pelo retratista inglês Sir Joshua Reynolds, em sua sarcástica leitura da intelectualidade: "não há expediente a que o homem não recorra para evitar o real trabalho de pensar".

Ainda assim, há algum espaço para uma leitura menos pessimista, mesmo diante do duro inverno que se anuncia para o segmento de logística reversa. A reforma tributária projeta a redução da alíquota das novas contribuições e, com elevado grau de probabilidade, a ampliação das hipóteses de creditamento vinculadas à atividade-fim.

Nesse sentido, embora o desfecho do Tema 304 represente uma inflexão relevante em um arranjo que se mostrava estável e bem-sucedido — e imponha um período de ajustes com custos inevitáveis —, é razoável esperar, no médio prazo, a recomposição de um ambiente mais racional, capaz de beneficiar não apenas a indústria de transformação, mas também a cadeia intermediária, hoje responsável pela organização e eficiência desse segmento.

José Guilherme Missagia e João Pedro Tavares são sócios do Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Jardim Maria Luiza. Rua Desembargador Andrade Pinto, nº 110. Apto. 173 no 17º andar do Bloco "01" do Condomínio Sports Garden Leste, com direito ao uso de 02 vagas de garagem. APARTAMENTO. Área privativa coberta edificada 82,00m². Matr. 219.847 do 9º RI local. Obs.: (i) Consta ações de execução de títulos extrajudiciais nas AVs-10 e 11 e penhora dos direitos da ex-fiduciante AV-12 da citada matrícula, que será baixada pelo Vendedor, sem prazo determinado; (ii) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 20/05/2026, às 15:00 Lance mínimo: R$ 1.331.314,51. **2º Leilão:** 22/05/2026, às 15:00 Lance mínimo: R$ 457.800,00. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01063205072026

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90252/2026.
Nº Processo: 024.00026477/2026-85.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem Determinação de Marca Comercial - Canabidiol.
Total de Itens Licitados: 06 (seis) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 06/05/2026.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 06/05/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 18/05/2026 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.055.146/0001-93 – NIRE 35.300.329.091

Assembleia Geral Extraordinária
Edital de Convocação

Convidamos os acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 15 de maio de 2026, às 9h30, na sede social, Avenida Paulista, 1.450, 10º andar, Torre Paulista, Anexo Salão Executivo, Parte, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917, para: 1) registrar alterações administrativas na Sociedade; e 2) ratificar, perante à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, as designações de Diretores responsáveis: a) pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade; b) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3.3.1998, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; c) diretor de Relações com a SUSEP; d) pela Área Técnica de Seguros; e) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; f) administrativo-financeiro; g) pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados; h) pela Política Institucional de Conduta, no que se refere ao relacionamento com o cliente e sobre o uso do cliente oculto na atividade de supervisão da SUSEP; i) pelo cumprimento do registro das operações de Seguros; e j) pelo compartilhamento do que trata a Resolução CNSP nº 415/2021, a qual dispõe sobre a implementação do Sistema de Seguros Aberto (Open Insurance). Barueri, SP, 30 de abril de 2026. Ivan Luiz Gontijo Júnior - Diretor-Presidente.

CIAVAL Administradora de Bens e Direitos SPE S.A. - Em Liquidação

CNPJ/MF nº 29.270.070/0001-41 - NIRE 35.3.0051139-5

Edital de Convocação - 02ª Chamada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os acionistas da CIAVAL Administradora de Bens e Direitos SPE S.A. - Em Liquidação ("Companhia"), para participarem, no dia 11 de maio de 2026, às 10 horas, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada de forma exclusivamente digital, sendo, considerada, nos moldes do artigo 5º, §3º da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada, realizada a Assembleia em sua sede social, localizada à Avenida São Luís, 50, conjunto 32-E, República, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01046-926, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Examinar, discutir e votar as contas do liquidante e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) Examinar, discutir e votar as contas dos atos e operações praticados no âmbito da liquidação da Companhia, bem como sobre o relatório e o balanço do estado da liquidação, na forma do artigo 213 da Lei 6.404/76; e c) Aprovar a realização de nova avaliação dos ativos da Companhia, para fins de liquidação ("Novo Laudo de Avaliação"). **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Homologar o aumento do capital social da Companhia, com admissão de novos acionistas; b) Aprovar remuneração fixa e variável global anual do Liquidante Auxiliar da Companhia, para o exercício de 2026; c) Autorizar a Administração da Companhia, exercida por seus Liquidantes, a promover a venda direta dos ativos da Companhia, considerando o Preço do Novo Laudo de Avaliação ("Venda Direta"); d) Autorizar a Administração da Companhia, exercida por seus Liquidantes, sem prejuízo do disposto no Artigo 10, Parágrafo 2º, item (i), do Estatuto Social, outorgar desconto de até 20% (vinte por cento) para se efetivar a Venda Direta; e e) Autorizar a Administração da Companhia, exercida por seus Liquidantes, a promover leilão público sobre os ativos da Companhia, caso a Venda Direta não ocorra dentro do prazo de 8 (oito) meses contados da data de aprovação da matéria indicada no item "d" dessa Ordem do Dia. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, para participar da Assembleia Geral, os acionistas ou seus representantes, deverão apresentar à Companhia: (i) quando se tratar de pessoa física: (a) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) do acionista; (b) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) do instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; (ii) quando se tratar de pessoa jurídica: (a) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) dos atos societários que comprovem a representação legal do acionista; (b) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) da última consolidação do Contrato/Estatuto Social do acionista; (c) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) dos representantes legais do acionista; (d) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) da certidão simplificada da Junta Comercial do Estado sede do acionista; e (e) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) do instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; (iii) em qualquer caso, quando representado por procurador: (i) apresentar, além dos documentos acima (a) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) do procurador; e (ii) observar que (a) a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76; (b) a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, nos termos do artigo 654, §1º e §2º da Lei 10.406/2002; (b) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme previsto no artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76; (c) as pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão se fazer representar por procurador constituído na forma dos seus documentos societários, conforme definido no processo CVM RJ2014/3578, julgado em 2014.11.04; (iv) quando se tratar de acionista estrangeiro: (a) tradução juramentada para português dos documentos tratados acima, sendo dispensado o reconhecimento de firma dos signatários por Tabelião Público, o apostilamento ou a legalização em Consulado Brasileiro caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila); e (v) em todos os casos, seja informado e-mail do acionista para recebimento do link para participação da Assembleia Geral. A Companhia solicita que os documentos tratados acima lhe sejam direcionados com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Sr. Liquidante - Lucas Saulo Pinheiro França, com cópia obrigatória para o Liquidante Auxiliar da Companhia, Dr. Leonardo Luiz de Campos Machado Filho, com escritório profissional sito à Rua Correia de Melo, 92, sala 809-A, Chácara Santo Antônio, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-220 e endereço eletrônico leonardo.machado@camposmachado.adv.br, a fim de serem conferidos e, estando em conformidade, haja a habilitação do acionista na Assembleia Geral, ou, conforme o caso, seja solicitada a complementariedade dos documentos apresentados. A Companhia, tendo em vista a adoção da Assembleia Geral na modalidade exclusivamente eletrônica, encaminhará para todos os acionistas devidamente habilitados, link para acessar acompanhamento da Assembleia Geral com antecedência de 02 (duas) horas à 01 (uma) hora da realização da Assembleia. Sem prejuízo do disposto nesse Edital, os Acionistas ainda poderão se fazer presente mediante exercício de voto por Boletim de Voto a Distância, que o pode ser obtido diretamente no site da Companhia (www.ciaval.com.br) ou com os advogados da Companhia, por meio do endereço de e-mail leonardo.machado@camposmachado.adv.br. Os Boletins de Voto a Distância, para sua validade em Assembleia Geral, devem ser encaminhados diretamente à Companhia aos cuidados do Sr. Liquidante - Lucas Saulo Pinheiro França, com cópia obrigatória para o advogado da Companhia, Dr. Leonardo Luiz de Campos Machado Filho, com escritório profissional sito à Rua Correia de Melo, 92, sala 809-A, Chácara Santo Antônio, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-220 e endereço eletrônico leonardo.machado@camposmachado.adv.br até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Assembleia Geral. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia.

Lucas Saulo Pinheiro França - Liquidante

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56 - NIRE Nº 35.300.010.485

COMPANHIA ABERTA

CERTIFICAÇÃO - ATA DA 305ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026

Certificamos que a Ata 305ª Reunião do Conselho de Administração, em 27.04.2026, às 9h30min, realizada por videoconferência, e publicada no jornal Valor Econômico na versão Impressa e Digital na data de 28.04.2026, foi registrada junto a **Jucesp** nº 184.046/26-9 em sessão de 04.05.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 27.848.099/0001-32 - NIRE 333.0032368-6 ("Companhia")

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Data, Horário e Local: Realizada aos 18 dias de dezembro de 2025, às 17:40 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia do Flamengo, 78, Sala 101, CEP: 22210-030. **2. Convocação e Presença**: Convocação dispensada, de acordo com o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das Sociedades Anônimas"), tendo em vista a presença do único acionista da Companhia, que representa a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: A Assembleia foi presidida pelo Sr. Fabiano Uchoas Ribeiro e Secretariada por Thaís Freire. **4. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: (1) Mútuo Neoenergia Transmissão e Atibaia. **5. Deliberações**: Foi aprovada a lavratura da presente ata em forma sumária, como faculta o Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. Todas as matérias da Ordem do Dia foram postas em discussão e votação, tendo sido aprovados pelo acionista presente, por unanimidade e sem reservas: **5.1.** a realização de mútuo com as seguintes características: a) Mutuante: Neoenergia Transmissão S.A.; b) Mutuária: Neoenergia Atibaia; c) Valor: Até R$ 2 milhões; d) Prazo: até 3 meses, prorrogáveis por até 48 meses; e) Custo: CDI + 0,20% a.a. **6. Encerramento:** Não havendo mais assunto a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral e lavrada a presente ata que, após lida, foi assinada por todos os acionistas presentes. Presidente: Fabiano Uchoas Ribeiro. Secretária: Thaís Freire. Acionista Presente: Neoenergia Transmissão S.A. Rio de Janeiro (RJ), 18 de dezembro de 2025. **Confere com original lavrado em livro póprio. Thaís Freire.** JUCERJA em 08/01/2026 sob o nº 7491357. **Gabriel Oliveira de Souza Voi -** Secretário Geral.

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.

CNPJ/MF Nº 60.855.574/0001-73 - NIRE 35300051556

EXTRATO ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No dia 26/03/2026, às 14h, de modo exclusivamente digital via videoconferência pela plataforma digital *Microsoft Teams*, nos termos da Lei nº 6.404/76. **Convocação:** Dispensadas. **Presenças:** Totalidade do capital. **Mesa:** Luís Fernando Radulov Queiroz – Presidente e Carolina Giovani Santos - Secretária. **Deliberações**: (i) tomaram conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. **Britaldo Pedrosa Soares**, CPF/MF nº 360.634.796-00 ao cargo de Conselheiro Consultivo Independente; (ii) aprovaram, a nomeação do Sr. **Luiz Zillo Neto**, CPF/MF nº 320.395.278-50, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, e da Dra. **Carmen Tonanni**, CPF/MF nº 141.300.048-75, como Conselheira. O Conselho de Administração ficará com a seguinte composição: (a) Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **Francisco Amaury Olsen**, CPF/MF nº 019.167.269-68; (b) Vice-Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **Luiz Zillo Neto**, CPF/MF nº 320.395.278-50; e (c) Conselheiros(a): 1) a Dra. **Carmen Tonanni**, CPF/MF nº 141.300.048-75; 2) o Sr. **Miguel Zillo**, CPF/MF nº 095.844.128-68; 3) o Sr. **Antonio José Zillo** CPF/MF nº 559.373.308-20; 4) o Sr. **José Marcos Lorenzetti**, CPF/MF nº 095.849.518-15; 5) o Sr. **Marcelo Faria Scarabotolo**, CPF/MF nº 067.718.178-73; e 6) Sr. **José Aurélio Drummond Junior,** CPF/MF n° 089.144.598-61; e (d) Conselheiro Consultivo: Sr. **Fabiano José Zillo**, CPF nº 107.301.868-73. **Encerramento:** Nada mais. **Jucesp** nº 181.517/26-7 em sessão de 28/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

IOCHPE-MAXION S.A.

IOCHPE-MAXION

CNPJ nº 61.156.113/0001-75 NIRE 35.300.014.022 Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 16 dias do mês de abril de 2026, às 14:00 horas, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), em sua sede localizada no Município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos, 83. **2. Convocação:** Edital de convocação publicado às fls. E2 nas edições dos dias 14, 17 e 18 de março de 2026 do jornal Valor Econômico, bem como na página do referido jornal na rede mundial de computadores (http://valor.globo.com/valor-ri/). **3. Presença:** Presentes acionistas titulares de 83.724.386 ações representativas de 55,90% do capital social com direito de voto da Companhia, conforme assinaturas constantes no livro de Presença dos Acionistas e boletins de voto a distância válidos recebidos pela Companhia nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Presente, também, a Sra. Flávia Senna Handel, Diretora Executiva da Companhia. Participaram, ainda, a distância, nos termos do §7º do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/22, o Sr. Edward Ruiz, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário, e o Sr. Fernando Augusto, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. **4. Composição da Mesa:** Presidente: Sra. Flavia Senna Handel, por designação unânime dos acionistas presentes. Secretária: Sra. Renata Maffei Pavie. **5. Ordem do Dia:** Os acionistas foram convocados para deliberar sobre o seguinte: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (c) eleger substituto para completar o mandato de membro titular do Conselho de Administração, em razão de vacância do cargo; e (d) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2026. **6. Deliberações:** Inicialmente, a presidente da mesa comunicou que o mapa de votação sintético consolidando os votos válidos proferidos a distância se encontrava disponível para consulta, nos termos do parágrafo único do artigo 46-C da Resolução CVM nº 81/22, não tendo sido requerida sua leitura por nenhum dos acionistas presentes. Consigna-se, ainda, que pelos presentes (i) foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia; (ii) foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76; e (iii) foi autorizado que as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentados sejam numerados, recebidos e autenticados pela secretária da mesa e fiquem arquivados na Companhia, nos termos do disposto no § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Em seguida, foram tomadas as seguintes deliberações: **6.1.** Após exame e discussão sobre a matéria, por maioria dos votos, tendo sido computados 64.998.193 votos favoráveis, 179.696 votos contrários e 18.546.497 abstenções ou impedimentos legais, foram aprovados, sem ressalvas, as contas e o relatório da administração, bem como as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas de suas notas explicativas, os quais, juntamente com o relatório dos auditores independentes da Companhia e o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário correspondentes, foram publicados no dia 26 de fevereiro de 2026 no jornal "Valor Econômico", às fls. G19 a G28, bem como na página do referido jornal na rede mundial de computadores (http://valor.globo.com/valor-ri/). Registra-se que tais documentos se encontram à disposição dos acionistas presentes. **6.2.** Por maioria dos votos, tendo sido computados 83.704.868 votos favoráveis, 8.845 votos contrários e 10.673 abstenções, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 indicada no relatório da administração antes mencionado e na Proposta da Administração disponibilizada aos acionistas, incluindo o dividendo obrigatório previsto no estatuto social, no montante total de R$ 37.219 mil, o qual já foi integralmente pago aos acionistas por meio de juros sobre o capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de setembro de 2025, tomados pelo seu valor líquido de IRRF, conforme facultado pelo artigo 41 do estatuto social da Companhia. **6.3.** Por maioria dos votos, tendo sido computados 81.090.506 votos favoráveis, 2.621.157 votos contrários e 12.723 abstenções, foi aprovada a eleição do **Sr. Salomão Ioschpe**, brasileiro, casado, dirigente de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 1.017.080.324, emitida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 400.517.220-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Afonso Ferreira, nº 70, CEP 04503-050, São Paulo, SP, como substituto para completar o mandato atual do Conselho de Administração, encerrando-se, portanto, seu mandato na assembleia geral ordinária a realizar-se em 2027, juntamente com o mandato dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia. 6.3.1. Registra-se que o currículo do conselheiro ora eleito foi apresentado na Proposta da Administração disponibilizada aos acionistas, tendo a administração da Companhia declarado que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar a declaração a que se refere o artigo 2º, do Anexo K, da Resolução CVM nº 80/22. 6.3.2. O membro do Conselho de Administração ora eleito será investido no respectivo cargo mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, que ficará arquivado na sede da Companhia, oportunidade em que fará a declaração de desimpedimento prevista em lei e manifestará sua sujeição à cláusula compromissória a que se refere o artigo 39 do Regulamento do Novo Mercado, em observância ao disposto no artigo 40 do referido regulamento. **6.4.** Após exame e discussão sobre a matéria, por maioria dos votos, tendo sido computados 81.655.867 votos favoráveis, 2.046.268 votos contrários e 22.251 abstenções, foi fixada a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2026 no valor de até R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), cabendo ao Conselho de Administração a distribuição individual do referido valor nos termos do estatuto social da Companhia. **6.5.** Registra-se o recebimento de pedido de instalação do Conselho Fiscal por parte de acionistas representando menos de 2% das ações com direito a voto de emissão da Companhia, razão pela qual, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 4º da Resolução CVM nº 70/22, o referido órgão não foi instalado nesta assembleia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi assinada pela presidente e pela secretária da mesa e pelos acionistas presentes. Cruzeiro, 16 de abril de 2026. **Mesa:** Flávia Senna Handel, Presidente da Mesa. Renata Maffei Pavie, Secretária. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. **Flávia Senna Handel** - Presidente da Mesa; **Renata Maffei Pavie** - Secretária. JUCESP sob nº 181.488/26-7 em 28/04/2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

www.iochpe.com.br

COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ

CNPJ/MF Nº 45.631.926/0001-13 - NIRE 35300088042

EXTRATO ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No dia 26/03/2026, às 14h, de modo exclusivamente digital via videoconferência pela plataforma digital *Microsoft Teams*, nos termos da Lei nº 6.404/76. **Convocação:** Dispensadas. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Deliberações:** (i) tomaram conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. **Britaldo Pedrosa Soares**, CPF/MF nº 360.634.796-00 ao cargo de Conselheiro Consultivo Independente; (ii) aprovaram, a nomeação do Sr. **Luiz Zillo Neto**, CPF/MF nº 320.395.278-50, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, e da Dra. **Carmen Tonanni**, CPF/MF nº 141.300.048-75, como Conselheira. O Conselho de Administração ficará com a seguinte composição: (a) como Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **Francisco Amaury Olsen**, CPF/MF nº 019.167.269-68; (b) Vice-Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **Luiz Zillo Neto**, CPF/MF nº 320.395.278-50; e (c) Conselheiros(a): 1) a Dra. **Carmen Tonanni**, CPF/MF nº 141.300.048-75; 2) o Sr. **Miguel Zillo**, CPF/MF nº 095.844.128-68; 3) o Sr. **Antonio José Zillo**, CPF/MF nº 559.373.308-20; 4) o Sr. **José Marcos Lorenzetti**, CPF/MF nº 095.849.518-15; 5) o Sr. **Marcelo Faria Scarabotolo**, CPF/MF nº 067.718.178-73; e 6) Sr. **José Aurélio Drummond Junior,** CPF/MF n° 089.144.598-61; e (d) Conselheiro Consultivo: Sr. **Fabiano José Zillo**. **Encerramento:** Nada mais. **Jucesp** nº 180.051/26-0 em sessão de 27/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90098/2026.
Nº Processo: 024.00030018/2026-04.
Objeto: Aquisição de Bebidas e Bala Líquida.
Total de Itens Licitados: 03 (Três).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 06/05/2026.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 06/05/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 20/05/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU
C.N.P.J. 47.865.597/0001-09
NIRE 3530003189-0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se cumulativamente no dia 08 de Maio de 2026, às 11:00 horas na sede social, à Rua Boa Vista, n.º 170, 13º andar, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

I - Em Assembleia Geral Ordinária
1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
2. Eleição de membros do Conselho de Administração e de seu Presidente;
3. Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;
4. Fixação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários.

II - Em Assembleia Geral Extraordinária
1. Aumento do Capital Realizado e Autorizado, com as consequentes alterações no Artigo 3º do Estatuto Social;
2. Eleição de membro para o Comitê de Elegibilidade;
3. Ratificação da eleição de membro do Conselho de Administração, e de seu Presidente.
4. Outros assuntos de interesse da Companhia.

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CDHU — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

GOL

Gol Linhas Aéreas S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 07.575.651/0001-59 - NIRE 33300276726

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Gol Linhas Aéreas S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia, a ser realizada no dia 27 de maio de 2026, às 11hs, de forma exclusivamente presencial, excepcionalmente fora da sede da Companhia, na Avenida Rio Branco, nº 181, 27º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20040-918, em atenção ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **Assembleia Geral Extraordinária:** (iii) consignar a renúncia de Júlio Perotti ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia para o qual foi eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2026. **Informações Gerais**: A documentação referente à ordem do dia encontra-se disponível para consulta por parte dos Srs. Acionistas na sede social da Companhia. Conforme permitido pelo Art. 124, §2º da Lei nº 6.404/76, a AGOE será realizada fora da sede da Companhia, porém na mesma cidade, tendo em vista que o local da sede da Companhia não comportaria todos os participantes. Assim, a alteração do local da realização da AGOE visa acomodar adequadamente os acionistas que estiverem presentes com o conforto e a segurança necessários para o bom andamento dos trabalhos. Os Acionistas da Companhia que queiram participar da AGOE, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, deverão comparecer presencialmente à AGOE munidos da cópia simples dos documentos listados abaixo ou, preferencialmente, enviar a cópia simples dos referidos documentos para o e-mail ri@voegol.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 24 de maio de 2026. Para pessoas físicas: • Documento de identidade com foto do acionista ou representante legal, se for o caso; • Instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso; e Comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária, emitido com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da AGOE. Para pessoas jurídicas: • Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, devidamente registrados perante a autoridade competente; • Documento de identidade com foto do representante legal; • Instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso; e Comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária emitido com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da AGOE. Para fundos de investimento: • Último regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da CVM; • Estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, devidamente registrados perante a autoridade competente; • Documento de identidade com foto do representante legal; • Instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso; e • Comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária emitido com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da AGOE. A Companhia não exigirá tradução juramentada de documentos originalmente lavrados em português, inglês ou espanhol. Para os demais idiomas, a Companhia exige o reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas. A Companhia somente admite procurações outorgadas por acionistas de forma digital, desde que assinadas com a respectiva certificação digital reconhecida legalmente no Brasil. Rio de Janeiro, 04 de maio de 2026. **Manuel José Irarrázaval Aldunate -** *Presidente do Conselho de Administração.*

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF Nº 47.865.597/0001-09

RETIFICAÇÃO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO PUBLICADO DIA 04 DE MAIO DE 2026 NO JORNAL VALOR ECÔNOMICO

Retificação das Demonstrações de Fluxos de Caixa (publicado dia 04/05 na página E9 do jornal Valor Econômico)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/25	31/12/24 Reapresentado
Prejuízo do exercício		**(1.233.182)**	**(992.220)**
Ajustes para:			
Provisão para redução ao valor recuperável da carteira de clientes	7.b.*ii*	280.844	324.725
Provisão para perda com subsídios contratuais na carteira de clientes	7.b.*i*	294.795	508.865
Provisão (Reversão) de provisão para perda com subsídios em estoques		270.825	(52.992)
Provisão (Reversão) de provisão para redução ao valor recuperável de imóveis a comercializar	10	4.290	(1.462)
Provisão para redução ao valor recuperável de terrenos	10.b	7.451	10.907
Provisão para redução ao valor recuperável de projetos em fase de desenvolvimento/obras em andamento	11	12.202	18.514
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável do FCVS a receber	14	74.754	-
Atualização monetária do FCVS a recolher		-	1.362
Atualização monetária do FCVS a receber		(62.173)	(50.949)
Depreciação do imobilizado		509	452
Amortização do intangível		2.256	1.080
Provisão para demandas judiciais e administrativas	19	(23.700)	40.684
Juros provisionados e não recebidos da carteira de clientes		(1.079.975)	(910.886)
Ajuste taxa de concessão onerosa		(1.313)	(8.535)
Juros, encargos e atualização monetária sobre empréstimos incorridos	17	9.613	9.149
		(1.442.804)	**(1.101.306)**
Redução (aumento) nos ativos:			
Aplicações financeiras		77.052	(71.598)
Prestações a receber		(170.675)	(21.686)
Impostos a recuperar		(6.608)	2.979
Impostos e contribuições pagos por estimativa		-	1.761
Depósitos e cauções		5.775	480
Serviços prestados a receber		(24.367)	3.927
Outras contas a receber		(7.969)	(20.596)
Devedores por vendas compromissadas		434.230	(811.920)
Programa carta de crédito associativo		(208.445)	-
Terrenos		145.417	11.657
Projetos em fase de desenvolvimento		27.799	20.140
Imóveis em concessão onerosa		(333.754)	33.589
Imóveis em concessão onerosa - COHAB		3.884	-
Imóveis a comercializar		(295.125)	2.634
FCVS a receber		147.183	6.908
Depósitos judiciais		(22.734)	(9.821)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores e prestadores de serviços		(32.505)	(163.775)
Obrigações com pessoal e encargos		(1.369)	6.320
Impostos e contribuições a recolher		445	(8.461)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Seguros a pagar		-	(8.240)
Convênios a repassar		(70.345)	72.209
Prestações de mutuários - Carta de Crédito Associativa		212.069	603.698
Credores por imóveis adquiridos		27.995	-
Outras contas a pagar		14.135	(95.914)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		**(1.520.717)**	**(1.547.015)**
Juros e encargos sobre empréstimos	17	(8.280)	(8.280)
Liquidaçao de demandas judiciais e administrativas	19	(19.491)	(74.040)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	8b	-	(3.655)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		**(1.548.488)**	**(1.632.990)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(1.591)	(706)
Aquisição de intangivel		(11.412)	(2.237)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		**(13.003)**	**(2.943)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	21.c	1.740.793	1.646.837
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(9.593)	(10.051)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**1.731.200**	**1.636.786**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**169.709**	**853**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		**59.848**	**58.995**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**229.557**	**59.848**

Retificação das Demonstrações de Resultado e Demonstração do Fluxo de Caixa (publicado dia 04/05 na página E11 do jornal Valor Econômico)

Demonstração de Resultado:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024		
	Divulgado	**Ajustes**	**Reapresentado***
Receitas de atividades operacionais	**2.465.769**	**(959.906)**	**1.505.863**
Receitas de vendas de unidades habitacionais	1.262.501	-	1.262.501
(-) Subsídios concedidos	-	(996.165)	(996.165)
	1.262.501	**(996.165)**	**266.336**
Outras	1.203.268	-	1.203.268
Outras receitas operacionais	-	36.259	36.259
Custos e Despesas de atividades operacionais	**(2.785.551)**	**1.050.557**	**(1.734.994)**
Custos de produção das unidades	(1.000.752)	-	(1.000.752)
(-+) Provisão/ reversão para perdas estimadas no valor realizável líquido dos estoques	-	52.994	52.994
	(1.000.752)	**52.994**	**(947.758)**
Despesas com subsídios	(989.190)	989.190	-
Gestão de créditos	(64.030)	8.373	(55.657)
Outras	(731.579)	-	(731.579)
Prejuízo bruto	**(319.782)**	**90.651**	**(229.131)**
Outras	(772.727)	-	(772.727)
Outras receitas operacionais	36.259	(36.259)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(1.056.250)**	**54.392**	**(1.001.858)**
Resultado líquido financeiro	**9.638**	**-**	**9.638**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.046.612)**	**54.392**	**(992.220)**
Prejuízo do exercício	**(1.046.612)**	**54.392**	**(992.220)**

Demonstração do fluxo de caixa:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024		
	Divulgado	**Ajustes**	**Reapresentado***
Prejuizo do exercício	**(1.046.612)**	**54.392**	**(992.220)**
Ajustes para:			
Ajustes para diversas provisões/ reversões, amoritização e depreciação, juros incorridos	(56.094)	-	(56.094)
Provisão (Reversão) de provisão para perda com subsídios em estoques	-	(52.992)	(52.992)
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável do FCVS e receber	8.373	(8.373)	-
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável dos subsidios dos imóveis em concessão onerosa	(6.973)	6.973	-
	(1.101.306)	**-**	**(1.101.306)**
Redução (aumento) nos ativos:	(851.546)	-	(851.546)
Aumento (redução) nos passivos:	405.837	-	405.837
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**(1.547.015)**	**-**	**(1.547.015)**
Juros e encargos sobre empréstimos,liquidação de demandas administrativas	(85.975)	-	(85.975)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	**(1.632.990)**	**-**	**(1.632.990)**
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (aquisição imobilizado/ intangível)	**(2.943)**	**-**	**(2.943)**
Caixa líquido das atividades de financiamento (aportes de capital e pagamento de empréstimos)	**1.636.786**	**-**	**1.636.786**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**853**	**-**	**853**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	**58.995**	**-**	**58.995**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**59.848**	**-**	**59.848**

Retificação do logo e nome do sócio responsável no final do relatório do auditor independente (publicado dia 04/05 na página E20 do jornal Valor Econômico)

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1
Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 900101/2026.
Nº Processo: 024.00049680/2026-20.
Objeto: Aquisição de Fraldas Descartáveis Geriátricas.
Total de Itens Licitados: 01 (Um).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 06/05/2026.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 06/05/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 22/05/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01063204342026

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90251/2026.
Nº Processo: 024.00047039/2026-51.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais com e sem Determinação de Marca Comercial.
Total de Itens Licitados: 05 (cinco) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 06/05/2026.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 06/05/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 18/05/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

ISA ENERGIA BRASIL S.A.

Cia. Aberta - CNPJ n° 02.998.611/0001-04 - NIRE n° 35.3.0017057-1

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 25/03/2026

Realizada em 1ª convocação no dia 25/03/2026, às 15h, na sede social da Cia.. **Convocação:** Editais de Convocação publicados, nos termos do inciso I, do artigo 289, da Lei das SAs no Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 25, 26 e 27/02/2026, com divulgação simultânea na página do mesmo jornal na *internet*, certificados digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), cuja autenticidade pode ser conferida pelo link *http://valor.globo.com/valor-ri/*. **Mesa:** Presidente: Carlos José da Silva Lopes; Secretária: Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **Presenças:** 89,50% dos acionistas ordinários e 1,90% dos acionistas preferencialistas, conforme constante no Livro de Presença de Acionistas. A Cia. recebeu 401.818.992 votos a distância de acionistas ordinaristas e 453.310.432 votos a distância de acionistas preferencialistas. Consignou-se, ainda, que nos termos do artigo 32, §2°, da Resolução CVM n° 81/2022, foram desconsiderados 100.454.748 de votos de acionistas ordinaristas, correspondentes aos votos recebidos relativos ao item "iv" da Ordem do Dia, atribuídos aos candidatos ao Conselho de Administração Jorge Andres Carrillo Cardoso, Carlos Andrés Pérez Osorio, Clarissa de Araújo Lins e Camilo Ernesto Acosta Restrepo, em razão da retirada de suas indicações pelo acionista controlador, ISA Capital do Brasil S.A., resultando em 301.364.244 votos a distância de acionistas ordinaristas. Presentes ainda Rui Chammas - Diretor Presidente, Manuel Domingues de Jesus e Pinho, membro efetivo do Conselho Fiscal da Cia. e Renato Vieira Lima, representante dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. **Ordem do Dia e Deliberações: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31/12/2025, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes.** Tomadas as contas dos administradores, examinadas e discutidas, foram aprovadas, por maioria dos acionistas com direito a voto, sem reserva, o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2025, aprovado pelo Conselho de Administração da Cia. em reunião realizada em 24/02/2026, não sendo requerida a leitura dos referidos documentos por quaisquer acionistas, conforme disposto no artigo 134 da LSA, uma vez que foram publicados e divulgados em sua integralidade, sendo de pleno conhecimento dos acionistas presentes, em 24/02/2026 na Comissão de Valores Mobiliários (via Empresas.Net) e em 03/03/2026 no jornal Valor Econômico, encontrando-se disponíveis para consulta nos websites da Cia. (https://ri.isaenergiabrasil.com.br/pt/informacoes-financeiras/central-de-resultados), da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e no Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/). **(ii) Aprovar a proposta da administração para a destinação do lucro líquido e a distribuição dos dividendos do exercício social findo em 31/12/2025. ii.1.** Tendo em vista o investimento previsto para o exercício de 2026 e com a finalidade de viabilizar a sua execução, os acionistas com direito a voto, sem ressalvas e por maioria, aprovaram o orçamento de capital no montante de **R$ 3.506.168.596,56**, nos termos do artigo 196, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades Anônimas, e do artigo 27, §1º, inciso IV, da Resolução CVM 80/2022. **ii.2.** Considerando que, no exercício social encerrado em 31/12/2025, a Cia. apurou lucro líquido no montante de **R$ 2.447.897.963,91**, bem como a prescrição, em favor da Cia., de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de **R$ 4.769.858,28**, e a realização da reserva especial de lucros a realizar no montante de **R$ 1.370.370.573,54**, perfazendo o montante total de **R$ 3.823.038.395,73**, conforme evidenciado na demonstração do resultado constante das demonstrações financeiras da Cia., os acionistas com direito a voto aprovaram, sem ressalvas e por maioria: **(a)** Não constituir a reserva legal tendo em vista que a Cia. alcançou o limite de constituição, nos termos do §1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Destinar a importância de **R$ 2.603.716.201,07** para reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital aprovado com a finalidade de investimentos, nos termos do item "ii.1" supra; **(c)** Ratificar a declaração do Juros sobre o Capital Próprio (JCP), aprovada em reunião do Conselho de Administração da Cia., realizada no dia 26/09/2025, no montante de R$ 444.744.253,55. Os JCP foram pagos em 3 (três) parcelas, sendo: (i) R$ 148.248.084,52 em 28/11/2025; (ii) R$ 148.248.084,52 em 12/12/2025; e (iii) R$ 148.248.084,52 em 30/12/2025; **(d)** Ratificar a declaração do Juros sobre o Capital Próprio (JCP), aprovada em reunião do Conselho de Administração da Cia., realizada no dia 19/12/2025, no montante de R$ 495.255.565,40, a serem pagos em 3 parcelas, sendo: (i) R$ 165.085.188,47 pagos em 28/01/2026; (ii) R$ 165.085.188,47 pagos em 25/02/2026; e (iii) R$ 165.085.188,47 a serem pagos até 31/03/2026; e **(e)** Ratificar a declaração de distribuição de dividendos, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Cia., realizada no dia 24/02/2026, no montante de R$ 279.322.375,71, a serem pagos a partir de 29/04/2026. O total dos proventos declarados relativos ao exercício social findo de 2025 corresponderam a 75% do lucro líquido regulatório do exercício findo em 31/12/2025 e 50% do lucro líquido do exercício, montante este superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Cia.. **(iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes.** Nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Cia., foram eleitos, para o mandato de 1 ano, ou seja, até a AGO a ser realizada em 2027, os seguintes membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes: **(a)** os acionistas ordinaristas elegeram, por maioria, **Ricardo Lopes Cardoso, Manuel Domingues de Jesus e Pinho** e **Carla Alessandra Trematore,** como membros efetivos, e **Natan Szuster, Edviges Rita Araújo** e **Sandra Gebara Boni** como respectivos membros suplentes; **(b)** os acionistas ordinaristas minoritários elegeram, por maioria, **Reno Douglas de Azevedo Junior** como membro efetivo e **Rodrigo Vilella Ruiz** como suplente; e **(c)** os acionistas preferencialistas elegeram, por maioria, **Marcos Barreto de Faria Pinho** como membro efetivo e **Washington Martins da Silva** como suplente do Conselho Fiscal. Diante desta deliberação, fica o Conselho Fiscal assim constituído: **(1) Ricardo Lopes Cardoso,** documento de identidade nº 087151-O/8, CRC/RJ e CPF n° 034.159.007-03, como membro efetivo e seu respectivo suplente, **Natan Szuster,** documento de identidade n° 2.964.224, IFP/RJ e CPF n° 388.585.417-15; **(2) Manuel Domingues de Jesus e Pinho,** documento de identidade n° 022.102/0-9, CRC-RJ e CPF sob o n° 033.695.877-34, como membro efetivo e sua respectiva suplente, **Edviges Rita de Araújo,** portadora da identidade de advogada n° 125.583, OAB/RJ, e CPF n° 747.003.837-04; **(3) Carla Alessandra Trematore,** documento de identidade n° 21.880.357-6, SSP/SP e CPF n° 248.855.668-86, como membro efetivo e sua respectiva suplente, **Sandra Gebara Boni,** documento de identidade n° 20.735.287-2, SSP/SP e CPF n° 146.299.798-83; **(4) Reno Douglas de Azevedo Junior,** documento de identidade n° 270897002, DETRAN/RJ, e CPF n° 056.483.534-05, como membro efetivo e seu respectivo suplente, **Rodrigo Vilella Ruiz,** portador do documento de identidade nº 05.288.404-6, DETRAN-RJ e inscrito sob o n° 074.421.787-31; **(5) Marcos Barreto de Faria Pinho,** documento de identidade n° 0207268145, DIC/RJ, e CPF n° 107.727.727-03, como membro efetivo e seu respectivo suplente, **Washington Martins da Silva,** documento de identidade nº 2.101.701, SSP-DF, e inscrito sob o n° 722.375.111-87. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos e/ou reeleitos tomarão posse em seus respectivos cargos em até 30 mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Termos de Anuência ao Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), ocasião na qual firmarão também declaração confirmando que não estão impedidos por lei para investidura no cargo, nem estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, obedecendo aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no disposto no artigo 162 da Lei das SAs e na Resolução da CVM nº 80/22, permanecendo todos os mencionados documentos arquivados na sede da Cia.. **(iv) Definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição.** Previamente às deliberações, a acionista controladora ISA Capital do Brasil S.A., no uso das prerrogativas que lhe são conferidas, manifestou-se, no curso da Assembleia Geral Ordinária, pela retirada das indicações de **Clarissa de Araújo Lins e Camilo Ernesto Acosta Restrepo,** anteriormente indicados pela própria acionista, indicando, em ato seguinte, os candidatos **Sonia Margarita Abuchar Aleman, Olga Patricia Castaño, Gustavo Carlos Marin Garat e Joísa Campanher Dutra Saraiva,** passando seus nomes a integrar a lista de candidatos submetida à deliberação, conforme a seguir. Nos termos do artigo 17 do Estatuto Social da Cia., os acionistas com direito a voto, aprovaram por maioria, a manutenção do número de até 9 membros para composição do Conselho de Administração. Ato contínuo, foram eleitos, para o mandato de 2 anos, ou seja, até a AGO a ser realizada em 2028, os seguintes membros: (a) os acionistas ordinaristas elegeram, por maioria, **Gabriel Jaime Melguizo Posada, Jaime Enrique Falquez Ortiga, Jorge Andrés Martínez Olano, Sonia Margarita Abuchar Aleman e Olga Patricia Castaño,** bem como **Gustavo Carlos Marin Garat e Joísa Campanher Dutra Saraiva,** ambos conselheiros independentes; (b) os acionistas preferencialistas, em votação em separado, elegeram, por maioria, **Paula Prado Rodrigues,** como membro independente; e (c) os empregados elegeram, em votação em separado, por maioria, **Orivaldo Luiz Pellegrino,** como representantes dos empregados, para homologação em Assembleia, conforme dispõe o §1°, do artigo 140 da Lei das SAs e o §3° do artigo 17 do Estatuto Social da Cia.. Diante desta deliberação, fica o Conselho de Administração assim constituído: **(1) Gabriel Jaime Melguizo Posada,** documento de identidade da República da Colômbia nº 71.642.740 e do Passaporte da República da Colômbia nº AV579375; **(2) Jaime Enrique Falquez Ortiga,** documento de identidade da República da Colômbia nº 72.308.214 e do Passaporte da República da Colômbia nº BD592264; **(3) Jorge Andrés Martínez Olano,** CPF n° 059.631.817-04 e RNM n° V401455-B; **(4) Sonia Margarita Abuchar Aleman,** República da Colômbia n° 50.897.172 e do Passaporte da República da Colômbia nº BF203840; **(5) Olga Patricia Castaño,** República da Colômbia n° 42.685.784 e do Passaporte da República da Colômbia nº BD911233; **(6) Gustavo Carlos Marin Garat,** documento de identidade n° 52.55.35.27-5, SSP/SP e CPF nº 217.208.458-16, como membro independente; **(7) Joísa Campanher Dutra Saraiva,** cédula de identidade n° 10.964.126-6, DETRAN/RJ e CPF n° 573.571.100-87, como membro independente; **(8) Paula Prado Rodrigues,** cédula de identidade CNH n° 01149527031, como membro independente; **(9) Orivaldo Luiz Pellegrino,** documento de identidade n° 16.435.019-6, SSP/SP e CPF nº 082.166.248-16. Os membros do Conselho de Adminstracão ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos em até 30 mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e dos Termos de Anuência dos Administradores ao Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), ocasião na qual firmarão também declaração confirmando que não estão impedidos por lei para investidura no cargo, nem estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, obedecendo aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no disposto no artigo 147 da Lei das SAs e na Resolução da CVM n° 80/22, permanecendo todos os mencionados documentos arquivados na sede da Cia.. **(v) Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Cia..** Foi aprovada, por maioria dos acionistas com direito a voto, a proposta da Administração da Cia., nos termos do artigo 152 da Lei das SAs, para a fixação do montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Cia. para o período de abril de 2026 e março de 2027, no valor de até R$ 18.868.595,00, sendo até R$ 2.793.680,00 destinados à remuneração dos membros do Conselho de Administração e até R$ 16.074.915,00 à remuneração da Diretoria Estatutária, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a individualização da remuneração dentro dos limites ora propostos. **(vi) Fixar o montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal.** Foi aprovada, por maioria dos acionistas com direito a voto, a proposta da Administração da Cia., nos termos do § 3° do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, para a fixação do montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal da Cia. para o período de abril de 2026 e março de 2027, no valor de até R$ 757.420,00 (setecentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e vinte reais), acrescido do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções. **Documentos Arquivados na sede da Cia.:** A mesa registra o arquivamento dos boletins de voto a distância, dos mapas de votação sintético e consolidado. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes, que autorizaram sua publicação sem as respectivas assinaturas, na forma do Artigo 130, § 2°, da Lei das Sociedades por Ações. Carlos José da Silva Lopes, Presidente da Mesa. Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti, Secretária. ISA Capital do Brasil S.A., representada por seu procurador Carlos José da Silva Lopes, OAB/SP nº 184.041. IT NOW ISE Fundo de índice Investimento Sustentável - Responsabilidade Limitada. IT NOW Ibovespa B3 BR+ Fundo de Índice Responsabilidade Limitada. IT NOW Ibovespa Fundo de Índice - Responsabilidade Limitada. IT NOW IDIV Fundo de índice - Responsabilidade Limitada. IT NOW IDIV Renda Dividendos Fundo de Índice - Responsabilidade Limitada. IT NOW IGCT Fundo de Índice - Responsabilidade Limitada. Itaú Ações Dividendos Fundo de Investimento Financeiro Responsabilidade Limitada. Itaú Caixa Ações Fundo de Investimento Financeiro Responsabilidade Limitada. Itaú Excelência Social Ações Fundo de Investimento Financeiro Sustentável Responsabilidade Limitada. Itaú Governança Corporativa Ações Fundo de Investimento Financeiro Sustentável Responsabilidade Limitada. Itaú Ibovespa Ativo Master Fundo de Investimento Financeiro em Ações Responsabilidade Limitada. Itaú IBRX Ativo Master Fundo de Investimento Financeiro em Ações Responsabilidade Limitada. Itaú Índex Ações Ibovespa Fundo de Investimento Financeiro Responsabilidade Limitada. Itaú Index Ações IBRX Fundo de Investimento Financeiro Responsabilidade Limitada. Itaú Master Global Dinâmico Multimercado Fundo de Investimento Financeiro Responsabilidade Limitada. Itaú Previdência IBRX Fundo de Investimento Financeiro em Ações Responsabilidade Limitada. Itaú S&P/B3 Low Volatility™ Fundo de Investimento Financeiro em Ações Responsabilidade Limitada. Itaú Small Cap Master Fundo de Investimento Financeiro em Ações Responsabilidade Limitada, todos representados por sua procuradora Karina Francisca de Andrade, OAB/SP nº 268.801. Rui Chammas, Diretor Presidente. Manuel Domingues de Jesus e Pinho, Conselheiro Fiscal. Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 172.332/26-6 em 09/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Campus de Assis

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 90010/2026 – CAs.
PROCESSO 472/2026 – CAs.

Encontra-se aberto na Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Assis – UNESP, o Pregão Eletrônico 90010/2026 – CAs, cujo objeto é a constituição de sistema de REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Eletrodomésticos, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a Moradia Estudantil. Início do recebimento de propostas: 06/05/2026. Início da sessão pública: 18/05/2026 às 9h. Íntegra do Edital: www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: material.assis@unesp.br.

Liberty Mutual. INSURANCE

Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 58.138.452/0001-14 - NIRE 35300666020

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 31 de Março de 2026

Data, Hora e Local. Em 31 de março de 2026, às 9 horas, na sede social da Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A., situada na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1240, 19º andar, Conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04711-130 ("Companhia"). **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa.** Presidente: Wellington Rosa dos Santos; e Secretário: Rodrigo da Silva Oliveira. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre (I) as contas da administração da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, com exame, discussão e votação sobre o relatório anual da diretoria e as demonstrações financeiras relativas ao mesmo período; e (II) a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. **Deliberações.** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a única acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia, deliberou por, sem qualquer ressalva: **(i)** aprovar as contas dos administradores, o relatório anual da diretoria, e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram publicadas no jornal O Estado de São Paulo, no dia 26 de fevereiro de 2026, na versão física, no Estado de São Paulo, com divulgação simultânea na íntegra dos documentos na página B13 do mesmo jornal na internet, nos termos do art. 289 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** tendo em vista que o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 apresentou **prejuízo líquido de R$ 7.067.214,55 (sete milhões, sessenta e sete mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos),** conforme demonstrações financeiras lidas e aprovadas, a acionista única decidiu: • Absorver a quantia de R$ 9.713,98 (nove mil, setecentos e treze reais e noventa e oito centavos) com a utilização da **Reserva Legal**; • Absorver a quantia remanescente de R$ 184.565,64 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) com a utilização total da **Reserva de Lucros**; • Registrar o saldo remanescente de **R$ 6.872.934,93 (seis milhões, oitocentos e setenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos) na conta de "Prejuízos Acumulados"**, a ser absorvido por lucros futuros. Desta forma, ficou determinado pela acionista única que não haverá distribuição de dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referentes a este exercício. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da presente assembleia, e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente - Wellington Rosa dos Santos, Secretário - Rodrigo da Silva Oliveira. **Acionista presente:** Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda. São Paulo, 31 de março de 2026. **Mesa:** Wellington Rosa dos Santos - **Presidente**; Rodrigo da Silva Oliveira - **Secretário. Acionista: Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda. -** Por: Wellington Rosa dos Santos - Cargo: Administrador, Por: Rodrigo da Silva Oliveira - Cargo: Administrador. **Advogado:** Rúben Lemos Menezes - OAB/SP 231.813. **JUCESP** nº 178.132/26-3 em 22/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

AGIS

Agis Construção S.A.

CNPJ 61.099.826/0001-44 - NIRE 35.300.069.587

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Dia, Hora e Local: 10 de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Paulista, nº 2421, 8º andar, sala 1, Bela Vista, nesta Capital do Estado de São Paulo, CEP 01311-300. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/1976. **Mesa:** Sr. José Lima da Silva Júnior, Presidente; e Sr. Fabiano Kruchin, Secretário. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente esclareceu que a atual Diretoria Executiva estava à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações julgadas necessárias e que a Assembleia se manifestará sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2025, conforme publicado no Jornal "Valor Econômico" de 07/04/2026; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2025; e **(iii)** Deliberar sobre a fixação da remuneração global da Diretoria da Companhia para o exercício de 2026. **Deliberações tomadas por unanimidade: (i)** Aprovado, sem ressalvas, o Relatório da Diretoria, Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **(ii)** Foi aprovado que, após a constituição da reserva legal, no valor de 10.663.653,54 (dez milhões, seiscentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), o saldo remanescente do lucro líquido da Companhia em 31/12/2025, no valor de 213.273.070,86 (duzentos e treze milhões, duzentos e setenta e três mil, setenta reais e oitenta e seis centavos), será destinado da seguinte forma: **a)** 2.026.094,17 (dois milhões e vinte e seis mil reais e dezessete centavos) para pagamento de dividendos aos acionistas e **b)** R$ 200.583.323,14 (duzentos milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e três reais e catorze centavos), será incorporado à conta reserva de lucros; **(iii)** Fixada a remuneração da Diretoria da Companhia no montante total global, anual de até R$ 7.624.500,00 (sete milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, e quinhentos reais), sendo que o "quantum" destinado a cada um dos Diretores será fixado em Reunião da Diretoria Executiva, convocada especificamente para esse fim. Nada mais havendo a tratar e encerrada a presente ata com a assinatura do Sr. Presidente e do Sr. Secretário, sendo suspensa a Assembleia pelo tempo necessário a lavratura da presente ata no livro próprio, na forma sumária conforme faculta o artigo 130, §1º e §2º da Lei nº 6.404/76. Reaberta a sessão, foi a ata lida e achada conforme por todos os presentes. São Paulo, 10 de abril de 2026. **Mesa:** José Lima da Silva Júnior - Presidente; Fabiano Kruchin - Secretário. **Diretoria Executiva:** José Lima da Silva Júnior - Diretor Presidente; Fabiano Kruchin - Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças; Patricia Bueno Moreira - Diretora Vice-Presidente Jurídico e Diretora de *Compliance*. **Diretoria sem Designação Específica:** Cleber Mahlmann Muniz Neto, Guilherme Lima Carvalho, Lamarque de Melo Oliveira, Eduardo Augusto Mesquita Junior e Paulo Sergio Amalfi Meca. **Acionistas:** Agrocap Participações Ltda., representada por Eduardo Ribeiro Capobianco e Agis Mineração Ltda., representada por Eduardo Ribeiro Capobianco. **A Presente é Cópia Fiel da Original Transcrita em Livro Próprio. José Lima da Silva Júnior** - Presidente - RG nº 11.024.028-0 SSP/RJ - **Fabiano Kruchin** - Secretário - RG nº 9038689478 SJS/RS. **Visto do advogado: Lucila Saccarelli Nascimento -** OAB/SP nº 159.701. **JUCESP** nº 184.155/26-5 em 04/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ Nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 25 de março de 2026, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8.501 – 5º andar – Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia presentes à reunião. **3. MESA:** Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a celebração, por sua controlada direta e em conjunto Concessionária de Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaQuatro") do Termo Aditivo nº. 11 ao Contrato de Concessão e a contratação de fornecedores para sinalização e certificação de segurança. **5. DELIBERAÇÕES**: Os Senhores Conselheiros, após análise das matérias constantes da ordem do dia e realização dos debates pertinentes, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, deliberaram aprovar, por unanimidade de votos, a celebração, por sua controlada direta e em conjunto ViaQuatro, do Termo Aditivo nº. 11 ao Contrato de Concessão e a contratação de fornecedores para sinalização e certificação de segurança, conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 25 de março de 2026. **Assinaturas**: João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(3)** Eduardo Bunker Gentil; **(4)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(5)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(6)** José Guimarães Monforte; **(7)** Leonardo de Mattos Galvão; **(8)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(9)** Mateus Gomes Ferreira; **(10)** Roberto Egydio Setubal; e **(11)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 183.245/26-0 em 30.04.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ Nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35.300.158.334 - Companhia Aberta

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026
(ATA LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO, COMO FACULTA O ARTIGO 130, PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 6.404/76)

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2026, às 14:00 horas, realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings*, nos termos do §2º-A do artigo 124 da Lei 6.404/76 ("**LSA**") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM nº 81**"). **2. PRESENÇA:** Compareceram acionistas titulares de *(i)* 1.601.593.909 (um bilhão, seiscentos e um milhões, quinhentos e noventa e três mil, novecentos e nove) ações ordinárias, representando 79,64% (setenta e nove vírgula sessenta e quatro por cento) do capital social total da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("**Companhia**"), no que diz respeito à Assembleia Geral Ordinária; e *(ii)* 1.601.818.088 (um bilhão, seiscentos e um milhões, oitocentos e dezoito mil, oitenta e oito) ações ordinárias, representando 79,66% (setenta e nove vírgula sessenta e seis por cento) do capital social total da Companhia, no que diz respeito à Assembleia Geral Extraordinária, conforme presenças registradas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Registradas, ainda, as presenças de membros da administração e do Conselho Fiscal da Companhia; do representante da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes"), Sr. Marcelo Gavioli e do coordenador do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos, Sr. Jorge Roberto Manoel. **3. CONVOCAÇÃO:** *(a)* O edital de convocação de que trata o artigo 124 da LSA foi publicado nos dias 16, 17 e 18 de março de 2026, no jornal "Valor Econômico", no formato digital e impresso nas páginas E9, E10, e E15, respectivamente; *(b) (b.1)* os documentos de que trata o artigo 133 da LSA, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram publicados no dia 10 de março de 2026 no jornal "Valor Econômico", no formato digital e impresso entre as páginas E3 e E13; e *(b.2)* os documentos de que tratam a Resolução CVM nº 81, bem como todos os demais documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas nesta Assembleia (inclusive aqueles listados acima) foram devidamente colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos *websites* da Companhia (https://ri.motiva.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm/) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente; e Sr. Marcelo Fernandez Trindade, Secretário. **5. LEITURA DOS DOCUMENTOS:** Dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA pelos acionistas presentes. **6. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: **(1) em Assembleia Geral Ordinária**: **(i)** as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes, pelo Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2026 **(iii)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; **(iv)** a instalação do Conselho Fiscal e eleição de seus membros; **(v)** a remuneração anual global para os administradores da Companhia e a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal; e **(2) em Assembleia Geral Extraordinária**: **(i)** alteração da redação dos itens 'ii', 'xxix' e 'xxxi' do art. 17 do Estatuto Social da Companhia, para ajustar (a) a denominação da Companhia; (b) a denominação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade; e (c) a relação de documentos organizacionais aprovados pelo Conselho de Administração, nos termos da Proposta da Administração; **(ii)** alteração do item 'xix' do art. 17 do Estatuto Social da Companhia, de modo a eliminar o atual subitem (b), nos termos da Proposta da Administração; e **(iii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia. **7. DELIBERAÇÕES:** Após a aprovação da lavratura da ata sob a forma de sumário e de sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme autorizado pelo artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da LSA, os acionistas, conforme mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata: **(I) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovaram**, por maioria de votos, registradas as abstenções dos legalmente impedidos, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii) Aprovaram**, por maioria de votos, a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2026, no montante de **R$ 8.339.000.000,00** (oito bilhões, trezentos e trinta e nove milhões de reais), nos termos da Proposta da Administração; **(iii) Aprovaram**, por maioria de votos, a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R$ 3.279.587.887,30** (três bilhões, duzentos e setenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e oitenta e sete reais e trinta centavos), e a distribuição de dividendos nos termos da Proposta da Administração, de modo que: **(a)** o montante de **R$ 163.979.394,37** (cento e sessenta e três milhões, novecentos e setenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e sete centavos) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 será destinado à constituição de Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da LSA; **(b)** adicionalmente ao montante de **R$ 654.819.317,74** (seiscentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dezenove mil, trezentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos), correspondente a *(i)* R$ 0,179347034195 por ação ordinária, distribuído aos acionistas à conta de parte dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2025, conforme deliberação do Conselho de Administração de 30 de julho de 2025; e *(ii)* R$ 0,14635469934 por ação ordinária, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2025, conforme deliberação do Conselho de Administração de 5 de dezembro de 2025, serão pagos aos acionistas dividendos adicionais no montante de **R$ 124.082.805,49** (cento e vinte e quatro milhões, oitenta e dois mil, oitocentos e cinco reais e quarenta e nove centavos), à conta do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, perfazendo uma distribuição total de **R$ 778.902.123,23** (setecentos e setenta e oito milhões, novecentos e dois mil, cento e vinte e três reais e vinte e três centavos) a título de dividendos pagos à conta do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a título de dividendos mínimos obrigatórios; **(c)** o montante de **R$ 2.254.179.144,77** (dois bilhões, duzentos e cinquenta e quatro milhões, cento e setenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 será retido com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da LSA; e **(d)** o saldo remanescente do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, correspondente a **R$ 82.527.224,93** (oitenta e dois milhões, quinhentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e noventa e três centavos), será destinado à constituição de Reserva de Equalização de Dividendos e Investimentos, com base no artigo 30, § 1º do Estatuto Social da Companhia. **(iv)** Tendo sido solicitada a instalação do Conselho Fiscal por acionistas que representam mais de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto, conforme previsto no artigo 161, §2º da LSA e na Resolução CVM nº 70/22, **elegeram** os seguintes membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal: **(a)** em eleição em separado, tendo em vista a solicitação apresentada por acionistas minoritários, conforme previsto no artigo 161, parágrafo 4º, da LSA, a Sra. **Leda Maria Deiro Hahn**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 3.578.754 IFP/RJ e inscrita no CPF sob o nº 664.501.287-04, domiciliada na Rua Engenheiro Cortes Sigaud, nº 11, apto. 502, bloco 2, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22450-150, como membro efetivo; e o Sr. **Marcelo de Aguiar Oliveira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 38.265.891-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 016.747.037-08, com domicílio comercial na Avenida Niemayer, nº 2, sala 201, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22450-220, como seu respectivo suplente; **(b)** por votação majoritária: **(b.i)** a Sra. **Piedade Mota da Fonseca**, portuguesa com direitos reconhecidos como cidadã brasileira, casada, auditora, portadora da cédula de identidade RG nº 029.317.526 IFP/RJ e inscrita no CPF sob o nº 548.435.537-00, domiciliada na Avenida Lucio Costa, nº 4.000, Bloco 5, apto. 206, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22630-011, como membro efetivo; e o Sr. **João Guilherme Calvão Moraes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 08.544.852-0 IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 014.558.637-50, domiciliado na Avenida Rui Barbosa, nº. 636, apto. 709, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-020, como seu respectivo suplente; e **(b.ii)** a Sra. **Maria Cecilia Rossi**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 10.615.437-0 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 038.192.128-09, domiciliada na Rua Almeida Garret, nº 118, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05459-020, como membro efetivo; e a Sra. **Lucy Aparecida de Sousa**, brasileira, solteira, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 8.714.945 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 861.669.218-53, domiciliada na Rua Dardanelos, nº 481, Alto da Lapa, São Paulo/SP, CEP 05468-010, como sua respectiva suplente. Os conselheiros fiscais ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio, tendo apresentado declarações de que preenchem os requisitos previstos no artigo 162 da LSA, as quais ficarão arquivadas na sede da Companhia, e permanecerão em seus cargos até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, nos termos do Estatuto Social. a. **Aprovaram**, por maioria de votos, a proposta para a remuneração anual global para os administradores no exercício social de 2026 (de janeiro a dezembro), no valor de até R$ 73.514.904,00 (setenta e três milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e quatro reais). b. **Aprovaram**, por maioria de votos, a proposta para a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal para o novo mandato seja correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração fixa média atribuída aos Diretores estatutários da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros), conforme previsto no § 3º do art. 162 da Lei das S.A., restando prejudicada a proposta alternativa apresentada durante a assembleia. **(1) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovaram**, por maioria de votos, a alteração da redação dos itens 'ii', 'xxix' e 'xxxi' do art. 17 do Estatuto Social da Companhia, para ajustar **(a)** a denominação da Companhia, substituindo as menções ao "Grupo CCR" por "Motiva"; **(b)** a denominação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade; e **(c)** a relação de documentos organizacionais aprovados pelo Conselho de Administração, que passam a vigorar com a redação abaixo: *"**Artigo 17** – Compete ao Conselho de Administração da Companhia a orientação geral dos negócios sociais, cabendo-lhe, além das atribuições previstas em lei, o seguinte: (...) ii. Aprovar os seguintes documentos organizacionais da Motiva e respectivas alterações: (a) Regimento Interno do Conselho de Administração e respectivos Comitês de Assessoramento; (b) Código de Conduta Ética aplicável a administradores e colaboradores da Companhia; e (c) políticas e normas internas obrigatórias ou estratégicas relacionadas à Governança da Companhia, podendo a Diretoria aprovar políticas e normas internas operacionais adicionais; (...). xxix. Analisar periodicamente o acompanhamento econômico-financeiro da Motiva, assim como, trimestralmente, o ITR enviado à CVM; (...). xxxi. Aprovar anualmente o Relatório de Sustentabilidade da Companhia;"* **(ii) Aprovaram**, por maioria de votos, a alteração do item 'xix' do art. 17 do Estatuto Social da Companhia, de modo a eliminar o atual subitem (b), que passa a vigorar com a redação abaixo: *"**Artigo 17** – Compete ao Conselho de Administração da Companhia a orientação geral dos negócios sociais, cabendo-lhe, além das atribuições previstas em lei, o seguinte: (...) xix. Aprovar a celebração de contratos e suas eventuais rescisões, entre, de um lado, a Companhia ou suas Controladas e, de outro, (a) quaisquer partes relacionadas dos acionistas controladores da Companhia, nos termos das normas contábeis em vigor, exceto a própria Companhia e suas Controladas, envolvendo valor (a.1) em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, entre R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) e seus respectivos aditivos, caso deles resulte uma variação de valor superior a 10% (dez por cento) em um mesmo exercício social, caso haja recomendação para submissão ao Conselho de Administração pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos; ou (a.2) igual ou superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) e seus respectivos aditivos, caso deles resulte uma variação de valor superior a 10% (dez por cento) do valor total anterior ou a R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), o que for menor, em um mesmo exercício social; ou (b) administradores da Companhia, em qualquer valor e seus respectivos aditivos; observada a Política de Transações com Partes Relacionadas; sendo certo que, em relação às operações financeiras, deverão ser considerados apenas os valores de juros do financiamento e demais remunerações devidos à contraparte, excluído o valor principal. Fica, ainda, facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length);"* **(iii) Aprovaram**, por maioria de votos, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, refletindo as alterações aprovadas nos itens (i) e (ii) acima, o qual passará a vigorar com a redação constante do **Anexo II** à presente ata e será levado a registro perante a Junta Comercial competente, sendo dispensada a sua publicação na íntegra. **8. ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS E LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Não havendo mais nada a ser tratado, foram encerradas as assembleias, sendo lavrada a presente ata, que foi lida e achada conforme pelos acionistas presentes, os quais são considerados subscritores desta ata, nos termos da Resolução CVM nº 81. A ata será assinada eletronicamente pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa, que certificam a presença dos acionistas que constam da Lista de Presença e que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária atendeu aos requisitos legais e regulamentares para sua realização de forma digital, em especial o disposto na Instrução Normativa DREI nº 81/2020. São Paulo, 15 de abril de 2026. **João Henrique Batista de Souza Schmidt** - Presidente, **Marcelo Fernandez Trindade** - Secretário. JUCESP nº 181.514/26-6 em 28.04.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

LUPATECH

Lupatech S.A.

CNPJ nº 89.463.822/0001-12 - NIRE 35.3.0045756-1
Companhia Aberta de Capital Autorizado - B3 Novo Mercado

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os acionistas da Lupatech S/A ("Companhia"), para se reunirem no dia 02 de junho de 2026, às 10 horas, em primeira convocação, em sua sede social, na Cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauerberg - Bairro Distrito Industrial - CEP 13.388-220, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Serão tratados em Assembleia Geral Ordinária os seguintes temas:** a) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. b) Destinação do resultado do exercício. **Serão tratados em Assembleia Geral Extraordinária os seguintes temas:** a) Aprovar a remuneração fixa e variável global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025. b) Homologar os aumentos ao capital social da Companhia aprovados pelo Conselho de Administração. c) Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar, na sede social da Companhia, na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauerberg - Bairro Distrito Industrial - CEP 13.388-220, com 1 (uma) hora de antecedência, além do documento de identidade, conforme o caso, comprovante da respectiva participação acionária, expedido pela instituição escrituradora, ou, relativamente aos acionistas participantes de custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente e, se for o caso, instrumento de mandato, com firma reconhecida; devendo, todavia, o comprovante de participação acionária ser antecipado à Companhia nos termos constantes do Manual para Participação de Acionistas na Assembleia Geral. A Companhia, com fundamento na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, comunica aos seus acionistas que a Administração da Companhia aproveitará o ensejo para fazer um Pedido Público de Procuração na forma do normativo citado. A Administração da Companhia vem solicitar a outorga de procurações para que seus acionistas assegurem sua participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 02 de junho de 2026, podendo, caso queiram, votar favoravelmente, desfavoravelmente ou se abster em relação às matérias constantes na ordem do dia deste Edital de Convocação. O Manual para participação de Acionistas nas Assembleias Gerais contém as instruções para a outorga de procurações à Companhia. Os acionistas poderão optar por outorgar procurações físicas para que advogado indicado pela Companhia os representem no dia da Assembleia, conforme modelo de procuração disponível no Manual para participação de Acionistas nas Assembleias Gerais. Será possível outorgar procurações físicas e indicar o seu voto a partir de 08 até 28 de maio de 2026. Sem prejuízo de se fazer representar por outorga de procuração física na referida Assembleia Geral, a Companhia informa que, nos termos do anexo M da Resolução CVM nº 81, o boletim de voto a distância será disponibilizado. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento), ficando o percentual previsto no caput do art. 141 da Lei 6.404/76, reduzido em função do valor do capital da companhia aberta. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.lupatech.com.br - link "Relações com Investidores"), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras; (iii) o Parecer dos Auditores Independentes; (iv) a Proposta de Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM 81); (v) formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; bem como (vi) Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 2 do Formulário de Referência - Resolução CVM 80); (vii) as informações referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (item 8 do Formulário de Referência, Resolução 80, Anexo C); (viii) o Anexo Q (Resolução 81 CVM), referente ao Pedido de Procuração; e (ix) o Manual para Participação nas Assembleias, que contém todas as demais informações requeridas pelas Resoluções CVM nºs 80/22 e 81/22, nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e dos artigos 7º e 10º da Resolução CVM nº 81/22.

João Marcos Cavichioli Feiteiro
Presidente do Conselho de Administração

LUPATECH

Lupatech S.A.

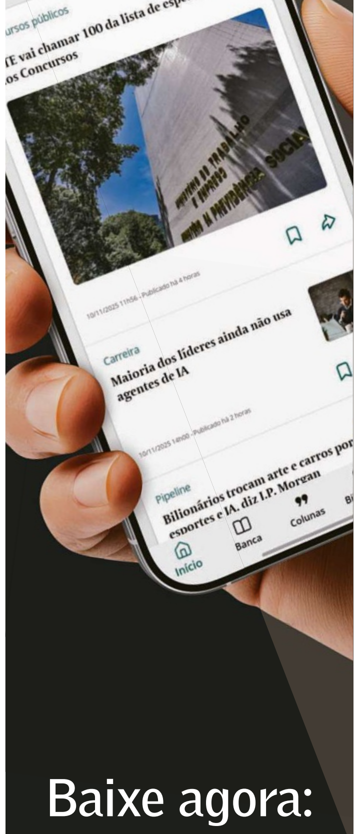
CNPJ nº 89.463.822/0001-12 - NIRE 35.3.0045756-1
Companhia Aberta de Capital Autorizado - B3 Novo Mercado

Edital de Convocação - 2ª Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os acionistas da Lupatech S/A ("Companhia"), para se reunirem no dia 02 de junho de 2026, às 09 horas e 30 minutos, em segunda convocação, em sua sede social, na Cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauerberg - Bairro Distrito Industrial - CEP 13.388-220, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Deliberar sobre o aumento do capital autorizado, em mais 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, com a consequente alteração do §1º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. b) Homologar os aumentos ao capital social da Companhia aprovados pelo Conselho de Administração. c) Deliberar sobre a redução do capital social se houver perda, até o montante dos prejuízos acumulados. d) Aprovar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações anteriormente mencionadas. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar, na sede social da Companhia, na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauerberg - Bairro Distrito Industrial - CEP 13.388-220, com 1 (uma) hora de antecedência, além do documento de identidade, conforme o caso, comprovante da respectiva participação acionária, expedido pela instituição escrituradora, ou, relativamente aos acionistas participantes de custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente e, se for o caso, instrumento de mandato, com firma reconhecida; devendo, todavia, o comprovante de participação acionária ser antecipado à Companhia nos termos constantes do Manual para Participação de Acionistas na Assembleia Geral. A Companhia, com fundamento na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, comunica aos seus acionistas que a Administração da Companhia aproveitará o ensejo para fazer um Pedido Público de Procuração na forma do normativo citado. A Administração da Companhia vem solicitar a outorga de procurações para que seus acionistas assegurem sua participação na Assembleia Geral Extraordinária de 02 de junho de 2026, podendo, caso queiram, votar favoravelmente, desfavoravelmente ou se abster em relação às matérias constantes na ordem do dia deste Edital de Convocação. O Manual para participação de Acionistas nas Assembleias Gerais contém as instruções para a outorga de procurações à Companhia. Os acionistas poderão optar por outorgar procurações físicas para que advogado indicado pela Companhia os representem no dia da Assembleia, conforme modelo de procuração disponível no Manual para participação de Acionistas nas Assembleias Gerais. Será possível outorgar procurações físicas e indicar o seu voto a partir de 08 até 28 de maio de 2026. Sem prejuízo de se fazer representar por outorga de procuração física na referida Assembleia Geral, a Companhia informa que, nos termos do anexo M da Resolução CVM nº 81, o boletim de voto a distância será disponibilizado. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento), ficando o percentual previsto no caput do art. 141 da Lei 6.404/76, reduzido em função do valor do capital da companhia aberta. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.lupatech.com.br - link "Relações com Investidores"), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): (i) a Proposta da Administração; (ii) o Manual para Participação nas Assembleias, que contém todas as demais informações requeridas pelas Resoluções CVM nºs 80/22 e 81/22, nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e dos artigos 7º e 10º da Resolução CVM nº 81/22; e (iii) o Anexo Q (Resolução 81 CVM), referente ao Pedido de Procuração.

João Marcos Cavichioli Feiteiro
Presidente do Conselho de Administração

Leia **em tempo real** as **principais notícias** do mercado **no app do Valor**.



Baixe agora:

Santander

Sancap Investimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 15.023.998/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Sancap Investimentos e Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Governança Corporativa
Na AGE realizada em 05 de março de 2025, os acionistas aprovaram a eleição do Sr. Carlos Díaz Álvarez para o cargo de Diretor Executivo com mandato válido até 2026, e a exoneração do Sr. Franco Raul Rizza do cargo de Diretor Executivo.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2025 o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 1.312 milhões (31/12/2024 - R$ 1.304 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2025 foi de R$ 708 milhões (31/12/2024 - R$ 617 milhões).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2025 os ativos totais atingiram R$ 1.319 milhões (31/12/2024 - R$ 1.354 milhões). Desse montante, destacamos, R$ 1.173 milhões (31/12/2024 - R$ 1.207 milhões) referentes aos investimentos em controladas, R$ 138 milhões (31/12/2024 - R$ 91 milhões) que são representados por títulos e valores mobiliários e em 2024 R$ 54 milhões referentes à Rendas a Receber.
Em 31 de dezembro de 2025, os passivos totais atingiram R$ 6 milhões (31/12/2025 - R$ 50 milhões). Desse montante, destacamos R$ 6 milhões representados por impostos a pagar (31/12/2024 R$ 113 mil) e em 2024 R$ 50 milhões representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.

Política de Distribuição de Dividendos
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Por deliberação da Diretoria Executiva, poderão ser pagos, no curso do exercício social e até a AGO, juros sobre o capital proprio até o limite permitido em lei, cujo valor poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios.
Em 27 de março de 2025 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários com base na conta de reservas de lucros no montante de R$ 55.000. O pagamento ocorreu em 31 de março de 2025.
Em 27 de março de 2025 foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R$ 96.000, apurado com base nos resultados de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025. O pagamento ocorreu em 31 de março de 2025.
Em 30 de setembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R$ 200.000, apurado com base no balanço do mês de agosto de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025. O pagamento foi imediato.
Em 29 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R$ 200.000, apurado com base no resultado de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025. O pagamento ocorreu em 30 de dezembro de 2025.

Outras Informações
A política de atuação da Sancap na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Sancap informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PwC e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente. Ademais, a Sancap confirma que a PwC dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.
Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 30 de abril de 2026.
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		**146.810**	**147.138**
Caixa e Equivalente de Caixa	4&11.c	13	5
Aplicações Financeiras	5&11.c	138.216	91.421
Rendas a Receber	11.c	-	53.809
Outros Créditos		123	93
Ativos Fiscais - Corrente		8.458	1.810
Ativo não Circulante		**1.172.548**	**1.207.163**
Investimentos em Controladas	6	1.172.548	1.207.163
Ativos Fiscais - Diferido		-	-
Total do Ativo		**1.319.358**	**1.354.301**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		**6.400**	**50.120**
Impostos a Pagar		6.241	113
Contas a Pagar		159	7
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	7.b	-	50.000
Patrimônio Líquido	**7**	**1.312.958**	**1.304.181**
Capital Social		677.135	847.135
Reservas		650.444	493.606
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(14.621)	(36.560)
Total do Passivo		**1.319.358**	**1.354.301**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Resultado de Equivalência Patrimonial	6	700.631	612.747
Receitas Financeiras	8&11.c	14.719	8.943
Despesas Administrativas	9.a	(163)	(86)
Despesas Tributárias	9.b	(1.196)	(634)
Resultado Operacional		**713.991**	**620.970**
Resultado antes dos Impostos		**713.991**	**620.970**
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.a	(6.153)	(3.478)
Lucro Líquido		**707.838**	**617.492**
Nº de Ações (Milhão)	7.a	23.538	23.538
Lucro por Lote de Mil Ações (em R$)		30,07	26,23

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	**707.838**	**617.492**
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas	**21.939**	**(19.031)**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.939	(19.031)
Participação no Resultado Abrangente das Controladas, Líquido de Efeitos Tributários	21.939	(19.031)
Resultado Abrangente	**729.777**	**598.461**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Reservas de Lucros				
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**847.135**	**169.427**	**367.687**	**(17.529)**	**-**	**1.366.720**
Ajustes de Avaliação Patrimonial no Resultado Abrangente das Controladas		-	-	-	(19.031)	-	(19.031)
Lucro Líquido		-	-	-	-	617.492	617.492
Destinações:							
Dividendos	7.b	-	-	(337.000)	-	(324.000)	(661.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	7.d	-	-	293.492	-	(293.492)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		**847.135**	**169.427**	**324.179**	**(36.560)**	**-**	**1.304.181**
Redução do Capital Social		(170.000)	-	-	-	-	(170.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial no Resultado Abrangente das Controladas		-	-	-	21.939	-	21.939
Lucro Líquido		-	-	-	-	707.838	707.838
Destinações:							
Dividendos	7.b	-	-	(55.000)	-	(496.000)	(551.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	7.d	-	-	211.838	-	(211.838)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		**677.135**	**169.427**	**481.017**	**(14.621)**	**-**	**1.312.958**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**707.838**	**617.492**
Ajustes ao Lucro		**(700.631)**	**(612.961)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.a	(700.631)	(612.747)
Atualização de Impostos a Compensar		-	(214)
Variações em Ativos e Passivos		**(46.247)**	**(18.562)**
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras		(46.795)	(17.542)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(30)	-
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais		(5.702)	2.762
Aumento (Redução) em Impostos a Pagar		6.128	(1.338)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		152	(20)
Impostos Pagos		-	(2.424)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(39.040)**	**(14.031)**
Atividades de Investimento			
Redução de Capital Social da Controlada	6.a	170.000	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	6.b	640.048	775.030
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		**810.048**	**775.030**
Atividades de Financiamento			
Dividendos Pagos		(601.000)	(761.000)
Redução de Capital Social	7.a	(170.000)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		**(771.000)**	**(761.000)**
Aumento (Redução) Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		**8**	**(1)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4&11.c	5	6
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**4&11.c**	**13**	**5**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Sancap"), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 CJ 201, Parte 2, Bloco A, Cond Wtorre JK Vila Nova Conceição CEP 04543 011, é uma Sociedade integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social exclusivo participar como sócia acionista ou quotista, do capital social de sociedades autorizadas a funcionar de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Estimativas Contábeis
Em função da atuação exclusiva da Sancap na atividade de holding da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), da Evidence Previdência S.A. (Evidence), e da Santander Auto S.A. (Santander Auto) as demonstrações financeiras da Sancap foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela SUSEP estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, conforme Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
Essas práticas contábeis não requerem a apresentação das demonstrações consolidadas em conjunto com as individuais. Não obstante, a Sancap é controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital social da Sancap (Nota 7.a). O Banco Santander, foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.
A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 30 de abril de 2026.
O resultado e a posição financeira da Sancap estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.
A Sancap é controladora integral da Evidence Previdência S.A (Evidence), sendo o investimento o equivalente à 100% do capital social da Evidence. É controladora integral da Santander Capitalização S.A (Santander Capitalização), o qual detém 99,99% de participação no Investimento da Santander Capitalização (Nota 6), e detém 50% de participação no investimento da Santander Auto S.A. (Santander Auto) (Nota 6).
a) Normas e Interpretações que entraram em vigor no exercício de 2025
a.1) CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Em 06 de julho de 2022, o Conselho Diretor da SUSEP decidiu colocar em consulta pública minuta de Circular que alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou dispositivos da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012, viabilizando a implementação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros pelo mercado supervisionado pela Susep, e outras alterações regulatórias. Em 10 de outubro de 2022 a SUSEP através da Circular nº 678 recepcionou o CPC 48 a partir de 02 de janeiro de 2024. Não houveram impactos materiais para a Sancap essa alteração normativa.
a.2) Classificação de Instrumentos Financeiros
O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão como das características dos fluxos de caixa contratuais. Com base no supracitado, um ativo financeiro será classificado como i) custo amortizado, ii) valor justo afetando o resultado ou iii) valor justo afetando o patrimônio líquido.
b) Normas e Interpretações que entrarão em vigor em exercícios futuros
b.1) CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)
O CPC 50 visa substituir o CPC 11 e tem como data de implementação 1 de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento ainda não teve aprovação da SUSEP.
b.2) CPC 26 – IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis – Demonstração de Resultado
Publicado em 2024 e emitido em abril de 2024 pelo IASB para substituir o CPC 26 (R1). O IFRS 18 tem como objetivo melhorar as apresentações e divulgações nas Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) e as notas explicativas em um âmbito global. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. Este pronunciamento ainda não teve aprovação da SUSEP.
c) Reforma da Tributação sobre o Consumo
A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.
Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.
Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de split payment), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.
Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.
Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.
A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.
Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sancap, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.
d) Estimativas Utilizadas
Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Sancap na elaboração das demonstrações financeiras. A Sancap faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, ao reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (Nota 3.e).

3. Principais Políticas Contábeis
As principais políticas contábeis e os critérios de apuração utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.
b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros
i. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais;
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Além disso, no reconhecimento inicial, a Sancap pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pela Sancap.
Os ativos financeiros a seguir, são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Caixa e equivalentes de caixa" (Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado);
• "Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado)"
• "Rendas a receber" (Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado).
ii. Avaliação do modelo de negócio
A Sancap avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração.
Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.
iii. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros
A Sancap avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração.
Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após a Sancap alterar seu modelo de negócios para administrar os ativos financeiros.
iv. Baixa de Ativos financeiros
A Sancap baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual, essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual, a Sancap não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.
Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas é registrada no resultado.
A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, não ocorreram eventuais ganhos/perdas com relação aos instrumentos patrimoniais.
v. Taxa de juros efetiva
A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.
vi. Passivos Financeiros
A Sancap baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo por meio do resultado com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.
Os passivos financeiros a seguir, são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Contas a Pagar" (passivo financeiro mensurado ao custo amortizado); e
• "Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar" (passivo financeiro mensurado ao custo amortizado);
vii. Mensuração ao valor justo
O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Sancap tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento.
Quando há um disponível, a Sancap mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.
Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, a Sancap utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.
c) Investimentos em Controladas e Resultado de equivalência patrimonial
Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de equivalência patrimonial.
d) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
e) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, e não classificados como não circulantes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes a depósitos bancários (Nota 11.c).

5. Aplicações Financeiras - Mensuradas a Valor Justo no Resultado

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Renda Fixa (1)	138.216	91.421
Total (Nota 11.c)	**138.216**	**91.421**

(1) Fundo de investimento Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo apresenta substancialmente aplicações em títulos públicos e operações compromissadas, e tem liquidez de aplicações e resgates em D-0.

6. Investimentos em Controladas
a) Composição

		31/12/2024		31/12/2025	
Investimentos	Atividades	Ações Ordinárias (Mil)	Participação	Ações Ordinárias (Mil)	Participação
Controladas			Direta		Direta
Evidence	Previdência	42.819.564	100,00%	42.819.564	100,00%
Santander Capitalização	Capitalização	64.615	99,99%	64.615	99,99%
Santander Auto	Seguradora	22.452	50,00%	22.452	50,00%

	31/12/2024						31/12/2025
Controladas	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Dividendos	Juros sobre Capital Próprio	Redução do Capital Social	Valor dos Investimentos
Evidence	756.688	11.225	1.136	-	-	-	769.049
Santander Capitalização	394.068	652.917	20.768	(551.000)	-	(170.000)	346.753
Santander Auto	56.407	36.489	35	(31.303)	(4.882)	-	56.746
Total	1.207.163	700.631	21.939	(582.303)	(4.882)	(170.000)	1.172.548

	31/12/2023						31/12/2024
Controladas	Valor dos Investimentos	Resultado da Equivalência Patrimonial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Dividendos	Juros sobre Capital Próprio	Redução do Capital Social	Valor dos Investimentos
Evidence	833.131	(22.775)	(3.668)	(50.000)	-	-	756.688
Santander Capitalização	410.716	609.735	(15.383)	(611.000)	-	-	394.068
Santander Auto	36.763	25.787	20	-	(6.163)	-	56.407
Total	1.280.610	612.747	(19.031)	(661.000)	(6.163)	-	1.207.163

b) Variação dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos

	31/12/2025	31/12/2024
Evidence (1) (4)	50.000	807
Santander Auto (2) (5)	39.048	13.223
Santander Capitalização (3) (6)	551.000	761.000
Total	**640.048**	**775.030**

(1) Em 12 de maio de 2025 a Evidence pagou dividendos no montante de R$ 50.000.
(2) Em 22 de abril de 2025 a Santander Auto pagou dividendos nos montantes de R$ 3.595 e R$ 14.506. Em 29 de dezembro 2025 a Santander Auto pagou dividendos no montante de R$ 16.797 e Juros sobre Capital no montante de R$ 4.150.
(3) Em 31 de março de 2025, a Santander Capitalização pagou dividendos intermediários no valor de R$ 55.000, e dividendos intercalares no montante de R$ 96.000. Em 30 de setembro de 2025, a Santander Capitalização pagou dividendos intercalares no montante de R$ 200.000. Em 30 de dezembro de 2025, a Santander Capitalização pagou dividendos intercalares no montante de R$ 200.000.
(4) Em 28 de maio de 2024 a Evidence pagou dividendos mínimos obrigatórios de 2023 no montante de R$ 807.
(5) Em 26 de abril de 2024 a Santander Auto pagou dividendos de R$ 11.073. Pagou Juros sobre Capital Próprio em 25 de novembro de 2024 no montante de R$ 993 e em 18 de dezembro de 2024 no montante de R$ 1.157.
(6) Em 28 de março de 2024, a Santander Capitalização pagou dividendos intercalares no valor de R$ 150.000, com base no balanço de fevereiro de 2023, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios de 2023. Em 2 de abril de 2024, a Santander Capitalização pagou dividendos intercalares no montante de R$ 83.912, com base no balanço de março de de 2024, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios e pagou dividendos intermediários no montante de R$ 57.088 com base na reserva de lucros. Em 28 de junho de 2024 a Santander Capitalização pagou dividendos intercalares no montante de R$ 146.000, com base no balanço de junho de 2024, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios de 2024. Em 30 de setembro de 2024 a Santander Capitalização pagou dividendos intercalares no montante de R$ 158.000, com base no balanço de junho de 2024, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios de 2024. Em 23 de dezembro de 2024 a Santander Capitalização pagou dividendos intercalares no montante de R$ 166.000, com base no balanço de novembro de 2024, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios de 2024.

7. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente integralizado, de R$ 677 milhões (31/12/2024 R$ 847 milhões), está representado por 23.538.159.258 (vinte e três bilhões, quinhentas e trinta e oito milhões, cento e cinquenta e nove mil e duzentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
Na AGE realizada em 28 de abril de 2025, o acionista decidiu reduzir o Capital Social, tendo em vista o excesso de solvência em relação ao praticado pelo mercado, no valor de R$ 170 milhões, passando o Capital Social de R$ 847 milhões para R$ 677 milhões, sem redução na quantidade de ações ordinárias.
b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

2025	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units
Dividendos Intermediários (1)	55.000	2,336631
Dividendos Intercalares (2)	96.000	4,078484
Dividendos Intercalares (3)	200.000	8,496841
Dividendos Intercalares (4)	200.000	8,496841
Total	**551.000**	

2024	Em milhares de Reais	Reais por milhares de ações / Units
Dividendos Intermediários (5)	141.000	5,990273
Dividendos Intercalares (6)	146.000	6,202694
Dividendos Intermediários (7)	158.000	6,712505
Dividendos Intercalares (8)	166.000	7,052378
Dividendos Intercalares (9)	50.000	2,124210
Total	**661.000**	

(1) Deliberados em 27 de março de 2025 e pagos em 31 de março de 2025 com base na Conta de Reservas de Lucros.
(2) Deliberados em 27 de março de 2025 e pagos em 31 de março de 2025, apurado com base nos resultados de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025.
(3) Deliberados e pagos em 30 de setembro de 2025, apurado com base no balanço do mês de agosto de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025.
(4) Deliberados em 29 de dezembro de 2025 e pagos em 30 de dezembro de 2025, apurado com base no resultado de 2025, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2025.
(5) Deliberados em 28 de março de 2024 e pagos em 02 de abril de 2024 com base na Conta de Reservas de Lucros.
(6) Deliberados e pagos em 28 de junho de 2024 com base na Conta de Reservas de Lucros.
(7) Deliberados e pagos em 30 de setembro de 2024, apurado com base no balanço do mês de agosto de 2024, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024.
(8) Deliberados e pagos em 23 de dezembro de 2024, apurado com base no balanço do mês de novembro de 2024, cujo valor foi imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024.
(9) Deliberados em 27 de dezembro de 2024 com base na Conta de Reservas de Lucros. O pagamento ocorrerreu em 12 de maio de 2025.

c) Reserva Legal
Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
d) Reserva para Equalização de Dividendos
Limitada a 100% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.
Os montantes de reservas que excederem o capital social serão levados a conhecimento dos acionistas para atendimento dos limites previstos no estatuto da Companhia em Assembleia Geral para deliberação.

8. Receitas Financeiras

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Juros de Aplicações em Renda Fixa DI (nota 11.c)	14.581	8.729
Atualização de Impostos a Compensar	138	214
Total	14.719	8.943

9. Despesas
a) Despesas Administrativas
Em 2025 e 2024, as despesas administrativas referem-se a serviços técnicos especializados e de terceiros.
b) Despesas Tributárias
Em 2025 e 2024, as despesas tributárias referem-se aos impostos recolhidos incidentes sobre o rendimento das aplicações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Pis s/Receitas Financeiras	(188)	(97)
Cofins s/Receitas Financeiras	(1.008)	(537)
Total	(1.196)	(634)

10. Ativos e Passivos Fiscais
Em 31/12/2025 a Sancap não possuía passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias de IRPJ e CSLL (31/12/2024 - R$ 0).
a) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Resultado antes dos Impostos	713.991	620.970
Resultado Líquido Ajustado	713.991	620.970
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	**(242.757)**	**(211.130)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	238.215	208.334
Receitas não Tributáveis, Liquidas das Despesas não Dedutíveis (1)	(1.614)	(706)
Outros Ajustes	3	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(6.153)**	**(3.478)**

(1) Refere-se substancialmente à tributação sobre a Receita de Juros sobre Capital Próprio

11. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
A Sancap é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador.
A Sancap não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
Em 6 de maio de 2024 foi aprovado pelos acionistas à fixação da remuneração global anual dos administradores da Sancap no valor de até R$10.
b) Participação Acionária
A Sancap é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 23.538 milhões de ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.
c) Transações com Partes Relacionadas
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou qualquer outra condição que possa gerar vantagens ou desvantagens indevidas.

Continua...

Ines249

...Continuação

Sancap Investimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 15.023.998/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	13	5
Banco Santander [1]	13	5
Aplicações Financeiras (nota 5)	138.216	91.421
Banco Santander [1]	138.216	91.421
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	-	53.809
Evidence Previdência [2]	-	50.000
Santander Auto [3]	-	3.809
	31/12/2025	**31/12/2024**
Passivo		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	-	50.000
Banco Santander [1]	-	50.000
	01/01 a 31/12/2025	**01/01 a 31/12/2024**
Resultado		
Receitas Financeiras (Nota 8)	**14.581**	**8.729**
Banco Santander [1]	14.581	8.729

(1) Controlador da Sancap (Nota 11.b).
(2) Controlada direta da Sancap.
(3) Coligada da Sancap.

12. Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da Sancap é realizada de forma similar ao processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital da empresa e a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Sancap está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as aplicações do caixa da empresa, normalmente integralmente mitigado.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo de suporte à diretoria da instituição e inclui diretrizes, políticas, implementação de processos, monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.
- Risco de reputação é a exposição decorrente de notícias negativas que possam influenciar a opinião pública negativamente em relação a marca e aos fundos de investimento sob gestão, independentemente desta notícia se basear em fatos verídicos.
- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

13. Outras Informações

Os processos judiciais e administrativos de natureza fiscal são classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2025 as ações com classificação de perda possível, de natureza fiscal totalizaram R$ 123 (31/12/2024 R$ 84).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sancap não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

14. Eventos Subsequentes

Em 27 de março de 2026, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários no montante de R$ 109 milhões, com base na conta de reservas estatutárias da Companhia e o pagamento de dividendos intercalares no montante de R$ 91 milhões que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos referente ao exercício de 2026. O pagamento ocorreu em 30 de março de 2026.

DIRETORIA

Diretores Executivos

Carlos Días Álvarez

Reginaldo Antonio Ribeiro

CONTABILISTA

Sandro Costa - TC-CRC 1SP 182917/O-1

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Sancap Investimentos e Participações S.A.

Revisamos as demonstrações financeiras da Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para 0 exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, em indagações à administração e a outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como na execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos executados em uma revisão são substancial mente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sancap Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros assuntos - Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Sancap Investimentos e Participações S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em atendimento aos requerimentos dos administradores e acionistas e, pode não ser adequado para outros fins.

São Paulo, 4 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador
CRC1SP222767/O-3

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90039/2026.
Nº Processo: 024.00173647/2025-39.
Objeto: Aquisição de Itens de Enfermagem, para Atendimento à Demanda Judicial.
Total de Itens Licitados: 14 (catorze).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 06/05/2026.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 06/05/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 18/05/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL – DIPOL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "RICARDO GUMBLETON DAUNT"

Encontra-se aberta no Instituto de identificação "Ricardo Gumbleton Daunt" a licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, por intermédio do Portal Compras.gov.br, do tipo menor preço, Processo SEI nº 058.00045532/2026-11, objetivando a Aquisição de Materiais para a Subfrota e a Chefia dos Investigadores. A data de início do prazo de envio da proposta eletrônica dar-se-á no dia 06/05/2026 e a abertura da sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico dar-se-á no dia 21/05/2026, às 10 horas no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br Maiores informações, no setor de Licitações e Contratos do IIRGD, sito à Avenida Cásper Líbero, 370 – Santa Ifigênia, São Paulo/SP, fone (11) 3311-3217 ou e-mail licitacao.iirgd@policiacivil.sp.gov.br ."

TREND VIAGENS OPERADORA DE TURISMO S.A.

CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 - NIRE 35.3.0050849-1

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2026

1. Data, Hora e Local: Em 10 de abril de 2026, às 9h, em reunião realizada por meio de videoconferência nos termos do artigo 12, parágrafo 3º, do Estatuto Social da TREND VIAGENS OPERADORA DE TURISMO S.A. **2. Convocação e Presença**: Convocação dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros da Diretoria da Companhia, conforme art. 12, §3º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra Karin Regina da Rocha Demarques Cruz e secretariados pela Sra. Jéssica Soliguetti Vicente. **Ordem do Dia e Deliberações**: Instalada a reunião, após exame e discussão das matérias da ordem do dia, foi deliberado por unanimidade, a ratificação do aumento de capital realizado pela Companhia em favor da **TREND TRAVEL,** em 05 de janeiro de 2026, no valor de R$ 261.505,00 (duzentos e sessenta e um mil quinhentos e cinco reais). **4. Lavratura e aprovação da ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos da Reunião da Diretoria, da qual se lavrou a presente ata. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Santo André/SP, 10 de abril de 2026. Jéssica Soliguetti Vicente - **Secretária.**

MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ Nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 25 de março de 2026, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8.501 – 5º andar – Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia presentes à reunião. **3. MESA**: Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a contratação, por sua controlada direta Autopista Fernão Dias S.A. ("Fernão Dias") (em processo de aquisição), da FBS Construção Civil e Pavimentação S.A ("FBS") e da Vilasa Construção S.A. ("Vilasa"); **(ii)** a revisão do Regimento da Auditoria Interna; e **(iii)** a contratação, por sua controlada Aeris Holding Costa Rica S.A. ("Aeris"), da Volio Y Trejos S.A. ("Volio Y Trejos"). **5. DELIBERAÇÕES**: Os Senhores Conselheiros, após análise das matérias constantes da ordem do dia e realização dos debates pertinentes, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, deliberaram aprovar, por unanimidade de votos: **(i)** a contratação, por sua controlada direta Fernão Dias (em processo de aquisição), da FBS e da Vilasa, referente à 5ª intervenção de recuperação de pavimento na BR-381, trechos 1, 2 e 3, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(ii)** a revisão do Regimento da Auditoria Interna da Companhia, conforme minuta termos e condições apresentados nesta reunião; e **(iii)** a contratação, por sua controlada Aeris, da Volio Y Trejos, dos serviços de procura e construção de obras no Aeroporto Internacional Juan Santamaría (AIJS), para a realocação do Hangar H1 da COOPESA para o sul e obras complementares no AIJS, conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 25 de março de 2026. **Assinaturas**: João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(3)** Eduardo Bunker Gentil; **(4)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(5)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(6)** José Guimarães Monforte; **(7)** Leonardo de Mattos Galvão; **(8)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(9)** Mateus Gomes Ferreira; **(10)** Roberto Egydio Setubal; e **(11)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 183.358/26-0 em 30.04.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SUPERDIGITAL LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF Nº 09.554.480/0001-07 - NIRE 35.300.471.938

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

1. Data, Hora e Local. 30 de abril de 2026, às 10h, na sede social da Superdigital Logística S.A. ("Companhia") localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 111, Parte 5, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a convocação em razão da presença da única acionista da Companhia. **3. Composição da Mesa.** Presidente: Alexandre de Oliveira; e Secretária: Daniela Mussolini Llorca Sanchez. **4. Publicações:** As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram previamente colocadas à disposição da acionista, nos termos da legislação aplicável, sendo dispensadas as formalidades de publicação. **5. Ordem do Dia. (I)** deliberar sobre as contas da administração e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(II)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2025; **(III)** deliberar sobre a proposta de redução do capital social da Companhia, para absorção de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; **(IV)** deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria;**(V)** fixar remuneração da Diretoria; **(VI)** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; **6. Deliberações.** Após as discussões relativas às matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia, sem qualquer ressalva, deliberou o quanto segue: **(I) APROVAR** as contas apresentadas pela administração da Companhia e as demonstrações financeiras relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. **(II)** Deixar de deliberar sobre a destinação do resultado econômico em razão do prejuízo apurado no exercício social de 2025; **(III) APROVAR** a redução de capital da Companhia mediante a absorção do prejuízo acumulado até 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 695.813.680,40 (seiscentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e treze mil, seiscentos e oitenta reais e quarenta centavos). Em razão da redução, o capital social da Companhia, passa de R$ 727.584.736,25 (setecentos e vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) para R$ 31.771.055,80 (trinta e um milhões, setecentos e setenta e um mil, cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), sem cancelamento de ações, permanecendo inalterado o número de ações representativas do capital social, com a consequente redução do valor patrimonial das ações. Em virtude da deliberação acima, o novo texto do Artigo 5o do Estatuto Social da Companhia, que passará vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 31.771.055,80 (trinta e um milhões, setecentos e setenta e um mil, cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), dividido em 571.113.623 (quinhentos e setenta e um milhões e cento e treze mil e seiscentos e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal." **(IV) APROVAR** a reeleição, dos Srs. **Fabio Coelho Neto**, brasileiro, casado, executivo, portador da Cédula de Identidade RG nº 09761162-8 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 036.857.927-17, para o cargo de Diretor Presidente Executivo; e de **Alexandre de Oliveira,** brasileiro, solteiro, executivo, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.213.032-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 157.788.368-30, para o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo; bem como da Sra. **Daniela Mussolini Llorca Sanchez**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº 25.516.770-2, inscrita no CPF/MF sob nº 250.798.498-86, para o cargo de Diretora Vice-Presidente Executiva, para novo mandato de três anos. Fica consignado que, conforme declarações apresentadas e arquivadas na sede da Companhia, todos os membros da Diretoria Executiva, ora reeleitos declaram, não estarem incursos em qualquer crime que os impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. A composição da Diretoria da Companhia com mandato válido até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2029, conforme art. 12, parágrafo 1º do Estatuto Social:

Membro	Cargo
Fabio Coelho Neto	Diretor Presidente Executivo
Daniela Mussolini Llorca Sanchez	Diretora Vice-Presidente Executiva
Alexandre de Oliveira	Diretor Vice-Presidente Executivo

(V) ACEITAR a renúncia apresentada pela Diretoria da Companhia ao recebimento de remuneração pelo exercício de seus respectivos cargos, em virtude de já serem remunerados pela acionista da Companhia pelo exercício de cargos como diretores estatutários desta. **(VI)** Por fim, **APROVAR** a consolidação do Estatuto Social da Companhia de modo que o Estatuto Social passará a vigorar conforme redação constante no Anexo I a esta ata. **7. Encerramento.** Não havendo mais nada a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada pelos membros da Mesa. Mesa: Alexandre de Oliveira - Presidente; Daniela Mussolini Llorca Sanchez, Secretária. Acionista: **GETNET ADQUIRENCIA E SERVIÇOS PARA MEIOS DE PAGAMENTO S.A - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO**. *Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* São Paulo (SP), 30 de abril de 2026. **Daniela Mussolini Llorca Sanchez -** Secretária.

ANEXO I: Estatuto Social: Capítulo I: Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Superdigital Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, que se regerá pelo disposto neste Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2041, Conjunto 111, Parte 5, Bloco A, Cond. WTorre JK, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. **Parágrafo Único** - A Companhia pode, por deliberação da Diretoria, abrir, encerrar e alterar endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no país. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto: a) Distribuição, comércio, aluguel, importação, exportação (por conta própria, conta e ordem de terceiros ou por encomenda) de equipamentos eletro/eletrônicos em geral, equipamentos de telecomunicações, equipamentos para escritório, equipamentos de tecnologia da informação, de informática, de comunicações, máquinas, peças e acessórios, incluindo computadores e periféricos de informática; b) Assessoria e planejamento de logística e de transporte de cargas; c) Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros, exceto imóveis; d) Serviços de instalação, manutenção, conserto e consultoria relacionadas a equipamentos eletrônicos, periféricos eletrônicos, microcomputadores e equipamentos de pagamento eletrônico; e) Desenvolvimento de aplicativos, desenvolvimento de produtos no segmento eletroeletrônicos, desenvolvimento de dispositivos para automação industrial, comercial, bancário e transferência eletrônica de fundos; f) Desenvolvimento de software embarcado para produtos e aplicativos eletroeletrônico, além da manutenção, suporte técnicos e outros serviços relacionados a tecnologia da informação; g) Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente; h) Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; i) Organização logística do transporte de carga; j) Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; k) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; l) Consultoria em tecnologia da informação; m) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e n) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II: Do Capital Social**: **Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 31.771.055,80 (trinta e um milhões, setecentos e setenta e um mil, cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), dividido em 571.113.623 (quinhentos e setenta e um milhões e cento e treze mil e seiscentos e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - As ações da Companhia são nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta de depósito mantida em nome de seus titulares junto a uma instituição financeira, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o Parágrafo 3º do art. 35 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 2º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo 3º** - À Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, é facultado emitir ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, desde que o número de ações preferenciais sem direito de voto não ultrapasse o limite previsto na Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo III**: **Da Assembleia Geral**: **Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, dentro do prazo de 4 (quatro) meses após o encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente, sempre quando os interesses sociais assim exigirem. **Parágrafo 1º** - As Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas (i) por qualquer membro da Diretoria, ou (ii) por qualquer um dos Acionistas nas situações previstas no Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações; sempre com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data de sua realização em primeira convocação e de 5 (cinco) dias em segunda convocação. **Parágrafo 2º** - Independente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Parágrafo 3º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, nos termos da lei, mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia. **Artigo 7º -** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na ausência deste, por qualquer membro da Diretoria, que indicará o secretário dentre os presentes. **Artigo 8º** - Quaisquer questões submetidas à Assembleia Geral serão aprovadas mediante o voto favorável dos acionistas que representem a maioria simples ou quórum qualificado, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral será convocada na forma deste Estatuto Social, sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, para deliberar exclusivamente sobre as matérias constantes da ordem do dia no respectivo edital de convocação. Não obstante o disposto neste Parágrafo Único, a unanimidade dos acionistas poderá deliberar sobre matérias que não tenham sido expressamente inseridas no edital de convocação. **Artigo 9º** - As atas de Assembleia Geral poderão ser: (i) lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas. **Capítulo IV**: **Da Administração**: **Artigo 10** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, com poderes conferidos pela Lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. Parágrafo Único - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo em livro próprio, após o cumprimento das formalidades legais aplicáveis, devendo permanecer em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Artigo 11** - A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores. **Artigo 12** - A Diretoria será composta por no mínimo 1 (um) e no máximo 7 (sete) membros, podendo ser designados como Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Marketing e Produtos, Diretor de Vendas, Diretor de Tecnologia e Operações, Diretor Jurídico ou Diretor Executivo, acionistas ou não. **Parágrafo 1º** - O prazo de mandato de cada Diretor será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, podendo o prazo do referido mandato ser reduzido mediante deliberação da Assembleia Geral. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores. **Parágrafo 2º** - Nos seus impedimentos ou ausências temporárias caberá ao Diretor Presidente designar o seu respectivo substituto dentre os membros da Diretoria. **Parágrafo 3º** - No caso de vacância de cargo da Diretoria, deverá ser convocada Assembleia Geral para deliberar sobre o provimento do cargo vago se tal providência for necessária para a observância do número mínimo de membros desse órgão. **Parágrafo 4º**- As substituições previstas neste artigo implicarão a acumulação de cargos, mas não a dos honorários e demais vantagens, nem do direito de voto do substituído. **Artigo 13** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão convocadas e presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por qualquer outro Diretor que for previamente indicado pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 1º** - Para que as reuniões da Diretoria possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos e do Diretor Presidente, ou de dois, se só houver dois Diretores em exercício. **Parágrafo 2º** - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. **Artigo 14** - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para propor e praticar todos e quaisquer atos em nome da Companhia, observado que determinados atos, em decorrência deste Estatuto Social dependem de prévia aprovação da Assembleia Geral. A Diretoria tem competência residual em relação a todas as matérias que não necessitarem de aprovação da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º** - Além das demais atribuições fixadas em lei e neste Estatuto Social, compete: (a) ao Diretor Presidente: (i) coordenar as atividades e negócios da Companhia; (ii) presidir as Reuniões da Diretoria, bem como a tarefa de fazer cumprir as deliberações nelas tomadas; (iii) orientar as atividades dos demais Diretores; (iv) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (v) indicar matérias para serem deliberadas pela Assembleia Geral; e (vi) atribuir outras funções aos Diretores da Companhia, observadas as disposições deste Estatuto Social; (b) ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a política financeira e promover a elaboração de plano econômico-financeiro anual da Companhia; (ii) exercer a administração e controle das atividades financeiras; (iii) assegurar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iv) supervisionar e coordenar a área de contabilidade; e (v) indicar matérias para serem deliberadas pela Assembleia Geral; (c) ao Diretor de Marketing e Produtos, ao Diretor de Vendas, ao Diretor de Tecnologia e Operações, ao Diretor Jurídico e ao Diretor Executivo, exercer as atribuições que lhes sejam atribuídas pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 2º** - Compete ainda à Diretoria: (a) zelar pela observância das disposições legais deste Estatuto Social; (b) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais; (c) administrar e gerir os negócios sociais; e (d) enquanto órgão colegiado, indicar matérias para serem deliberadas pela Assembleia Geral. **Artigo 15** - Como regra geral, a Companhia será representada: (a) pelo Diretor Presidente e qualquer outro membro da Diretoria, agindo em conjunto; ou (b) por dois Diretores da Companhia, agindo em conjunto; ou (c) pelo Diretor Presidente ou por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador constituído nos termos do Parágrafo 2º abaixo; e (d) por 2 (dois) procuradores constituídos nos termos do Parágrafo 2º abaixo, agindo em conjunto, conforme designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem. **Parágrafo 1º** - Os atos para os quais o presente Estatuto Social exija autorização prévia da Assembleia Geral só poderão ser praticados se preenchida tal condição. **Parágrafo 2º** - Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: os instrumentos de mandato outorgados em nome da Companhia deverão ser assinados pelo (i) Diretor Presidente em conjunto com um Diretor; ou (ii) dois Diretores, agindo em conjunto; e deverão especificar a extensão dos poderes outorgados, bem como o prazo do mandato, que não terá prazo superior a 1 (um) ano, salvo quando se tratar de mandato ad judicia, que poderá ter prazo indeterminado. **Parágrafo 3º** - Não terão validade, nem obrigarão a Companhia, os atos praticados em desconformidade ao disposto neste Estatuto. **Capítulo V**: **Do Conselho Fiscal**: **Artigo 16** - O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidas por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Artigo 17** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º -** Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato previsto na legislação aplicável, podendo ser reeleitos. **Parágrafo 2º** - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado. **Artigo 18** - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações e informações financeiras. **Artigo 19** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o Parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI**: **Da Distribuição dos Lucros**: **Artigo 20** - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes, que poderão ser auditadas por auditores independentes por ela escolhidos. **Artigo 21** - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 2º desse artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não será inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. **Artigo 22** - Do saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: Reserva para Reforço do Capital de Giro e Reserva para Equalização de Dividendos, sendo: I - 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade; e II - 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Equalização de Dividendos com o fim de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos. **Parágrafo Único -** Por proposta da Diretoria serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante juntamente com o saldo da Reserva Legal não ultrapasse o saldo do capital social. **Artigo 23** - A Diretoria poderá aprovar o pagamento ou crédito, pela Companhia, de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas no valor do dividendo obrigatório. **Artigo 24** - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Diretoria, ad referendum da Assembleia Geral: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital previstas no Parágrafo 1º, do Artigo. 204, da Lei das Sociedades por Ações; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. **Artigo 25** - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Capítulo VII**: **Da Liquidação da Companhia Artigo 26** - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo a Assembleia Geral eleger um ou mais liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período. **Capítulo VIII**: **Disposições Finais e Transitórias**: **Artigo 27** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

GOVERNO DE ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA – SEFAZ/MT

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026/SAAF/SEFAZ
PROCESSO SIGADOC/SIAG SEFAZ-PRO-2025/01941

A Secretaria de Estado de Fazenda vem a público informar a abertura da licitação em epígrafe, nos seguintes termos:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção de serviços gráficos, fornecimento de materiais personalizados e aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e foto, destinados à divulgação dos Programas de Cidadania Fiscal de Mato Grosso e Nota MT.

ITENS REMANESCENTES DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025/SAAF/SEFAZ

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA (S) NO SIAG: Do dia 08/05/2026 até às 08:45h - horário de Cuiabá-MT (09:45h - horário de Brasília/DF) do dia 21/05/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 21/05/2026, às 09:00h (horário de Cuiabá-MT), 10:00h (horário de Brasília-DF) no Portal de Aquisições da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso - SEPLAG/MT, Link: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/**

EDITAL DISPONIBILIZADO: no Portal de Aquisições da SEPLAG/MT, por meio do Link: **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/edlicitacoes/PropostaFornecedorEDLConsultaPageList.jsp**

ESCLARECIMENTOS: e-mail **licita@sefaz.mt.gov.br**

TELEFONES PARA CONTATO: (65) 9 9983-8379

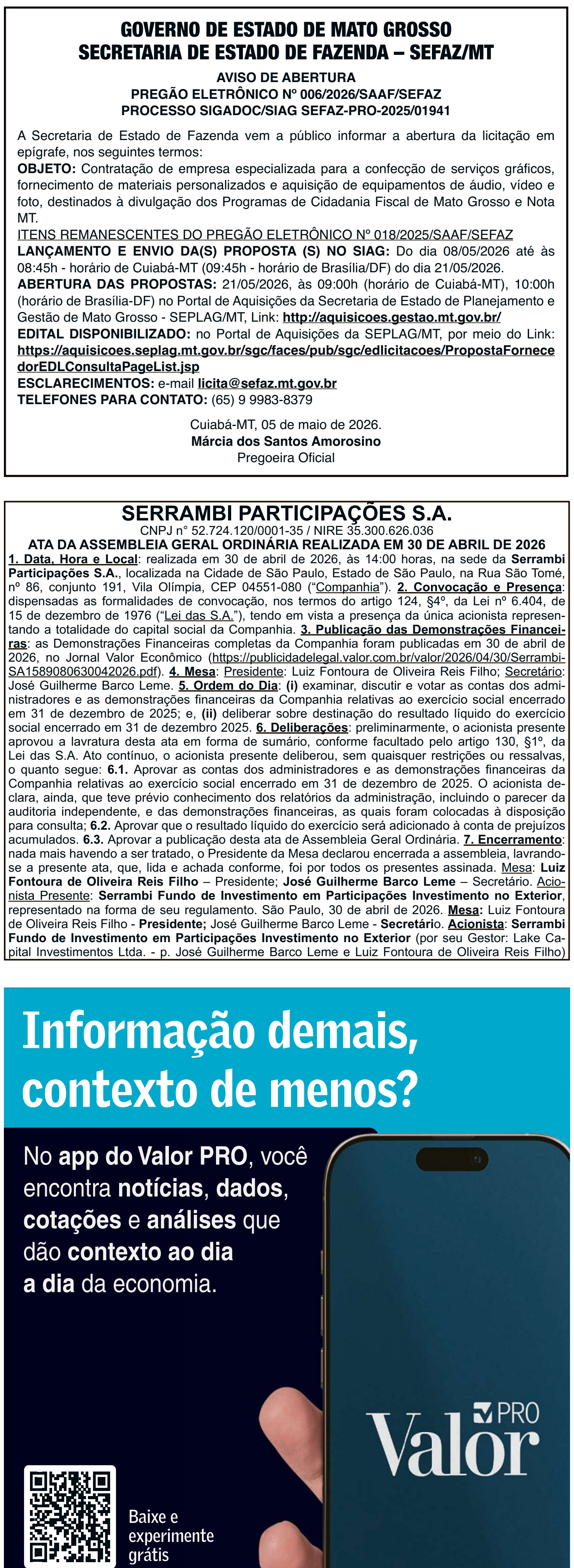
Cuiabá-MT, 05 de maio de 2026.
Márcia dos Santos Amorosino
Pregoeira Oficial

SERRAMBI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ n° 52.724.120/0001-35 / NIRE 35.300.626.036

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

1. Data, Hora e Local: realizada em 30 de abril de 2026, às 14:00 horas, na sede da **Serrambi Participações S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº 86, conjunto 191, Vila Olímpia, CEP 04551-080 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Publicação das Demonstrações Financeiras**: as Demonstrações Financeiras completas da Companhia foram publicadas em 30 de abril de 2026, no Jornal Valor Econômico (https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/04/30/Serrambi-SA1589080630042026.pdf). **4. Mesa**: Presidente: Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho; Secretário: José Guilherme Barco Leme. **5. Ordem do Dia**: **(i)** examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e, **(ii)** deliberar sobre destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025. **6. Deliberações**: preliminarmente, o acionista presente aprovou a lavratura desta ata em forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, §1º, da Lei das S.A. Ato contínuo, o acionista presente deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: **6.1.** Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. O acionista declara, ainda, que teve prévio conhecimento dos relatórios da administração, incluindo o parecer da auditoria independente, e das demonstrações financeiras, as quais foram colocadas à disposição para consulta; **6.2.** Aprovar que o resultado líquido do exercício será adicionado à conta de prejuízos acumulados. **6.3.** Aprovar a publicação desta ata de Assembleia Geral Ordinária. **7. Encerramento**: nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa declarou encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mesa: **Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho** – Presidente; **José Guilherme Barco Leme** – Secretário. Acionista Presente: **Serrambi Fundo de Investimento em Participações Investimento no Exterior**, representado na forma de seu regulamento. São Paulo, 30 de abril de 2026. **Mesa:** Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho - **Presidente;** José Guilherme Barco Leme - **Secretário**. **Acionista**: **Serrambi Fundo de Investimento em Participações Investimento no Exterior** (por seu Gestor: Lake Capital Investimentos Ltda. - p. José Guilherme Barco Leme e Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho)



A principal fonte de informação para quem decide.
Acesse valor.globo.com
Valor Econômico